

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDRÉ SOARES FERREIRA

**EDUCAÇÃO E FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE (1889-1943): ANÁLISE A
PARTIR DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL**

Dourados-MS
2019

ANDRÉ SOARES FERREIRA

**EDUCAÇÃO E FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE (1889-1943): ANÁLISE A
PARTIR DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, Área de Concentração História, Política e Gestão da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.

Dourados-MS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F382e Ferreira, Andre Soares

Educação e fronteira sul-mato-grossense (1889-1943): análise a partir da historiografia regional [recurso eletrônico] / Andre Soares Ferreira. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Ademir Gebara.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Figuração. 2. Representação. 3. Interdependência. 4. Civilização. 5. Brasil-Paraguai.. I. Gebara, Ademir. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ANDRÉ SOARES FERREIRA

**EDUCAÇÃO E FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE (1889-1943): ANÁLISE A
PARTIR DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, Áreas de Concentração História, Política e Gestão da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.

Tese Defendida e aprovado pela comissão julgadora em 04 de abril de 2019

Membros da comissão Julgadora

Presidente e Orientador:

Prof. PhD. Ademir Gebara – UNICAMP/UFGD _____

1º Examinador:

Prof. Dr. Tony Honorato – PPGEduc/UUEL _____

2º Examinador:

Prof. Dr. Paulo R. Cimó de Queiroz – PPGH/UFGD _____

3º Examinador:

Prof. Dr. Reinaldo dos Santos – PPGEduc/UFGD _____

4º Examinador:

Profª. Dra. Magda Sarat – PPGEduc/UFGD _____

Aos meus pais Genir Ferreira e Albano Soares Ferreira (*in memoriam*), infelizmente não puderam partilhar as alegrias de minhas conquistas acadêmicas;

A minha família, amigos, professores e alunos;

Aos fronteiriços;

A todos que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e humano.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo apoio e por compreenderem as ausências e por suportarem meus devaneios e estresse.

Aos meus amigos fora do círculo acadêmico e aos meus colegas de doutorado, por incentivarem, apoiarem e por contribuírem para que o ambiente acadêmico se tornasse mais prazeroso.

Aos professores das disciplinas que cursei no PPGEduc e PPGH da UFGD, agradeço por contribuírem com meu trabalho, pelas reflexões e críticas e pelos agradáveis momentos de convívio.

A Luciana Lopes Coelho pelo apoio e por partilhar os momentos de alegrias, dúvidas, certezas e incertezas no processo de construção desta tese. Com você ao meu lado o percurso se tornou mais prazeroso.

Aos professores Jacira Helena do Valle Pereira, Maria do Carmo Brasil, Magda Sarat, Gabriela Ossenbach, Paulo Roberto Cimó de Queiroz, Tony Honorato e Reinaldo dos Santos. As críticas e contribuições na qualificação e na defesa foram significativas para esse trabalho e para minha formação como pesquisador.

Ao Ademir Gebara, orientador e amigo. Obrigado pela paciência, pelas reflexões, pelas críticas, pelos incentivos. Agradeço por aceitar compartilhar conhecimentos e por me ajudar a ser melhor como pessoa.

A Gabriela Ossenbach, por aceitar me coorientar durante o estágio sanduíche na UNED-Madrid. Sua disponibilidade possibilitou novas leituras de mundo e o contato com pesquisadores que não imaginava conhecer. Obrigado por partilhar conhecimentos e pelos agradáveis momentos.

Aos colegas do GPEPC, do Leituras de Fronteiras e do Grupo MANES. Essas figurações me ajudaram a compreender outros aspectos da fronteira, da teoria eliasiana e da importância da das fontes para pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos para realização desta pesquisa. Pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche realizado na UNED de Madrid, esse estágio permitiu estabelecer vínculo com pesquisadores internacionais, ampliar horizontes metodológicos, conhecer importantes arquivos e levantar fontes para futuras pesquisas.

[...] no curso da história, uma alteração do comportamento humano no sentido da civilização veio gradualmente a emergir do fluxo e refluxo dos acontecimentos. Cada pequeno passo nessa trajetória foi determinado pelos desejos e planos de pessoas e grupos isolados; mas o que cresceu nesse trajeto até o momento, nosso padrão de comportamento e nossa configuração psicológica, certamente não foi pretendido por nenhuma pessoa em particular. E é dessa maneira que a sociedade humana avança como um todo; é dessa maneira que toda a história da humanidade perfaz seu trajeto: De planos emergindo, mas não planejada. Movida por propósitos, mas sem finalidade.

(Norbert Elias, 1994, p. 58-59)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFF	Comissão Especial de Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras
Cf.	Conferir
Cia.	Companhia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa
FADAFI	Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FUCMAT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
Fundect	Fundação de apoio ao desenvolvimento do ensino, ciência e tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IHGB	Instituto Histórico Geográfico brasileiro
IHGMS	Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul
IHGMT	Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IpeaData	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Dados Macroeconômicos e Regionais
Km	Quilômetro
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PL	Partido Liberal
PNR	Partido Nacional Republicano
PPG	Programa de Pós-Graduação

PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Partido Republicano
PRC	Partido Republicano Conservador
PRMG	Partido Republicano Mato-grossense
RCS	Região Centro Sul Americana
SMT	Antigo Sul de Mato Grosso
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TPC	Teoria dos Processos Civilizadores
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	Universidade Estadual do Mato Grosso
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNED	Universidad Nacional de Edducación a Distancia
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Este trabalho analisa as representações de educação e da fronteira Brasil-Paraguai presentes na historiografia regional sul-mato-grossense. Busca-se compreender as representações e as figurações sociais que integraram os processos civilizadores da região e as implicações das representações sobre a educação fronteiriça. As fontes de análises são as produções de historiadores diletantes e de acadêmicos a respeito da região fronteiriça que abarcam desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX. A fronteira, localizada na região sul do antigo Mato Grosso, é concebida como uma região em processo, permeável e com múltiplas interdependências. A educação é entendida como uma realidade engendrada aos processos civilizadores. A partir da Teoria dos Processos Civilizadores, com destaque para os conceitos de figuração, interdependência, *habitus* e civilização, a análise revela que os processos sociais desenvolvidos na fronteira possuem características complementares e ambíguas onde o regional e o nacional estão imbricados. As figurações regionais contribuíram para o estabelecimento de representações e implicaram sobre as questões relativas à educação. A constituição da fronteira e o processo de implantação de escolas no sul de Mato Grosso possuem características comuns a nacional, dado o estreito vínculo entre escolarização e civilização. Evidencia-se que a fronteira Brasil-Paraguai no sul de Mato Grosso, em sua singularidade, necessita de análises capazes de considerar os processos, as questões de fronteira e a relação desta com a educação em suas congruências. A presença do Estado na fronteira Brasil-Paraguai é anterior e perpassa a constituição da civilização que ali se desenvolveu. As estratégias dos indivíduos no interior de suas figurações constituíram a fronteira como região e desenvolveram processos de identificação e distinção.

Palavras-chave: Figuração; Representação; Interdependência; Civilização; Brasil-Paraguai.

ABSTRACT

This work analyzes the representations of education and the Brazil-Paraguay border in the regional historiography of South-Mato Grosso. The purpose is to understand the social representations that integrated the civilizing processes in this region, and the implications of the representations on frontier education. The sources of analysis are the writings of dilettante historians and academics about the frontier region during the period from the late nineteenth century to the first half of the twentieth century. The frontier, located in the southern region of ancient Mato Grosso, is conceived as a region in process, permeable and with multiple interdependencies. Education is understood as a reality engendered by civilizing processes. From the Theory of Civilizing Processes, with emphasis on the concepts of figuration, interdependence, habitus and civilization, the analysis reveals that the social processes developed at the frontier have complementary and ambiguous characteristics, here the regional and national are interwoven. The regional figurations contributed to the establishment of representations and implied on the questions related to education. The constitution of the frontier and the process of setting up schools in the south of Mato Grosso comonn caharakteristis with what happened in national level. It is shown that the Brazil-Paraguay frontier in the south of Mato Grosso, in its singularity, needs more deepeing process of analysis, the frontier issues and its relation allows a more reality congruent analysis. The presence of the State on the Brazil-Paraguay frontier is anterior and perpasses the constitution of the civilization that developed there. The strategies of the individuals within their figurations constituted the frontier as a region and developed processes of identification and distinction.

Keywords: Figuration; Representation; Interdependence; Civilization; Brazil-Paraguay.

RESUMEN

Este trabajo analiza las representaciones de educación y de la frontera Brasil-Paraguay presentes en la historiografía regional sur-mato-grossense. Se busca comprender las representaciones y las figuras sociales que integraron los procesos civilizadores de la región y las implicaciones de las representaciones sobre la educación fronteriza. Las fuentes de análisis son las producciones de historiadores diletantes y de académicos acerca de la región fronteriza que abarcan el período desde el final del siglo XIX hasta la primera mitad del siglo XX. La frontera, ubicada en la región sur del antiguo Mato Grosso, es concebida como una región en proceso, permeable y con múltiples interdependencias. La educación es entendida como una realidad engendrada a los procesos civilizadores. El análisis revela que los procesos sociales desarrollados en la frontera poseen características complementarias y ambiguas donde el regional y el nacional están imbricados. Las figuras regionales contribuyeron para el establecimiento de representaciones e implicaron las cuestiones relativas a la educación. La constitución de la frontera y el proceso de implantación de escuelas en el sur de Mato Grosso poseen características comunes a la nacional, dado el estrecho vínculo entre escolarización y civilización. Se evidencia que la frontera Brasil-Paraguay en el sur de Mato Grosso, en su singularidad, necesita análisis capaces de considerar los procesos, las cuestiones de frontera y la relación de esa con la educación en sus congruencias. La presencia del Estado en la frontera Brasil-Paraguay es anterior y permea la constitución de la civilización que allí se desarrolló. Las estrategias de los individuos dentro de sus figuras constituyeron la frontera como región y desarrollaron procesos de identificación y distinción.

Palabras clave: Figuración; Representación; Interdependencia; Civilización; Brasil-Paraguay.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Números de municípios e população do SMT de acordo com os Censos de 1872 a 1940	47
Quadro 2 – Pesquisas nas áreas de História e História da Educação dos professores que exerceram atividades na UEMT/UFMS (1976-1991)	123
Quadro 3 – Pesquisas de Doutorado na área de História de professores que exerceram atividades em IES do MS (1991-2000)	125
Quadro 4 – Organização Militar em Mato Grosso por cidades (1921).....	159
Quadro 5 – Teses sobre educação na fronteira SMT com o Paraguai (1990-2016).....	197
Tabela 2 - Escolas isoladas no SMT por cidade e ano	220
Quadro 6 – Escolas Particulares no SMT e matrículas (1919)	221
Quadro 7 – Mapa de escolas no SMT década de 1930	222

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Brasil Colônia dividido em Capitânicas com o traçado de Tordesilhas..	37
Figura 2 –Mapa do Brasil atual com o traçado de Tordesilhas e com a indicação das incursões Bandeirantes	38
Figura 3 – Mapa da Província de São Paulo I (1886).....	42
Figura 4 –Mapa da Província de São Paulo II (1886)	43
Figura 5 –Mapa do plano de redivisão do estado de Mato Grosso (1937).....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE EM QUESTÃO	33
1.1 A fronteira sul de Mato Grosso	35
1.2 A fronteira na historiografia brasileira	50
2 FRONTEIRA E EDUCAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA SUL-MATO-GROSSENSE: ANÁLISES DE “HISTORIADORES DILETANTES”	62
2.1 A fronteira garantizada na obra de José de Melo e Silva	68
2.1.1 Melo e Silva: “hermeneuta colombino da fronteira”	77
2.1.2 O fronteiriço deve ser educado para se desguarnizar	80
2.1.3 Civilização e educação na fronteira garantizada	95
2.2 Fronteira na obra de Oclécio Barbosa Martins	106
2.2.1 A fronteira das sentinelas nacionais	109
2.2.2 O sul de Mato Grosso: dividir para progredir	111
2.2.3 Divisão de Mato Grosso: projeto e anseio de civilização	115
3 A FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE NA PERSPECTIVA DE DOIS HISTORIADORES PROFISSIONAIS	120
3.1 A fronteira sul-mato-grossense na ótica de Valmir Batista Corrêa	127
3.1.1 Fronteira violenta	129
3.1.2 O sul de Mato Grosso: “uma sociedade violenta”	134
3.1.3 Figurações mato-grossense: a força como estratégia do poder	142
3.1.4 Refigurações na fronteira e as novas representações: do “ocaso dos coronéis” ao “império dos bandidos”	161
3.2 A fronteira na ótica de Lucia Salsa Corrêa	167
3.2.1 A fronteira como território amplo, distante, mas articulado econômica e politicamente	167
3.2.2 As fronteiras no interior da “fronteira de linhas mal traçadas”	176
3.2.3 A Guerra contra o Paraguai e a reconfiguração da fronteira	180
4 EDUCAÇÃO E FRONTEIRA NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL SUL-MATO-GROSSENSE	195
4.1 Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense: análise da obra de Centeno	202
4.1.1 Uma fronteira, múltiplas interpretações	203
4.1.2 Representações da educação na fronteira na ótica de Centeno	211
4.2 A educação escolar na fronteira Brasil-Paraguai: representações do processo escolarizador	213

4.3 Educação e cultura fronteiriça: diálogo de Melo e Silva com a historiografia educacional	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	245

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa integra o projeto “Civilização, Fronteira e Educação”¹, coordenado e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) pelo professor Ademir Gebara. A fronteira aqui investigada está localizada ao sudoeste de Mato Grosso do Sul. Ela caracteriza-se por ser um espaço permeável, pois dada a ausência de limites naturais em uma extensão de mais de 400 km, sempre foi possível cruzar de um lado a outro em cidades ou áreas rurais sem passar por controles fronteiriços. Apesar de estabelecermos o *locus* de análise e tomar como referência a região limítrofe entre Brasil e Paraguai, concebemos a fronteira como zona que transcende a ideia de divisão e/ou limites entre países. A fronteira é uma área em processo, permeável e de múltiplos contatos, onde se produziu e se produz uma rede de interdependências para além das questões político-administrativas. Fronteira é um conceito polissêmico e ambivalente. As problemáticas que a envolvem sempre partem da ideia de limite, mas não se restringe a ele. A fronteira, em sua ambiência, permite inúmeras interpretações, pois para compreendê-la historicamente é preciso “apontar para sua complexidade, indicando que os marcos regulatórios importam, mas sem ser predominantes, ou seja, os artefatos legais e normativos integram a porosidade do lugar ao lado de outros componentes” (LEITE, 2017, p. 9). A fronteira, entendida como a região do antigo sul de Mato Grosso (SMT)², deve ser compreendida como um termo descritivo de uma unidade geográfica, econômica e social. Nesse sentido, ela potencializa e complementa as análises sobre a realidade e permite apreender os sentidos explicativos de conceitos teóricos em sua historicidade. A fronteira, enquanto região, “não pode ser concebida em círculos concêntricos tal qual o sistema capitalista, envolvido por periferias”, pois ela enquanto conceito descritivo representa uma unidade na qual se verifica a manifestação de múltiplas figurações (GEBARA, 1987, p. 15). Assim, este trabalho busca compreender outros componentes da fronteira, ou seja, as representações e as figurações sociais que integraram os processos civilizadores desenvolvidos na região. Para tanto, realizaremos a análise interpretativa de produções historiográficas que investigaram a fronteira no período de 1889 a 1943. Os objetivos específicos desta pesquisa são: identificar e analisar as representações

1 Projeto de pesquisa fomentado pelo Fundect/CNPq (Edital nº 09/2014; Protocolo: 28531.422.7669.250414).

2 Utilizaremos SMT para designar o antigo sul de Mato Grosso. Sigla adotada por Queiroz (2004) – em sua tese e em suas pesquisas – para se referir a porção sul do antigo Estado de Mato Grosso que deu origem, posteriormente, ao estado de Mato Grosso do Sul. Optamos por utilizar antigo sul de Mato Grosso, ou simplesmente SMT, pois consideramos todo atual Mato Grosso do Sul como uma região de fronteira no período estudado.

presentes na produção de historiadores, profissionais e “dilettantes” a respeito da fronteira SMT; analisar as implicações das representações sobre a educação na fronteira, entendida como uma realidade engendrada aos processos civilizadores; e identificar aspectos que revelam as mudanças de figurações e suas implicações sobre a educação dos indivíduos. Tais objetivos pretendem discutir duas questões: quais representações sobre a fronteira emergem da historiografia regional produzidas durante as primeiras quatro décadas do século XX? Como as representações presentes na historiografia se relacionam com a educação e com o processo de implantação do sistema de instrução na região em estudo? Em nossas análises utilizaremos como aporte teórico a Teoria dos Processos Civilizadores (TPC), desenvolvida por Norbert Elias (1897-1990), com destaque para os conceitos de figuração, *habitus* e civilização. Sob a perspectiva da Sociologia Figuracional, proposta por ele, temos como hipóteses iniciais que essa região fronteira possibilitou a existência de múltiplas figurações, em que o imbricamento do regional e do nacional tem características complementares e ambíguas, e que elas contribuíram para o estabelecimento de representações que implicaram na implantação e no fortalecimento da educação na região, dado seu caráter civilizador.

A pesquisa a respeito da educação, da fronteira e de suas representações, fundamentada na historiografia regional, é relevante, pois se estabelecerá a partir de uma base teórica metodológica distinta das trabalhadas pela historiografia regional sul-mato-grossense. Dessa forma, nossa análise, ao considerar as figurações específicas que constituem os processos civilizadores da fronteira, possibilitará um novo olhar interpretativo sobre sua constituição. É importante atentar para essas figurações, pois elas podem revelar aspectos mediadores do processo histórico. Mediações estas que perspectivas teóricas totalizadoras, como as utilizadas pelos historiadores que serão analisados, foram negligenciadas em suas interpretações.

Outro aspecto que indica a relevância do tema desta pesquisa é o seu alinhamento a projetos desenvolvidos por professores dos programas de Pós-Graduação em Educação e em História da UFGD – localizada na faixa de fronteira – que visam compreender a região a partir de múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas. Desde 2012, esses programas, em parceria com outras instituições brasileiras – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Faculdades Magsul – e paraguaias – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Universidade Nacional de Assunção (UNA) – realizaram seis seminários denominados “Leituras de Fronteiras”, com o intuito de promover o diálogo entre pesquisadores brasileiros e paraguaios sobre a fronteira

SMT com o Paraguai. Os resultados desses encontros, publicados em Anais e em três livros, sintetizam a preocupação com o tema da fronteira e “os sentidos que esse fenômeno adquire em temporalidades diferentes” (LEITE, 2017, p. 13).

Consideramos que esta pesquisa, ao realizar estudo teórico e historiográfico baseado em fontes produzidas sobre o tema, auxiliará na compreensão do processo educacional e na construção histórico-social da identidade regional. Em síntese, ela contribuirá para a história da educação e da região, agregando um novo olhar, segundo o referencial teórico adotado, pois, embora tenhamos várias análises historiográficas das representações da fronteira e seu imbricamento com a educação, nenhuma se ancorou na Teoria Figuracional proposta por Norbert Elias. Além disso, pouco se produziu em nível de doutorado sobre o tema da educação e fronteira.

Como exemplo, podemos citar alguns resultados do levantamento nos bancos de teses³brasileiros para construirmos nosso projeto. Ao utilizarmos o descritor “educação e fronteira” ou “fronteira e educação” encontramos cinco teses. Contudo, apenas a tese de Centeno (2007), que adotamos como fonte historiográfica, trata da região específica por nós estudada. As outras ocorrências tratam a fronteira relacionando-a com problemas de alfabetização, com a sexualidade, com as relações humanas, dentre outros. Por isso, não se enquadraram em nossos critérios de busca e seleção. Quanto ao recorte temporal e histórico proposto (1889-1943), ele se justifica, porque no ano de 1889 iniciou-se o regime republicano e presidencialista no Brasil e em 1943 foi criado o território federal de Ponta Porã⁴ pelo governo do presidente Getúlio Vargas⁵. Nesse período, foram produzidos importantes documentos e obras que podem revelar a figuração regional e sua representação. Outro aspecto que ampara o

3 Foram realizadas buscas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/>) e no Banco de teses da Capes (<http://bancodeteses.capes.gov.br>). O critério de seleção foi delimitado por: teses oriundas de PPG em Educação entre 1990-2015; a ocorrência do descritor no título; a fronteira tratada na obra deveria ser a do Brasil-Paraguai situada na região do SMT; e o período da pesquisa deveria contemplar os anos de 1889-1950. Os descritores utilizados foram “educação e fronteira”, “Representação e fronteira”; “Fronteira de Mato Grosso”, “Representações de Mato Grosso” e “Fronteira sul-mato-grossense”.

4 Por meio do Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o governo Vargas criou os “Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú”.

5 É mister salientar que Vargas exerceu o cargo de presidente entre 1930 a 1945 e de 1950-1954. Todavia, a ascensão de Vargas à presidência no primeiro período não se deu por via democrática, pois em 1930, após chefiar a chamada “Revolução de 1930”, ele assumiu o cargo de presidente durante o Governo Provisório (1930-34) que visava à instauração de uma Assembleia Constituinte, que o elegeu presidente em 1934. Não obstante, em 1937, enquanto preparavam-se as eleições presidenciais para janeiro de 1938, Vargas instituiu o chamado Estado Novo, sob o pretexto da existência de um plano comunista que visava assumir o poder no Brasil. Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas determinou o fechamento de Congresso e outorgou uma nova Constituição, conferindo-lhe o o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. (Cf. GETÚLIO Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/getulio_vargas. Acesso em: 9 abr. 2018.)

recorte inicial é a figuração histórica da época. De acordo com as fontes com as quais trabalhamos, desde o final do século XIX até a década de 1930, aconteceram sucessivos conflitos entre grupos sociais em todo o estado⁶ de Mato Grosso. Esses grupos disputavam o controle do poder econômico e político. Vários dos conflitos em torno do poder local ganharam dimensão nacional, a exemplo da “Revolução de 1906”, em Cuiabá. Perante a alegação da violência gerada por essa revolta, as oligarquias do sul do estado começaram a veicular ideias separatistas, as quais ganharam projeção nacional a partir da década de 1920, por meio de representantes políticos, cartas abertas e manifestos, sob o argumento de que o centro-norte (Cuiabá) se encontrava ainda em um estágio “pré-civilizado” em relação ao sul. Em nossa perspectiva, as disputas dos diversos grupos revelam as interdependências dos indivíduos em suas figurações. Nossas fontes para análises serão as obras de historiadores não profissionais (que chamaremos de diletantes) e de profissionais que desenvolveram pesquisas acadêmicas em forma de tese de doutorado. Entendemos que as obras dos primeiros, apesar de possuírem formação erudita, não possuem o rigor teórico-metodológico da pesquisa histórica exigida pela academia. Assim, os “historiadores diletantes”, se caracterizam pelo envolvimento aberto com os temas e problemas que tratam e por, normalmente, terem presenciado e/ou terem sido agentes dos acontecimentos por eles narrados. Suas narrativas refletem impressões pessoais sobre o momento histórico ou sobre um passado próximo a eles. Tais impressões se manifestam na escrita, em formato de crônica, ou apenas ancorada em fontes orais que, mesmo quando buscam fundamentação em fontes escritas, carecem de rigor metodológico de citação e de análise, pois as utilizam apenas para justificar seus pressupostos (CENTENO, 2007).

As obras *Canaã do Oeste* (1989)⁷, *Fronteiras guaranis* (2003)⁸ e *Pela defesa nacional* (1944), produzidas pelos “historiadores diletantes” José de Melo e Silva (1892-1971) e Oclécio de Barbosa Martins (1913-1976), formam o *corpus* de fontes dos historiadores não profissionais, aos quais intitulamos de primeira geração. Suas obras fazem parte das primeiras tentativas de registro historiográfico sobre a fronteira SMT. Eles descreveram a fronteira e registraram eventos importantes que nos ajudam a compreender a história dessa região, assim como, podem auxiliar na compreensão da educação daquele período. Seleccionamos esses dois

6 Utilizaremos estado para nos referir à unidade da federação brasileira Mato Grosso e Mato Grosso do sul e Estado, para nos referirmos à Nação brasileira e/ou a outros países.

7 A obra *Canaã do Oeste* (1989) que utilizamos para análise é a segunda edição revisada por Yara Penteado – sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) – e publicada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 1989. A publicação original é de 1947.

8 O livro *Fronteiras guaranis* que utilizamos para esta análise é a segunda edição, atualizada por Hildebrando Campestrini e publicada pelo IHGMS em 2003 com o título *Fronteiras guaranis: a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. A primeira edição ocorreu em 1939.

autores, pois temos por pressuposto que seus textos apresentam representações da fronteira construídas histórico-socialmente de dentro dela. Das obras de historiadores profissionais, selecionamos os trabalhos de Valmir Batista Corrêa (1995) – *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)* – e de Lucia Salsa Corrêa (2012) – *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)* – porque eles contribuíram para a constituição do campo historiográfico sul-mato-grossense e fazem parte da primeira geração de professores da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) e UFMS. Seus trabalhos são referências para diversas pesquisas acadêmicas que abordam diretamente a fronteira SMT. Analisaremos também uma tese que versa sobre a história da educação na fronteira. A tese de Carla Villamaina Centeno (2007) – *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)* – foi escolhida, em razão da abordagem específica da região por nós estudada e por possuir recorte histórico e fontes semelhantes aos nossos. A tese sobre a história da educação terá dupla função em nosso trabalho: será tratada como fonte e como referência potencializadora de nossas análises pela ótica de nosso referencial teórico, a sociologia figuracional. Temos patente que a escolha das referidas obras nos permitirá compreender se as representações lançadas pelos primeiros historiadores permanecem vigentes na interpretação da fronteira e/ou se foram superadas.

Devido às fontes de nossa pesquisa se constituírem por obras produzidas sobre a história regional, entendemos que a pesquisa será historiográfica. Nossas análises serão balizadas pela Teoria Figuracional de Norbert Elias e pelo conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier, a partir da obra de Elias (2001). *The Civilizing Process* (ELIAS, 2001)⁹, que de agora em diante será referido como TCP, engloba importantes conceitos, tais como o de figuração, interdependência, equilíbrio das tensões, poder e *habitus* (ELIAS, 2001). Adotamos esses conceitos como ferramentas teóricas capazes de possibilitarem pensar o nosso próprio objeto de estudo. Embora Elias tenha utilizado em várias obras o termo configuração, optamos por utilizar o termo figuração. Apesar da diferença de grafia, ambos os conceitos foram desenvolvidos por ele, a fim de superar a dualidade entre indivíduo e sociedade. Landini (2005, p.14) afirma que a diferenciação entre configuração e figuração não incide em erro de tradução, como muitos afirmam, visto que o próprio Elias, “cuja obra foi escrita em sua maior parte em inglês, utilizou ambos os termos. Em grande parte de sua obra utiliza ‘configuração’, palavra escolhida com o objetivo principal de fazer face ao termo parsoniano ‘sistema’”. Contudo, à medida que desenvolveu sua teoria, ele passou a questionar a palavra configuração, sem, em

9. Publicado originalmente em 1939.

hipótese alguma, questionar o significado já trabalhado e desenvolvido. De acordo com Landini, o incômodo de Elias estava relacionado à etimologia da palavra, pois poderia causar redundância ou má interpretação de sua teoria, já que no latim, o prefixo *con* significa “com”, ou seja:

[...] se figuração. (*figuration*) quer dizer padrão. (em inglês, *pattern*), configuração. (*configuration*) quereria dizer com padrão. (*withpattern*) Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo *con* passou a ser visto como redundante e ele passou a preferir o uso de figuração. (LANDINI, 2005, p. 14)

Segundo Chartier (2001, p. 15), a análise figuracional (*Figurations analyse*), desenvolvida por Elias em toda a sua obra, sempre levou em consideração três aspectos interdependentes do desenvolvimento social: a evolução biológica (*biologische Evolution*), a evolução social (*gesellschaftliche Evolution*) e a evolução vivida na escala da história individual (*Geschichte*, para Elias). A figuração só pode ser entendida quando se considera a interdependência dos indivíduos no campo social (ELIAS, 2008). Na interpretação de Chartier (2001), o conceito de figuração proposto por Elias deve ser apreendido como “uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (CHARTIER, 2001, p. 13). As figurações sociais são muitas, como demonstrado por Elias (2008), e podem ser entendidas como os jogadores de um carteadado ou de uma partida de futebol, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação e, por que não dizer, grupos que disputam poder em uma região em determinado período histórico.

A figuração proposta por Elias exige estratégias individuais ou de grupos. É sob esse aspecto que Chartier (1990) entende que o conceito de figuração está estritamente ligado ao de representação. Ao analisar a “Sociedade de corte” de Elias (2001), Chartier compreende que “o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelos outros” (CHARTIER, 2001, p. 20-21). Assim, é preciso considerar a posição social que determinado indivíduo ou grupo ocupa, pois ela se torna factível apenas por meio do julgamento e reconhecimento dos outros.

Essa “representação da posição pela forma” tem diversas implicações importantes: funda uma economia aristocrática da ostentação que regula as despesas segundo as exigências da posição que se pretende manter; constitui as hierarquias da etiqueta como o modelo das diferenças sociais; faz dos diferentes papéis e lugares no cerimonial de corte a condição essencial da competição social. Em uma tal formação, *a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e*

da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação(CHARTIER, 2001., p. 21, grifo nosso)

Chartier (1990), na introdução de seu livro *A história cultural: entre práticas e representações*, deixa claro que no campo da História, considerando que ela só pode ser entendida em um processo de longa duração e/ou civilizador, a “representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata” (CHARTIER, 1990, p. 22). Para o historiador francês, na esteira de Elias (2001), as representações são lutas histórico-socialmente construídas por indivíduos ou grupos que se valendo de diferentes dispositivos (textos, leis, normas, costumes) constituem uma imagem de si próprio que é reconhecida por outros. Por isso, a representação no campo da História deve ser entendida em três aspectos interdependentes na relação do indivíduo com seu mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes”. (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Elias, ao propor o conceito de figuração, tenta apreender as estratégias e ações de indivíduos, que em uma formação social específica, produzem valores que são incorporados por todos os outros indivíduos de outras figurações interdependentes na mesma sociedade. Chartier (1990) compreende que, na análise histórica, as representações do mundo social são construídas por determinados grupos a fim de atenderem seus interesses. Isso implica em classificações, delimitações e divisões capazes de organizarem a apreensão do mundo social, sendo produzidas e partilhadas de acordo com as disposições próprias dos grupos em determinadas figurações.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas. (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. *Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como*

estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. (CHARTIER, 1990, p. 17, grifo nosso)

Os conceitos de figuração em Elias (2008) e de representação em Chartier (1990) envolvem estratégias. Portanto, a representação, por ser constituída em um campo de competições e concorrências, como citado acima, deve ser entendida como estratégia. Embora Chartier também conceba a representação como imagem posta no lugar de uma pessoa, tal como um busto que representa determinado indivíduo ou a fotografia que representa determinada pessoa, lugar ou acontecimento, o conceito de representação, aplicado à compreensão do processo histórico, deve ser entendido como uma estratégia de indivíduos dentre as figurações. A representação envolve práticas e apropriação (Chartier, 1990), mas estas estão no bojo da estratégia de formulação. É nessa perspectiva que entendemos a representação nesse trabalho.

A investigação das representações da fronteira Brasil-Paraguai e da educação presentes na historiografia regional exige uma perspectiva teórica aberta, capaz de transpor os limites artificiais das disciplinas. Outra característica que se manifesta é o caráter interdisciplinar de sua construção e análises, pois, embora a pesquisa esteja sendo desenvolvida no PPGEdU, aloca-se na linha de História, tem como objeto as representações produzidas pela historiografia e possui um referencial teórico que transita entre História, Sociologia e Filosofia, disciplinas reconhecidas como fundamentos da educação.

A relação entre a Sociologia Figuracional de Elias e a representação na perspectiva de Chartier (1990), aplicadas à história da educação regional a partir da historiografia, contempla, ainda, outros três aspectos. Primeiro, todo aparato conceitual proposto e desenvolvido por Elias permite problematizar múltiplos aspectos da historiografia e das representações construídas histórico-socialmente, bem como, possibilita abordar em uma nova perspectiva a história da educação e da escolarização (VEIGA, 2008, p. 145). Segundo, os conceitos e objetos da teoria eliasiana (indivíduo, figuração, interdependência, *habitus*, tempo, símbolo, etc.) devem ser lidos em diálogo com outras áreas do saber, de forma especial com a História e com a Filosofia. Terceiro, Roger Chartier (1990), um dos expoentes da História Cultural, desenvolveu seus argumentos sobre representação e cultura em diálogo com a Teoria Figuracional de Elias (1993)¹⁰ e com filósofos como Ricoeur (1995)¹¹. A Teoria Figuracional de Elias é uma teoria aberta. A abertura dos conceitos eliasianos consiste na possibilidade de aplicá-los a diversos

10 Chartier utiliza a publicação em alemão do *Processo civilizador*, publicada em 1939.

11 Chartier utiliza a publicação em francês de *Tempo e Narrativa*, de 1984.

objetos das Ciências Humanas. Assim, é mister enunciar que, para Elias, o objeto da sociologia não é a sociedade ou indivíduo, ou, ainda, o grupo de indivíduos, mas, sim, a rede de inter-relações. Ou seja, o conceito de figuração “[...] serve, portanto, de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (ELIAS, 2008, p. 141). Logo, é possível pensar a representação com base nesse conceito, pois, segundo o sociólogo, toda a relação humana, que é uma relação de poder e se dá em um processo interdependente e imbricado. Nessa medida, a sociedade é dos indivíduos, sem dicotomias.

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas acções são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: ‘O jogo hoje à noite está muito lento!’. Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objectivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das acções de um grupo de indivíduos interdependentes. Mostramos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo “jogo”. (ELIAS, 2008, p.141-142)

Por conseguinte, devemos conceber as relações humanas sempre na interdependência e, conseqüentemente, sem domínio pleno dos resultados, visto que as figurações sempre formam uma teia imprevisível onde existem tensões. A interdependência entre atores sociais – sejam indivíduos ou instituições – existe independentemente de serem aliados ou adversários.

Ao investigar as representações da educação e da fronteira, colocamo-nos em um duplo desafio, porque queremos entender como a fronteira foi representada na historiografia regional, bem como, qual a representação que a educação assumiu diante da representação da fronteira. Destarte, não podemos desconsiderar os atores sociais que construíram a história da fronteira em figurações específicas próprias de um tempo. Trataremos os atores sociais como indivíduos e não como sujeitos. Essa distinção exige esclarecimento, pois, em tempos pós-modernos, o termo indivíduo parece estar em desuso ou em crise no ambiente acadêmico. Pensaremos o indivíduo não como um ser isolado, mas como um ser em relação, sempre em uma situação figuracional, conforme apresentado por Elias (2008).

Elias, desde sua tese de doutorado¹² até seu trabalho de maturidade¹³, buscou romper com concepções idealistas e demonstrar que não existe *a priori* em nenhuma realidade humana. O indivíduo se constituiu como ser (social, afetivo, cognoscente, etc.) no processo de socialização que se constitui em múltiplas figurações interdependentes e imbricadas. Esse processo, que constituiu indivíduos e sociedade ao mesmo tempo de forma inerente, foi nomeado por Elias como “processo civilizador”. Para ele, a ideia de sociedade, e as experiências de grupos humanos no decorrer dos séculos não devem ser, em hipótese alguma, concebidas apenas como um aglomerado ou uma porção de pessoas individuais, pois cada agrupamento de pessoas forma uma distinta sociedade, dada as figurações presentes em sua constituição. As figurações presentes em cada sociedade permitem mudanças sociais e individuais, ainda que os indivíduos não tenham consciência ou planejem de forma deliberada qualquer mudança na constituição de determinada sociedade (ELIAS, 1994). Nosso questionamento sobre as representações da fronteira e da educação carrega, em certa medida, uma das perguntas-chave da teoria eliasiana. Ao indagarmos sobre como se constituíram as representações, quais critérios e estratégias foram utilizados e selecionados por indivíduos e assumidas no decorrer do processo pela sociedade estamos na esteira de Elias. O sociólogo alemão indagou em sua obra “que tipo de formação é essa, esta ‘sociedade’ que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos?” (ELIAS, 1994a, p. 13). Segundo ele, tradicionalmente, deparamo-nos com duas respostas e elas figuram como antinomias presentes também nas fontes que nos propomos a analisar.

A primeira oposição refere-se àqueles que abordam “as formações sócio-histórica como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas, tal como agora se apresentam ao observador retrospectivo, por diversos indivíduos ou organismos” (ELIAS, 2008, p.13). Se olharmos com atenção as teses de Corrêa (1995 e 2012), podemos filiá-las, de acordo com Elias, ao grupo de pessoas que formam a primeira oposição quanto à concepção de sociedade. As teses supracitadas, de fato abordam as formações sócio-históricas como preconcebidas ou planejadas, seja por um indivíduo ou grupo, seja por uma entidade, quase metafísica – o sistema capitalista. Todavia, sabemos que em razão do modelo teórico adotado, os resultados de pesquisas se filiam a determinadas concepções e ideais de desenvolvimento da história, e que a história não é uma invenção ou criação “racional e deliberada de uma obra — como um prédio ou uma máquina — por pessoas individuais” ou institucionais (ELIAS, 1994a, p. 14). De outro lado temos

12ELIAS, Norbert. *Ideia e indivíduo: um contributo para a filosofia da história*. Universidade de Wroclaw, 1924.

13 _____. _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

análises historiográficas, obviamente também influenciadas por seu tempo e por seu conhecimento de mundo, como a de Melo e Silva (2003), que revelam a outra posição enunciada por Elias: abordam a formação sócio-histórica como se o indivíduo não desempenhasse papel algum, tendo seus modelos conceituais extraídos primordialmente das ciências naturais (ELIAS, 1994a, p. 14). Melo e Silva, em suas observações sobre a região, compreende seu desenvolvimento distante da intenção e da ação dos indivíduos, os quais considera uma massa amorfa que depende da ação externa, do Estado, de deus, da educação ou da própria sorte genética.

É na perspectiva da teoria eliasiana que pretendemos desenvolver nossa crítica sobre as representações da fronteira. De acordo com Elias, não podemos conceber sociedade e indivíduos como elementos isolados, mas sempre pensar de forma dialógica, ou seja, “a sociedade dos indivíduos”. Ambos “simplesmente existem — o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos — de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas” (ELIAS, 1994a, p. 16). Por conseguinte, o processo de constituição das representações de uma sociedade, e ela própria, só podem ser analisados *a posteriori*, pois a existência envolve figurações que revelam o momento histórico, mas que só pode ser avaliado como elemento influenciador ou não de mudanças do processo depois de ocorrida a transformação.

A perspectiva de Elias a respeito do indivíduo não é antagônica à concepção de correntes filosóficas do século XX, tais como a fenomenologia-hermenêutica¹⁴ e/ou o existencialismo¹⁵. Ele não nega a influência da filosofia em sua obra, mas não aceita as propostas filosóficas que defendem o eu puro (Descartes) ou qualquer *a priori* (Kant). Contudo, Elias realiza em toda sua obra

[...] a move from philosophy to sociology; and then a gradual broadening of the scope of the sociological perspective, accompanied by an increasing

14 Corrente filosófica influenciada pela Fenomenologia de E. Husserl, que a partir de Dilthey Schleiermacher constitui-se como um corpo geral de princípios metodológicos, pautado pelo ideal de objetividade e validação das interpretações construídas histórico-socialmente por indivíduos ou grupos. Já a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur caracteriza-se pelo reconhecimento da permanente tensão entre objetividade/subjetividade ou compreensão/explicação, presente em todo e qualquer processo interpretativo (Cf. Dicionário de filosofia Japiassú).

15 Corrente filosófica contemporânea, influenciada pela fenomenologia, segundo a qual, no homem, a existência sempre precede a essência. Assim, o indivíduo é aquilo que cada um faz de sua vida, nos limites das determinações físicas, psicológicas ou sociais que pesam sobre ele. Mas não existe uma natureza humana da qual nossa existência seria um simples desenvolvimento. O existencialismo está presente no pensamento de J.P. Sartre, A. Camus, J. Ortega y Gasset, M. Merleau-Ponty, K. Jaspers, para citar alguns do século XX. (Cf. Dicionário de filosofia Japiassú).

facility in dealing with complicated subject matter at a high level of synthesis in relatively simple terms and phrases¹⁶. (GOUDSBLOM; MENNELL, 1998, p. 1)

Ao afirmarmos que a Sociologia Figuracional de Elias dialoga com a Filosofia, queremos evidenciar que, embora Elias não tenha negado a influência filosófica sobre seu pensamento, ele se esforçou para compreendê-la do ponto vista social, assim como não mediu esforços para tornar mais claras, simples e objetivas as respostas aos problemas que são discutidos pela Filosofia (ELIAS, 1998, p. 6). Outro aspecto da relação de Elias com a Filosofia é seu esforço para não conceber qualquer questão relativa aos homens fora do processo histórico, como muitos filósofos o fizeram. Dado isso, vemos a interdependência até no processo de construções teóricas, pois as correntes filosóficas supracitadas têm seus temas e problemas pensados, não com base na pura racionalidade, mas nas facticidades humanas. O ser humano é histórico e o pressuposto dessas correntes é que a existência concreta e historicamente situada determina os indivíduos. Nessa perspectiva, entendemos que o indivíduo é sempre o fruto de um processo de desenvolvimento histórico, biológico e social. Em termos eliasianos, o indivíduo é o resultado dos processos civilizadores que desenvolvem estratégias de comunicação dando origem às representações.

Quanto ao papel da História é comum entendê-la como a ciência que estuda os fatos humanos ocorridos no passado para melhor compreender o presente. Embora Elias não se afaste dessa máxima, compreende que o objeto da investigação histórica não é um fato desligado e independente de outros acontecimentos. Para Elias, quando um historiador se dedica a estudar, compreender e descrever um determinado evento ou fato histórico, ele ajuda na compreensão de toda a História:

Even if the investigator aims at understanding the single object in its incomparable individuality, to the extent that he succeeds in singling out this and only this object from the fullness of the material, and in seemingly isolating it from everything that ever was or will be, he will actually be connecting it more closely with everything he is trying to exclude, and the sequence in which the object is located will emerge more graphically. For by the delineation of a single fact, other facts in its field – be it the field of art, law, science, or religion – will at once be thrown into sharper relief¹⁷. (ELIAS, 1998, p.7)

16 [...] um movimento da filosofia para a sociologia; e depois um alargamento gradual do escopo da perspectiva sociológica, acompanhado por uma facilidade crescente em lidar com assuntos complicados em um alto nível de síntese, em termos e frases relativamente simples (tradução nossa).

17 Mesmo que o investigador tenha como objetivo compreender um único objeto em sua incomparável individualidade, à medida que ele consegue destacar este e apenas esse objeto da plenitude do material, e aparentemente isolando-o de tudo o que já foi ou será, ele realmente está conectando-o mais com tudo o que ele

Com base nessa proposição de Elias sobre o objeto da História e a respeito do ofício do historiador na construção da narrativa, e diante de sua interpretação do fato ocorrido no passado, compreendemos que todas as suas proposições revelam a questão mais cara de sua teoria: a superação da frágil dicotomia clássica entre indivíduo e sociedade e/ou ausência de interdependências em tudo o que é humano. Esse problema perpassa toda a sua obra. Assim, quando nos propomos a estudar a representação da fronteira e o papel da educação, tomando por base a historiografia, não nos será possível descartar o entorno da região fronteira no período estudado.

Demonstrar as interdependências dos indivíduos na região no período estudado é, por decorrência, um dos objetivos deste trabalho. A título de exemplo, podemos citar a tese de Galetti (2000), a qual apresenta um jogo de disputa de representações que envolve indivíduos estrangeiros, brasileiros do centro do país e mato-grossenses. O resultado dessa disputa é o estigma do outro, considerando suas diferenças ou particularidades. Na busca por forjar uma representação, o texto (jornalístico, oficial, bibliográfico ou acadêmico) é uma estratégia que produz distinção entre indivíduos, grupos ou regiões. Fixou-se por meio de produções bibliográficas a dicotomia eu-ele ou nós-eles, de forma que o outro passa a ser representado de forma inferior/superior em relação ao que produz ou assimila anomicamente a representação.

Em *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000), Elias e Scotson, ao investigarem uma pequena comunidade, desvelaram algo próprio da humanidade: perceberam como um grupo humano consegue monopolizar o poder e utilizar as diversas possibilidades que isso lhes confere para marginalizar e estigmatizar outros grupos ou manter o *status quo* da sociedade:

[...] encontrava-se ali, nessa pequena comunidade de Winston Parva, como que em miniatura, um tema humano universal. Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos. (se autorrepresentam) como humanamente superiores. O sentido literal do termo “aristocracia” pode servir de exemplo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19)

Na comunidade estudada por Elias e Scotson, a estratégia encontrada por determinado grupo (estabelecidos) de indivíduos, que se considerava melhor e superior ao outro (*outsiders*), para se manter nessa posição foi a fofoca. Essa estratégia garantiu, naquele caso, a manutenção

está tentando excluir, e a sequência em que o objeto está localizado surgirá mais graficamente. Pois pela delimitação de um único fato [histórico], outros fatos em seu campo – seja o campo da arte, da lei, da ciência ou da religião – se tornarão imediatamente mais nítidos (tradução nossa).

da representação de um grupo como superior, dado seus diferenciais de poder em relação a outro interdependente.

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-*outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa. (*pride gossip*), no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas. (*blame gossip*) contra os suspeitos de transgressão. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20)

Nosso objeto não é a fofoca, mas a história escrita e veiculada. A narrativa histórica é uma das maneiras de construir representações de algo ou alguém. A estratégia que estamos analisando na construção da representação da fronteira é a narrativa histórica fixada em livro-texto, feita por historiadores (profissionais ou não). Todavia, podemos estabelecer uma relação entre a fofoca e a narrativa histórica em forma de texto. Na tese de Galetti (2000) percebemos que a estigmatização se deu por meio de veículos de comunicação (jornais). No nosso caso, não estamos em busca da estigmatização, mas reconhecemos que ela é uma das representações. Nessa perspectiva, é preciso pensar a fofoca analogamente à narrativa histórica produzida e veiculada. Mesmo que quem fofoque seja “indivíduo e não a comunidade” (WIESER, 2009, p. 351), é importante notar que, na perspectiva de Elias e Scotson (2000), a fofoca revela e serve aos interesses do grupo estabelecido, porque eles detinham as redes de comunicação mais eficientes na configuração estudada. Portanto, quando pensamos a historiografia — no suporte jornal, livro, manifesto, mensagem oficial ou na tese —, mesmo que seja a expressão da opinião de um indivíduo, ela revela o interesse de determinado grupo que pode ser assumido por outros, levando esses outros a uma representação anômica do outro.

Percebemos que grupos sociais criam estratégias como elemento do jogo social para se manterem ou alcançarem o poder. Uma delas é o texto escrito, visto que quem escreve tem a suposta autoridade sobre o tema. Tal estratégia é presente nos processos civilizadores de diversas sociedades humanas. De forma simples, poderíamos dizer que na perspectiva de Elias exerce mais poder aquele indivíduo ou grupo que é reconhecido como mais importante (o juiz, o professor, o pesquisador, etc.) pelos outros indivíduos ou grupos. O prestígio e o estigma, em grupos pequenos ou em sociedades menos complexas, podem ser produzidos e ganhar vida a partir da fofoca, pois esta caracteriza ou descaracteriza o mais e o menos importante. A fofoca é uma estratégia de pessoas ou grupos em sociedades menos complexas que proporciona maior coesão social, bem como instaura uma diferença entre os grupos e/ou indivíduos.

Em sociedades mais complexas, o discurso escrito, o texto, seja ele de jornal, do livro, do manifesto, de órgãos oficiais ou da academia, resulta em uma estratégia semelhante à fofoca, ampliando a coesão social de determinados grupos e estigmatizando outros. Ambos os instrumentos estratégicos (fofoca e escrita) ajudam a produzir ou a reforçar um *habitus*. O *habitus* é o resultado de experiências práticas adquiridas pelos seres humanos em um processo de longa duração. Assim, infere-se que, ao considerarmos que “não existe algo que seja dado ou atemporal antes de qualquer experiência, mas saberes adquiridos (*habitus*) que pertencem ao patrimônio das experiências da humanidade” (VEIGA, 2008, p.145), então, não podemos descartar a história escrita como estratégia capaz de auxiliar a produção de *habitus* e representações sobre indivíduos e grupos.

A escrita pode mudar ou reforçar a percepção de um grupo humano sobre o outro. Todorov em seu livro *A conquista da América: a questão do outro* (2010) demonstra na primeira parte que os relatos de Cristóvão Colombo reforçaram a visão do europeu sobre os povos “selvagens”. Os indígenas, objetivamente, não eram e não se portavam da maneira que Colombo os descrevia, porém, a forma de Colombo retratá-los, produziu uma representação deles e sobre eles no mundo europeu e no novo mundo.

Elias estabelece como um dos objetivos basilares de sua obra compreender o processo de ruptura e perpetuação de determinadas figurações sociais. As mudanças de figurações são chamadas de processo civilizador. Segundo Veiga (2008, p. 146), “a questão fundamental [em *A sociedade de Corte* (1969)] era compreender a emergência, a perpetuação e a ruptura dessa figuração social” presente nas cortes europeias a partir do século XVI. Embora o problema da representação nunca tenha sido objeto de estudo de Elias, sua teoria nos ajudará a compreender a representação da fronteira e da educação nela, pois, como já demonstrado, Chartier desenvolve esse conceito na esteira da teoria eliasiana e a representação expressa a figuração existente na região. A título de exemplo, podemos citar a própria “Sociedade de Corte” estudada por Elias, porque na história ocidental o imaginário social e o comportamento social são perpassados pelo *habitus* forjado na Corte desde o século XII.

Nosso pressuposto é de que existem representações da fronteira Brasil-Paraguai. Elas foram fixadas a partir do final do século XIX em um contexto de desenvolvimento econômico e demográfico da região e se estabeleceram mediante disputas de poder, por meio de instrumentos estratégicos, tais como a historiografia – acadêmica, jornalista, memorialista – e mensagens oficiais do Estado e/ou de seus representantes. Essas produções historiográficas

marcaram a região e, conseqüentemente, os indivíduos que ali habitavam e habitam. Corrêa (2012) nos apresenta um bom exemplo, pois, em sua tese, não afasta a ideia de que a região era um lugar violento e que o seu desenvolvimento se deu graças à agropecuária. Essa interpretação se faz presente em Melo e Silva (2003) e em Oclécio Barbosa Martins (1943).

Nossa pesquisa, ao buscar identificar as representações da fronteira e da educação valendo-se da historiografia regional, propõe-se a realizar um estudo historiográfico no qual os conceitos de figuração e representação são fundamentais em nossa análise, porque entendemos que, ao propormos isso, faremos “história da história”, a fim de “compreender a maneira como aquela [história] tem sido escrita” (CLAIRE-JABINET, 2003, p. 16), bem como as razões que justificam as narrativas históricas sobre a fronteira, haja vista que a historiografia investiga as obras históricas produzidas em determinada época a respeito de outra e busca entender a reflexão, os interesses e os vínculos do historiador ao narrar determinado acontecimento histórico.

Ao propor um estudo historiográfico, nossas fontes serão documentais-bibliográficas e nossa metodologia de caráter analítico-interpretativo, posto que tomaremos como objeto a historiografia presente em livros e teses. Consideramos que as fontes eleitas podem nos proporcionar o entendimento de como se constituíram as representações sobre a região, pois elas apresentam diversas perspectivas de diferentes autores sobre o tema por nós estudado.

Buscaremos analisar as representações presentes nas fontes historiográficas produzidas durante e sobre as primeiras quatro décadas do século XX, por historiadores profissionais ou não, mas que leram a fronteira e o SMT de dentro, porque viveram ou vivem nessa região, por entendermos que toda existência humana produz história.

A história, embora seja uma experiência vivida de forma singular por indivíduos, pertence ao todo social. A História, experiência e acontecimento passado, revela-se como uma tentativa de dar logicidade à memória por meio da narrativa. O fenômeno histórico e a experiência conhecida por fato histórico em sua manifestação não podem ser acessados ou capturados objetivamente. Do fenômeno histórico, ou seja, da experiência humana, capturamos rastros, sinais, que por meio da memória e da narrativa buscamos reconstruí-los, dando-lhes coerência e sentido congruentes com a realidade. A narrativa histórica é a síntese da nossa crença sobre o acontecido. Esse acontecimento, quando olhado sob o véu da distância do evento e de teorias distintas, adquire novos sentidos, significados semânticos e novas representações.

Assim, para identificar a representação contida nas fontes historiográficas selecionadas, propomos a “análise interpretativa” (SEVERINO, 2002), pois além de termos um modelo para leitura e análise de diferentes textos, uniformizamos o instrumental para compreender as representações da fronteira. A “análise interpretativa” deve ser entendida como um conjunto de regras e procedimentos que nos assegurará a obtenção de um resultado coerente e compreensível do processo de análise, uma vez que interpretar

[...] é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor ao diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-la com outras, enfim, é dialogar com o autor. (SEVERINO, 2002, p. 56)

Nossa proposta interpretativa seguirá os passos sugeridos por Severino (2002), os quais não se opõem a fundamentos da historiografia. De acordo com Ricoeur (1994), é preciso pensar a história, sempre se perguntando: se os acontecimentos narrados pelo historiador, frutos de relações interpretativas com base em indícios que compõem os fios condutores de uma trama, podem ser concebidos como verdade, ou como uma narrativa particular, que revela apenas alguns aspectos do tempo histórico experienciado por outros indivíduos imersos em suas facticidades em outro tempo. Sobre esse aspecto podemos também pensar a história como um processo não intencional dos homens, ou seja, a história possui pontos cegos que só podem ser compreendidos e narrados de forma racional após o acontecimento dos chamados “fatos”.

Dessa forma, buscaremos indícios de uma representação da fronteira, bem como de uma configuração social presente nela ao final do século XIX e início do XX. Ricoeur, na obra *Tempo e narrativa* (1994), reconhece que ao lermos a história dos homens capturamos somente as figurações construídas em forma de narrativa com base em fontes eleitas por um historiador. Todavia, a atividade historiográfica implica em uma reconfiguração do tempo, do espaço e da experiência de indivíduos no passado. O tempo torna-se tempo humano à medida que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna condição da experiência temporal (RICOEUR, 1994, p. 85).

Na esteira de Ricoeur, Pesavento (2007) entende que a história exige o exercício de interpretação, visto que ela (a história):

[...] pressupõe um pacto com o passado: o leitor espera um relato verdadeiro e todo o ato da escrita da História comporta esta tensão: chegar lá, no real acontecido. O texto do historiador tem, pois, uma pretensão à verdade e refere-se a um passado real, mas toda a estratégia narrativa de refigurar essa

temporalidade já transcorrida envolve representação e reconstrução. (PESAVENTO, 2007, p. 19)

A reconstrução é um ato criador do indivíduo pesquisador que lança o olhar sobre determinado fato ou fonte histórica. Nessa perspectiva, o historiador reinscreve o “tempo do vivido no tempo da narrativa” e a representação ocorre na medida em que a “narrativa histórica tanto se coloca no lugar daquilo que aconteceu quanto lhe atribui um significado” (PESAVENTO, 2007, p. 19).

O procedimento de “análise interpretativa” das fontes exigiu que dividíssemos as obras em unidades delimitadas com sentido completo (capítulos, seções ou partes), a fim de realizarmos a leitura e o fichamento para obtermos uma visão de conjunto da unidade delimitada. Em seguida, realizamos a “análise interpretativa” da mensagem do autor, na tentativa de identificar o tema, o problema, as influências teórico-filosóficas, bem como dialogar com o autor valendo-nos dos indícios identificados na sua narrativa (SEVERINO, 2002).

O caminho proposto para nosso exercício interpretativo se fez necessário, já que o

[...] pensamento desenvolvido na unidade [de leitura] permite situar o pensamento [do autor e de sua narrativa] na esfera mais ampla do pensamento geral do autor, e em verificar como as ideias expostas na unidade se relacionam com as posições gerais do pensamento teórico do autor, tal como é conhecido por outras fontes. (SEVERINO, 2002, p. 56)

Outro aspecto importante na “análise interpretativa” consiste na problematização, ou seja, é preciso “levantar, para a discussão e a reflexão as questões explícitas e implícitas no texto” (SEVERINO, 2002, p. 58). Portanto, baseados na “análise interpretativa”, identificamos representações da fronteira construídas histórico-socialmente.

Tomar livros e teses como fontes foi importante, porque pretendemos situar nossa tese no campo da historiografia, e também porque, de acordo com Gebara (201-?), a documentação e as fontes sempre são geradas mediante a intervenção do historiador. Isto é, não existe uma predefinição do que vem a ser fonte ou documento privilegiado; é o diálogo do historiador com os múltiplos indícios do passado, o motor do processo constitutivo das evidências que sustentam o tema estudado. Ainda segundo Gebara (201-?, p. 1.), aquilo que habitualmente chamamos de “fonte” em história, não passam de indícios, visto que “a transformação de um documento em fonte histórica é papel do historiador”.

A respeito dos indícios, Ginzburg (1989), ao propor o paradigma indiciário, reconhece a importância de o historiador se comportar como um detetive, na busca de pistas, fornecendo evidências que revelem algo novo, pequenos sinais, elementos aparentemente sem importância, mas capazes de causar ruídos ou fissuras na história e/ou nas grandes narrativas. A nossa proposta de análise interpretativa se alinha à proposta de Ginzburg, pois, ao identificarmos indícios, é preciso interpretá-los. O próprio “[...] método interpretativo [está] centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores [...]” (GINZBURG 1989, p. 149). Logo, não vemos oposição entre as propostas de Ricoeur, Severino e Ginzburg, posto que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural” (GINZBURG, 1989, p. 157). Portanto, só nos resta encontrar os indícios, seja em documentos seja nas narrativas produzidas com base em documentos, porque a história não pode reencontrar ou reproduzir as causas, mas “quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG 1989, p. 169) ou de seus rastros, sinais e indícios.

Ao tratarmos de representações, estamos na trilha de Chartier (1990), o qual compreende que as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Para ele, essas representações dotam o presente de sentido e

[...] mais do que o conceito de mentalidade, ela [a representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes”. (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Chartier (1990) entende que os códigos, padrões e sentidos são compartilhados pelos atores sociais, e, apesar de poderem ser naturalizados, seus sentidos podem mudar, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Nesse sentido, ele aceita que os indivíduos apreendem discursos (escritos ou não) que lhes possibilitam pensar o real. As leituras feitas pelos indivíduos e a consequente produção de sentido são determinadas por certas condições e processos – as figurações.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas

pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17)

As representações “construídas sobre o mundo [...] fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2007, p. 21). Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. As representações construídas por grupos ou indivíduos provocam nesse processo de construção a “percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” de elementos ou estratégias que não são do interesse daqueles que possuem poder e autoridade de forjar a representação (PESAVENTO, 2007, p. 22). Em síntese, as representações envolvem múltiplas figurações sociais e podem ser resultados de contradições presentes em diferentes grupos sociais. O historiador, ao produzir uma narrativa histórica, tem a pretensão de reconstruir o passado como verdade, mas apenas constrói uma narrativa representacional do passado. Essa atividade criadora reconfigura um tempo inacessível, vivenciado por outros indivíduos que deixaram apenas sinais e indícios de suas figurações.

As proposições de Chartier e de Pesavento acerca da representação podem ser relacionadas com a Teoria de Elias. A representação é socialmente construída, movida por interesses de indivíduos ou grupos e veiculada por diversos meios. A narrativa histórica é uma maneira de propagar representações que serão aceitas (ou não), conforme a posição que os indivíduos ou grupos ocupam na balança do poder e/ou se interessam pelo poder. Para Chartier, na esteira de Elias, as representações são estratégias e práticas (sociais, escolares, econômicas, políticas) construídas nas relações de poder presentes em figurações específicas (CHARTIER, 1990, p. 16).

Segundo Elias, a figuração deve ser compreendida como uma rede de relações estruturadas em espaço de posições. Essa rede não pode ser concebida como algo fechado em si mesmo, mas, sim, aberto e constantemente trabalhado pelas contingências e facticidades históricas. Tais contingências são variáveis e podem alterar a hierarquia das posições no exercício ou manutenção do poder. Assim, a figuração exige um “equilíbrio instável de poder com as tensões que lhes são inerentes” (ELIAS, 2006, p. 23).

O convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos,

em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas. (ELIAS, 2006, p. 26)

A noção de representação é muito importante para entender o processo de construção da identidade regional e tem de ser considerada ao tratarmos as fontes historiográficas, porque a representação dará sentido às ações de diversos indivíduos ou grupos. Para Chartier (1990), as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Esses esquemas intelectuais criam figuras, as quais, por sua vez, dotam o presente de sentido. Ele entende que os códigos, padrões e sentidos são compartilhados, e apesar de poderem ser naturalizados, seus sentidos podem mudar, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, pelos conflitos de interesses dos grupos sociais (figuração). A esse respeito, ele argumenta em direção à teoria de Elias:

A análise das sociedades, por seu turno, propôs uma história das estruturas que já não é a dos indivíduos e onde contam, antes de mais nada, a posição dos grupos relativamente uns dos outros, os mecanismos que asseguram a mobilidade. (ou a reprodução) social, os funcionamentos não apreendidos pelos sujeitos sociais e sobre os quais a sua ação voluntária não tem qualquer influência. (CHARTIER, 1990, p. 92)

A fronteira, enquanto espaço vivencial, é um local de interdependência entre os sujeitos, e ela é também representacional. Ela se estabelece na relação de interdependência com outras regiões próximas ou distantes, mas sua figuração sempre se distingue de outras figurações regionais.

No final do século XIX e início do XX estabeleceu-se na região fronteira do SMT uma rede de ligações sociais movidas por interesses. As figurações estabelecidas em determinada época auxiliaram a produção de discursos sistemáticos, informativos e valorativos sobre a região, criando, assim, suas representações. Essas narrativas históricas refletem as estratégias instauradas e mantidas por grupos, instituições, indivíduos dentro de suas relativas posições e manifestações de poder, que se fizeram presentes e marcaram todo processo histórico-social.

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores — não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. (ELIAS, 2008, p. 142)

Por conseguinte, compreender a figuração regional permitirá entender as representações do local.

Assim, cientes de que podemos aplicar o conceito de figuração à realidade regional, expressando conexões de interdependência, temos como pressuposto que, ao identificar e analisar discursos presentes nas fontes que foram produzidas durante e a respeito do período de 1889 a 1943 sobre a região, compreenderemos as figurações que se estabeleceram, bem como o papel da educação perante as representações construídas. Portanto, as categorias de análise figuração, representação, interdependência são fundamentais para compreendermos as representações presentes nas fontes historiográficas selecionadas e para identificar, por meio da narrativa presente nesses documentos, a constituição da representação identitária da região SMT.

A tese está organizada conforme o seguinte plano de redação: no primeiro capítulo situaremos a fronteira por nós estudada, a fim de apresentar ao leitor as implicações sócio-históricas que envolveram a região, assim como seu processo de constituição. Abordamos a ocorrência da fronteira na historiografia brasileira a partir do período republicano (1889) e apresentamos uma síntese de como a fronteira se manifesta nos escritos e análises de importantes autores brasileiros durante o século XX, que como veremos, foram influenciados pelos trabalhos de Frederick Jackson Turner (1861-1932)¹⁸. A fronteira SMT se constituiu tardiamente frente ao processo de ocupação do território brasileiro, colonizado primeiro em sua franja leste – à beira-mar. A ocupação de sua porção oeste, limitada à extensão hispano-americana, tornou-se um acontecimento a partir da descoberta do ouro em Mato Grosso (1719). O processo de constituição e ocupação da fronteira SMT ocasionou o encontro e tensões entre diversas figurações: Estados – ainda enquanto Colônias –, Bandeirantes, indígenas pioneiros, empresas, agentes políticos, militares, dentre outras. Todavia, como demonstraremos, a fronteira SMT não se constituiu em um movimento linear de leste para oeste. Nela a presença do Estado antecedeu a civilização, pois ele fixou seus limites e depois o processo de ocupação foi iniciado. No capítulo dois, realizamos a análise interpretativa das obras *Canaã do Oeste* (1989) e *Fronteiras guaranis* (2003), de José de Melo e Silva, e *Pela defesa nacional* (1944), de Oclécio Barbosa Martins. Esses autores não eram historiadores profissionais, mas podem ser

18 No ano de 1893 o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner expôs pela primeira vez sua famosa *frontier thesis* sob o título *The significance of the frontier in American history*. Seu principal postulado era que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos estava engendrado à constante expansão da fronteira oeste americana. Essa teria dá origem à democracia norte-americana e ao caráter nacional daquele país. Utilizaremos aqui a versão da referida comunicação publicada na coletânea *The frontier in American history*, em 1921.

classificados como historiadores diletantes. Preferimos essa classificação, e não memorialistas, pois de acordo com Zorzato (2000), a produção historiográfica mato-grossense de caráter memorialístico foi aquela que se fundamentou em constante rememoração de personagens, datas e fatos, com vistas a construir ou reforçar a identidade regional ou o pertencimento a determinado grupo. No caso dos autores selecionados para análise, eles são diletantes, porque embora possuam formação erudita, não se dedicaram ao ofício de historiador. Suas obras são esporádicas e apresentam interpretações, ainda que com engajamento e defesa, da região ou de determinado grupo a que estavam filiados (FREITAG, 2007). Nosso objetivo nesse capítulo é compreender, com base nas referidas obras, o contexto histórico da fronteira e como a educação colaborou para o projeto civilizacional da região. Os referidos autores produziram suas narrativas historiográficas nas décadas de 1930 e 1940 e sua análise revela algumas das figurações existentes na região SMT, como o jogo de poder e as representações que marcaram as análises e compreensões posteriores sobre a fronteira SMT. Assim, por meio da análise dessas fontes, objetivamos situar as figurações regionais no contexto histórico do início do século XX.

No terceiro capítulo analisamos as obras de dois historiadores profissionais. Selecionamos as teses *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, de Valmir Batista Corrêa (1995), e *História e Fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*, de Lúcia Salsa Corrêa (2012). Esses autores, além de serem pioneiros – pertenceram ao quadro de professores do primeiro curso de História implantado no SMT –, suas atividades de ensino e pesquisa contribuíram significativamente para a constituição do campo de pesquisa historiográfica regional. Ademais, suas pesquisas referem-se de modo pontual ao SMT no contexto do final do século XIX e da primeira metade do XX. Nosso objetivo é apreender as figurações presentes no SMT, a partir de suas narrativas, assim como identificar as representações sobre a fronteira, que emergem das figurações descritas em suas pesquisas. Ambos descreveram a região e apresentaram as tensões existentes entre os diversos grupos, revelando as mudanças nos processos sociais, o que possibilita identificar as figurações e as alterações de equilíbrio em seu interior. À medida que percebemos as alterações das figurações, podemos entender o desenvolvimento do processo civilizador da região.

No quarto e último capítulo, analisaremos uma tese sobre a história da educação na fronteira Brasil-Paraguai e cruzaremos seus dados com mensagens dos presidentes de Mato Grosso, para compreender como se deu o processo de implantação de escolas na região.

Escolhemos a tese *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*, de Carla Villamaina Centeno (2007), por essa investigação ter sido construída a partir e em diálogo com a historiografia regional. Buscaremos apreender os avanços representacionais da fronteira presentes nessa tese em relação às reivindicações de Melo e Silva para a implantação de escolas na região, assim como o papel da educação diante das representações construídas.

1 A FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE EM QUESTÃO

O Brasil é um país continental e fronteiriço. Seu território possui uma área de mais de 8,5 milhões de km² divididos em 26 estados e o Distrito Federal. É o país com maior dimensão geográfica da América do Sul e sua porção ocidental faz divisa com dez países (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana Suriname e Guiana Francesa), totalizando uma linha limítrofe de aproximadamente 16 mil quilômetros. O Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, considera a porção de terra de 150 km que antecede a linha divisória com outros países como faixa de fronteira, por conseguinte, possui uma área fronteiriça de aproximadamente 2,5 milhões de km², sem considerar as fronteiras históricas, que, neste caso, seriam as fronteiras marcadas pela expansão da colonização. Essa fronteira é uma realidade de 11 unidades da Federação brasileira e engloba 588 municípios com uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes¹⁹. Do lado paraguaio, a faixa de fronteira corresponde a 50 km a partir da linha divisória (PARAGUAY, 2005, Art. 1º). O estado de Mato Grosso do Sul, outrora sul de Mato Grosso (SMT), possui uma área total de 357.125 km² e faz divisa com o Paraguai, a Bolívia e cinco outros estados brasileiros (Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso). A fronteira com o Paraguai em Mato Grosso do Sul possui uma extensão de 1.128 km. Destes, 695,5 km são constituídos por limites naturais (rios) e 432,5 km de fronteira seca (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 10). Dos 79 municípios sul-mato-grossenses, 44 estão na faixa de fronteira com o Paraguai. A fronteira no sul de Mato Grosso do Sul com o Paraguai representa uma realidade *sui generis*, pois possui 12 municípios na divisa com o Paraguai. Três são cidades-gêmeas²⁰ (Bela Vista-BR e Bella Vista Norte-PY; Mundo Novo-BR e Salto del Guairá-PY; Sete Quedas²¹-BR e Corpus Christi-PY) e três são conurbadas²² com cidades paraguaias (Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY, Coronel Sapucaia-BR e Captán Bado-PY, Paranhos-BR e Ypehú-PY). Essa condição geográfica sul-mato-grossense, marcada por limites – dois internacionais e cinco nacionais – é o caráter distintivo dessa fronteira e o traço profundo de sua diversidade. Embora os estados do Pará e

19 Dados da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2018.

20 “Cidades-gêmeas são aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação”. Disponível em: cdif.blogspot.com/2012/11/cidades-gemeas-municipios-codigo-ibge.html>. Acesso em 15 jun. 2018.

21 O município de Sete Quedas apresenta conurbação com o distrito Pindoti Porã.

22 Por conurbação compreende-se a área urbana formada por cidades ou vilarejos que surgiram e se desenvolveram uma ao lado da outra, formando um conjunto.

Amazonas, na região norte do país, apresentem uma condição geográfica semelhante²³, o território de cada um deles possui uma área quatro vezes maior a do estado sul-mato-grossense e apenas uma cidade conurbada²⁴. Na perspectiva de Queiroz (2003, p. 19), o SMT, no âmbito da historiografia brasileira, representa “um dos casos mais fascinantes de fronteira, entendida como limite político, ‘sertão’, confins geográficos da Nação, espaço ‘virgem’ a ser ocupado” ou como ambiente propício de encontro de alteridades, que sempre envolvem tensões e/ou conflitos. O SMT, desde o final do século XVI, foi permeado por disputas: primeiro, entre as duas Coroas Ibéricas, e, mais recentemente, entre os Estados (Brasil, Paraguai, Bolívia). Tais disputas revelam o caráter estratégico da região, pois, por pertencer a Bacia Hidrográfica Platina, a região meridional de Mato Grosso, assim como toda a Região Centro Sul Americana (RCS), pode-se ter acesso ao oceano Atlântico através da navegação do rio Paraguai. Não obstante a sua condição estratégica, desde o século XVI, a região se caracterizou como “área de contato e conflitos principalmente entre indígenas, castelhanos, portugueses, brasileiros, paraguaios e bolivianos” (QUEIROZ, 2003, p. 19).

Outro aspecto relevante dessa região refere-se aos limites nacionais na constituição de sua identidade regional e nacional. Ela foi estabelecida antes do processo de ocupação, da constituição da região como fronteira e da diminuição das tensões relativas às múltiplas identidades regionais que constituem a identidade nacional. A definição do limite é anterior à constituição da fronteira, porque a região do SMT compõe o atual território brasileiro desde os Tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). A respeito do conceito de limite, referimo-nos à ideia de fim da unidade político-territorial. O limite possui uma conotação política estritamente relacionada à ideia de Estado, detentor da soberania sobre determinado território. Essa soberania tem sua expressão garantida no efetivo controle de um governo central e é caracterizada pelo monopólio do uso da força, pela capacidade de desenvolver, aplicar e fiscalizar o cumprimento de leis e normas, pela competência de cobrar impostos e estabelecer uma língua comum de comunicação.

Fronteira, desde sua etimologia – aquilo que está à frente –, refere-se a uma ideia mais ampla, que perpassa o limite, mas não se restringe a ele, pois é o espaço aberto para comunicação e trocas (materiais e culturais). Não se refere ao fim de algo, mas ao início. É a

23 Amazonas faz divisa com estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima e com os países Peru, Colômbia e Venezuela. O Pará faz divisa com Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amapá e com os países Guiana e Suriname.

24 Tabatinga-AM/Leticia-Colômbia.

flange de abertura para outro ambiente sobre o qual pode estender-se ou mover-se sem perder suas características. Ela pode significar tanto o lugar onde o Estado pode se expandir como onde adquire-se sentido de zona de contato e troca, ambiente permeável e de mobilidade dos indivíduos que podem pertencer aos dois lados do limite (MACHADO, 2005).

O processo de constituição da fronteira SMT se deu nos dois sentidos. Primeiro houve a preocupação em marcar o limite e se distinguir dos países vizinhos (Paraguai e Bolívia), Essa fixação das divisas exigiu o avanço sobre a região, a fim de integrá-la ao território nacional por meio do seu povoamento. Uma vez povoado, o SMT teve que integrar-se à identidade nacional e, ao mesmo tempo, distinguir-se dos seus vizinhos nacionais e internacionais– fenômeno que faz dessa região uma fronteira no sentido amplo, permeada por múltiplas identidades nacionais e regionais.

No Brasil, desde o final do século XIX, a fronteira, dada a complexificação das regiões limítrofes e seu caráter polissêmico, passou a ser um tema de investigação de diversas disciplinas, sempre a partir de uma perspectiva histórico-geográfica. Neste primeiro capítulo, discorreremos sobre a ocorrência da fronteira na historiografia brasileira a partir do período republicano (1889). Ele está dividido em dois subitens: no primeiro, definimos fronteira e expomos sinteticamente o processo de constituição e ocupação da fronteira oeste brasileira; no segundo, apresentamos um resumo de como a fronteira se manifesta nos escritos e nas análises de importantes autores brasileiros durante o século XX. Para essa análise, como veremos, é inegável a influência dos trabalhos de Frederick Jackson Turner.

1.1 A fronteira sul de Mato Grosso

Bandeirantes, pioneiros, indígenas, empresas, agentes políticos, militares constituíram o fenômeno fronteira. O mapeamento da fronteira na historiografia nos dará elementos para compreender as filiações teóricas, justificar nossos recortes, assim como revelar indícios das representações em nossas fontes analisadas a partir do segundo capítulo. Embora a fronteira caracterize uma convenção social, sinalizando o limite e a diferença, ela também é uma zona de contato. Segundo Mondardo (2018, p. 70), ela é um lugar de encontro, marcado por tensões, contradições e ambiguidade. Ela caracteriza-se “pelo trânsito e pela vivência de várias

identidades territoriais, pode ser um movimento de intercâmbio cultural e desdobra-se num *continuum* em situações de maior estabilidade e reconfiguração, fixação e mobilidade, tradição e modernização”. Assim, é preciso concebê-la a partir das figurações que ela produz e que são geradas em torno dela, porquanto envolvem inúmeros indivíduos e tensões. A fronteira, em nossa perspectiva, não se refere apenas ao limite ou linha divisória entre dois Estados, ela manifesta-se como região de abertura e de contato que se constituiu a partir de figurações sociais que marcam seu processo histórico de constituição.

De acordo com Gomes (2011, p. 17), a fronteira “representa a região onde uma população interage com outra”. Tal perspectiva se opõe frontalmente à ideia de limite, que pode coincidir e está sempre presente em sua representação. O limite se refere à linha divisória entre espaços de domínio, como um feudo ou um Estado moderno. É no interior dele que um Estado mantém sua unidade política, administrativa e territorial, ou seja, é dentro de suas divisas que o “Estado pode exercer o uso legítimo da força física, estabelecer normas de trocas sociais, como moedas e impostos, estruturar formas únicas de comunicação [...]” (GOMES, 2011, p. 17-18).

A ideia de limite, normalmente, não estreita a de fronteira, pois os habitantes de uma fronteira desenvolvem dinâmicas próprias e redes de interdependências que permitem mobilidade, trocas culturais e comerciais que escapam ao controle do Estado e/ou dos aparatos governamentais. Logo, a fronteira deve ser entendida como “região que prolonga os limites do Estado e cuja população pode desenvolver interesses distintos daqueles do governo central” (GOMES, 2011, p. 18).

A região de fronteira²⁵ que pretendemos investigar, refere-se à região marcada pelo limite entre os países: Brasil e Paraguai. Ela está localizada ao sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, que foi desmembrado de Mato Grosso pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. É importante ressaltar que a fronteira em questão ultrapassa a ideia de divisão e/ou limites entre países, como também transcende os problemas limítrofes demarcatórios. Configurou-se nesse local um processo de desenvolvimento e de múltiplos contatos, onde se produziu uma rede de interdependências para além das questões dos limites administrativos. Nossa perspectiva se alinha à de Norbert Elias, porque mesmo que os territórios nacionais tenham seus

25 As expressões região de fronteira e cidades de fronteira, utilizadas para nomear essa região, datam desde o século XIX, ainda no Brasil Império. A região ganhou destaque nacional a partir do conflito conhecido como “Guerra do Paraguai” ou “Grande Guerra”.

limites e historicamente foram motivos de preocupação e tensão, dada a proposta de expansão territorial na qual se buscava a incorporação de áreas produtivas em nome do progresso e da ‘civilização’, a fronteira em questão se manifesta como uma zona com teias de relações intra e inter-regional. Os diversos grupos interdependentes na fronteira não se limitaram às relações estabelecidas em seus espaços geográficos separados por uma linha limite. Suas redes e ações revelam a fronteira como um amplo espaço de trocas e de interações.

Certamente quando se fala dos limites e do avanço da fronteira brasileira, a imagem mais comum que emerge no pensamento dos brasileiros ou de todo aquele que se aproximou desse tema é o mapa do Brasil Colonial dividido praticamente ao meio por uma linha de norte a sul definida pelo Tratado de Tordesilhas.

Figura 1– Mapa do Brasil Colônia dividido em Capitanias com o traçado de Tordesilhas



Fonte: <https://brasil500anos.ibge.gov.br>.

Em mapas semelhantes a esse, além da indicação da linha referente à divisão virtual do Tratado de Tordesilhas, é comum a indicação das rotas de penetração dos Bandeirantes rumo ao interior do Brasil atual, normalmente chamado de “sertão”, a partir do século XVI.

Figura 2 – Mapa do Brasil atual com o traçado de Tordesilhas e com a indicação das incursões Bandeirantes



Fonte: <https://historiazine.com/e-se-nao-existissem-os-bandeirantes-7619a4006d65>.

As imagens trabalhadas em mapas como os apresentados fazem parte da representação do avanço da fronteira brasileira continente adentro e são significativos para a compreensão da região sul-mato-grossense. Essa região está estritamente ligada ao avanço Bandeirante, à descoberta do ouro em Cuiabá e aos tratados de Tordesilhas (1494), Madrid (1750) e Santo Idelfonso (1777). Os dois últimos, segundo vários autores como Magalhães (1935) e

Goycochêa (1943), para citarmos apenas dois, produziu o contorno semelhante ao Brasil atual.

Segundo Vangelista (2000), imagens como essas fazem parte da representação do processo de ocupação do interior brasileiro, pois estes mapas proporcionam “[...]una imagen política e ideológica de la subdivisión administrativa de los dominios portugueses em América, está en la memoria de todos los que se hayan acercado, incluso de manera superficial, a la historia brasileña”²⁶ (VANGELISTA, 2000, p. 38). Se atentarmos o olhar aos mapas acima ou a outros semelhantes, de imediato podemos imaginar que a parte menor, a porção oriental do atual território brasileiro próxima ao litoral atlântico, estava em um estágio mais avançado de colonização e, conseqüentemente, mais povoada por colonizadores. Fenômeno este que chegaria a regiões mais distantes do litoral do país, dadas as características próprias do processo histórico de ocupação territorial brasileiro.

Outro aspecto que as imagens revelam, considerando a existência de Capitânicas Hereditárias, é a divisão indicativa da atual organização política territorial brasileira. A parte ocidental, onde se encontra as atuais regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, era um imenso “vazio” pronto a ser conquistado/colonizado pela ação do Bandeirante e posteriormente povoado. Esse movimento é o âmago do processo colonizador e coloca o Bandeirante e, mais tarde, o pioneiro como indivíduo capaz de dominar a natureza, a fim de que o “progresso” avançasse sobre o famigerado “sertão”.

Os mapas representam o aspecto jurídico da conquista do Brasil, devido à linha divisória do tratado de Tordesilhas, e representam a coragem e a capacidade dos colonizadores que, ao avançarem continente adentro, traçaram rotas em direção ao Oeste brasileiro revelando a possibilidade de conquistá-lo. Essa ação colonizadora normalmente é narrada como a que possibilitou o contorno semelhante ao atual mapa político brasileiro. Na perspectiva de Vangelista (2000, p. 38), os mapas acima expressam que o Brasil se constituiu, desde a época dos portugueses, em uma direção continua do Leste para o Oeste. Esse avanço só foi possível em virtude da iniciativa e coragem daqueles que deixaram Portugal e, de geração a geração, tornaram-se brasileiros.

26 “[...] una imagen política e ideológica da subdivisão administrativa dos domínios portugueses na América está na memória de todos os que se aproximaram, até mesmo de maneira superficial, da história brasileira” (tradução nossa).

A perspectiva de Vangelista (2000) se alinha a de Turner (1921), pois para este a fronteira Oeste norte-americana construiu-se em um movimento como ondas em que as novas gerações repetiam as condições da geração anterior. Desse modo, a fronteira seria o local espacial de contato entre a barbárie (representada pelos índios nativos e a natureza) e a civilização. A fronteira, para Turner, era o local de abertura e de contato, visto que os encontros se davam de forma gradual: primeiro, o encontro entre o “bárbaro” e o “civilizado”, representado nas figuras dos índios e caçadores; depois, a expulsão ou controle dos nativos e avanço da agricultura, comércio e religião; e por fim, a implantação de cidades (TURNER, 1921). Assim, o historiador defende que a identidade americana, perpassada pela defesa da democracia e do individualismo, tem suas raízes nesse movimento de avanço e transformação da fronteira, porque para avançar sobre ela era necessário coragem, força e iniciativa. Embora ali houvesse as mesmas oportunidades para todos, sobreviver era a primeira preocupação.

Na concepção de Gebara (2016, p. 23), a fronteira nos remete à ideia de colonização: No caso da fronteira SMT é preciso considerar que o “movimento bandeirante, construtor do mito da coragem e determinação dos paulistas na ocupação do interior brasileiro, é uma construção historiográfica ainda presente” (GEBARA, 2016, p. 25). A fronteira SMT, nessa ótica, representa um espaço aberto, uma zona de contato, pois ela representa o processo de suplantação de um mundo “natural” por um mundo “civilizado”. A fronteira sul-mato-grossense se tornou uma a área de contato, desde os encontros entre índios e seus caçadores – os Bandeirantes. Todavia, a presença de tipos sociais que representam o ideal civilizatório – comerciantes, religiosos, agricultores e, finalmente, a implantação de cidades – constituiu-se apenas a partir do século XVIII.

O território brasileiro foi primeiro ocupado e povoado por colonizadores em sua franja leste, à beira-mar. A ocupação de sua porção oeste, limítrofe ao território hispano-americano, iniciou-se com fortificações militares e alguns núcleos urbanos estratégicos distantes da zona litorânea. Grande parte dos limites ocidentais brasileiros só passou a ser povoado a partir de meados do século XVIII, devido à descoberta do ouro em regiões como Cuiabá.

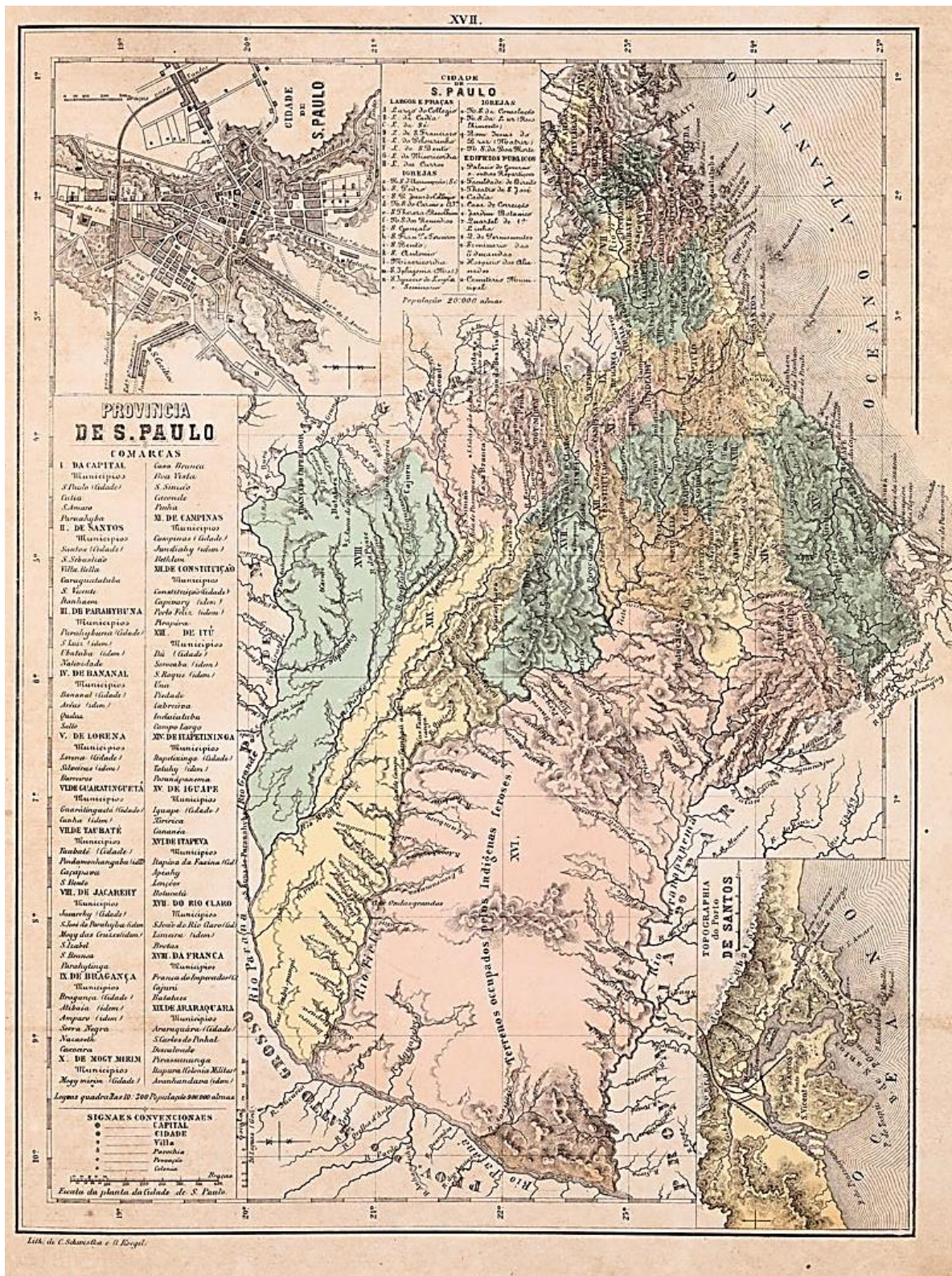
Em razão da importância da zona aurífera, o centro-norte de Mato Grosso – Cuiabá – tornou-se o núcleo urbano e centralizou o poder político administrativo da região. Já no antigo sul de Mato Grosso, distante da zona aurífera, a ocupação ficou por mais de um século circunscrita aos fortes militares (Forte Iguatemi, fundado em 1767 na atual região de Paranhos; Forte Coimbra, fundado em 1775, e Forte Corumbá, fundado em 1778, ambos à margem direita

do Rio Paraguai), todos situados nos limites do território luso-espanhol. Os fortes visavam garantir a posse das terras à Coroa portuguesa e assegurar a exploração aurífera. Segundo Corrêa (1995, p. 52), a “[...] a região sul da capitania cumpriu, então, a função de anteparo às investidas castelhanas e às correrias indígenas, assim como por longo período foi apenas área de passagem de monções e tropeiros com destino aos centros mineradores”. O antigo sul de Mato Grosso, desde seus primórdios, carrega a característica de lugar “distante” e “vazio”, visto que para se chegar aos fortes era necessário navegar pela bacia do Prata ou enfrentar as dificuldades de locomoção pelo interior do Brasil.

As características da colonização da região SMT não são análogas às apontadas por Turner (1921) no oeste norte-americano. No caso brasileiro, a ocupação se deu nas duas franjas – litoral e limítrofe com os países hispano-americanos – e não em ondas contínuas em direção ao Oeste, de modo que cada nova geração de colonizadores retornavam às condições originárias de vida da geração anterior. Assim, a ocupação no Oeste brasileiro, até o século XIX, deu-se por saltos: ocupou-se as zonas de ouro e limítrofes, permitindo que o oeste paulista e o centro-leste do SMT ficassem praticamente despovoados por não indígenas.

Gebara (2016) apresenta dois mapas que ilustram o fato de que o oeste brasileiro não fora ocupado em ondas como algumas representações sugerem. O primeiro mapa publicado no *Atlas do Império do Brasil (1886)* apresenta o noroeste da Província de São Paulo, a margem esquerda do rio Paraná e divisa com o Mato Grosso, com a inscrição “Terrenos ocupados pelos Indígenas feroces [sic passim]”.

Figura 3 – Mapa da Província de São Paulo I (1886)



Fonte: Gebara (2016, p.17).

O segundo mapa, semelhante ao primeiro, fora publicado no mesmo ano pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Contudo no lugar da inscrição “Terrenos ocupados pelos Indígenas feroces”, aparece a inscrição “Terrenos Despovoados”, indicada pela cor verde.

As distintas informações sobre a mesma região apresentadas nos semelhantes mapas provocariam impacto sobre o possível imigrante, assim como forjaram representações. No primeiro mapa, a inscrição “Terrenos ocupados por Índigenas Ferozes” sugere ao leitor que deve se manter distante daquela região ou, caso avance sobre ela, seria preciso ter cautela, pois o contato será com “índigenas ferozes” – homens selvagens, violentos e cruéis. Outro aspecto que a inscrição do primeiro mapa aponta é o limite da civilização. Nesse sentido, a área ocupada pelos “índigenas ferozes” simboliza um lugar inóspito, perverso e que inspira terror. Tal definição – lugar de habitantes ferozes – se distancia dos ideais de civilização, contudo não anula sua possível transformação, (ainda que com dificuldades) por meio da ação de outros homens, os não ferozes, mas valentes, destemidos, arrojados e arautos da civilização, como foram representados os Bandeirantes.

O segundo mapa, com a inscrição “terras despovoadas”, apresenta uma informação significativa sobre o noroeste de São Paulo, posto que o leitor do mapa perceberia a região como espaço “vazio”, aberto e pronto a ser povoado. Essa representação favoreceria a migração para região, pois a fronteira brasileira, assim como a norte-americana propostas por Turner (1921), fica no limite da terra livre, espaço aberto pronto a ser conquistado. O potencial migratório tinha dois aspectos facilitadores: não havia índigenas bravios ocupantes da área e ela se encontrava relativamente próxima a regiões povoadas, ou seja, civilizadas (GEBARA, 2016). Na interpretação desse autor, os mapas revelam uma mesma realidade interdependente do processo de ocupação e ampliação das fronteiras brasileiras, a saber: a tensão pela posse da terra:

De um lado as diferentes civilizações nativas, organizadas a partir de famílias extensas, construindo seu modo de vida a partir de seu conhecimento do meio ambiente no qual foram criados por gerações. De outro lado empreendimentos agrários que, com as ferrovias buscam novas terras para sua expansão. É uma constante na História da colonização brasileira esta busca permanente de novas terras e de mão de obra para abrir e explorar fazendas. (GEBARA, 2016, p. 19)

Embora nosso objetivo não seja entender o avanço sobre a região sul-mato-grossense do ponto de vista econômico, a tensão em torno da posse da terra nos ajuda a entender as suas representações. Queiroz (2004) em *Uma ferrovia entre dois mundos (2004)*²⁷, ao tratar do avanço da construção da ferrovia Noroeste Brasil que ligou o SMT ao estado de São Paulo, revela-nos aspectos significativos para a representação do SMT. A ferrovia de 1.273 km foi

27 O livro de Queiroz é originalmente sua tese de doutorado em História Econômica defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 1999.

construída em nove anos (1905-1914) ligando a cidade de Bauru, interior de São Paulo, a Porto Esperança, SMT, situado à margem esquerda do Rio Paraguai, próximo a Corumbá, que mais tarde tornou-se o destino final da ferrovia (QUEIROZ, 2004). Ela ligou dois mundos distintos, o SMT e o noroeste paulista, e, embora seja sinônimo de progresso e desenvolvimento, Queiroz (2004) nos aponta algo significativo para a representação do SMT:

Curiosamente, ao contrário do que seríamos hoje levados a pensar, parte substancial – e sem dúvida a mais dramática – dessa ‘epopeia’ [a construção da linha férrea] desenrolou-se no trecho paulista. Foram sobretudo as circunstâncias da construção nesse trecho que levaram muitos autores a efetuar até mesmo comparações entre a Noroeste e outra lendária ferrovia brasileira, Madeira-Mamoré. De fato, na primeira década do século 20 era o oeste do Estado de São Paulo, e não o sul de Mato Grosso, que constituía uma área ainda não conquistada e praticamente desconhecida pelos provadores não-índios. (QUEIROZ, 2004, p. 24)

De acordo com Queiroz (2004), doenças como a malária e os intensos confrontos com os *Kaigang*, que visavam defender suas terras, provocaram baixas e paralisavam constantemente a construção da linha férrea. Não obstante, após cruzar o Rio Paraná, as condições para construção mudaram significativamente:

No planalto sul-mato-grossense, a expansão da pecuária, que data da primeira metade do século 19, já se havia encarregado de eliminar ou neutralizar a presença indígena; ademais, nesse segmento, ao invés da espessa mata tropical que caracterizava o lado paulista predominavam os cerrados e campinas, de modo que a ferrovia cruzava terrenos mais favoráveis “a construção e, sobretudo menos sujeitos às febres malignas. (QUEIROZ, 2004, p. 24)

Os mapas colhidos no texto de Gebara (2016) e as proposições de Queiroz (2004) convergem e deixam evidente que a ocupação da fronteira brasileira se deu em saltos e não em ondas como se poderia imaginar. No campo da representação, o “vazio” e distante atribuído a SMT, deve ser relativizado, pois em 1906 já tínhamos implantada a linha telegráfica e em 1914 foi inaugurada a ferrovia, fatos que facilitaram a comunicação com outras regiões. Porém, a representação da fronteira orbita em torno do “sertão”, “vazio”, lugar distante e violento, o qual é fruto de um processo histórico de encontros entre grupos humanos em estágios de organização social distintos, revelando a oposição ao ideal de civilização.

As representações do SMT têm sido ressignificadas desde o Brasil Colônia, mas quando se trata da ocupação da região temos na Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864-1870) um marco significativo do início do desenvolvimento urbano-populacional e socioeconômico do SMT. Em 1872, Mato Grosso contava com apenas nove municípios distribuídos em uma área total de aproximadamente 1,5 milhões de km². Essa

imensa área contava com pouco mais de 60 mil habitantes. O SMT contava com apenas três cidades (Corumbá, Miranda e Sant’Ana do Paranayba) e pouco mais de 10 mil habitantes (ver Quadro 1). Quanto à comunicação com Cuiabá, esta era precária, pois embora contasse com a navegação via rio Paraguai, as estradas eram difíceis, havia fator de risco ligado a ataques indígenas e não havia telégrafo.

Em relação ao lado paraguaio, a situação não era diferente, porquanto a migração de paraguaios para a fronteira oriental paraguaia, região dos ervais, fronteira com o SMT, ocorreu após a Guerra. Para Pablau (2011, p. 42), *“la guerra fue un hecho político que produjo inmediatamente, luego de su trágico desenlace, movimientos poblacionales desde y hacia el país”*. De acordo com Nickson, a região da fronteira oriental do Paraguai ficou inexplorada e, conseqüentemente, despovoada por não indígenas até o fim do século XIX e início do XX. Ele afirma ainda que, desde o período colonial, houve tentativas de ocupar a região, contudo a ocupação foi lenta e de forma mais efetiva apenas após a Guerra, sem grande sucesso:

A principios de la época Colonial, los intentos para establecer una reducción Jesuita cerca de la ciudad actual de Saltos del Guairá, sobre la frontera brasilera, fueron abandonados frente al ataque de los bandeirantes. (traficantes de esclavos) brasileros. Las reducciones Jesuitas se establecieron posteriormente al sudeste del Paraguay y la espesa serla de la RFO permaneció en gran parte inexplorada, a excepción de algunas expediciones militares para combatir la penetración brasilera, como la de 1776, cuando tropas provenientes de Asunción expulsaron a los brasileros del poblado de Igatimí, en el Departamento actual de Canendiyú. (NICKSON, 2005, p. 229)

O argumento de Nickson se alinha ao de Cooney (2006, p. 35). Para esse historiador, embora a fronteira norte do Paraguai tenha se tornado relevante, ainda no período colonial, devido à necessidade de defendê-la dos invasores portugueses, a maior parte da população concentrava-se na região de Assunção. A despeito da afirmação de Cooney, Telesca (2009) demonstrou que a região norte e leste do Paraguai era um imenso “vazio” populacional, obviamente desconsiderando os povos indígenas, os quais foram historicamente representados como indivíduos a serem amansados e civilizados, dada sua organização social constituir-se por comunidades de sobrevivência dispersas e baseadas em famílias extensas.

Entre a Proclamação da República (1889) e o início da década de 1940, o SMT apresenta uma mudança significativa. O número de cidades passou de três para 14, com aproximadamente 240 mil habitantes. É preciso considerar que, em 1940, o centro-norte de Mato Grosso possuía 13 municípios com uma população total de, aproximadamente, 188 mil habitantes.

Tabela 1– Números de municípios e população do SMT de acordo com os Censos de 1872 a 1940

Município	Ano de criação	População 1872	População 1890	População 1910	População 1920	População 1940
Corumbá	1850	3.361	9.870	14.542	19.547	29.521
Miranda	1857	3.852	3.384	7.080	6.819	10.622
Paranaíba (Sant'Ana do Paranaíba)	1857	3.234	4.947	7.288	10.143	14.105
Nioaque	1890	-	8.103	7.594	7.907	4.757
Coxim	1898	-	-	9.422	6.899	11.203
Campo Grande	1899	-	-	4.853	21.360	49.629
Aquidauana	1906	-	-	13.191	9.826	20.949
Bela Vista	1908	-	-	-	9.735	13.775
Ponta Porã	1912	-	-	-	25.518	32.996
Porto Murtinho	1911	-	-	7708	3.586	7.185
Três Lagoas	1915	-	-	-	9.044	15.378
Maracaju	1924	-	-	-	-	5.160
Rio Brilhante	1929	-	-	-	-	8.375
Dourados	1935	-	-	-	-	14.985
Total população SMT		10.447	26.304	71.678	130.384	238.640
Total de Municípios do SMT		3	4	8	11	14

Fonte: Dados regionais e sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

Assim, se observarmos o Quadro 1, o número de cidades praticamente triplicou entre 1890 e 1920 e a população cresceu exponencialmente. É preciso apontar que, embora a população tenha aumentado em números absolutos, a densidade populacional continuou baixa no STM. Entretanto, é preciso perguntar: quais transformações favoreceram o desenvolvimento dos núcleos urbanos e o aumento populacional? De acordo com Souza (2018), as novas cidades surgiram no SMT

[...] a partir do incremento das vias de comunicação e como decorrência das atividades produtivas desenvolvidas em suas proximidades. Os municípios se formaram em locais com instalações militares, como fortificações ou colônias. O traçado da estrada de ferro e a ocupação econômica, em concentrações populacionais causadas pela exploração da pecuária ou da erva-mate, apontam o surgimento dos demais municípios. (SOUZA, 2018, p. 29)

Após a Guerra com o Paraguai, o movimento de migração para o SMT se intensificou, ainda que os povoadores ficassem dispersos pela imensa região. A ocupação da região se constituiu a partir de migrações de várias direções, (do sul do país, do Paraguai, da Bolívia, de São Paulo, de Cuiabá, entre outras). A economia e a infraestrutura se desenvolveram lentamente, pois eram pouco diversificadas, uma vez que tinham sua base na agropecuária, de

forma especial na criação extensiva de gado e algumas indústrias de seus derivados e na ervamate. Os ervais, naturais da região da fronteira, começaram a ser explorados pela Companhia Matte Larangeira após a Guerra.

Em muitas análises acadêmicas e na própria memória regional, a Cia. Matte Larangeira figura como evento importante na construção da representação e do mito fundacional da história do atual Mato Grosso do Sul (GUILLEN, 1996). A Matte é uma instituição que permeou diversas disputas e relações de poder no SMT. É relevante salientar que a Cia. Matte Larangeira exerceu domínio político, econômico e administrativo no SMT, porque firmou sucessivos contratos de arrendamento de terras diretamente do governo de Mato Grosso desde a década de 1870 até a década de 1940. Tendo em vista o arrendamento, controle e domínio de milhares de hectares de terra até a década de 1940 e sua produção e exportação de erva, a Matte tornou-se a principal credora do governo de Mato Grosso. De acordo com Ferreira:

A presença da Matte na região sul forma uma configuração com dois movimentos importantes. O primeiro movimento pode ser entendido como a presença de um “Estado dentro do Estado”, pois a mesma exercia poder e domínio sobre a vasta região. O segundo movimento é que, embora a Matte tenha garantido que aquelas terras do sul de Mato Grosso, chamadas de devolutas ou de espaço “vazio”, permanecessem pertencentes ao Brasil após a guerra [...] entendeu-se que as terras nos domínios da Matte continuavam desabitadas e vazias. (FERREIRA, 2017, p. 86)

A presença da Matte compõe a figuração social da fronteira, pois ela participou, incentivou e patrocinou diversos conflitos na região, assim como abriu escolas, estradas e uma pequena ferrovia. Importante notar que as vias de comunicação precárias também dificultavam a diversificação da produção, mas ainda assim “escoavam os produtos para mercados consumidores externos nacionais ou de outros países, utilizando a via fluvial a partir de Porto Murtinho” e a estrada de ferro (SOUZA, 2018, p. 33).

Outro aspecto que compõe a figuração social são as grandes propriedades de terra. O domínio de porções de milhares de hectares proporcionou, de acordo com Corrêa (1995), o fenômeno dos “coronéis”. Figuras presentes em todo o Mato Grosso, os coronéis compuseram e exerceram papel importante nas disputas pelo poder local no SMT.

A presença militar na fronteira após a Guerra contra o Paraguai se intensificou com a inauguração da ferrovia. Essa presença perpassou e influenciou as relações sociais regionais. Assim, como veremos nos capítulos subsequentes, a figuração fronteiriça é marcada pela presença de grandes proprietários de terra – detentores de poder econômico –; da Cia. Matte

Larangeira – grande empresa de exploração ervateira e detentora do direito de explorar e administrar a imensa área dos ervais –; de migrantes de diversas regiões, e da forte presença paraguaia e indígena. Tal realidade permitiu o encontro de uma pluralidade de indivíduos com múltiplos interesses que coexistiam em um espaço geograficamente distante de outras regiões do país e do centro político-decisório do Estado, possibilitando uma figuração social singular com representações diversas.

Quanto ao fenômeno da educação na região, ela acompanhou e compôs as mudanças figuracionais da primeira metade do século XX. A partir da década de 1920, a educação assumiu um papel importante nas disputas de poder e nos diversos projetos civilizatórios da região. Não obstante, tornou-se comum no campo da história da educação brasileira apresentar como marco inicial (periodização) do processo educacional brasileiro a atuação dos jesuítas.

A influência e contribuição desses religiosos são inquestionáveis e podem ser constatadas por meio de diversas fontes. Não podemos negar, ainda, que o processo de instrução, que denominamos educação, passou a se fundamentar como um sistema orgânico a partir do final século XIX²⁸. Sendo assim, conforme nos aponta Gebara (2015), a implantação do sistema de educação nacional coincide com o processo da ampliação da fronteira agrária e com a implantação de ferrovias no interior do país. Tais ações permitiram a urbanização do interior do país levando consigo o sistema educacional. Mato Grosso inaugurou sua primeira Escola Normal em 1876, e o Paraguai em 1896, ou seja, ambas foram instituídas após o fim da Guerra com o Paraguai.

A fundação dessas escolas sugere, do lado brasileiro, a importância estratégica que Mato Grosso assume após a Grande Guerra, pois Cuiabá foi a primeira cidade do interior do país – distante do centro/litoral – a receber uma Escola Normal²⁹. Do lado paraguaio, a fundação da Escola Normal marca o esforço em reerguer o país após a Grande Guerra e a tentativa de torná-lo moderno por meio da renovação e fundamentação sólida de um sistema educativo, (FLORENTÍN, 2009). Desse modo, podemos relacionar a expansão do sistema educacional brasileiro com a expansão e a manutenção de seus limites e desenvolvimento das fronteiras.

28 “Somente em 1874, [o Governo Imperial] inicia uma política de expansão do ensino primário, criando dez escolas públicas de instrução primária de 1º grau, no Município da Corte”(LOBO, 2001, p. 3).

29 As Escolas Normais “foram criadas em Niterói no ano de 1831; na Bahia em 1836, Pará 1839, Ceará 1845, Paraíba 1854, Rio Grande do Sul 1879, Rio de Janeiro 1874. Apenas em 1876, ao findar da Guerra do Paraguai, temos o primeiro momento de interiorização com a criação da escola Normal de Mato Grosso e a de Goiás em 1881”, é indício da importância estratégica de Mato Grosso o fato de ter recebido a sétima Escola Normal no Brasil neste período (GEBARA, 2015, p. 143).

Portanto, neste estudo, teremos que levar em conta o processo de implantação de escolas na região de fronteira para compreendermos o papel desse fenômeno histórico na constituição da representação da fronteira aliada à história da educação regional.

[...] pelos dados da Província de São Paulo, quando a vida urbana estava confinada a não mais que 300 quilômetros do litoral, apenas 0.8% da população frequentava escolas, foi a expansão da fronteira agrária, com as ferrovias e a urbanização, sustentadas pela expansão cafeeira a partir da segunda metade do Século XIX que construiu o sistema educacional paulista calcado em uma expansão dessas áreas urbanas, o que se tornaria visível apenas nos inícios do Século XX. Tanto para São Paulo quanto para o Mato Grosso a periodização começa a convergir. É preciso explorar essas convergências valorizando novas abordagens que privilegiem o imbricamento da fronteira com a educação, corroborando esta hipótese a sequência de implantação das Escolas Normais [...]. (GEBARA, 2015, p.143)

Assim sendo, investigar a construção representacional da região de fronteira se torna crucial para entendermos a importância da região para a história da educação brasileira e permitir-nos entender como se realizou o movimento de imposição e resistência na construção do ideal de civilização historicamente constituído.

1.2 A fronteira na historiografia brasileira

A fronteira, tema também discutido pela geografia e pela geopolítica, tem sido um desafio para historiadores e para historiadores da educação, dadas as figurações complexas que envolvem as regiões limítrofes, seja porque normalmente nos referimos a ela nesse sentido, ou porque a imagem mais comum presente nos livros didáticos sobre a ampliação das fronteiras brasileiras é a do mapa do Brasil cortado de norte a sul por uma linha pontilhada referindo-se ao tratado de Tordesilhas.

Embora a ideia de limite seja intrínseca ao conceito de fronteira, é preciso considerar que na colonização americana ela está mais alinhada ao campo das preocupações políticas organizacionais dos Estados-nação, devido à necessidade de estabelecer e manter um território. A concepção da fronteira apenas como limite de um território nacional pode estreitá-la, pois a fronteira, em sua facticidade, envolve diversas figurações que no processo histórico manifestam diversas realidades sociais interdependentes.

O termo fronteira, desde sua etimologia – do latim *frons* –, amplia a noção de limite, visto que carrega o sentido de algo ou aquilo que está à frente. Nessa perspectiva, a fronteira se constitui como espaço aberto e permeável que, ainda que seja desconhecido, pode ser transposto e, conseqüentemente, conhecido e quiçá habitado. A ótica do limite está presente em diversos estudos desenvolvidos sobre as fronteiras brasileiras após a Proclamação da República (1889) e nas duas primeiras décadas do século XX. Sprandel (2006) demonstrou, por meio de um levantamento bibliográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Itamaraty, que as obras que trataram das fronteiras brasileiras com outros países, publicadas entre as décadas de 1890 a 1970, em sua maioria, entendiam a fronteira como limite entre duas nações. No referido levantamento, a autora identificou mais de 40 obras e as classificou como “oficiais” (relatórios de autoridades militares ou diplomatas), “didático-descritivas” e “teóricas”.

Nos dois primeiros grupos não há preocupação em definir fronteira, mas dedicam-se a descrever a chamada linha limite ou linha de fronteira, física ou imaginária, que dividia o território nacional com os países vizinhos, enfatizando o lugar dos marcos divisores. O aspecto comum nas obras “didático-descritivas” é a ausência de problematização teórica sobre o conceito de fronteira e a não discussão sobre suas idiossincrasias, partindo do pressuposto de que a fronteira está definitivamente estabelecida e demarcada (SPRANDEL, 2006, p. 159). Essas obras costumam exaltar a ação de grupos e indivíduos, como os Bandeirantes e/ou o Barão do Rio Branco, uma vez que foram fundamentais no estabelecimento dos limites nacionais. As obras teóricas se distinguem das primeiras, porque possuem rigor metodológico, vão além da mera descrição física dos limites do Brasil e buscaram ligar a fronteira ao ideal de nação, atribuindo-lhe positividade e tratando-a como canal de “comunicação e penetração entre países vizinhos”, ou seja, a finalidade última da fronteira “não é o de isolamento, mas de expansão” (SPRANDEL, 2006, p. 169).

A partir da classificação de Sprandel (2006), é importante destacar que dentre as mais de 40 obras identificadas por ela, apenas duas tratam especificamente da fronteira SMT com o Paraguai, a saber, *As Raias de Matto Grosso: fronteiras meridionais*, de autoria de Virgílio Corrêa Filho, publicado em 1925; e *Limites do Brasil: fronteira com Paraguay*, de Hildebrando Accioly, publicado em 1938. Segundo Franco (2007), *As Raias de Mato Grosso (1925)* é a primeira obra que trata especificamente da fronteira SMT com o Paraguai e também se manifesta como uma das “primeiras representações feitas sobre a conquista e a incorporação do

território mato-grossense aos domínios de Portugal, elaboradas por um historiador local” (FRANCO, 2007, p.83).

Outra proposição, formulada por Baller (2014), afirma que a fronteira, entendida como “ocorrência teórica e historiográfica” no Brasil, possui três momentos distintos: 1- Os tratados diplomáticos, que remontam o período colonial; 2- As produções do IHGB, que eram ligadas a questões técnicas e preocupavam-se com a produção de uma identidade nacional; e 3- A descoberta ou entrada das teses de Frederick Jackson Turner no Brasil. As teses do americano influenciaram sócios do IHGB, historiadores, geógrafos e sociólogos que se debruçavam em compreender o Brasil e o avanço de seu território rumo ao ocidente.

Os tratados, frutos de negociações diplomáticas entre nações, revelam a concepção institucional e a maneira como as nações resolveram as contendas relativas aos seus limites. No âmbito do IHGB, a partir de sua fundação em 1838, a maior parte da produção se constituiu por relatórios, de viagens ou técnicos, comumente ligados às demarcações e aos estudos “didáticos-descritivos”. O IHGB, por meio de suas publicações visava propagar a fronteira brasileira com seus marcos estabelecidos, mas sem problematização teórica-conceitual. Todavia é preciso ponderar que, no início do século XX, alguns autores ligados ao IHGB ampliaram o entendimento sobre fronteira. A título de exemplo, merecem menção em relação ao nosso tema, os trabalhos de Fernando Antonio Raja Gabaglia, Virgílio Corrêa filho e Castilhos Goycochêa.

Raja Gabaglia publicou em 1916 *As Fronteiras do Brasil* como tese de concurso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II. Nessa obra, considerada por Sprandel (2006) como um clássico da geografia brasileira, o autor desenvolve 30 itens teóricos conceituais sobre a fronteira. Certamente sua perspectiva foi influenciada pelo pensamento de Camille Valaux, que no início do século XX rejeitava a teoria dos “limites naturais” e “[...] difundiu o conceito de zona-fronteira correspondente a uma área articulada, econômica e politicamente entre estados” (CORRÊA, 2012, p. 46). Raja Gabaglia inicia seu livro definindo Estado, território e fronteira:

Estado é uma sociedade permanente de homens independentes estabelecida em determinado território, com governo autónomo encarregado de dirigi-la. Três são as características materiais do Estado: o território, a população ou povo e o governo. O Território é a região do globo que um povo ocupa, sobre a qual exerce livremente a soberania [...] O território termina nas fronteiras. Fronteiras são as extremidades do território de um Estado que confinam com as de outro. (RAJA GABAGLIA, 1916, p. 5-6)

Embora a definição de fronteira de Raja Gabaglia parta da concepção de limite, o autor inovou em relação a outras produções de autores brasileiros do início do século XX, pois a concebe como uma região constituída na interdependência com outros povos dentro do processo histórico. As regiões de fronteira, na perspectiva do autor, possuem uma dinâmica própria e grande complexidade, porque envolvem interesses de indivíduos, de grupos e de Estados. Elas historicamente apresentam elementos de lutas, que se referem à assimilação e à distinção, capazes de revelarem o caráter próprio da zona de fronteira. Em uma fronteira, as relações sociais são dinâmicas e interdependentes, seja dada a densidade da população, devido ao comércio ou pelo simples contato entre os indivíduos que cotidianamente transpõem a linha divisória estabelecida pelos Estados:

As fronteiras são, portanto, zonas ou regiões. A contiguidade do território estrangeiro dá às fronteiras um carácter próprio, devido quer às relações especiaes de direito, quer às organizações sociaes, quer às condições de vida e ao typo dos babitantes. As fronteiras são ao mesmo tempo zonas de interpenetração e zonas de separação [...]. (RAJA GABAGLIA, 1916, p. 6)

Virgílio Corrêa Filho, engenheiro, sócio do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e reconhecidamente historiador, preocupou-se em vincular o processo de formação da fronteira a “[...] dois níveis de construção identitária, tanto ao que vincula a fronteira com um projeto identitário de nação quanto ao que vincula a fronteira ao projeto de uma pertença regional”(FRANCO, 2007, p.71). Em sua obra *As Raias de Mato Grosso (1925)*, Corrêa Filho aborda a fronteira como fixação dos limites nacionais aliada ao de região “vazia” pronta a ser ocupada. Ele retorna ao tratado de Tordesilhas e à ação Bandeirante rumo ao oeste brasileiro para justificar o pertencimento da região à nação. Assim, a fronteira em Corrêa Filho, mesmo referenciada ao limite carrega o sentido de “sertão”, pois se constitui como espaço a ser ocupado. Por sertão devemos entender, sob a ótica de Galetti (2000), o espaço que revela a oposição entre natureza e cultura, ou seja, “é vazio institucional, falta de sociabilidade, onde os homens se confundem com as feras e recusam as ordenações sociais” (GALETTI, 2000, p.70). O sertão é o entre-lugar, visto que não é o espaço habitado (cidade, nação/civilização), mas também não é o lugar inabitável (selvagem). Ele se revela como um lugar que se apresenta e convida a habitação, mas à medida que a “civilização” avança deixa de ser o sertão.

A obra *Fronteiras e fronteiros (1943)*, de autoria do engenheiro que também se dedicou a estudar a história do Brasil, Luiz Felipe de Castilhos Goycochêa, alinha-se a de Corrêa Filho. Ambos constroem suas narrativas a partir do Tratado de Tordesilhas e da ação Bandeirante para

justificar os limites brasileiros. Eles reconhecem o habitante da fronteira (o fronteiriço ou fronteiro) como a sentinela avançada da nação. O homem forte, corajoso e audaz, que ousou penetrar o “sertão” e transformá-lo em núcleos de civilização. Goycochêa concebe a fronteira como “franja”, limite político, mas também como zona de contato. Esse contato é de vigilância, pois os indivíduos de cada lado devem manter-se vigilantes para não se afastarem dos hábitos nacionais. Assim, a fronteira revela-se como lugar de tensão social:

A fronteira é fonte permanente de sugestão, quer seja simples linha divisória entre soberanias, quer se trate de região em que viva um povo em contato e em atrito com outro povo. Quando raia de limites políticos faz evocar o processo, laborioso em regra, seguido até sua fixação, e com isso avia *crucis* dos exploradores e dos demarcadores. Zona limítrofe à zona estrangeira, não pode deixar de lembrar que as suas populações vivem existência menos tranquila do que as mediterrâneas, porque sempre em alerta, seja no resguardo das próprias características, seja no apuro em que soem manter-se para mostrar aos vizinhos do que são e do que valem [...] Com o fronteiro ocorre o mesmo. É indivíduo com qualidades excepcionais aprimoradas cada vez mais no comércio de todo gênero com o homem de além-raia [...] Guardas avançados que são do patrimônio espiritual. (cultura, idioma, religião, tradição histórica, peculiaridades localistas) e do patrimônio material. (território, riqueza organizada ou em potência, acervo artístico e bibliográfico) da nação a que pertençam ou à qual sirvam [...]. (GOYCOCHÊA, 1943, p, 7-8)

É fato que os autores ligados ao IHGB contribuíram para o início da construção do *corpus* teórico-historiográfico da fronteira. Embora suas obras visassem à construção da história do Brasil, suas abordagens e reflexões sobre fronteira são marcadas por descrições técnicas e se constituíram a partir de relatórios oficiais e de expedições e em outros documentos disponíveis, como na historiografia europeia. Para Baller (2014), a partir da década de 1920, a historiografia brasileira a respeito do tema fronteira adquire novo significado dada a influência das teses de Turner (1893):

Autores reconhecidos da historiografia adentraram o século XX e prolongaram suas discussões até a década de 1970, tendo o modelo norte-americano como direcionador. Os historiadores brasileiros apontam considerações sobre a fronteira, apresentando em seus escritos a influência de Frederick Jackson Turner. (BALLER, 2014, p. 28)

Sem a pretensão de detalharmos todas as obras e autores que foram influenciados pela tese de Turner (1921), elencaremos alguns desses teóricos com base no levantamento produzido por Sprandel (2006) e por Baller (2014). Ambos fizeram o levantamento das produções historiográficas de 1900 a 1970 e nos oferecem um panorama dos teóricos que influenciaram as leituras sobre fronteira no Brasil.

Turner publicou em 1893 o ensaio *O significado da fronteira americana* e bastou uma década para ser reconhecido como explicação válida para o desenvolvimento do Oeste norte-americano (AVILA, 2006). A tese da fronteira (*frontier thesis*) de Turner deve ser compreendida como limite do território político-administrativo (*border*) e como processo de expansão, ou seja, a fronteira em movimento, que avança como ondas em direção ao Oeste (*frontier*). Turner (1921) inovou ao unir a ideia do avanço da fronteira com o caráter identitário da nação norte-americana por meio de uma narrativa histórico-científica. Ele conseguiu, valendo-se de fontes, demonstrar que o avanço para o Oeste forjou no homem americano seu caráter corajoso, empreendedor e autêntico:

[...] But in the case of the United States we have a different phenomenon [...] American development has exhibited not merely advance along a single line, but a return to primitive conditions on a continually advancing frontier line, and a new development for that area. American social development has been continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities, its, continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating American character. The true point of view in the history of this nation is not the Atlantic coast, it is the Great West [...] In this advance, the frontier is the outer edge of the wave — the meeting point between savagery and civilization [...] the frontier is the line of most rapid and effective Americanization [...] In short, at the frontier the environment is at first too srong for the man. He must accept the conditions which it furnishes, or perish, and so he fits himself into the Indian clearings and follows the Indian trails [...] Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines [...] ³⁰(TURNER, 1921, p. 2-4)

A *frontier thesis* de Turner suscitou novas abordagens sobre a fronteira brasileira durante o século XX. De acordo com Baller (2014), o primeiro livro que deixa evidente a influência do pensamento de Turner é *Evolução do povo brasileiro* (1923), de Oliveira Vianna, membro do IHGB. Ainda que seu autor não cite ou confesse a influência do norte-americano em sua obra, sua interpretação sobre o Bandeirante, considerado superior ao indígena e caçador

30 [...] Mas no caso dos Estados Unidos temos um fenômeno diferente [...] o desenvolvimento americano exibiu não apenas o avanço ao longo de uma única linha, mas um retorno às condições primitivas em uma linha de fronteira em contínua evolução, e um novo desenvolvimento para essa área. O desenvolvimento social americano tem recomeçado continuamente na fronteira. Esse perene renascimento, essa fluidez da vida americana, essa expansão para o Oeste com suas novas oportunidades, seu contínuo contato com a simplicidade da sociedade primitiva, fornecem as forças que dominam o caráter americano. O verdadeiro ponto de vista na história desta nação não é a costa Atlântica, é o Grande Oeste [...] Nesse avanço, a fronteira é a borda externa da onda — o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização [...] a fronteira é a linha de americanização mais rápida e eficaz [...]. Em suma, na fronteira o ambiente é, a princípio, muito sofrido para o homem. Ele deve aceitar as condições que fornece, ou perecer, e assim ele se encaixa nas clareiras indianas e segue as trilhas dos índios [...] Assim, o avanço da fronteira significou um movimento constante de afastamento da influência da Europa, um crescimento constante de independência nas linhas americanas [...] (tradução nossa).

deste, aproxima-se da tese de Turner, pois, além de contrapor “a versão do caçador de índios à sociedade oligárquica brasileira daquele contexto”, também reconhecia o meio ambiente fronteiriço como elemento transformador de indivíduos: “o meio ambiente servia como um aspecto que tanto limitava quanto aumentava a condição de vida das pessoas na fronteira” (BALLER, 2014, p. 28).

O sociólogo e historiador Gilberto Freyre também demonstra aproximações com as teses de Turner. No clássico *Casa grande e senzala* (1933), ele sinaliza sem evidenciar tal vínculo. No livro *Interpretação do Brasil* (1947), ele deixa clara essa influência por meio de referências. Freyre identifica o Bandeirante como homem da fronteira, que assume o modo de vida calcado na simplicidade indígena, mas, ao mesmo tempo em que assimila práticas sociais necessárias à sobrevivência em um ambiente hostil, também influencia a mudança de hábitos. É a interação entre indígenas e pioneiros que resulta no novo habitante do “sertão”.

O confronto entre etnias, a miscigenação, entre outros aspectos, aparece no livro de Freyre como um afazer na construção do homem da fronteira. Tensões do mesmo nível aparecem em Turner, quando o autor norte-americano discute os laços de amizade e a afetividade entre as diferentes etnias, uma forma de aproximação social. Essas características mostram como Freyre interpreta a afirmação do Brasil que vai dos extremos do estranhamento e do conflito até o convívio e aproximação dos povos. Porém ao contrário de Turner, o autor brasileiro insere novos elementos no decorrer de sua obra, como é o caso do negro e no índio como protagonistas, o que mostra que Freyre desponta com uma proposta de não minimizar os conflitos étnicos e sociais em relação a um determinado segmento dominante, e essa característica, em análises que se voltam para a compreensão da fronteira como um complexo espaço em movimento é inovadora (BALLER, 2014, p. 30)

A tese de Turner, a partir da década de 1940, também foi utilizada para justificar a Marcha para o Oeste, título dado à política de colonização do Centro-Oeste brasileiro durante o governo Vargas. O slogan “Marcha para Oeste” sintetizava o projeto do governo para ocupar o Centro-Oeste brasileiro. Esse projeto foi idealizado com o objetivo de integrar as áreas consideradas “vazias” e politicamente frágeis do Estado brasileiro (OLIVEIRA, 2013). Essa influência de Turner sobre o avanço das fronteiras internas pode ser percebida a partir do livro *Marcha para Oeste* (1940), de Cassiano Ricardo. Neste, o autor busca construir uma analogia entre a Marcha para Oeste e a organização das Bandeiras dos séculos XVI-XVII. O propósito da obra é tratar e incentivar a expansão da fronteira agrícola. Em seu livro, alinhado com a proposta política, o autor considera cada “brasileiro como um novo bandeirante com caráter democrático [...] qualquer brasileiro seria capaz de trilhar novos caminhos e nesse sentido poderia ser um novo bandeirante” (BALLER, 2014, p. 29). A ação socializadora e

transformadora defendida por Ricardo se assemelha ao ideal norte-americano proposto por Turner.

Na década de 1950, a produção brasileira sobre a fronteira é marcada pelo pensamento de autores que ainda hoje são referências para este tema: as obras de Leo Weibel, Viana Moog, Pierre Monbeig e Sergio Buarque de Holanda proporcionaram explicações originais sobre a mobilidade da fronteira brasileira, mas possuem estreita aproximação com o pensamento de Turner. Embora Weibel e Monbeig sejam geógrafos, suas produções sobre a fronteira também serviram e servem à historiografia. Pierre Monbeig, um dos integrantes da missão francesa que fundou o curso de Geografia da USP, trabalhou no Brasil entre 1935-1946, além de influenciar a primeira geração de geógrafos da USP, publicou em 1952 sua tese doutoral *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, traduzida para o português em 1984. O autor se debruçou a compreender a sociedade brasileira como uma sociedade em movimento. Para isso, cunhou o conceito “franja pioneira” na tentativa de entender a fronteira que avançava em múltiplas direções e de forma não ordenada. A “franja pioneira” visava à compreensão da complexa realidade de colonização do interior brasileiro, de forma especial o interior de São Paulo. A “franja pioneira” pode ser pensada como o limite entre barbárie e civilização, pois ela se manifesta como o lugar do encontro entre o homem (cultura/civilização) e natureza (SANTOS, 2016).

Na primeira parte do livro supracitado, podemos perceber aproximações com a *frontier thesis* de Turner, pois Monbeig associa o espírito desbravador do brasileiro moderno ao do Bandeirante, exemplo de pioneiro. Na perspectiva de Mahl (2018, p. 150), a tese de Monbeig “[...] estabelece um diálogo com as representações dos bandeirantes até então preponderantes na historiografia paulista, que reforçavam a imagem destes como desbravadores do sertão, impulsionados pela ambição e também pela coragem [...]”. Nas palavras de Monbeig (1984, p. 212): “Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante [...]”. Ao estabelecer com habilidade o mito da origem da capacidade paulista de avançar sobre os “sertões” a sua raiz bandeirante e ao caracterizar as ações do pioneiro como feitos civilizadores e empreendedores, ainda que se reconheçam os interesses econômicos que fomentaram o avanço rumo ao oeste paulista, a aproximação da *frontier thesis* de Turner fica evidente:

La obra de Pierre Monbeig, entonces, como la de Turner, al legitimar los procesos que se están llevando a cabo, está contribuyendo a crear una geografía material y simbólica, la geografía de la frontera. Monbeig, al igual

que Turner, pone énfasis en ciertos aspectos del proceso de expansión del área de producción agraria en detrimento de otros. Este geógrafo francés hace referencia al papel del empresario, del hacendado, del comerciante, del pequeño agricultor “moderno y “emprendedor”. Se destaca la importancia de las líneas ferroviarias, de las ciudades, la difusión de la agricultura comercial en gran escala como la del café o algodón en la conceptualización local del frente pionero. El conflicto social desatado por la expansión agrícola no es analizado. El indígena masacrado en este proceso no aparece en el escenario de rápida transformación descrito por dicho autor. En contraposición es la idea de progreso, al igual que en Turner, la que se asocia a la de la frontera. (ZUSMAN, 1999, p. 149)

Leo Waibel realizou pesquisas no Brasil como membro do Conselho Nacional de Geografia entre os anos de 1946-1950. Em 1958, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou a primeira edição do livro *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, fundamentado em vários estudos realizados pelo autor no interior do Brasil durante sua estadia. Dentre os vários capítulos, o texto intitulado *As zonas pioneiras do Brasil*, que havia sido publicado em 1955 na *Revista Brasileira de Geografia*, dialoga com o contexto de ocupação, colonização e reorganização do território nacional inserido no projeto político Marcha para Oeste. Segundo Sprandel (2006) e Mondardo (2016), Waibel introduziu a discussão a respeito do conceito de frente pioneira no Brasil, a partir da *frontier thesis* de Turner, pois “Waibel via a fronteira como zona pioneira, com predominância das relações econômicas de ocupação e colonização. Ele afirmava que era necessário comparar a marcha para o Oeste no Brasil com a marcha para o Oeste nos Estados Unidos” (MONDARDO, 2016, p. 68).

Vianna Moog publicou em 1954 o livro *Bandeirantes e Pioneiros*, um estudo comparado da colonização brasileira (Bandeirantes) e a dos Estados Unidos (Pioneiros), a fim de entender a diferença de desenvolvimento entre ambos os países. Segundo Baller (2014, p.30), “Moog mostra o oeste norte-americano como fator relevante para os Estados Unidos, na medida em que o oeste cria um novo tipo social, independente, trabalhador, moralista, entre outras qualidades, condição que Turner acentua em sua tese [...]”.

Sergio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras* (1956), compreende a fronteira como “espaço fluido e em contínuo movimento”, todavia não vê o Bandeirante como herói. A aproximação de Holanda e Turner se evidencia à medida que para ambos o contato com o meio ambiente próprio do Oeste e o contato com os indígenas faz com que os homens, de origem europeia, se transformem em algo genuíno. Para Baller (2014, p.31), Holanda “dá ênfase à contribuição dos indígenas, repensando-os enquanto agentes da ocupação do território brasileiro, o que se deve, em parte, à leitura dos escritos de Turner, em que o indígena também

aparece como um ator da expansão do território norte-americano”, ainda que não seja o protagonista da história.

A datar da década de 1960, a influência de Turner sobre as análises da fronteira passa a ser rediscutida em uma perspectiva crítica. Autores como Otavio Guilherme Velho, sem refutar as proposições de Turner, questionam se ela pode ser aplicada no Brasil no contexto dos anos 1950-1960, posto que em seu livro *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* (1974) enfatiza-se que, naquele período, a busca e a demanda por reforma agrária revelam que o avanço colonizador brasileiro não tinha em suas bases ideais democráticos da conquista da terra como defendido por Turner:

O ponto crucial de percepção do autor brasileiro [Velho] em oposição a Turner é o de que a terra não está ao alcance de todos no Brasil, logo o ideário democratizador é um elemento muito sensível para ser defendido na prática do contexto brasileiro, por esse fator é que o autoritarismo tem como preocupação o controle sobre as fronteiras, contexto em que se propagam no Brasil vários projetos de expansão em direção às fronteiras, sendo essa uma forma de controle dos espaços. (BALLER, 2014, p. 32)

Entre as décadas de 1970 a 1990, o cientista social José de Sousa Martins realizou pesquisas nas frentes pioneiras da região amazônica e publicou em 1996 *O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. A partir desse artigo, é possível estabelecer pontos de crítica em relação à aplicação da *frontier thesis* no Brasil. Assim como Velho, Martins (1996) extrapola a concepção de fronteira naturalizada em Turner, pois a compreende baseada em “tensões, especialmente a luta pela terra, tirando o papel central do pioneiro e dando o protagonismo da história da fronteira à vítima desses conflitos como os indígenas e os camponeses” (BALLER, 2014, p. 33). A fronteira em Martins assume um caráter mais de conflito aparente e menos de progresso e construção identitária. Segundo Martins (1996, p. 27), o que melhor caracteriza e define a fronteira no Brasil é “a situação de conflito social. E esse é certamente o aspecto mais negligenciado entre pesquisadores que têm tentado conceituá-la”.

A *frontier thesis* de Turner continua potencializando as análises sobre a fronteira, visto que várias das realidades propostas por ele na fronteira Oeste norte-americana podem ajudar a pensar os processos de ampliação dos limites em outras regiões, ainda que suas características, categorias e contextos não possam ser aplicados categoricamente. É mister salientar que, no início do século XXI, dois estudos brasileiros retomaram a investigação sobre a *frontier thesis*

de Turner. O livro *Oeste americano: quatro ensaios da história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*³¹ (2004), organizado e traduzido pelo professor Paulo Knauss, apresentou ao público brasileiro a tradução de importantes artigos de Turner, proporcionando um importante quadro historiográfico de sua compreensão sobre a fronteira. Os ensaios traduzidos por Knauss (2004) – *O significado da fronteira na história americana, O problema do Oeste, Contribuições do Oeste para a democracia americana e O significado da seção na história americana* – foram publicados originalmente na coletânea *The frontier in American History*, de Turner (1921), e o professor Knauss chama a atenção para a importância de resgatar a obra de Turner, haja vista que ela influenciou, como demonstrado, importantes autores da história e da geografia brasileira. Nesse sentido, podemos destacar a dissertação *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*, defendida em 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu autor, Arthur Lima de Ávila, considerou que à medida que Turner ressignificou a expansão da fronteira norte-americana rumo ao Oeste na construção da nacionalidade daquele país, sua tese influenciou toda uma geração de historiadores norte-americanos, assim como a classe política e empresarial. Turner foi capaz de vincular com habilidade o Mito da Fronteira norte-americana ao processo de desenvolvimento histórico do Oeste. Para Ávila (2006, p. 6), ele “conseguiu unir uma valorização do agrarianismo primitivo com um elogio à evolução histórica dos Estados Unidos”.

Em suma, a historiografia brasileira sobre fronteira se constituiu em dois momentos: no primeiro, a produção desenvolvida por membros do IHGB visava à construção de uma identidade nacional e suas análises partiam da concepção de limite. No segundo momento, a produção historiográfica produzida com base acadêmica recebeu influência significativa da tese de Turner (1921) e manifestou-se como uma tentativa de compreender o Brasil a partir do avanço populacional sobre todo seu território. Nesse cenário, a historiografia investiga a fronteira como zona de contato entre grupos distintos e revela o caráter civilizador da fronteira brasileira.

O processo de constituição da fronteira SMT é *sui generis*, pois a determinação do limite estatal é anterior a sua povoação. Assim, podemos inferir que a condição de fronteira, em sua relação com os limites nacionais, estabelece-se após o Estado garantir seus domínios. Outro aspecto significativo é que a povoação dessa fronteira se deu em saltos, porque se estabeleceu

31 Livro publicado pela Eduff que está esgotado.

nos limites próximos ao Atlântico e na franja ocidental. No entre-limites, esse processo ocorreu lentamente e não em movimento de onda, mas a partir de múltiplas direções. Parece-nos razoável aceitar que a ideia de limite é presente na representação de fronteira e devemos tê-lo em perspectiva, embora a fronteira se estabeleça à medida que se constitui a condição de contato entre grupos ou povos e, assim, desenvolve-se permeada por múltiplas figurações. Ao elencarmos as produções historiográficas a respeito da fronteira, evidenciamos que a tese sobre ela, do americano Frederick Jackson Turner (1921), influenciou diversas análises, e sua aplicação no caso brasileiro deve ser ressignificada, dado o estabelecimento de limites antes da instauração da condição de fronteira.

A historiografia produzida por membros do IHGB e por pesquisadores da academia formam a gênese dos estudos sobre a fronteira brasileira e possibilitaram a compreensão de como ela foi tratada e concebida na historiografia brasileira. Ela, ainda que estruturada a partir da ideia de limite, sempre extrapola essa determinação política geográfica, pois se manifesta através do contato entre diferentes indivíduos em estágios civilizatórios distintos, envolvendo diversas interdependências sociais na sua constituição. A necessidade de ligar o avanço da fronteira a um passado épico é presente em vários autores, assim como o desejo de vincular a mobilidade da fronteira aos ideais de progresso. O fronteiriço, seja o pioneiro ou o “nativo”, carece de estratégias para sobreviver e compreender seu mundo diante das mudanças impostas pela presença do outro.

Por fim, é preciso indagar se, no caso da fronteira SMT com o Paraguai, o problema seria a formação do Estado nacional e/ou de sua identidade, porque a fronteira em questão passa a ser objeto e causa de preocupação analítica a partir da incorporação de novas populações. As tensões que envolveram essa região orbitam a identidade fronteiriça, marcada por trocas, pela proximidade e pela ausência do limite político entre os fronteiriços. A ausência de delimitação do que é nacional parece estar diluída no cotidiano e nas figurações existentes na fronteira SMT, o que poderia causar dificuldades ou instabilidade políticas frente aos ideais nacionais. O desenvolvimento recente de uma historiografia regional, focando a questão presente na constituição do que poderia ser chamado de identidade sul-mato-grossense, abre novas perspectivas para pensar a fronteira a partir dela mesma, de sua lógica e de sua problemática regional.

2 FRONTEIRA E EDUCAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA SUL-MATO-GROSSENSE: ANÁLISES DE “HISTORIADORES DILETANTES”

A fronteira SMT manifesta-se como ocorrência historiográfica em obras de autores mato-grossenses desde o início da República. Neste capítulo, analisaremos as obras de dois “historiadores diletantes” que viveram na região SMT e produziram suas obras entre as décadas de 1930 e 1940. Elegemos como fonte de análise as obras de José de Melo e Silva - *Fronteiras guaranis* (2003) e *Canaã do Oeste* (1989), e de Oclécio Barbosa Martins – *Pela defesa nacional* (1944). Os referidos autores não foram historiadores profissionais, contudo tiveram ousadia, sensibilidade e interesse em registrar a realidade histórica de seu tempo e espaço. Sem respeitar o rigor atualmente exigido para a escrita historiográfica, sobretudo no que se refere ao tratamento de fontes, esses autores se valeram de documentos, notícias periódicos da época, a historiografia do final do século XIX e início do XX e, principalmente, suas observações para descreverem e interpretarem acontecimentos histórico-sociais de sua época.

Antes de adentrarmos as análises das obras selecionadas, são importantes alguns esclarecimentos: a respeito da classificação dos autores José de Melo e Silva e Oclécio Barbosa Martins como “historiadores diletantes”, pois mesmo cientes de que eles não foram historiadores profissionais, no sentido acadêmico, entendemos que o termo “memorialista”, comumente utilizados para classificá-los, não é o mais adequado. A categoria historiador é mais apropriada, uma vez que o conceito “memorialista” refere-se à produção memorialística, entendida como “gênero de narrativa próprio das memórias” (HOUAISS, 2008), ou seja, o memorialista é “aquele que se entrega demasiadamente a reminiscências e experiências passadas” (HOUAISS, 2008). Esses autores, ainda que sem o rigor analítico apurado que se espera de um historiador profissional, analisaram seu tempo sem produzir apenas memórias pessoais. Apesar de construírem uma narrativa baseada em suas observações e misturadas as suas experiências subjetivas, eles buscaram descrever a região situando-a no tempo histórico nacional.

As obras desses autores pertencem ao grupo das primeiras produções de caráter historiográfico produzidas sobre e a partir da fronteira SMT. Assim, podemos classificar esses autores como pertencentes à primeira geração de historiadores regionais sul-mato-grossenses. Embora não sejam historiadores profissionais, suas obras evidenciam que foram “historiadores

diletantes”: “[...] historiador diletante é aquele que constitui o passado tornando-o história, sem formação específica. Mesmo sem essa formação acadêmica, seu papel é fundamental na medida em que trabalha com vocação política” (DIEHL, 1988, p. 15). Centeno (2007), fundamentada em Alves (2003), ao analisar em sua tese as obras dos chamados “memorialistas” sul-mato-grossenses, dentre os quais se destaca Melo e Silva, também utiliza a categoria “historiador diletante”. Para ela, “historiador diletante” é aquele que, a partir de uma formação erudita, ainda que não fosse especificamente no campo da História, produziu obras de cunho historiográfico, seja por prazer ou por outros interesses. Seus estudos são esporádicos, independentes e sem rigor analítico.

Ambos os historiadores – Melo e Silva e Martins– podem ser considerados “historiadores diletantes” não por terem escrito uma vasta obra, mas por seus escritos revelarem seu engajamento na defesa da história regional sem levar em conta as relações interdependentes do processo histórico-social mais amplo. Assim, são “diletantes”, porque os

Historiadores diletantes caracterizam-se, portanto, no engajamento na defesa de uma história regional como uma causa [...] Outra característica de tal produção reside no fato de que o grupo não possui formação específica em história, contudo, teceram suas interpretações com apego político ao lugar, à descendência familiar, aos propósitos das instituições a que estavam filiados no esforço de compreender a trajetória de sua própria identidade. (FREITAG, 2007, p. 153-154)

Esses autores apresentam as características supracitadas. Suas obras possuem caráter propagandístico com vistas a legitimar certas posições sociais e grupos regionais. Ao considerá-los “historiadores diletantes” não estamos denegrindo-os, mas, apenas, diferenciando-os dos historiadores ligados à academia que analisaremos nos capítulos subsequentes. É relevante salientar um aspecto determinante que impossibilitaria a produção historiográfica profissional nos padrões acadêmicos no início do século XX na região SMT, a saber: “os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal, em 1935” (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 286). O “historiador diletante” é de suma importância para a historiografia brasileira, pois apesar de sua produção ser engajada na defesa de interesses e/ou da região, sua obra se revela como fonte histórica de determinado momento.

Na perspectiva de Zorzato (2000), a historiografia mato-grossense do início do século XX incumbiu-se de forjar a representação da origem mato-grossense ligando-a ao ideário brasileiro, isto é, a historiografia regional constituiu-se como estratégia na construção da

identidade mato-grossense marcada pela brasilidade. Ele aponta que a identidade mato-grossense foi construída a partir do IHGMT e destaca nesse processo as obras de Estevão Anastácio Monteiro de Mendonça (1869-1949) e Virgílio Corrêa Filho (1887-1973). Esses autores influenciaram e adquiriram papel fundamental na construção identitária de Mato Grosso, assim como na fundação do IHGMT.

Diante disso, cumpre-nos esclarecer porque esses autores, sócios-fundadores do IHGMT, e suas obras não foram selecionados como fonte de análises. O primeiro critério na seleção de nossas fontes foi o vínculo existencial dos autores com a fronteira SMT, posto que Melo e Silva e Oclécio Barbosa Martins viveram na fronteira SMT e escreveram sobre ela na tentativa de chamar atenção do governo federal e/ou de outras autoridades da época para a região na primeira metade do século XX.

O mato-grossense Estevão de Mendonça, professor do liceu cuiabano, sócio-fundador do IHGMT, fundado em 1919, e “sócio-correspondente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dos Institutos Históricos e Geográficos de Alagoas, de São Paulo, de Sergipe, do Pará e do Paraná” (SILVA, 2013, p. 103), foi o primeiro a produzir uma obra sobre a história de Mato Grosso. Seu livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906) não tem a pretensão de descrever ou analisar exclusivamente a fronteira. É preciso reconhecer sua importância, pois lançou as bases de uma representação historiográfica sobre Mato Grosso e seus cidadãos. Nele, a fronteira figura apenas como elemento que compõe o quadro geral mato-grossense, mas sua importância se relaciona à identidade mato-grossense de guardiães dos limites nacionais. Outra obra de Estevão de Mendonça é *Datas Mato-grossenses* (1919). No entendimento de Zorzato (2000), é a principal obra historiográfica do autor, porquanto registra fatos que considera importante e digno de comemoração da história local e fixa datas em torno das quais se deve construir a memória local. Ambas as obras possuem aspectos que marcam a narrativa de outros historiadores mato-grossenses como “o caráter de epopeia, o heroísmo de seus personagens, o registro dos feitos dos antepassados como obra civilizadora” (ZORZATO, 2000, p. 424).

Além dessas duas obras, Estevão de Mendonça organizou e publicou a revista *O Archivo* (1904-1906) em Cuiabá. Essa revista figura como a primeira tentativa de criação de um Instituto Histórico de Mato Grosso. Na primeira edição dela, os editores – Estevão de Mendonça e

Antônio Fernandes de Souza³² – defenderam a necessidade de um veículo e de uma instituição que pudesse propiciar um espaço para pensar e construir a identidade mato-grossense. Embora a ideia de um instituto histórico mato-grossense só tenha se efetivado em 1919, a revista objetivava promover a divulgação de documentos históricos, geográficos e formativos do estado de Mato Grosso. Sendo assim, a obra de Estevão de Mendonça revela aspectos presentes nas narrativas de outros historiadores mato-grossenses que buscavam construir a representações sobre Mato Grosso.

Preocupações genealógicas, registros de passagem de viajantes, observações de eventos culturais, tratando da existência da imprensa e da ação de religiosos, que serão posteriormente trabalhados por seus consócios, também fazem parte dos trabalhos de Estevão de Mendonça. Tanto assim que a obra constituiu-se sempre em fonte obrigatória para seus colegas de empreitada. (ZORZATO, 2000, p. 424)

A respeito do livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), é importante salientar que ele foi adotado como manual para o ensino de História e Geografia nas escolas públicas de Mato Grosso. Segundo Zorzato (2000) e Franco (2007), a obra deve ser vista como um marco inicial da construção memorialista do passado mato-grossense. Tendo em vista que a referida obra foi utilizada como ferramenta didática na rede pública de ensino, é preciso considerá-la como a “primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense” (FRANCO, 2007, p. 38). No capítulo “Notícia histórica”, primeiro da segunda parte do livro, o autor relaciona a origem mato-grossense aos bandeirantes, que são descritos como homens corajosos, destemidos e comprometidos com o projeto de uma nação. A tentativa de filiar a origem de Mato Grosso aos bandeirantes foi entendida por Galletti (2000) e por Zorzato (2000) como uma estratégia dos intelectuais locais para combater as imagens divulgadas por viajantes, militares e comerciantes oriundos de outras regiões do país que eram consideradas desenvolvidas e com maior cabedal cultural.

Galetti (2000) demonstrou em sua tese que Mato Grosso era visto e propagado como lugar atrasado e selvagem, com gente incivilizada, ignorante, preguiçosa, além de outros estigmas. Assim, o trabalho para fixar na memória histórica uma origem elevada e digna de louvor, deve ser visto como estratégia integrante do projeto político-intelectual que pretendia forjar uma representação identitária mato-grossense. Ainda que, naquele momento, não fosse possível afastar a ideia de “local distante” ou “confins da civilização”, era preciso demonstrar

32 Nasceu em Cuiabá-MT, em 15 de janeiro de 1879, e morreu no dia 6 de agosto de 1959. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Entre suas várias obras destacam-se *A invasão paraguaia em Mato Grosso* (1912) e *a Política de Mato Grosso* (1958).

que os indivíduos que ali chegaram e viviam eram corajosos e audazes e, por serem herdeiros dos bandeirantes, eram as “sentinelas avançadas da civilização no sertão”, ou seja: “Ao invés de selvagens, reforçam a origem paulista quando não a melhor estirpe europeia; e, ao invés de sanguinários, constroem as imagens de patriotas e destemidos” (ZORZATO, 2000, p. 421).

Por fim, cabe ressaltar que na análise *Mato Grosso nos livros didáticos de história (1889-1930): imaginários e representações*, realizada por Silva (2013), destaca-se a preocupação de Mendonça (1906) de representar o mato-grossense, de forma especial o cuiabano, como modelo idealizado: “homem branco, culto, descendente dos bandeirantes” (SILVA, 2013, p. 129). A preocupação de Mendonça (1906) era mostrar Cuiabá como centro de civilidade, cuja representação construída por ele já fora identificada por Zorzato (2000), Galetti (2000) e Franco (2007), a saber: todo mato-grossense, de forma especial o cuiabano era “[...] descendente dos heróis do passado e defensor da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, audaz, únicos capazes de empreender a dura tarefa de levar o progresso ao Mato Grosso, e principalmente a região entorno de Cuiabá” (SILVA, 2013, p. 129).

Outro importante autor que colaborou na construção da representação mato-grossense no início do século XX foi Virgílio Corrêa Filho. Ele, engenheiro de formação, produziu uma extensa obra historiográfica e foi sócio-fundador do IHGMT, sócio efetivo do IHGB, membro do Conselho Nacional de Geografia e do IBGE, além de ser colaborador de diversos Institutos Históricos e Geográficos de outros estados. Em suas diversas obras, como *As Raias de Matto Grosso: fronteiras meridionais* (1925), a fronteira Brasil-Paraguai é tema fundamental. Todavia, não a elegemos como fonte por motivos semelhantes aos supracitados a respeito de Estevão de Mendonça.

O discurso sobre a fronteira de Corrêa Filho (1925) pode ser encarado como um discurso exógeno a ela, pois sua maior preocupação era estabelecer uma identidade mato-grossense. Na concepção de Zorzato (2000), a vasta obra historiográfica de Corrêa Filho o tornou uma autoridade nacional sobre o Mato Grosso ainda na primeira metade do século XX. Sua obra fornece elementos para compreender a cristalização de uma representação forjada sobre o Mato Grosso. A fronteira é tratada como elemento que contribui para a representação identitária mato-grossense, que, a exemplo de Estevão de Mendonça, é perpassada pelo ideal de homens fortes, audazes, sentinelas da nação, empreendedores, sedentos da alta cultura. Corrêa Filho (1926) preocupa-se de forma pontual com “preservar o chamado sentimento de “cuiabanidade”,

o culto aos defensores fronteiriços e a integração da história do Mato Grosso, a história do Brasil” (FRANCO, 2007, p. 4).

Outro aspecto que influenciou a não escolha de Corrêa Filho como fonte de nossas análises são os importantes trabalhos realizados sobre representações a partir de suas obras, como a tese de Zorzato (1998), a dissertação de Fraco (2007) e vários artigos sobre sua obra. Na perspectiva desses pesquisadores, a obra de Corrêa Filho revela que, a partir da década de 1940, já havia um *corpus* historiográfico capaz de dar conta da representação identitária mato-grossense e que ela já estava consolidada em torno dos elementos representativos que perpassam o ideal de heróis, destemidos, patriotas, sentinelas da nação, etc. Zorzato (2000) deixa evidente que a estratégia da narrativa histórica havia consolidado a representação mato-grossense.

Observe-se que, no início [1919] da atuação do Instituto [Histórico Geográfico de Mato Grosso], Corrêa Filho menciona timidamente alguns estudiosos cujas contribuições começam a ser registradas; pouco mais de duas décadas depois [1940], já tem em mente o conjunto de autores cuja leitura julga indispensável para conhecer Mato Grosso. Assim, em uma das críticas que faz à afirmação de Sodré segundo a qual Mato Grosso seria uma região desconhecida, observa que este último utiliza-se, em ‘Oeste’, apenas de ‘livros de cultura geral’, não se referindo a obras regionais [...]. A longa relação [de autores locais] nos permite pensar que por volta dos anos cinquenta já se consolida o trabalho de elaboração memorialística que sustentaria a identidade local; [...] considere que doravante os chamados autores locais devem estar incorporados como fonte imprescindível nos estudos sobre Mato Grosso. Registre, também, que até os anos cinquenta ocorre o falecimento de alguns dos mais atuantes membros do Instituto. Certamente à esta primeira geração de sócios do instituto deve-se a constrição imagética sobre Mato Grosso. (ZORZATO, 2000, p. 426)

Reconhecemos a relevância da obra de Estevão de Mendonça e de Virgílio Corrêa Filho, assim como os estudos sobre a representação regional a partir delas, porém, pelas razões apontadas, não as tomaremos como fontes de nossas análises.

A escolha das produções de Melo e Silva e de Oclécio Barbosa Martins justifica-se porque elas, ainda que utilizem as mesmas estratégias dos autores cuiabanos, representam um descompasso em relação à historiografia estabelecida naquele período pelos historiadores do IHGMT. Para Melo e Silva, a fronteira ainda precisava abrigar-se. Os livros *Fronteiras guaranis* (2003) e *Canaã do Oeste* (1989) são propagandísticos. A preocupação do autor era chamar a atenção dos dirigentes da nação para a realidade da fronteira, uma vez que, em sua interpretação, a fronteira era brasileira apenas geograficamente, ou seja, a fronteira era “guaranizada” e era preciso nacionalizá-la. Assim, o discurso civilizatório, entendido como

nacionalização da fronteira, emerge como uma proposta educativa no sentido de moralizar o indivíduo que ali habitava e distingui-lo do paraguaio.

O aspecto propagandístico se faz presente também em *Pela defesa nacional (1944)*, de Oclécio Barbosa Martins. O tom de sua narrativa tenciona a emancipação do SMT de Cuiabá. Em sua concepção, era necessário emancipar o sul de Mato Grosso para garantir que o progresso regional avançasse ainda mais, sendo também uma questão de segurança nacional. Martins (1944) toma os adjetivos utilizados pelos historiadores do IHGMT para caracterizar o mato-grossense, de forma especial o cuiabano, como características apenas dos sul-mato-grossenses.

O fator educação surge do discurso divisional de Martins para marcar a distinção e o grau de civilização superior do SMT em relação ao norte do estado. Assim, o elemento mais importante nessas obras é que, enquanto fontes, elas revelam as figurações regionais e a narrativa histórica como recurso de constituição de uma região no início do século XX com base em suas distinções. Posto isso, nossa análise interpretativa das obras supracitadas objetiva identificar a construção e a solidificação das representações da fronteira a partir de produções endógenas a ela e, por conseguinte, tentaremos captar o papel da educação no processo de construção dessas representações.

2.1 A fronteira guaranizada na obra de José de Melo e Silva

José de Melo e Silva (1892-1971), natural do Estado do Ceará, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1919 e concluiu seu doutorado em 1932 pela mesma faculdade. No ano seguinte, foi nomeado para exercer a função de Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista-MT. Segundo Centeno (2007, p. 171), ele permaneceu no cargo até 1945, ano em que “foi colocado em disponibilidade pelo Interventor do Estado, Júlio Muller, por ter a comarca de Bela Vista passado a pertencer ao Território Federal de Ponta Porã”. No ano seguinte, foi nomeado Juiz Substituto do Território Federal de Ponta Porã, cargo que exerceu até ser transferido para o Território Federal do Guaporé em 1947.

No período em que atuou como juiz no sul de Mato Grosso lançou dois livros: *Fronteiras guaranis*³³ (2003), publicado em São Paulo em 1939, e *Canaã do Oeste*³⁴, no Rio de Janeiro em 1947. As obras de José de Melo e Silva são relevantes para a historiografia regional, porque colocam em evidência a figuração regional de sua época e fornece indícios para entender as interdependências da região com suas especificidades e motivações. Apesar de essas obras auxiliarem na compreensão da região fronteira sul-mato-grossense, é preciso olhá-las na perspectiva processual, pois mesmo que revelem representações sobre a região, podem apresentar contradições com eventos históricos já estudados pela historiografia acadêmica. O livro *Fronteiras guaranis* (2003), divide-se em quatro partes distribuídas em dezesseis capítulos e possui uma quinta parte ou “Parte especial”, na qual o autor apresenta um estudo sobre “noções da língua guarani”. Nossa análise se deteve na segunda parte por relatar aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais da fronteira; na terceira, por tratar de questões relativas a quatro municípios da fronteira; e na quarta por mostrar os chamados “problemas da fronteira”. Também nessa parte, o autor propõe medidas que considera indispensáveis para a povoação e nacionalização da fronteira.

A primeira e quinta partes não foram analisadas, por tratarem dos costumes e língua dos povos Guarani, respectivamente. Na primeira parte o autor se dedica a entender as origens dos Guaranis e seus costumes, assim como pretende entender as relações dos indígenas com as missões jesuítas do século XVI até o século XVIII. Na quinta parte, Melo e Silva propõe um *léxico* analítico da língua guarani, a fim de apresentar noções básicas sobre essa língua. Ressalta-se que o autor, baseado em algumas fontes historiográficas, tem por pressuposto de suas análises que no território paraguaio existiu uma verdadeira Nação, Estado ou República Guarani. Nesse contexto, propõe a existência de uma organização social guarani que teve como mentor a Ordem Jesuíta.

Já na obra *Canaã do Oeste* (1989), o autor se debruça sobre os chamados “problemas atinentes à terra sul-mato-grossense”, tais como “transporte, ensino, educação, saúde povoamento e trabalho” (MELO E SILVA, 1989, p. 13). Esses problemas se inserem na preocupação maior do autor, a saber, a segurança nacional, a defesa da fronteira e sua integração nacional. Sob a ótica da revisora do material, *Canaã do Oeste* (1989) possui caráter histórico, mesmo que seu autor não possua formação em História. O texto de Melo e Silva, ainda que em

33 MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: com um estudo sôbre o idioma guaraní, ou ava-ñe-ê*. São Paulo: Imp. Metodista, 1939.

34 MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

vários momentos se aproxime de uma crônica apaixonada, revela tópicos históricos importantes da região fronteira na primeira metade do século XX, fato que confirma o autor como um “historiador diletante”, como supramencionado.

Esse livro está dividido em 16 capítulos. Todos eles estão interligados e formam um conjunto sobre aspectos inter-relacionados do mesmo tema: o sul de Mato Grosso. Eles versam sobre diversos “problemas de transporte, ensino, educação, saúde, povoamento e trabalho, nacionalização, segurança e defesa das fronteiras” (MELO E SILVA, 1989, p. 13). Todos esses pontos, na perspectiva de Melo e Silva, estão estritamente ligados à própria civilização brasileira e, por conseguinte, são questões nacionais. *Canaã do Oeste (1989)* inova em relação a *Fronteiras guaranis (2003)*, ao apresentar discussões a respeito do Território Federal de Ponta Porã e suas críticas relacionadas ‘a destituição do território, símbolo do investimento público e da presença do aparato burocrático e militar do Estado na região. Dentre os vários capítulos, não analisaremos o segundo, o oitavo, o nono e o décimo-sexto, pois tratam de questões de ordem da geografia física, como clima, solo, hidrografia, vegetação, etc., de dados econômicos e dos benefícios trazidos à região pelo surgimento do Território Federal de Ponta Porã (1945-1946), bem como a defesa de sua manutenção.

A premissa que orienta nossa análise interpretativa dos argumentos e conclusões de Melo e Silva se anuncia na primeira parte do livro *Fronteiras guaranis (2003)*, em que o autor afirma tratar-se de um estudo sobre diversos aspectos “da civilização dos guaranis em Paraguai” (MELO E SILVA, 2003, p. 63). Ao apresentar, com base em fontes historiográficas paraguaias e brasileiras e em documentos de padres jesuítas como se deu a relação e a constituição de um “Estado guarani” até a segunda metade do século XVIII, o autor deixa evidente que o Paraguai é descendente direto dos indígenas guarani, e tendo isso como axioma, inferirá males prejudiciais ao progresso da fronteira:

Sul-americanos, vizinhos, amigos, remotamente consanguíneos dos descendentes guaranis [...] a amizade e os demais laços não nos devem arrastar ao falseamento do legítimo conceito da antiga civilização desse povo, *nem a ocultação de defeitos* de determinados elementos retardatários, *atualmente mesclados a essa família, sobretudo quando entrem na constituição da massa povoadora de nossa faixa linceira* [...] É isso uma advertência aos nossos irmãos paraguaios para que não vislumbrem em nossas palavras [...] qualquer sentido depreciativo à sua raça e à sua civilização [...] *nestas páginas afrontamos com veemência [...] todos os preconceitos, erros, defeitos e indiferença daqueles que, responsáveis por esse conjunto são-no, por isso*

mesmo, pelo abastardamento³⁵ de nossos costumes, retardam o nosso progresso, furtam-se a trabalhar a nossa nacionalidade e a consolidar a nossa verdadeira posição em presença de gente boa a amiga, mas em todo caso estrangeira [...] todas as vezes que apontarmos falhas num descendente da raça, apenas visamos ao sentido da reforma de costumes e da acomodação daquele ao nosso sistema nacional. (MELO E SILVA, 2003, p. 63, grifo nosso)

O trecho citado leva o leitor a inferir fatos que se confirmam no restante do livro, a saber: existe um elemento dificultador do processo de nacionalização/civilização da fronteira. Na perspectiva do autor, trata-se do descendente guarani. Todavia, ora ele deixa claro que está se referindo ao paraguaio, ora parece que é todo e qualquer indivíduo falante da língua guarani e/ou com costumes semelhantes aos dos indígenas da etnia homônima. Ele, ainda, faz a ressalva de que não quer agredir o sujeito que se identifica com a cultura guarani (língua, religiosidade, alimentação, etc.), mas deixa claro que seus hábitos, seus costumes, sua língua, resumindo, seu *habitus*, não contribui para o desenvolvimento da nação brasileira e é um dificultador para que a população presente nessa porção do território brasileiro se identificasse com o todo. Outro aspecto relevante é que o autor, em momento algum, identifica os brasileiros como descendentes dos guaranis. Assim, depreendemos que *Fronteiras guaranis* (2003) colabora para a representação da fronteira como ‘vazio’ e, como bem demonstrou Gebara (2016), tal noção foi imprescindível para o avanço de conquistadores em direção ao oeste brasileiro e o consequente estabelecimento da fronteira, entendida como limite permeável e de contato com o totalmente diferente que necessita ser suplantado.

O autor não aceita como verdadeira as afirmações provenientes de suas fontes sobre qualidades indígenas/guaranis que os identifiquem com o ideal de civilização. Como exemplo disso, podemos citar o fato de que os guaranis, desde sua descoberta pelo não indígena, distinguem lugares para o culto religioso e para a vida social, assim como são reconhecidos como “grandes conhecedores da agricultura e da higiene [...]” (MELO E SILVA, 2003, p. 56). Melo e Silva chama afirmações como estas presentes em suas próprias fontes³⁶, de mistificadoras, pois “em nada se apoiam, quando referentes aos índios do Brasil e do Paraguai” (MELO E SILVA, 2003, p. 56). Aqui é preciso uma ressalva: possivelmente, quando ele trata de “índios do Brasil e do Paraguai” está se referindo aos índios que viveram e vivem na região

35 Perda das características primitivas; degenerescência. Alteração para pior; passagem para um Estado menos puro que o original; adulteração, deturpação. Degradação moral; corrupção [...] (HOUAISS, 2008).

36 A fonte historiográfica utilizada por Melo e Silva que apresenta essa afirmação é: BERTONI, Moisés Santiago. *La civilización guaraní*. Puerto Bertoni, Paraguay: Ex Sylvis, 1922.

da fronteira³⁷ e/ou na bacia do Prata, pois aceita com bom grado as características civilizacionais de índios de outras regiões da América e do Brasil:

[...] o trabalho do oleiro Marajoara vale por uma catedral, representa uma basílica cheia de encantos [...] entretanto, o mavioso cantor do NA PLANÍCIE AMAZÔNICA se não teria sido ausência do granito no solo marajoara o empecilho a que o *nheengaíba* erguesse nele uma cidade encantadora, nos moldes de Tiuhanaco³⁸ [...]. (MELO E SILVA, 2003, p. 60)

Nosso objetivo não é contrapor as premissas e conclusões de Melo e Silva a respeito dos indígenas com estudos antropológicos e arqueológicos contemporâneos, mas evidenciarmos, com base na análise interpretativa de seu texto, que ele identifica apenas o paraguaio falante da língua guarani como descendente desse povo autóctone. Nosso autor não vê nesse povo pré-colombiano, elementos culturais valiosos capazes de colaborar com o ideário de progresso e civilização brasileira daquele momento.

Melo e Silva atribui aos descendentes guaranis a falta de disciplina como algo natural, sua suposição tem como fonte o relato do Padre Anchieta sobre o hábito alimentar: “não guardavam nada para o dia seguinte”. Logo, o autor elabora uma generalização apressada atribuindo aos habitantes da fronteira – descendentes de guaranis – um caráter desregrado e indisciplinado, incapaz de encaixar-se a seu ideal de civilização (MELO E SILVA, 2003, p. 57). Sem a intenção de julgar o autor, porque sabemos que sua análise é fruto de determinada época, é preciso apontar que ele emite inúmeros juízos de valor de forma acrítica, porquanto não se preocupou em colocá-los em perspectiva, considerando o processo de desenvolvimento humano e a instabilidade causada pelo contato com não indígenas, dado o caráter conflitivo ocasionado por esse convívio.

Em síntese, o pressuposto do autor é a relação direta – sanguínea e cultural – entre o habitante da fronteira – identificado como descendente guarani ou guarani paraguaio – e o indígena guarani, ambos carecendo de civilidade. O brasileiro, não o da fronteira que está influenciado pelo guarani – chamado por guaranizado – é representado como alguém que não tem ou superou qualquer influência indígena. Para Melo e Silva, o paraguaio, indivíduo estrangeiro, não possui afeto à brasilidade e, quando é descendente de guarani, apresenta-se como elemento nocivo ao projeto de civilização que o Brasil possuía. Por conseguinte, era

37 De acordo com o Censo de 2010, o Brasil possui uma população total de 818.000 indígenas e Mato Grosso do Sul integra a segunda maior população indígena, com 77.025 indivíduos distribuídos em nove etnias.

38 *Tiwanaku* (*Tiahuanaco*, *Tiahuanacu* e *Tihunaco*) é um importante sítio arqueológico pré-colombiano. Situa-se à margem sudeste do lago *Titicaca*, no município de *Tiahuanaco*, departamento de La Paz, Bolívia. Está situado cerca de 72 quilômetros de La Paz.

necessário suplantar toda e qualquer influência deste sobre o brasileiro que reside na fronteira (MELO E SILVA, 2003).

Em *Canaã do Oeste* (1989), Melo e Silva tratou dos “problemas” do SMT, terra próspera, mas que necessitava de investimentos do Estado aliado a indivíduos corajosos, empreendedores e dispostos a trabalhar pelo progresso. O autor, ao tratar especificamente da fronteira, reafirma seu ponto de vista sobre o fronteiriço, já que para ele “[...] o mestiço traz para aquele recanto todos os seus hábitos, todos os seus vícios. Sua língua, o guarani, é quase a única que se fala naquele novo meio” (MELO E SILVA, 1989, p. 64). Portanto, esses aspectos devem ser suplantados.

Em oposição ao fronteiriço, Melo e Silva exalta os primeiros habitantes não indígenas do SMT ligando-os a ideais e estirpe nobre. Ao discorrer sobre “os primeiros povoadores do sul de Mato Grosso” narra o movimento de ocupação como “lutas e vitórias” dos intitulados, genericamente, por ele como “pastores e vaqueiros” (MELO E SILVA, 1989, p. 51). Para ele, “não foram os bandeirantes que iniciaram o povoamento do sul de Mato Grosso”, mas, sim, os habitantes oriundos de Minas Gerais e do “médio São Francisco” – região localizada entre estados de Minas Gerais e Bahia.

E, da oficina franciscana, onde se forjara o sentimento da nacionalidade; daquele laboratório humano, onde se retemperara, por processos excelentes, o caráter brasileiro, sairia um novo homem, apto para novas lutas e conquistas. Desse caldeamento de baianos, pernambucanos, cearenses, mineiros e paulistas, de troncos nórdicos ou açorianos, sairiam os nossos pastores e vaqueiros de Oeste. Estes [...] puseram-se em marcha. Em contínuas etapas, ao longo dos tempos. Raramente eram os donos do solo, condição indispensável para a fixação, e daí uma das razões do seu nomadismo. Olham para a frente e a expansão contínua. (MELO E SILVA, 1989, p. 55)

A narrativa do autor adota um tom épico e apresenta os personagens como grandes responsáveis em garantir as terras do SMT em mãos brasileiras, pois chegaram por volta da segunda década do século XIX à região. Conquanto reconheça que os bandeirantes foram os responsáveis por ampliar os limites do Brasil, afirma que foi a bravura e o destemor dos pioneiros, sentinelas da nação e sementes de civilização e progresso da região, que inviabilizaram que os hispano-paraguaios se apropriassem do SMT.

É importante notar que Melo e Silva (1989) recorre às obras *Evolução do povo brasileiro*³⁹ (1922), de Oliveira Viana, e *Oeste* (1941), de Werneck Sodré, para fundamentar a origem nordestina dos pioneiros do SMT, porque, segundo ele, foi no nordeste brasileiro “que se verificou a etapa máxima de nossa civilização étnica, política e econômica” (MELO E SILVA, 1989, p. 55). Também é significativo lembrar que em *Fronteiras guaranis* (2003), ele defende que o governo deveria incentivar os nordestinos a migrar para o SMT, uma vez que os considerava trabalhadores, cristãos, piedosos e, embora miscigenados, tinham ascendência europeia para poder “purificar” o habitante da região e acelerar o processo de desenvolvimento civilizacional do local. O autor fixa a origem pioneira de famílias do lugar descrevendo os lugares por onde seus antepassados adentraram o SMT e por onde se fixaram:

Os descendentes dos pioneiros do nosso povoamento fornecem-nos hoje elementos seguros para autenticar que pela curva do Triângulo Mineiro entraram os Lopes, os Sousa Leal, os Pereiras, os Garcias, e os Barbosas. Após atravessarem o [rio] Paranaíba, não demoram em esbarrar com os campos dos seus sonhos, já conhecidos de alguns, em preliminar exploração. Aos poucos vão tomando rumos diferentes [pelo sul de Mato Grosso].. (MELO E SILVA, 1989, p. 56)

A partir da fixação da genealogia dos primeiros habitantes não indígenas, Melo e Silva (1989) desenvolve argumentos a fim de demonstrar que a ocupação pioneira se deu em forma de ondas, alegação que lembra o movimento de ocupação da fronteira oeste americana narrado por Turner (1921): “A cada etapa correspondem a alguns currais, a cada curral a semente de uma povoação, muitas vezes de um próspero município” (MELO E SILVA, 1989, p. 56). Ele exalta os primeiros ocupantes chamando-os de “titãs das selvas”, “vencedores da agressividade da natureza”, pois foram capazes de superar o isolamento e o desamparo do governo, seja da Corte, da Província ou do Estado, e, apesar das adversidades, tornaram-se os “responsáveis pela própria defesa da nação” (MELO E SILVA, 1989, p. 57).

A única crítica que esse autor faz aos primeiros habitantes e seus descendentes refere-se ao afastamento da religiosidade cristã. Observou que havia poucas igrejas ou templos construídos, sem deixar de exaltá-los como heróis nacionais, visto que “[...] sua tenacidade é que o Brasil deve a defesa daquela faixa da baixada sulina, tão ambicionada pelos espanhóis e posteriormente contestada por nossos vizinhos [paraguaios]” (MELO E SILVA, 1989, p. 59).

39 A primeira edição do livro é de 1922. Foi reeditado em 1933 e em 1938. Além de uma introdução metodológica, compõe-se de três partes: “Evolução da sociedade”, “Evolução da raça” e “Evolução das instituições políticas”, sendo a primeira e a terceira consideradas as melhores sínteses da História brasileira. A segunda parte é marcada por uma visão racista, como reconheceu o próprio autor no prefácio da 2ª edição. (Cf. www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/175/evolucao-do-povo-brasileiro)

Quanto ao conflito com os indígenas, ele ora apresenta um convívio amistoso, ora reafirma a força e a coragem dos não indígenas em resistir às investidas do habitante autóctone. Em síntese, o sul-mato-grossense é a sentinela avançada da nação e guarda da civilização, porque foi capaz, graças ao espírito forte e audaz, de iniciar o processo de civilização da região com coragem e, dada sua sagacidade, fundaram cidades e a natureza foi transformada em toda a região.

Apesar dos elogios de Melo e Silva (1989) ao migrante colonizador, ele reafirma que o problema de desenvolvimento do local refere-se à falta de investimento do Estado, de forma pontual na educação do “mestiço guarani” presente em grande número na faixa fronteira. Para ele, era imprescindível investir em um sistema de educação capaz de reeducar o habitante guaranizado daquele lugar nos ideais nacionais, e tal educação se iniciaria pela língua portuguesa. No entendimento dele, o descaso do governo da Nação e de Mato Grosso permitiu que o guarani se fizesse presente na faixa de fronteira e em todo o SMT disseminando seus “hábitos perniciosos”. A crítica ao descendente guarani não está relacionada a sua capacidade de trabalho agropastoril, mas a aspectos morais, pois eles disseminaram pela fronteira os costumes desconcertantes, nocivos, tal como os de seus antepassados indígenas, tornando a área um “pedaço de Brasil exótico e deformado” (MELO E SILVA, 1989 p. 70). Para o autor, esse habitante da fronteira de origem guarani possui

Preconceitos de toda ordem, abusões, credices, prejuízos morais de natureza profunda, pretextos inesgotáveis para o emperramento da marcha de qualquer trabalho, que não seja o dos ervais ou da vaqueirice. O abastardamento da nossa civilização, em tal meio, é de fato incontestável, porque os guaranis que estão de nosso lado, quase na sua generalidade, mantêm-se irredutíveis nos seus hábitos, trazem os filhos acorrentados as suas tradições, não se interessando, sequer, que eles aprendam a língua de seu país. Há mesmo umas tantas práticas e atitudes que denotam o desejo que eles têm de que os filhos não se vinculem à nacionalidade brasileira. (MELO E SILVA, 1989, p. 70)

Sob essa perspectiva, ele elogia as ações do governo paraguaio, haja vista a fundação de várias escolas na faixa de fronteira com professores habilitados e com a imposição do ensino do castelhano:

O elevado número de escolas primárias que o Govêrno Paraguaiio mantém ao longo de suas fronteiras como Brasil deveriam servir de lição e de estímulo para nossos governantes. E não são escolas de fancaria. São escolas de verdade, providas por professores de comprovada habilitação. Na extensão que vai de Pedro Juan Caballero até Igatemi, compreendendo San Fernando, Capitan Bado, Ipêhum e inúmeras outras localidades, encontravam-se instaladas antes da revolução paraguaia [1936], maior número de escolas do que aquêle que tivemos no Município de Ponta Porã, mesmo na vigência do

Território [Federal]. E não eram apenas escolas primárias que ali se encontravam magnificamente instaladas pelo governo do General Morínigo. Funcionavam também na mesma região, escolas normais rurais, pré-vocacionais, secundárias e até m agronomia e contabilidade. A grande verdade é que se nota uma sensível diferença entre jovens que têm o curso primário do Paraguai e aqueles que o fazem do nosso lado. Mais lamentável ainda é que o mestiço do nosso lado mantém-se em nível de cultura muito inferior, não tem noção de pátria e muita vez atinge a [maioridade] idade em estado de analfabeto [...] Do outro lado, vão compulsoriamente as escolas, são obrigados a aprender o castelhano e tem outra noção de seus deveres cívicos. (MELO E SILVA, 1989 p. 79)

Melo e Silva defende que o Brasil deveria tomar medidas semelhantes, pois a disciplina das escolas paraguaias possibilitava enfraquecer as “antigas tendências” dos descendentes guarani, bem como defende um processo de mestiçagem eugênica incorporando elementos europeus, que segundo ele compunha grande volume da população paraguaia. Sua crítica ao indivíduo da fronteira também recai sobre o imigrante proveniente da região sul do Brasil, mas sempre culpabilizando o Estado que não se atentava à necessidade de nacionalizar a fronteira. Para o autor, ainda que o imigrante do sul do país tenha qualidades, coragem e seja um patriota, ele não seria o mais adequado para “purificar” o descendente do guarani, pois, excetuando-se as questões morais, em muitos hábitos eram semelhantes:

Diferenciado pela linguagem e pela moral, confundiu-se como o guarani em vários pontos do mesmo plano, sem a possibilidade de conflitos e divergências [...] de modo geral pouca inclinação pela cultura do campo, preferência pelas atividades pastoris, a bomba de chimarrão, o churrasco a seu modo, a corrida de cavalos, o sistema de carrêtas, a vestimenta, a índole guerreira – foram traços de semelhança que impuseram continuidade de costumes, sem as necessárias diferenciações ou melhor sem movimentos de razão de que pudessem resultar uma desejada transformação do meio. (MELO E SILVA, 1989, p. 71)

Não obstante a crítica ao mestiço e ao sulista, o autor elogia o habitante pioneiro e os intitula recorrentemente de “raça de gigantes”, posto que souberam com sofrimento construir em um ambiente inóspito, “mais propício para o encontro com a morte [...] as bases de sua futura civilização” (MELO E SILVA, 1989, p. 63).

Em síntese, fica evidente que Melo e Silva em seus dois livros, apresenta como solução, para aquilo que chamava de problema da fronteira, o incentivo do governo à migração de novos indivíduos capazes de reagir aos maus costumes instalados na região e, principalmente, que apreciassem o trabalho e o cultivo da terra. Também deixa claro que o Governo deveria investir na educação com ênfase na formação moral, a fim de conformar os indivíduos fronteiriços ao hipotético *habitus* nacional, símbolo de civilização.

2.1.1 Melo e Silva: “hermeneuta colombino da fronteira”

O estudo *Fronteiras guaranis (2003)* possui aspectos propagandísticos sobre a fronteira, mas também é um texto escrito para autoridades do Estado, exigindo delas ações, cobrando investimentos e, até mesmo, intervenção. Baseado em análises gerais da fronteira que envolvem elementos históricos, socioculturais e econômicos, Melo e Silva propõe e exige que o Estado adote suas sugestões como medidas para colocar a fronteira – que é guarani – nos rumos da civilização.

Melo e Silva fez suas observações e análises sobre a fronteira no contexto da década de 1930. Ele considera como fronteiras guaranis toda a faixa lindeira do sul de Mato Grosso, exceto Corumbá. Para ele, a fronteira constitui a área de “150 quilômetros, a partir da linha fronteiriça”, porque foi nela que “se estendeu a relativa influência da raça guarani” (MELO E SILVA, 2003, p. 139). Certamente, ele se deixou influenciar, a esse respeito, pela Constituição Federal de 1937, que afirma que a faixa de fronteira é responsabilidade da Segurança Nacional:

Art. 165 - Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Parágrafo único - As indústrias que interessem à segurança nacional só poderão estabelecer-se na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, que organizará a relação das mesmas, podendo a todo tempo revê-la e modificá-la. (BRASIL, 1937)

Nesse sentido, os municípios que compunham a fronteira para ele são Ponta Porã⁴⁰, Bela Vista, Porto Murtinho e Dourados (MELO E SILVA, 2003, p. 67). Essas cidades estão incluídas

40 Em 1900, Ponta Porã torna-se distrito, “pela Resolução Estadual nº 255, de 10-04-1900, subordinado ao município de Nioac”. Foi “elevado à categoria de município com a denominação Ponta Porã, pela Resolução Estadual nº 617, de 18-07-1912, sendo desmembrado do município de Nioac. Pela Lei nº 658, de 15-06-1914, é criado o distrito de Dourados e anexado ao município de Ponta Porã”. Em 1920, “o município aparece constituído de 3 distritos: Ponta Porã, Dourados e Nhuverá [Coronel Sapucaia]”. Em 1936/1937, “o município aparece constituído de 6 distritos: Ponta Porã, Antonio João, Cabeceira do Apa, Carapé, Lagunita e Paranhos. Pelo Decreto-lei Estadual nº 208, de 26-10-1938, é criado o distrito de Patrimônio União [Amambai] e anexado ao município de Ponta Porã. No quadro fixado para vigorar no período de 1949 a 1943, o município é constituído de 6 distritos: Ponta Porã, Antonio João, Cabeceira do Apa, Carapós, Lagunita e Patrimônio União. Pelo Decreto-lei Federal nº

na atual faixa da fronteira onde existem três cidades conurbadas (Paranhos/Br – Ipehún-Py, Coronel Sapucaia/Br - Capitan Bado/Py, Ponta Porã/Br - Pedro Juan Caballero/Py); Aral Moreira que faz divisa com um pequeno povoado paraguaio conhecido como Cerro 21 ou Nova Virgínia; e Sete Quedas que apresenta conurbação com o distrito do município paraguaio Corpus Christi chamado Pindoti Porã. Corumbá não entrou no conjunto das cidades lindeiras com o Paraguai, pois “só uma pequena parte do município corumbaense confronta com a república do Paraguai, em uma região pouco habitada, de terreno pantanoso, lá como cá” (MELO E SILVA, 2003, p. 67). O autor deixa claro que conheceu e percorreu todos os municípios da fronteira e se revela um entusiasta das potencialidades da região. Para ele, tudo na fronteira possui uma natureza genuinamente brasileira e tudo é bom e belo, exceto os hábitos do fronteiriço. Dado isso, é possível relacionar a hermenêutica de Melo e Silva a de Colombo descrita por Todorov (2010). Este, ao contemplar a terra recém-descoberta, descreveu-a como o verdadeiro paraíso: “O Paraíso terrestre está no fim do Oriente, pois essa é uma região temperada ao extremo [...] Estou convencido de que aqui é o Paraíso terrestre [...]” (TODOROV, 2010, p. 22). Para aquele, a fronteira de clima temperado possui

[...] terras exuberantes, apropriadas para todas as culturas [...] em cerca de um terço do território de Dourados e Ponta Porã erguem-se altivos [...] os ervais mato-grossenses, orgulho nativo, morada de esperanças nacionais [...] em todo esse trecho o chão é fecundíssimo [...] Os fatos comprovam a existência de pedras preciosas e minérios de ouro e prata em variados pontos desse trecho mato-grossense [...] Na faixa lindeira [...] caem abundantemente as chuvas em períodos próprios”. (MELO E SILVA, 2003, p. 67-71)

A descrição da fronteira realizada por Melo e Silva em *Fronteiras guaranis* (2003) confere à região um matiz de “Canaã”, terra da promessa, bastando o homem se esforçar um pouco para fazer dela um lugar de progresso. Assim como Colombo, apenas ao contemplar, percebeu que “não há terras melhores” (TODOROV, 2010, p. 51) como aquelas encontradas, bastavam homens de boa vontade para que tudo se transformasse.

A analogia entre Melo e Silva e o Colombo de Todorov (2010) se reforça, pois, embora o relato de ambos seja baseado em experiências (Colombo no novo mundo e Melo e Silva a partir de suas visitas aos municípios que descreve em sua obra), não podemos chamá-los de empiristas, no sentido moderno do termo. Ambos orientam suas narrativas e conclusões com base em argumentos de autoridade, levando-os, paradoxalmente, a se encantarem com o mundo natural e a repudiarem o indivíduo que, a despeito de ser integrante natural daquela paisagem,

5.812, de 13-09-1943, foram criados 5 territórios federais, entre os quais o de Ponta Porã” (Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=500660>).

revela-se não digno dela. Para o descobridor, assim como para o observador da fronteira, os homens devem ser lidos no contexto da natureza que os circunda e podem ser benéficos ou não ao desenvolvimento dela: “Colombo fala dos homens que vê unicamente por que estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza” (TODOROV, 2010, p. 47). Melo e Silva não vê unicamente a natureza, mas parte dela, a pujança que a possui e a possibilidade de transformar essa fronteira em um polo de civilização e exemplo de progresso. Seus argumentos de autoridade emergem da premissa preconcebida: a influência guarani é a marca da ausência do progresso.

Os costumes guaranis não se fizeram sentir no próspero município de Corumbá, cuja sede [...] tem quase todas as características de uma cidade moderna [...]. Não tendo sido atingidos pela influência da civilização guarani [...] saíram do plano de nosso estudo, esse município colossal e aquela risonha metrópole de gente fina e educada. (MELO E SILVA, 2003, p. 67)

Nas páginas seguintes, Melo e Silva deixará claro que a educação – entendida como boas maneiras de vestir, comer, falar e se portar socialmente – não é um atributo do fronteiriço: “Embora nascidos no Brasil, não se adaptam facilmente a nossa educação os filhos dos guaranis, salvo se a mãe é brasileira pura, porque em tal caso predominam os costumes desta [...] Não aprendem a língua portuguesa [...] Os brasileiros mestiços [...] não entendem o que falamos [...]” (MELO E SILVA, 2003, p. 82).

A analogia Colombo-Melo e Silva se fortalece se relacionarmos as características de ambos. Todorov identifica três características presentes no descobridor e hermenêuta Colombo, as quais podem ser adaptadas a Melo e Silva, desde o primeiro capítulo de *Fronteiras guaranis* (2003). Para Todorov, Colombo baliza suas ações e interpretações a partir de três planos que não se excluem: humano, divino e natural (TODOROV, 2010, p. 20). Conquistar fortunas, característica humana, só é possível graças às dádivas divinas. A humanidade se rende e deve transformar a natureza que possibilita o desenvolvimento por ser obra de um deus. A riqueza, símbolo da transformação e do progresso humano, a divindade e a natureza estão unidas por uma relação de subordinação. Assim é o círculo hermenêutico colombiano (TODOROV, 2010, p. 21-22).

Quando voltamos o olhar a Melo e Silva, é preciso considerar que, mesmo que Colombo fosse um homem além de seu tempo, ele também possuía uma visão de mundo marcada pela religiosidade. Consequentemente, muitas de suas observações e relatos tinham fundamento em

crenças que, algumas vezes, ignoravam os fatos. Já Melo e Silva não manifesta religiosidade em suas observações. Ele quer transformar a natureza e para isso conclama novos homens e o Estado, para juntos instaurarem o progresso na região. O autor de *Fronteiras guaranis* (2003) mostra-se um homem estritamente incomodado, tal como o doutor Fausto de Goethe, diante de tantas possibilidades naturais, mas com pouca ação humana transformadora. Em *Canaã do Oeste* (1989) não é diferente, Melo e Silva continua a ver o indivíduo autóctone como integrante da paisagem, e o migrante, com o apoio do Estado, como o responsável pela transformação. O SMT era a terra da promessa, uma região de clima temperado, abastada, promissora, rica em recursos, que necessitava apenas de homens que quisessem fazê-la progredir. A ideia de *Canaã do Oeste* (1989) é desenvolvida sob elogios, que possuem o tom de propaganda, pois descreve a região como uma verdadeira terra prometida. Contudo, diferente do texto bíblico, não apresenta a necessidade de conquistar essa terra das mãos de outros povos que a habitavam:

[...] *Canaã do Oeste*. Este é o nome que se enquadra magnificamente a essa imensa área de solo em que o ser humano experimenta bem-estar, sem preocupações com o amanhã. Facilidade absoluta de vida, clima em que todos se adaptam, horizontes vastíssimos, abertos a todos os campos de atividades. [...] É que dessa região o destino reuniu tudo que se faz preciso para satisfazer a plenitude dos desejos do homem rural: ricas pastagens, águas abundantes, terras excelentes para as atividades agrárias, clima favorável e outros fatores de elevado apreço, entre as quais a posição geográfica, garantia de próximas conquistas político-econômicas. (MELO E SILVA, 1989, p. 82-83)

Melo e Silva ao ver a natureza na sua pujança, vê também o homem natural daquele lugar como alguém que não é digno dela, pois não se adequa à possibilidade de riqueza e progresso que ela revela. O homem natural da terra para Melo e Silva, o indígena para Colombo tornam-se um empecilho. Colombo, que tinha no divino sua força motriz, via na riqueza natural da terra um meio para que mais homens conhecessem seu deus (TODOROV, 2010, p. 13). Já Melo e Silva, que tem o progresso da fronteira como fim, vê a natureza (riqueza da terra) como meio, e por isso entende que a presença do Estado aliada à moral cristã são instrumentos eficazes para educar e transformar o homem fronteiro, a fim de que o mesmo possa implantar o progresso. Para Melo e Silva, o homem não guarani é o elemento de suma importância para recompor o retrato daquela natureza, pois é preciso braços para transformá-la.

2.1.2 O fronteiro deve ser educado para se desguaranizar

Melo e Silva, em *Fronteiras guaranis* (2003), após tratar de aspectos naturais – solo, clima, pedras preciosas, etc. –, inicia sua descrição e análise a respeito da população: “passamos a falar do homem, esse elemento insubstituível na luta pela civilização” (MELO E SILVA, 2003, p. 71). Por civilização temos que entender nacionalização e progresso, elementos presentes em sua narrativa, marcada pela ideia de progresso e transformação da natureza:

No âmago da floresta, no mais remoto da campanha, fez ele sua casa, construiu seu rancho. Já fundou mesmo algumas cidades à margem dos rios. À orla das matas e dos cerrados [...] Fundações novas, para onde afluiu gente de todo recanto da terra [...] são nódulos de civilização [...] Falta-lhes, sobretudo, esse que de nacionalismo, que deve construir o sonho e a preocupação do brasileiro. Ali, porém, e nas instalações precárias que pontilham de longe em longe, através de toda extensão territorial, com o nome de fazendas, está o homem. (MELO E SILVA, 2003, p. 71-72)

Duplo é o homem que habita e trabalha na fronteira. O migrante “mineiro, paulista, paranaense, baiano, rio-grandense [...]” e o descendente do guarani – ora chamado de paraguaio, ora de guarani. Ao apresentar este último, embora elogie sua entrega ao trabalho, não o vê distante dos ervais:

O guarani é a razão de ser da extração da erva, a cuja faina, quando se entrega, não mede a extensão da sua força, embora de pouca resistência, nesse como em outro qualquer trabalho [...] Resistente, corajoso, lá ninguém o imita no trabalho dos ervais. É pena que tenha ojeriza à cultura do campo. [...] E não só a Companhia [Matte Larangeira]. Todo ervateiro o acolhe e dele necessita [...] Mais ou menos nômade, ele se reveza num enxamear constante. [...] E lá se encontra ele, sempre alegre, folgazão, cantarolando ou gritando, quase alheado ao seu destino, as horas vagas casado a um violão, bebendo chimarrão ou tereré⁴¹, e sempre falando sua língua – ava-ñe-é. (MELO E SILVA, 2003 p. 72-73)

O autor evidencia a impossibilidade de contar com esse homem no trabalho e no projeto de progresso, pois “a inconstância é a sua principal característica. Sendo operário de grande resistência e capacidade, qualidade que demonstra nos primeiros dias de trabalho, torna-se imprestável, em via de regra, depois de pouco tempo” (MELO E SILVA, 2003, p. 99).

O fronteiro “nato” tem sua herança no guarani e, segundo Melo e Silva (2003), compõe o cenário natural, mas pouco transformado da região. Ele estava aquém das promessas dessa terra prometida, pouco contribuiu para o progresso e a civilização, assim, as cidades, nódulos de civilização com seus poucos habitantes, instituições e seus quartéis, “não atingiram ainda o

41 Bebida gelada ou fria a base de erva mate (*Ilex paraguaiensis*) que se toma com bombilha em recipiente distinto a tradicional cuia de chimarrão gaúcho ou mate uruguaio ou argentino. É comum na fronteira utilizar como cuia copos de alumínio ou parte do chifre do boi.

grau de desenvolvimento compatível com a riqueza do solo” (MELO E SILVA, 2003, p. 72). Possivelmente, os regimentos e quartéis representam, para Melo e Silva, o “nódulo de civilização” por excelência, dada a disciplina característica das forças militares e, em especial, por se tratar de uma instituição que garante os interesses nacionais. Em contrapartida, o fronteiriço é apenas um elemento por hora necessário da lida no campo, sobretudo dos ervais, mas não representa e não compõe o “nódulo de civilização”.

Em *Canaã do Oeste* (1989), a perspectiva de Melo e Silva pouco se altera em relação ao fronteiriço nato – o descendente do guarani. Nesse livro, ele exalta a iniciativa dos migrantes que, apesar das dificuldades e intempéries próprias da região, transformaram a natureza e instauraram as bases da civilização. O proprietário rural do SMT, migrante de outras regiões do país, caracteriza-se por sua bravura e sentimento nacionalista de fazer essa região progredir. É o grande responsável pelo ideal civilizatório e de progresso presente nela. Para o autor, foi o homem do campo o responsável pela criação e desenvolvimento das cidades e de vias de comunicação interna:

Não se compreendia mesmo que o nosso vaqueiro se insurgisse contra uma civilização que ele própria vinha construindo, porque, não foi apenas colaborador na edificação de cidades. foi algumas vezes o único idealizador e construtor [...] cada um por sua vez construiu casa, e todos construíram o edifício público, revelação indiscutível de espírito socializante, empreendedor e progressista. E ainda bem que as coisas assim se passaram, porque a cidade feita pelo homem da terra ou, pelo menos, feita com sua colaboração, com sua assistência e fiscalização é a “cidade sem artifícios, com raízes no próprio solo, cujas riquezas sobre ela predominam. É o espírito da terra que a vigia contra as doutrinas dissolventes”. (MELO E SILVA, 1989, p. 92)

Quanto ao fronteiriço nato, ainda que não o chame de guarani ou guaranizado em *Canaã do Oeste* (1989), ele ressalta que a simples “ideia do trabalho é quase sistematicamente repelida”, pois os indivíduos fronteiriços, em sua maioria, possuíam menor inclinação ao trabalho do que a “[...] diversões, jogos, vadiagem e outras práticas nocivas ou pouco recomendáveis, não sendo de mencionar-se a propensão que determinado número denota para o pastoreio [...]” (MELO E SILVA, 1989, p. 134).

É importante frisar que Melo e Silva (2003) não confunde “descendente de guarani” ou “guarani” com os indígenas. Estes ele apresenta como “populações indígenas remanescentes”, elogia suas organizações, cultura e religião, esclarecendo que estão sob os cuidados do Estado por intermédio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Para ele, os indígenas são silvícolas assistidos pelo SPI presentes em todo o território fronteiriço. Segundo ele, os indígenas

possuem uma origem “genuinamente brasileira” e os Caiuás, ainda que falem o guarani, “são mais ou menos civilizados” (MELO E SILVA, 2003, p. 75). Esse enunciado revela o paradoxo na narrativa de Melo e Silva: ao mesmo tempo que reconhece como especial os elementos da fronteira, ele exige mudança.

Sua argumentação em todos os capítulos traz algo próprio da região, no caso do capítulo 7 de *Fronteiras Guaranis* (2003) é o indígena e as vias de comunicação. Os indígenas estão sendo assistidos pelo governo federal por meio do SPI, mas as vias de comunicação necessitam ser melhoradas, haja vista que isso é uma marca do progresso e desenvolvimento. Os problemas ligados às vias de comunicação se relacionam ao de segurança, que deve ser uma preocupação dos governos federal e estadual.

Sobre os meios de comunicação (estradas, ferrovias, hidrovias e telégrafos), Melo e Silva (2003) afirma que a ligação até entre as cidades fronteiriças era precária: “À mingua de estrada, dificilmente comunicam-se entre si os municípios fronteiriços [...] Bela Vista está resolvendo em parte o problema de comunicação com Ponta Porã [...] e este mui dificilmente se comunica com Dourados, durante o tempo das chuvas” (MELO E SILVA, 2003, p. 77). Quando discorre sobre a navegação deixa evidente que Porto Murtinho tinha dificuldades: “[Porto Murtinho] comunica-se com os mercados do Brasil por meio da navegação do rio da Prata, irregular e cheia de dificuldades” (MELO E SILVA, 2003, p. 77). O grande meio de comunicação, sinal de progresso exaltado em *Canaã do Oeste* (1989), é a estrada de ferro, todavia esta só chegará em Ponta Porã em 1953. Ao criticar o irregular serviço de telégrafos, Melo e Silva deixa claro que seu objetivo em *Fronteiras guaranis* (2003) é tornar conhecida a real situação da região e propor soluções: “Fazem-se mister, portanto, providências imediatas, porque disso resultam graves prejuízos aos interesses daquela gente, condenada até hoje a uma espécie de isolamento nacional” (MELO E SILVA, 2003, p. 78).

A fronteira isolada padece também com o problema de insegurança. As dificuldades de acesso entre as cidades limítrofes e a distância da capital do Estado fazem a região se tornar alvo fácil do “banditismo”. Todavia, tal fenômeno é oriundo do país vizinho: “Um dos grandes males, porém é o banditismo que penetra nossos lindes e retorna impunemente [...]” (MELO E SILVA, 2003, p. 79).

A nacionalização da fronteira – entenda-se por introduzir brasileiros, segundo ele, genuínos – é urgente, pois a região é outro Brasil: “É um Brasil a parte a fronteira meridional

de Mato Grosso. Tudo lá é diferente: costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação” (MELO E SILVA, 2003, p. 78).

A perspectiva de inserir novos habitantes para purificar e/ou transformar a mentalidade do fronteiriço é reafirmado em *Canaã do Oeste* (1989). Neste, Melo e Silva advoga em prol da imigração de agricultores e de trabalhadores especializados “[...] se faz mister penetrarem em nossos sertões, acompanhando os colonos agricultores, um grande número de ferreiros, carpinteiros, funileiros, mecânicos, sapateiros, alfaiates e demais operários especializados na feitura de utilidades indispensáveis a vida diária” (MELO E SILVA., 1989, p. 144). Ele defende que é preciso ensinar ao fronteiriço coisas básicas, como amansar vaca leiteira para que ela produza mais leite, fazer queijo e manteiga, etc. Para o autor, é preciso incentivar a migração de trabalhadores, missionários e homens de letras, pois estes poderiam ensinar ao fronteiriço coisas relacionadas ao trabalho e ao comportamento social: “[...] devem seguir para lá quem ensine como se planta, como se colhe e até como se deve comer. Colonos de todos os tipos, elementos que introduzam ali mentalidade nova e novos processos de vida” (MELO E SILVA, 2003, p. 146).

Melo e Silva (2003) dedica um capítulo à descrição, às análises e aos julgamentos sobre os habitantes da fronteira. Ele divide esses habitantes em quatro grupos guaranis: paraguaios (descendentes e falantes do guarani que vivem no Brasil), estrangeiros (paraguaios falantes do espanhol, argentinos e uruguaios), brasileiros natos (gaúchos, paulistas, mineiros, etc.) e guaranizados (brasileiros ou estrangeiros que habitam a fronteira e que sucumbiram à língua e aos hábitos do primeiro grupo). Sua observação centra-se sobre os hábitos dos guaranis, que para ele é o grande problema da fronteira e o que impede seu desenvolvimento.

Segundo ele, a fronteira é “aberta e abandonada” pelo Estado e pelo povo brasileiro. Diante disso, a circulação dos guaranis paraguaios é livre e, ainda que não fale da presença do brasileiro em solo paraguaio, evidencia que eles vivem em solo brasileiro:

[...] os guaranis paraguaios não encontram obstáculos em transpor nossas fronteiras, que são francamente abertas e abandonadas [...] vivem em nossa pátria como em sua própria terra [...] Penetrando no solo brasileiro, nem sempre se fixam em lugar certo, e muitas vezes vagueiam de um ponto a outro da fronteira, constituindo, assim parte considerável, embora um tanto flutuante da nossa população. (MELO E SILVA, 2003, p. 81)

Melo e Silva não menciona o número de estrangeiros que viviam na fronteira, mas afirma que eles influenciaram e instalaram ali seus costumes: “[...] a despeito de parecerem de

civilização inferior, muitos dos nossos são por eles absorvidos, sendo ademais certo que nada temos conseguido impor-lhes de nosso sistema de vida” (MELO E SILVA, 2003, p. 81).

As observações do autor revelam outras formas de educação presentes na fronteira, pois a transmissão de conhecimentos, hábitos e valores que resultam na constituição de um *habitus* pode se constituir de inúmeras formas. Por meio dos processos sociais interdependentes, para além da escola, é que se constituiu a cultura dos indivíduos. Para ele, a responsabilidade de educar o descendente guarani recaia sobre a mãe e, assim, os descendentes guaranis nascidos no Brasil só adquiririam a cultura brasileira e, sobretudo, aprenderiam a falar a língua nacional se as mães fossem brasileiras:

[...] não se adaptam facilmente a nossa educação os filhos dos guaranis [...] é lastimável que nós, os brasileiros, nos mostremos pouco ciosos pelo emprego regular de nossa língua em toda a extensão daquelas fronteiras e em nosso trato com os paraguaios. Não vemos como justificar essa insistência de um grande número utilizando vocábulos castelhanos em criminoso esforço para o afeamento do idioma nacional. (MELO E SILVA, 2003, p. 82)

Melo e Silva compreendia que a mescla das línguas guaranis, espanhol e português era uma violência ao processo de nacionalização, diferente de perspectivas mais atuais que entendem essa mescla como uma neologística que fortalece a identidade regional. A linguagem nova, resultante da mescla do guarani, português e espanhol, desconhecida daqueles que não estão incorporados ao ambiente social, é um indício da identidade fronteiriça. A neologística, que se apresenta nas falas e nos diálogos cotidianos, por meio de expressões, une, aproxima e ressignifica as relações dos indivíduos envolvidos (FERREIRA; SUTTANA, 2012).

Pereira, ao tratar de questões que ajudam a identificar e a formar uma identidade fronteiriça marcada pelo encontro de alteridades, também entende que a mescla linguística é um forte fator de coesão social:

A língua numa área de fronteira não se restringe aos limites territoriais, assumindo uma face que incorpora elementos das diferentes línguas, tornando-se uma outra, no caso uma quarta língua, aquela típica do fronteiriço; numa mesma frase, por exemplo, encontra-se uma mescla de português, espanhol e guarani. (PEREIRA, 2002, p. 57)

O paradoxo de Melo e Silva emerge a todo momento em seu texto, pois mesmo afirmando que os guaranis são inferiores no aspecto civilizacional, atribui-lhes características positivas, tais como alegria, argúcia, astúcia nos negócios, reservados e religiosos. O grande

problema dos guaranis e seus descendentes, na ótica dele, era sua aversão ao trabalho e sua inclinação à música e à bebida, elementos que retardam o progresso.

Seriam outras as condições da fronteira e de modo especial da baixada sulina, se machados, foices e enxadas tivessem aceitação na razão de um décimo das sanfonas, violões, violinos e bandolins que lá se vendem [...] Há ali comerciantes que venderam em menos de três anos cerca de quatrocentos violões, ao passo que no mesmo espaço de tempo não conseguiam vender uma só enxada ou machado. (MELO E SILVA, 2003, p. 84)

Quanto à religiosidade, ainda que o autor considere “os ensinamentos evangélicos” capazes de inculcar sistematicamente princípios e valores morais, a fim de melhorar a vida social e instaurar melhorias na fronteira, ele vê a religiosidade praticada por paraguaios (guaranis) e por aqueles que foram cooptados pelo seu *modus vivendi* (os guaranizados) como uma prática distante da adotada por “cristãos civilizados [porque], não é propriamente religião isso que pratica o guarani do povo ou a massa guaranizada. É antes uma religiosidade aberrante dos princípios evangélicos ou um complexo de credices” (MELO E SILVA, 2003, p. 85). Assim, ele elogia e vê com bons olhos o trabalho dos padres (redentoristas) e de protestantes (batistas) em cidades da fronteira como Bela Vista:

Muito tem concorrido para o progresso material, social e espiritual no município [Bela Vista] a Missão dos Padres Redentoristas de uma das províncias norte-americanas [...] chegados a Bela Vista em abril de 1930, têm sido os redentoristas, neste espaço de tempo, agentes providenciais de grandes realizações, influndo de maneira considerável para a reforma de vida de certos elementos, que só conheciam os caminhos do vício e do crime [...] Além do culto católico, há em Bela Vista uma igreja batista, com numerosos crentes, ótimos elementos sociais. (MELO E SILVA, 2003, p. 129-130)

Os argumentos de Melo e Silva sobre a fronteira orbitam em torno de três perspectivas complementares: a presença do paraguaio (descendente de guaranis); a falta de brasileiros genuínos – a maioria foi influenciada pelos costumes e má índole dos paraguaios, tornando-se guaranizados, uma vez que o uso da língua guarani ou da mescla do guarani, com o espanhol e o português é um problema, pois não proporciona a prosperidade e nem o sentimento nacional; e, por fim, a religião – “a Língua e a religião comuns trazida pelo colonizador [...] atuam em primeiro plano no sentido da unidade nacional” (MELO E SILVA, 2003, p. 111).

Melo e Silva (2003), ao apresentar as potencialidades da fronteira no campo econômico (terra, agropecuária, indústrias), elucida que o problema é o fronteiriço guarani ou guaranizado, porque este é preguiçoso, dado a vadiagem e a festas. Ainda que elogie a resistência e capacidade do paraguaio para o trabalho, dando como exemplo sua lida nos ervais, ressalta que

ele não se preocupa com a melhoria e o progresso regional, desde elementos básicos como a alimentação até a sua lide no campo:

[...] dominado pelas diversões, perdendo na prática de religiosidade grande parte de seu tempo [...] dificilmente presta o descendente de guarani a seu concurso da agricultura [...] A inconstância é sua principal característica. Sendo operário de grande resistência e capacidade, qualidade que denota nos primeiros dias de trabalho, torna-se imprestável, em via de regara, depois de pouco tempo [...] motivo dessa miséria de leite e queijo é que na fronteira são poucos os que domesticam o gado. (MELO E SILVA, 2003, p. 99-100)

Quando lança o olhar na direção dos que não são guaranis paraguaios, ele fala de elite e elogia suas ações culpabilizando o governo de sua situação em razão da ausência de investimentos capazes de colaborarem para a evolução da região:

A fronteira tem sua elite, constituída por elementos tradicionais e estrangeiros [não descendentes de guaranis]. Essa que leva uma vida aparte, distinta e diferente da que leva a massa, guaranizada ou não, mantém a forma de vestir dos centros adiantados do país. Excetuada essa parte da população, o restante apresenta-se com indumentária própria do meio, especialmente no que se refere ao traje masculino [...] Os demais de elevada situação, social ou econômica, residem nas cidades, nas sedes distritais ou nas fazendas, melhoram um pouco as suas residências, mas só excepcionalmente constroem casas de boa aparência, porque ninguém se anima a edificação de vivendas elegantes, dado o elevado preço de tudo. (MELO E SILVA, 2003, p. 104-106)

Os preços elevados são justificados pelo descaso do governo tanto no que se refere às vias de comunicação e transporte, quanto ao homem da terra que não se anima a produzir elementos básicos, como retirar a madeira das matas ricas em peroba e cedro, importando madeira e móveis de Campo Grande, São Paulo e Paraná (MELO E SILVA, 2003, p. 106).

Assim, Melo e Silva argumenta no sentido de justificar sua premissa sobre a fronteira: “é um Brasil aparte [...] Tudo lá é diferente: costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação” (MELO E SILVA, 2003, p. 78). Toda e qualquer atividade identificada por ele como própria do homem fronteiriço está aquém de daquelas desenvolvidas em outros núcleos urbanos. As corridas de cavalos, por exemplo, são elogiadas quando produzidas em jôqueis-clubes como o de São Paulo ou na sede da Matte Larangeira, porém as que são produzidas na região não são vistas como jogo ou esporte capazes de educar e civilizar o homem:

É um degenerativo pernicioso, porque, sem qualquer regulamentação, e quase sempre praticado entre pessoas de pouca educação, é ocasião fatal de rixas e dissensões, e só por acaso terminam sem registro de crimes [...] as canchas e carreiras na zona fronteiriça perdem em geral esse cunho de esporte fino para

degenerar em forma grosseira de jogos arriscados, pretextos para afastar o homem do trabalho, fontes frequentes de intrigas e crimes. (MELO E SILVA, 2003, p. 108-109)

As preocupações de Melo e Silva em ambos os livros são duas: o progresso e a moralização do povo. Ambas somente serão resolvidas por meio da nacionalização da fronteira, a presença do Estado e com a educação, pois “com a civilização de todos os povos coincidem determinados padrões de costumes, mais ou menos afeiçoados a regras morais ou religiosas [...]” (MELO E SILVA, 2003, p. 111).

[...] não permitamos que se abandone o problema do povoamento do solo, da educação do homem, que ali se encontre e que para ali venha, e da consequente nacionalização da fronteira. Educado, o homem fará o restante. Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na consequente nacionalização daquele meio, se o Governo Federal não reclamar a si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais. (MELO E SILVA, 1989, p. 133)

Ele adverte que na fronteira as características divergem de qualquer outra região do país que, segundo ele, fora formada à sombra do cristianismo. Nela, não é observada a “guarda da honra da mulher, a defesa do santuário do lar e da família” (MELO E SILVA, 2003, p. 112) e o apreço ao trabalho:

Entretanto essa decomposição de costumes, essa decadência e aviltamento da espécie não tem encontrado na fronteira a repulsa merecida. Dos que se fixaram naquele trecho do território pátrio, uma grande parte, ou porque desagregada de seu grupo de origem e sem estímulo para utilizar a reserva da educação recebida na infância, ou porque envolvida pelo meio, o certo é que vive num enervante indiferentismo a esses atos e fatos comprometedores dos costumes de uma boa civilização [...] Muitos se chocam com as providências da polícia e da justiça, no sentido da punição de crimes contra a honra das menores [...] Há mesmo uma certa inversão do conceito de honra entre os elementos guaranizados [...] descendo a análises de costumes amorais de descendentes ameríndios, cujo desvio da boa ética é bem patente, apenas pretendemos atrair a atenção do povo brasileiro e do nosso governo para males cujo contágio é altamente nocivo à formação da família naquela recuada parte do território nacional. (MELO E SILVA, 2003, p. 116; 120)

Ao apresentar os municípios do SMT, Melo e Silva (1989) tece elogios à ferrovia Noroeste e à Matte Larangeira, símbolos do progresso e arautos da civilização na região, pois ambas proporcionam desenvolvimento:

[A Cia. Matte Larangeira] Fêz a navegação de todos os rios da zona ervateira e fundou vários povoados, alguns logo elevados à categoria de cidades, comarcas e distritos, como aconteceu com a cidade de Ponta Porã, com Porto Murtinho e Nhuverá. Fundou até escolas, serviço de grande relevância dado o

abandono do problema de ensino. Realizou, finalmente, na Fronteira, aquilo que a Noroeste realizou em toda a extensão de terra que vai da barranca do rio Paraná à do Paraguai; semeou núcleos de população por todos os recantos por onde devia passarseus produtos, que iria varar caminhos em todas as direções, em busca de mercados. [...] não parece justo acusar [a Companhia] de [ser] absolutamente contrária ao povoamento. (MELO E SILVA, 1989, p. 65-67)

Para ele, Campo Grande e Corumbá eram cidades cosmopolitas, dignas de serem chamadas de metrópoles. Possuíam ruas largas, belos edifícios, excelente posição geográfica, teatros, casas de ensino “monumentais”, pavimentação e economia solidificada. A despeito dos municípios da fronteira, considerava-os como “centros independentes, de feitio próprio, mas sempre refletiam o progresso e a civilização que o contato com São Paulo e com o Rio veio a derramar por toda extensão das raias da noroeste mato-grossense” (MELO E SILVA, 1989, p. 86).

A respeito dos municípios de fronteira, Bela Vista, Dourados, Porto Murtinho, Ponta Porã e da sede da Companhia Matte Larangeira (Campanário), Melo e Silva (2003) chama a atenção, sobretudo das autoridades, para as qualidades de cada município e suas potencialidades na área da agropecuária, indústria, urbanização, comunicação, arrecadação e estrutura física, marcas do desenvolvimento e da civilização.

O título “Problemas da fronteira” está presente na quarta parte de *Fronteiras guaranis* (2003) e no capítulo 12 de *Canaã do Oeste* (1989). Em ambos, Melo e Silva chama a atenção das autoridades governamentais sobre a importância da fronteira e a respeito da índole dos fronteiriços, das vias de comunicação, da necessidade de migração e da segurança. Como solução propõe investimento e presença efetiva do Estado, destacando a educação como meio eficaz na extinção desses problemas. O autor dirige-se diretamente aos governos federal estadual afirmando que a “fronteira está carecendo da proteção e das vistas dos governos” (MELO E SILVA, 2003, p. 183). Para ele, a fronteira e todo SMT – a “Canaã” – possui dois grandes empecilhos para o progresso: “meios de comunicação e do elemento homem para povoamento conveniente do solo e cultura de seus campos” (MELO E SILVA, 2003, p. 183).

Em *Canaã do Oeste* (1989), esses problemas são relativizados, pois o autor reconhece que o grande problema a ser enfrentado é a “educação de seu povo” (MELO E SILVA, 1989, p. 129). Ele não nega que os problemas apontados em *Fronteiras guaranis* (2003) tenham sido solucionados ou devam ser deixados de lado, mas entende que a educação é o problema por excelência da fronteira. Insiste na necessidade de o governo federal investir em educação na região, pois a falta dela acarretou o entrave da resolução de outros problemas como o

desenvolvimento das cidades e de infraestrutura. Todavia, vê a necessidade de investimento em educação desvinculada da questão da povoação e da nacionalização da região:

[...] não permitamos que se abandone o problema do povoamento do solo, da educação do homem, que ali se encontre e que para ali venha, e da conseqüente nacionalização da fronteira. Educado, o homem fará o restante. Não cremos, porém, no povoamento daquela terra, na educação do homem e na conseqüente nacionalização daquele meio, se o Governo Federal não reclamar a si, integralmente, essa tarefa, ampliando o regime de colonização, criando novos núcleos, interferindo na distribuição das terras, fiscalizando as escolas primárias, rurais e urbanas, mantendo escolas normais e profissionais. (MELO E SILVA, 1989, p. 133)

A ênfase na educação presente em *Canaã do Oeste* (1989) não se distancia dos problemas elencados em *Fronteiras guaranis* (2003), pois visa conformar o fronteiriço ao ideal de civilização que o autor identifica em outras porções do país. Na fronteira é preciso disciplinar o indivíduo e afastá-lo de tendências viciosas:

[...] nenhuma conveniência existe para nossa civilização em que o filho daquela fronteira se eduque em função das suas tendências viciosas. Meio malformado, desajustado, onde imperam hábitos destoantes do padrão de moral adotado em média nos demais recantos nacionais, seria um grande absurdo o permitir-se que tais costumes tivessem influencia na vida das escolas que lá se forem instalando. (MELO E SILVA, 1989, p. 133)

Melo e Silva (1989), sem se referir ao guaranizado, destaca os aspectos que chama de vício e a necessidade de adequar a educação para suplantá-los. Sua preocupação é formar o indivíduo para o trabalho no campo, pois “[...] uma das preocupações mais sadias e fundamentais do sistema educativo moderno é estabelecer um vínculo, uma íntima relação entre educando e o trabalho, de preferência aquele gênero de atividade mais preferido na região onde se instale escolas” (MELO E SILVA, 1989, p. 134).

A respeito das dificuldades de se implantar a educação para o trabalho, o autor argumenta:

[...] a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a ideia do trabalho é quase sistematicamente repelida, e onde, via de regra, a tendência é para diversões, jogos, vadiagem e outras práticas nocivas ou pouco recomendáveis, não sendo de mencionar-se a propensão que determinado número denota para o pastoreio, porque, além do mais, este não é bem recomendado como um dos meios de educação. (MELO E SILVA, 1989, p. 134)

Embora exija o investimento em educação, o autor resguarda o migrante, ou colonizador, pioneiro de sua crítica, pois este, aliado ao investimento estatal em vias de

comunicação, sempre buscou ascender rumo à civilização, formando quadros que, aliados a chegada de novos migrantes e/ou imigrantes, contribuiriam com o desenvolvimento da região:

Logo após ficar servido em parte por vias de comunicação e por meios de transportes, e antes mesmo que estes se estendessem a todos os recantos regionais, preenchendo o conjunto das necessidades, expandiu-se o nosso sertanejo como pôde: enviou seu filho para as Escolas Secundárias e superiores do Rio e São Paulo. Mandou para conquistar novas ideias para nortear e aprender os novos sentidos da vida. Dos crioulos, dos filhos da terra, deveria sair os médicos que se interessem pela saúde e higiene local; os engenheiros para as concepções mais amplas das coisas da terra, mais ajustadas as necessidades do meio; os professores, futuros guias da inteligência e do espírito da mocidade; os advogados com mais interesse pela cultura e pela harmonia dos seus congeniais, do que na exploração dos que vivem na incompreensão dos últimos rumos para que se conduzem nossas massas humanas. (MELO E SILVA, 1989, p. 83)

Outro problema-chave presente na obra de Melo e Silva (2003) é a insegurança. Sua proposta é aumentar a força policial e incentivar a migração de “elementos adequados”, porque a pouca densidade da população é o maior estímulo à ação de bandoleiros (MELO E SILVA, 2003, p. 184). Destaca que a presença do Estado é parca tanto na infraestrutura quanto no policiamento, dificultando o povoamento e a nacionalização que urge ser realizada na fronteira (MELO E SILVA, 2003, p. 184).

Em tom de cobrança, chama-se a atenção dos brasileiros para a situação que ele descreveu sobre a região:

É justo, portanto que construamos lá, naquela fronteira nossa, uma civilização que reflita o progresso, a cultura, os encantos, as maravilhas e a civilização mesma do Brasil [...] a sublime e delicada missão de construir a civilização da fronteira deve ser cometida preferentemente ao brasileiro. Sem o cunho inconfundível da Brasilidade, não será nossa aquela civilização. Lá se infiltraram e até dominam costumes que não são nossos [...] Imponhamos ali nosso hábitos e costumes [...] Que venham, portanto, os brasileiros de outros recantos para se fixarem naquele solo. (MELO E SILVA, 2003, p. 185)

Sua proposta de nacionalizar a fronteira — e nacionalizar para ele é sinônimo de progresso e/ou civilização —, não implica em banir o descendente guarani paraguaio, pois “tamanha é e nossa afinidade com esse povo, tais são os laços que nos vinculam que seria absurda a pretensão de afastar da fronteira o elemento paraguaio” (MELO E SILVA, 2003, p. 185). Contudo, a primeira medida que tenciona solucionar todos os problemas apontados por ele na fronteira é a migração de brasileiros para que haja a miscigenação:

É necessário que se dê a fusão com os estrangeiros que lá se encontram, e que desta amalgama resulte o predomínio dos nossos costumes, o império da

civilização nacional. Sem que se introduza ali um grande número de brasileiros fortes, de reconhecida persistência na observância de seus hábitos e também resistência física experimentada no trabalho, a nacionalização daquele pedaço de território pátrio não se realizará e não irá além de um jogo de palavras. (MELO E SILVA, 2003, p. 185)

A migração de um grande número de brasileiros de outras regiões para a fronteira se justifica porque ele entende que o número de migrantes de boa índole moral, trabalhadores e dados ao progresso deve superar o número de guaranis e guaranizados. Melo e Silva faz uma relação com o processo de povoamento da região, ao descrever uma anedota de um homem que introduziu um cão de caça em uma zona que havia muitos cães sem essa habilidade e, assim, acabou perdendo seu cão de caça: “[...] precisamente isso o que se dá com o homem que se entrega ao trabalho naquelas alturas do Brasil: cai sobre ele a canzoada humana, que vive ociosa, bebendo, jogando, politicando, até que ele recua vencido, acovardado” (MELO E SILVA, 2003, p. 145).

Diante do exposto, as “urgentes medidas indispensáveis” que os governos (federal e estadual) deveriam tomar para civilizar a fronteira, na perspectiva do autor, eram:

- a) Povoação, especialmente por brasileiros ricos em brasilidade – que para ele é o nordestino por excelência –, com retos hábitos morais e inclinado ao trabalho, sem negar, se possível, a introdução do elemento europeu:

Se é rigorosamente aconselhável o predomínio do homem brasileiro em toda a extensão da zona fronteiriça, seria igualmente vantajoso a presença dos colonos europeus [...] Nada impede, portanto, que nos mandem [o governo] um pouco de seiva europeia para dosar o sangue de homem de origem nordestina, vacinado para todos os climas, e que já se revelou no desbravamento da Amazônia, para que mais assegurada fique a eficiência do grande serviço que ele deve prestar ao Brasil. [...] Tratamos da urgente necessidade do povoamento e nacionalização das nossas fronteiras sul-mato-grossenses, problema que não deve se confundir com os demais de ordem meramente econômica, qual o da colonização de outras terras desaproveitadas do Brasil. E daí a exigência, quanto possível, com elemento genuinamente brasileiro, a fim de que disso resulte, como consequência, a completa nacionalização daquela faixa. (MELO E SILVA 2003, p. 187-189)

- b) Ação e intervenção dos governos (federal e estadual) na infraestrutura: vias de comunicação, ramal da estrada de ferro até as cidades lindeiras, distribuição de pequenos lotes⁴² de terra para produção, reorganização da disciplina e das forças militares e a ação conjunta dos governos com os municípios:

42 “(...) as terras deverão ser loteadas sempre partindo dos rios e arroios, onde ordinariamente há matas, embora em faixas de duzentos metros, contanto que não tenham comprimento inferior a três mil e seiscentos” (MELO E SILVA, 2003, p. 193).

É questão [a povoação], porém, que se não resolverá sem que nela ponha o governo grande e especial empenho. É que a par das seduções que oferecem a fronteira [...] reserva aquela porção do nosso território inúmeras desvantagens aos que lá se fixam [principalmente vias de comunicação [...] Ao presidente Vargas não é preciso que se apontem as nossas necessidades. Ele as conhece bem [...] a sorte da fronteira periga, e como nada se fará lá sem essa condição primária, que são as vias de comunicação [...] O caso da fronteira, porém, é de ordem especial e não um interesse regional [...] Enquanto não se estenderam os trilhos, não apenas até Ponta Porã, mas até Bela Vista e Porto Murtinho, cortando os municípios de Entre Rios, Dourados, Maracaju e Nioaque, a fronteira será apenas um ingrato presídio para os que se resignarem a ficar lá [...] Só depois de provida de caminhos e estradas, é que passaria a zona a receber os demais benefícios. Viria então o homem do nordeste e o europeu, a quem necessariamente se dariam os elementos de primeira instalação e terras para o trabalho. (MELO E SILVA, 2003, p. 189-191)

Uns ingressaram nas fileiras de nosso Exército, lançando mãos de expedientes criminosos, falsificando a nacionalidade [...] Daí a conveniência de que os descendentes guaranis, nascidos no Brasil lindeiro, fossem prestar serviço militar nos melhores centros de nossa civilização, onde tomassem contato com a pátria, aprendessem a nossa língua, assimilassem os costumes e de lá voltassem cheios de entusiasmo. (MELO E SILVA 2003, p. 194)

- c) Investimento, por parte do Estado, em educação por meio de contratação de professores habilitados e competentes. Para Melo e Silva, o elemento educação se dá em dois movimentos complementares: a educação é do lar e da convivência social, mas como aquela sociedade estava corrompida era necessário ter uma escola forte, para educar a criança a fim de que ela assimilasse os valores sociais e culturais elevados. Não propõe a supressão ou proibição imediata do guarani, ao contrário, isso deve ser um movimento processual, pois os professores deveriam apreender guarani, para melhor ensinar a língua portuguesa:

Entre as vantagens com que o governo poderia acenar, não só aos atuais, mas aos futuros habitantes daquela zona, figura a da criação de escolas profissionais e entres estas uma de ensino agrícola [...] as escolas primárias também deverão ser aumentadas tornando-se obrigatória a frequência e modificando-se substancialmente os métodos de ensino, sobretudo no que diz respeito à língua materna [...] carecemos [...] de professores hábeis, com suficiente conhecimento pedagógico e didática [...] devem os professores, públicos e particulares, ter a máxima preocupação em enriquecer o vocabulário das crianças [...] A convivência com professorado competente modificará em menos tempo que se julga esse Estado de imobilidade de pensamento em que se encontram [...] é de suma importância intensificar na fronteira o ensino de português, tornando-o rigorosamente obrigatório [...] acresce-se que aprender o guarani [os professores] é armar-se de um excelente meio para transmitir o conhecimento da língua portuguesa. (MELO E SILVA, 2003, p. 195-196)

[...] não se concebe, nos tempos hodiernos, que alguém se queira manter alheio ao trabalho, indiferente aos misteres agrícolas, ou à conquista de uma profissão, claro está que os poderes públicos terão de reagir contra a índole de qualquer povo que se manifeste com êsse estado de espírito. E a reação será oferecida nas escolas primárias e pré-vocacionais. Nestas as crianças ensaiarão suas aptidões para o artesanato ou para as lides campesinas. (MELO E SILVA, 1989, p. 134)

Concluimos, desse modo, que as representações da fronteira presentes nos textos de Melo e Silva podem ser sintetizadas em quatro perspectivas:

1- *A fronteira como espaço aberto*: o autor, embora deixe evidente a existência de cidades, vilas e povoados, bem como a presença de indígenas na região, desenvolve uma narrativa que ressalta a baixa densidade demográfica e a vasta quantidade de terras “devolutas” que devem ser ocupadas por homens capazes de arrancar suas riquezas e transformar a região.

2- *A fronteira como lugar distante*: ainda que o próprio autor afirme que o isolamento pode ser superado à medida que se constroem vias de comunicação (estradas, ferrovia, hidrovias, telégrafos), a representação de lugar distante emerge por meio de enunciados como: “outro Brasil”, lugar a ser “desbravado”, a “vida lá é penosa”, os que lá vivem estão “desiludidos”, etc.

3- *Fronteira como zona de contato*: a narrativa do autor destaca o contato e as trocas culturais entre indivíduos que aparentam estar em estágios de desenvolvimento e progresso social distintos. Elementos como os valores, os hábitos, a língua, o trabalho, revelam o choque que essa imagem representacional do contrato entre civilização e barbárie apresenta. A imagem do bárbaro, daquele que precisa ser civilizado, recai sobre o intitulado guarani, ao passo que o civilizado é descrito como o migrante de qualquer outra região do país, de forma especial o nordestino e o europeu.

4- *O Estado como agente civilizador*: a presença do Estado por meio da força policial e da educação, bem como das instituições que o representam; sua ação no campo da infraestrutura, no incentivo ao povoamento e, principalmente, na educação sistemática, construindo escolas e contratando professores, exterioriza a representação de que o Estado é o agente proporcionador do progresso e da civilidade almejada pelo autor aos homens da região.

2.1.3 Civilização e educação na fronteira guaranizada

A obra de Melo e Silva (1989; 2003) apresenta uma preocupação central: a civilização da fronteira. Por civilização, ele concebe a nacionalização da fronteira, almejando a mudança dos costumes fronteiriços, o refinamento dos comportamentos sociais, a incorporação de valores morais e o apego ao trabalho. Considerando suas preocupações, podemos analisar a narrativa de dele sob a perspectiva da sociologia figuracional de Norbert Elias, visto que revela preocupações sobre o comportamento social, e sua escrita, em tom de crítica, também pretende orientar a conduta dos indivíduos fronteiriços, para adequá-los aos padrões nacionais.

Elias, no primeiro volume de *O processo civilizador* (1994b, p. 13), investiga “os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental”. Sua análise se debruça sobre os comportamentos oriundos de classes dominantes europeias a partir do século XVI, “isto é, a classe composta inicialmente de guerreiros ou cavaleiros, em seguida de cortesãos, e finalmente de profissionais burgueses” (ELIAS, 1994b, p.185), com o objetivo de compreender como se desenvolveram os modos de conduta humana ou a “civilização dos costumes”. A preocupação do sociólogo é demonstrar, valendo-se de documentos e de manuais de civilidade, como “os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se com boas maneiras” (ELIAS, 1994b, p. 9). Ele se esmera em descrever como ocorreram as mudanças de comportamento ou o processo civilizador no Ocidente. Seu propósito é compreender as causas motivadoras das alterações do *habitus* e em que isso resultou. A fim de compreender o processo civilizador, ele analisa o significado do conceito de civilização, historicamente desenvolvido na Alemanha, França e Inglaterra, assim como aponta “como o comportamento e a vida afetiva dos povos ocidentais mudou lentamente após a Idade Média” (ELIAS, 1994b, p. 14).

Elias destaca que as mudanças de comportamento ocorridas a partir das cortes europeias e que, posteriormente, tornaram-se universais, trata-se da introjeção, por parte dos indivíduos, de sentimentos de vergonha e fineza no trato com o outro. Esses sentimentos, naturalizados pelos seres, foram impostos por meio de padrões de permissão e proibição social em que os sujeitos são incorporados em uma longa duração.

Em *O processo civilizador* (1994), Elias investiga os padrões de comportamento, tais como sentar-se à mesa para uma refeição, os modos como as pessoas vão para a cama, os lugares e ocasiões em que comportamentos hostis são ou não permitidos, e suas mudanças, a fim de

demonstrar as transformações sociais na direção do ideal de civilização que construímos. Em suma, *O processo civilizador* (1994) investiga os mecanismos adotados pelas cortes europeias que, em um processo de longa duração, tornaram-se códigos de comportamento e forçaram a sociedade a uma reformulação dos modos de viver, a ponto de os indivíduos tornarem-se mais sensíveis às pressões de outras pessoas:

[...] a questão do bom comportamento uniforme torna-se cada vez mais candente, especialmente porque a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social. E é neste contexto que surgem os trabalhos de Erasmo, Castiglione, Della Casa e outros autores sobre as boas maneiras; forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente. (ELIAS, 1994b, p. 91)

O processo civilizador proposto por Elias (1993) deve ser entendido com base em figurações interdependentes e no autocontrole dos indivíduos frente às suas pulsões. Para ele, esse processo caracterizou-se por “mudanças específicas” na forma como indivíduos se relacionam uns com os outros e, nessa inter-relação, a personalidade individual é moldada de maneira civilizadora. Elias (1993, p. 195) demonstra que desde o “período mais remoto da história do Ocidente até nossos dias, as funções sociais, sob a pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas”. Essa distinção das funções sociais dos indivíduos e das instituições criadas por estes, pode ser entendida como a complexificação da sociedade. Nesse processo de diferenciação ou complexificação social existe a interdependência, pois “quanto mais diferenciadas elas [as sociedades] se tornavam, mais crescia o número de funções e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as simples e comuns até as complexas e raras” (ELIAS, 1993, p. 195).

De acordo com a análise de Miranda (2018) sobre *O processo civilizador* (1994), foi a partir do século XVI que “os Estados ampliaram suas funções, a economia de mercado se desenvolveu e novas camadas de plebeus ascenderam continuamente”. Esse movimento de transformação e complexificação social “intensificou a necessidade de observação mútua e as pressões interpessoais”, pois diversas foram as estratégias para inibir a “livre manifestação dos impulsos passionais e das pulsões orgânicas em favor do respeito à dignidade do outro, o que favoreceu uma vida coletiva mais pacífica, regular e previsível” (MIRANDA, 2018, p. 237-

238). À medida que as Cortes se tornaram centros de poder político, econômico e cultural e houve o desenvolvimento de grandes cidades aliadas a economias de mercado com padrões cada vez mais globais, era necessário um ordenamento regular e previsível, pois “o ato de um indivíduo afetava mediata ou imediatamente muitos outros” (MIRANDA, 2018, p. 238).

De acordo com Elias:

A medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, as teias de ações teriam que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável [...] o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão a qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. (ELIAS, 1993, p. 196)

Outro aspecto fundamental do processo civilizador é que ele “não segue uma linha reta” (ELIAS, 1994b, p. 185) rumo ao aprimoramento do ser humano, mas “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos”, que se caracteriza pelo fato de o controle deixar de ser efetuado por meio de terceiros sobre o indivíduo e ser convertido, em diversos aspectos, em autocontrole individual (ELIAS, 1993, p. 193). É a respeito desse procedimento de autorregulação dos sentimentos e da conduta que diversos manuais de civilidades foram publicados a partir da modernidade e alguns deles foram examinados por Elias, para compreender como a estrutura da personalidade individual se transformou em meio a “crescente divisão do comportamento no que é e não é publicamente permitido” (ELIAS, 1994b, p. 189).

Na concepção do processo civilizador, podemos aceitar que a educação e os programas educacionais, sejam eles formais/institucionais ou informais, baseados em manuais de civilidade, destinam-se ao desenvolvimento do controle das emoções do sujeito, para que seu comportamento em sociedade seja adequado. Segundo Miranda (2018, p. 238), as instituições educativas, desde o século XVIII, “não pretenderam afetar apenas o comportamento público dos homens, pois objetivavam controlar a maneira como vivenciavam seus sentimentos. Assim, por meio da introdução de hábitos e experiências intensas, programas e instituições educacionais alimentaram desejos, ambições, temores, vergonhas, alegrias e tristezas”.

Sendo assim, é possível compreender a obra de Melo e Silva na perspectiva do processo civilizador? Temos patente que sim, pois, tanto em *Fronteiras guaranis* (2003) quanto em *Canaã do Oeste* (1989), o autor se preocupa em demonstrar, de forma especial para o governo federal, os “problemas típicos da fronteira”. Ele descreve os costumes fronteiriços como o

“modo de vestir”, o “sistema de habitação”, a forma de alimentação, a religiosidade, assim como apresenta, sob tom de reprovação, os modelos de comportamentos marcados pela aversão ao trabalho e pelo gosto a diversões e jogos (MELO E SILVA, 2003, p. 81-95). Não obstante, a crítica de Melo e Silva é ainda mais incisiva ao que ele intitula de “práticas nocivas ou pouco recomendáveis” (MELO E SILVA, 1989, p. 134). Essas práticas são de ordem moral: ele manifesta preocupação com os “casamentos livres”, a prostituição, os homicídios por motivos fúteis ou sem motivação aparente, dentre outros exemplos que permeiam sua obra.

Faz-se necessário lembrar que a obra de Melo e Silva possui caráter de denúncia e de propaganda, pois embora ele critique o fronteiriço e seus hábitos, ele também faz elogios sobre as possibilidades de progresso da região e de transformação do comportamento fronteiriço. Para isso, chama atenção, ora do Governo, ora do povo brasileiro, para a necessidade de povoar o local e instalar escolas. De acordo com Centeno (2007, p. 210), Melo e Silva acreditava piamente na “possibilidade de modificar a cultura fronteiriça pela educação”. Para a pesquisadora, o autor de *Fronteiras guaranis* (2003) “viu no poder da educação a possibilidade de mudança cultural”. Entretanto, cabe-nos perguntar: quais eram os meios educacionais capazes de transformar o *habitus* fronteiriço na perspectiva de Melo e Silva?

Por *habitus* devemos compreender a segunda natureza humana. Elias desenvolveu o conceito para superar a dicotomia entre “sociedade” e “indivíduos”. Portanto, *habitus* social, que é histórico-socialmente apreendido, refere-se às formas de comportamento, aos modos de pensar, agir e até mesmo sentir dos indivíduos, em síntese: o *habitus* refere-se à “autoimagem e a composição social dos indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 9) em determinada figuração social. Dessa forma, o *habitus* se aproxima do que comumente chamamos cultura, entendida como “todo um modo de vida social complexo” (FEDATTO, 1995, p. 31), pois

[...] the social habitus is an integral part of the individual and personal habitus. In other words, it is a specific “stamp” that every individual, despite his diversity, shares with other members of his figuration. [...] Basically, this customary “stamp” for the individual in a figuration forms the frame of reference of their perception and interpretation. The possibility of self- and external evaluation by people in a figuration requires this “stamp”. In this way, shared experiences of particular people in a figuration are socially inherited and transmitted to subsequent generations in the form of verbal and non-verbal symbols. These institutionalized and as such independent symbols also have a significant survival function for humans. Without these shared symbols, the orientation and control of behavior, thoughts, feeling, and action by single

individuals in a human group is hardly possible⁴³. (ALIKHANI, 2018, p.53-54)

A civilização dos indivíduos exige a mudança do *habitus*. Em *Fronteiras guaranis* (2003), Melo e Silva investiga – como supramencionado no item 2.1.2 – a fronteira brasileira com o Paraguai que estava tomada por hábitos guaranis e, por isso, era guaranizada. Para ele, a ação e presença do Estado é fundamental para a transformação do *habitus* fronteiriço, defendendo dois campos de ação por parte do Estado para a civilização da fronteira: a educação, porque ela seria capaz de inculcar nos indivíduos novos hábitos morais; e a infraestrutura, pois aceleraria o processo de povoamento da região e seu desenvolvimento econômico, assim como auxiliaria no combate à violência.

Para Melo e Silva, a fronteira vivia um descompasso em relação ao restante do país: tratava-se de outro Brasil. É a partir dessa premissa que ele discutiu a presença dos costumes fronteiriços, tais como músicas, danças, festas, religiosidade, maneira de falar, práticas linguísticas, etc. Para o autor, elementos presentes na cultura fronteiriça, não compatíveis com a moral média brasileira, deveriam ser suplantados.

Em relação à narrativa de Melo e Silva é importante salientar que atualmente muitos dos comportamentos criticados pelo autor são considerados parte integrante e distintiva da cultura fronteiriça. Fedatto (1995) enfatiza quatro elementos representantes da cultura fronteiriça, os quais justamente Melo e Silva criticou. Para a pesquisadora, o primeiro elemento de distinção cultural é a mescla do português, do espanhol e do guarani que resulta em uma síntese linguística. Assim, como a utilização desses três idiomas é uma prática cotidiana na fronteira, podemos dizer que constitui parte do *habitus* fronteiriço: “Praticamente todo *fronteiriço autêntico* fala português, espanhol e guarani [...]. Isso pode parecer estranho para nós, mas para eles não há nada de estranho; *desde que nasceram, acostumaram-se* a ouvir três línguas” (FEDATTO, 1995, p. 96, grifo nosso). O segundo aspecto que envolve a constituição do fronteiriço é a miscigenação: “[...] a *família fronteiriça autêntica* é sempre resultado de uma ‘mistura étnica’: o avô, a avó, pai ou mãe é altamente paraguaio ou brasileiro” (FEDATTO,

43 [...] o *habitus* social é parte integrante do *habitus* individual e pessoal. Em outras palavras, é um “selo” específico que todo indivíduo, apesar de sua diversidade, compartilha com outros membros de sua figuração. [...] Basicamente, esse “selo” costumeiro para o indivíduo em uma figuração forma o quadro de referência de sua percepção e interpretação. A possibilidade de avaliação própria e externa por pessoas em uma figuração requer esse “selo”. Dessa forma, experiências compartilhadas de pessoas particulares em uma figuração são socialmente herdadas e transmitidas a gerações subsequentes na forma de símbolos verbais e não verbais. Estes símbolos institucionalizados e, como tal, independentes também têm uma significativa função para os seres humanos. Sem esses símbolos compartilhados, a orientação e o controle de comportamento, pensamentos, sentimentos e ações por indivíduos singulares em um grupo humano dificilmente seria possível (tradução nossa).

1995, p. 97, grifo nosso). Outro hábito cultural do fronteiro é beber tereré e comer chipa⁴⁴. Por fim, Fedatto destaca a Polca Paraguaia e a Guarânia, esta chamada de choro por Melo e Silva (2003), como “músicas ‘oficiais’ da fronteira” (FEDATTO, 1995, p. 99). Esse conjunto de práticas ou hábitos, que comumente chamamos de cultura, constituem o *habitus*. Em relação ao *habitus* social, este se estabelece no processo civilizador. As sociedades se civilizaram em um processo de longa duração. Para Fedatto, a “‘cultura fronteira’ vem sendo formada há, pelo menos, cem anos” e nessa região limítrofe “onde ‘tudo é misturado’, foi se formando uma ‘consciência de fronteira’, forjada numa realidade híbrida, brasileira e paraguaia” (FEDATTO, 1995, p. 99-100).

Parece-nos evidente que o termo cultura apresentado por Fedatto (1995) e Centeno (2007) pode ser identificado como o *habitus* social, assim como se aproxima do conceito de civilização proposto por Elias (1994b). Ambos podem ser percebidos na obra de Melo e Silva. O conceito de civilização se aproxima do de cultura, pois “refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes” (ELIAS, 1994b, p. 23). Mas não apenas isso, civilização refere-se também a hábitos cotidianos: maneira de cozer alimentos, formas de alimentação e seleção de alimento, modo e tipos de edificações e de habitações, estrutura burocrática do Estado, sistema de punição de uma determinada comunidade ou sistema judiciário de um Estado. Civilização “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 1994b, p. 23).

Considerando essa perspectiva, Melo e Silva, juiz formado em uma capital brasileira, queria civilizar a fronteira. *Fronteiras guaranis* (2003) propõe a transformação da sociedade fronteira, que possuía a especificidade da proximidade com o país vizinho, mas era profundamente marcada por um ambiente rural e distante dos centros de decisões políticas, de efervescência cultural e de circulação de ideias novas – aspectos próprios de capitais ou de grandes centros metropolitanos. Em *Canaã do Oeste* (1989) tece elogios ao avanço de investimentos e ao progresso trazido pela ferrovia Noroeste Brasil. Em ambos os textos o autor enaltece a empresa Cia. Matte Larangeira destacando a organização racional do trabalho e do tempo observado na sede da companhia. Quando critica a vestimenta do fronteiro, seu

44 Biscoito a base de polvilho, óleo vegetal, queijo, ovos e sal. Podemos acrescentar, dentre outros, a *chipaguaçu* ou sopa paraguaia (bolo salgado a base de milho, queijo, sal e cebola) como alimento consumido cotidianamente na fronteira.

interesse pelo trabalho sazonal, seu gosto por festas, sua forma de falar, etc., o autor revela seu desejo de introduzir os valores de sua classe média urbana a toda sociedade fronteiriça.

É importante notar que Elias (1994b) desenvolve uma argumentação sobre as aproximações e diferenças dos termos civilização, para franceses e ingleses, e *kultur* para os alemães. Este se aproxima do que compreendemos por cultura em sentido *lato*.

O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. [...] A palavra *kultiviert.* (cultivado) [derivada de *kultur*] aproxima-se muito do conceito ocidental de civilização. [...] Tal como a palavra "civilizado", *kultiviert* refere-se primariamente a forma da conduta ou comportamento da pessoa. Descreve a qualidade social das pessoas, suas habitações, suas maneiras, sua fala, suas roupas [...] o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos. (ELIAS, 1994b, p.24-25)

Como decorrência, o termo civilização “descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado”, aceitando que não é algo estático, mas, sim, em movimento. Em contrapartida, *kultur*, por referir-se às produções humanas como sistemas religiosos, obras de arte, produções literárias ou até mesmo formas de vestir e de construir habitações, remete-nos a algo mais estático:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘Qual. é, realmente, nossa identidade?’. (ELIAS, 1994B, p. 25)

Desse modo, podemos aceitar que Melo e Silva se perguntava se a fronteira SMT era Brasil e o que a fazia pertencer a este país. A proposta de *Fronteiras guaranis* (2003) é civilizar a fronteira, pois seu autor não vê a identidade nacional no fronteiriço, logo é preciso transformá-la. Para isso chama a atenção do governo para três campos de investimento: povoar a fronteira, investir em infraestrutura e investir na educação formal. O autor dirige-se diretamente ao governo Vargas afirmando que uma das primeiras “medidas indispensáveis” para resolver os “problemas da fronteira” é sua colonização/povoamento e, conseqüentemente, sua nacionalização: “O problema máximo, portanto, é o elemento homem. É necessário adensar a população e atrair elementos novos que se entreguem com denodo às lutas agrícolas” (MELO E SILVA, 2003, p. 184). O governo deveria incentivar a migração de brasileiros de outras

regiões e também de europeus para a fronteira sulina para solucionar quatro problemas correlatos: o da produção de gêneros de primeira necessidade: “lá não se produz aquilo que é rigorosamente indispensável à alimentação de seus habitantes”, porque o fronteiriço nato não é dado ao trabalho, mas à diversão; o isolamento entre propriedades; a diminuição da ação de bandos; e a nacionalização da fronteira:

[...] isolamento da propriedade rural, resultante da pouca densidade da população, é o maior estímulo do bandoleiro. Instalados a grandes distâncias [...] não podem os fazendeiros, e as vezes os próprios ervateiros, prestar-se mútuos e indispensáveis socorros, em graves emergências. [...] É inevitável, conseqüentemente, a solução do problema do povoamento daquela região lindeira, mas deve ser feito em condições propícias e em ordem também a sua nacionalização. (MELO E SILVA, 2003, p. 184)

Faz-se oportuno lembrar que Melo e Silva defende a introdução de colonos agricultores, capazes e dedicados ao cultivo da terra com afinco, mas também quer profissionais diversos especializados, tais como carpinteiros, alfaiates, mecânicos, etc., assim como advoga em favor de indivíduos que possam ensinar o fronteiriço a trabalhar a terra e os modos adequados de como comer e se portar em sociedade, em síntese, quer transformar a mentalidade local e introduzir nova forma de vida (MELO E SILVA, 1989, p. 146). A defesa de Melo e Silva na pró-introdução de novos sujeitos no mundo fronteiriço, pretende desenvolver um ambiente urbano e civilizado na fronteira, afastando-a dos *habitus* guarani que a influenciará: “É justo, portanto, que construamos lá, naquela fronteira, uma civilização que reflita o progresso, a cultura, e os encantos, as maravilhas e a civilização mesma do Brasil. [...] a sublime e delicada missão de construir a civilização da fronteira deve ser cometida preferencialmente ao brasileiro” (MELO E SILVA, 2003, p. 185).

Observe-se que o ideal de civilização proposto por Melo e Silva se aproxima da definição de Elias (1994b, p. 23), visto que o “historiador diletante” não definiu a civilização, mas deixou latente que se trata de um objetivo a ser atingido, uma consciência ou espírito nacional, um caráter especial de que se orgulha e que é melhor do que o *habitus* fronteiriço.

O segundo aspecto imprescindível, na perspectiva de Melo e Silva, para implantar o progresso, símbolo de civilização, na fronteira SMT é o investimento em vias de comunicação, que facilitaria e incentivaria a migração, possibilitaria desenvolver melhor os recursos de segurança pública, bem como a comunicação e a introdução de novas ideias, considerando a facilidade de acesso a outras regiões:

[...] a sorte da fronteira periga, e como nada se fará lá sem essa condição primária, que são as vias de comunicação, cumpre-nos enumerar a solução desse problema como a maior das aspirações daquela gente, porque esse seria o marco inicial do progresso e prosperidade da zona. (MELO E SILVA, 2003, p. 190)

O investimento em vias de comunicação, de forma especial em linhas férreas, ligando a fronteira a outros centros é, na perspectiva de Melo e Silva, uma questão de segurança nacional, assim como incentivar a migração possibilitaria a consequente nacionalização da região e estimularia o comércio e a implantação de indústrias, situando a fronteira em um ambiente de progresso e civilização tal como outras regiões brasileiras. Melo e Silva (1989, p. 83) destaca que a via-férrea, que já ligava Campo Grande e Corumbá a São Paulo, deveria chegar à fronteira, porque essa ação facilitaria a formação de quadros especializados, pois os jovens poderiam deslocar-se para centros de instrução e formar-se em medicina, advocacia, engenharia, educação, etc., melhorando, assim, a condição de vida, a civilidade e a instrução dos fronteiriços.

Por fim, a educação, formal e informal, ocupa lugar de destaque nas propostas de Melo e Silva para sanar os problemas da fronteira. Sua preocupação com a educação divide-se entre a formação moral e a instrução escolar. Esta última figura como estratégia eficaz para inculcar os valores civilizacionais nos indivíduos e torná-los virtuosos e trabalhadores. Para ele, a educação moral está intimamente ligada à colonização/povoamento, pois a fronteira estava corrompida por hábitos perniciosos que só poderiam ser suplantados por meio da educação, seja ela familiar, desde que a mãe seja brasileira, ou escolar (MELO E SILVA, 2003, p. 82).

Para o autor, era no seio da família guaranizada que surgiam e se perpetuavam os desvios morais e sociais. A família não ensinava de forma adequada o português, só a língua guarani. Ela não cultivava o gosto pelo trabalho e os próprios pais lançavam as filhas à vida “desonrosa”, pois na fronteira o guarani ou o guaranizado “não trepidam em fazer da própria filha, muita vez, no verdor dos anos, um objeto de comércio” (MELO E SILVA, 2003, p. 102). A criança não era educada de forma devida, já que possuía liberdade de adulto: “vai onde que entende, frequenta lugares impróprios, inconvenientes, a toda honra, em promiscuidade libertina” (MELO E SILVA, 2003, p. 118) que não causava estranheza nos pais.

Outros aspectos são relacionados à formação moral, como “casamentos livres”, contatos e conversas entre mulheres casadas e solteiras com prostitutas, homens dados à bebedeira, povo inclinado a festas: “entre os guaranis tudo é motivo para danças, inclusive acontecimentos

fúnebres” (MELO E SILVA, 2003, p. 85). A solução para Melo e Silva seria impor o trabalho sistematizado, porque o indivíduo fronteiriço dedicava maior parte de seu tempo a diversões: “danças, passeios, e musicatas, salvo se por qualquer circunstância submeteu-se a um trabalho sistematizado, cuja empresa ou patrão exerça sobre ele disciplina severa” (MELO E SILVA, 2003, p. 84).

O elemento civilizador fica evidente no texto de Melo e Silva, pois, embora critique os “costumes amorais” do fronteiriço, ele restringe seu julgamento às esferas mais baixas da população, recapitulando que para Elias o processo civilizador se constituiu na interdependência entre distintos grupos sociais:

A burguesia, pela sua figuração social enquanto classe profissional, produziu novos valores como fonte de prestígio e instrumento de competitividade: as profissões, o dinheiro, e a educação dos filhos. [...] Observa-se ainda que o ideal meritocrático de ascensão da burguesia [no século XVIII], especialmente as classes médias, por dependerem do trabalho para sua manutenção, concentrou-se mais em um código de comportamento associado a virtude e a moralidade do que num código de honra da aristocracia. [...] Assim civilização passa a referir-se a um padrão universal de moral e costumes. (VEIGA, 2008, p. 156-157)

Melo e Silva (2003, p. 112) faz a ressalva sobre o comportamento moral das classes mais abastadas, visto que elas possuíam hábitos morais e religiosos dignos do estágio civilizacional brasileiro, como também se vestiam e, conseqüentemente, portavam-se como cidadãos de regiões desenvolvidas do país: “A fronteira também tem sua elite, constituída por elementos tradicionais e estrangeiros. Essa, que leva uma vida a parte, distinta e diferente da que leva a massa, guaranizada ou não, mantém a forma de vestir dos centros adiantados do país” (MELO E SILVA, 2003, p. 104). Mas por que Melo e Silva critica o *habitus* fronteiriço? Porque ele queria “atrair a atenção do povo brasileiro dos nossos governos para os males cujo contágio é altamente nocivo a formação da família naquela recuada parte do território nacional”. Todavia, ele não queria afastar o potencial migrante, mas, sim, atraí-lo para implantar o ideal civilizatório que deveria ser também a missão dos governos.

Quanto à educação escolar, Melo e Silva insistiu que é preciso implantar novas escolas na região, pois elas desempenhariam dupla função: reformar o caráter moral e inculcar o gosto pelo trabalho. O governo deveria construir escolas primárias e pré-vocacionais, para que nelas as crianças desenvolvessem suas “aptidões para o artesanato ou para as lides campesinas” (MELO E SILVA, 1989, p. 134). Para isso, era preciso contratar professores de outras regiões que fossem dedicados, cultos e capazes de ensinar a língua portuguesa com maestria e a conduta

social adequada pelo exemplo. Mas porque Melo e Silva insistia na necessidade de contratação de professores “hábeis, com suficiente conhecimento pedagógico e didática” (MELO E SILVA, 2003, p. 195)? Para ele, o fronteiro era “malformado, desajustado”, possuía “hábitos destoantes com o padrão moral adotado em média nos demais recantos do país” (MELO E SILVA, 1989, p. 133).

Ao reivindicar investimento em escolas para educar as crianças, Melo e Silva reconhece que a mudança de *habitus* ocorreria em um processo de relativa longa duração. As escolas, de forma especial as técnicas, deveriam suscitar nas pessoas o “amor pelo trabalho”, posto que seria o caminho seguro capaz de conduzir o “homem fronteiro ao caminho da civilização” (MELO E SILVA, 1989, p. 83). A educação das crianças era de singular importância, pois o caráter observado e descrito em *Fronteiras guaranis* (2003) continuava a ser observado quase uma década depois em *Canaã do Oeste* (1989). Para o autor, mesmo após a criação do Território Federal de Ponta Porã e de seus investimentos em infraestrutura, educação e nacionalização da fronteira, continuava com seus vícios morais:

A insensibilidade moral observada em vários indivíduos, durante o tempo que exercemos ali judicatura, parece-nos uma anomalia peculiar a tipos daquele meio ambiente. [...] Mais de uma vez, julgamos pais que entregaram filhas virgens a homens casados, a troco de gado, com a circunstância de que não se faziam compelidos por necessidade, e sim por depravação de sentimento. [...] conhecemos indivíduos que, sem se encontrarem embriagados, nem fora de si, por qualquer gênero de loucura, feriram a bala ou a punhal companheiros a quem pareciam vinculados por laços de fraternal amizade, com absoluta ausência de motivos, e sem que pudessem explicar depois a causa do seu procedimento [...]. É fato comuníssimo a indiferença ou desinteresse pela punição legal ou extralegal de assassínios de pais, irmãos ou parentes conjuntos. Tudo isso indica que existe naquele meio tipos cujas características ou diferenciam flagrantemente dos demais de outras regiões nacionais, impondo-se por isso mesmo, um sistema especial de reeducação. (MELO E SILVA, 1989, p. 140-141)

Essa citação é elucidativa. Melo e Silva crê que a educação pode transformar os costumes, em nossa concepção o *habitus*, fronteiros. Para ele, o sistema educativo implementado e dirigido pelo governo não pode se limitar a apenas instruir e alfabetizar, é preciso reeducar, inculcar novos valores, a fim de frear os impulsos e banir os hábitos perniciosos. Dessa forma, podemos perceber que o autor, embora falasse de costumes guaranis ou de guaranizados, parece ter clareza que o *habitus* “não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido” (ELIAS, 1997, p.16). Sua obra, ao contemplar a história do povo guarani, mesmo deixando patente que seus costumes deveriam ser suplantados, busca entender o

comportamento do povo fronteiriço e reconhece que mudanças sociais devem ser introduzidas por meio da educação e do contato com novos indivíduos. Exemplo disso é a sua defesa para que os jovens fronteiriços, nascidos no Brasil, prestassem serviço militar em quartéis distantes da fronteira, pois essa experiência estimularia em seus espíritos valores nacionais e, ao retornarem à fronteira, agiriam de acordo com os valores civilizados apreendidos:

Daí a conveniência de que os descendentes guaranis, nascidos no Brasil, fossem prestar serviço militar nos melhores centros de nossa civilização, onde tomassem contato com a pátria, aprendessem nossa língua, assimilassem os nossos costumes e de lá voltassem cheios de entusiasmo [...] o Brasil muito aproveitaria com esse processo de adaptação da nossa tropa, preparando, ademais entre os mestiços guaranis, elementos de grande utilidade para o serviço de nacionalização. (MELO E SILVA, 2003, p. 194)

Ainda que ele deixe claro que sua reivindicação para que o governo investisse e implantasse escolas na região tinha preocupação na transformação do *habitus* fronteiriço, ou seja, o investimento em educação e a presença de novos indivíduos amantes do trabalho e com moral adequada ao estágio civilizacional brasileiro isso possibilitaria ao fronteiriço a autorregulação do comportamento e a transformação de seus hábitos. A obra de Melo e Silva (1989; 2003) propõe o aprimoramento por meio da mudança de conduta incentivada pelo contato com outros grupos de sujeitos e com um processo educativo que insuflasse novos comportamentos neles. Essas ações propostas deveriam ser planejadas, incentivadas, reguladas e fiscalizadas pelo Estado, fato que indica o controle que esta instituição deve exercer sobre os cidadãos, a fim de propiciar o autocontrole individual por meio da introjeção de comportamentos sociais adequados. Portanto, a obra de Melo e Silva revela o processo civilizador da fronteira e a necessidade de autorregulação dos sentimentos e da conduta do fronteiriço.

2.2 Fronteira na obra de Oclécio Barbosa Martins

Oclécio Barbosa Martins (1913-1976), natural de Entre Rios (atual cidade de Rio Brilhante-MS), graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Brasil no Rio de Janeiro no ano de 1937. Como acadêmico lutou pela divisão do Estado de Mato Grosso, foi um dos fundadores da Liga Sul-Mato-grossense e integrante do movimento divisionista de Mato Grosso. Atuou como advogado na Justiça Militar em 1943. Foi delegado

de polícia, deputado estadual em 1947 e vereador de Campo Grande por dois mandatos (1955 e 1962). Oclécio Barbosa Martins publicou *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil* (1944) e foi signatário de manifestos em prol da autonomia do sul de Mato Grosso. O objetivo de seu livro foi propagar e convencer o público de outras regiões do país da necessidade da emancipação do sul de Mato Grosso. Em 2011, o IHGMS publicou a segunda edição para compor a Série Memória Sul-Mato-Grossense.

A narrativa do autor propunha também chamar a atenção das autoridades políticas nacionais e regionais, pois necessitava de apoio político pró-divisão de Mato Grosso. Embora o tema do livro seja o divisionismo regional em tom de manifesto, pretendemos analisá-lo no intuito de perceber indícios de representações do sul de Mato Grosso, uma vez que fora escrito na década de 1940, tendo por base acontecimentos e figurações políticas e sociais desenvolvidas desde o início do século XX.

A obra *Pela defesa nacional* (1944) está dividida em três partes. Na primeira, “Redivisão diante das constituições brasileiras”, em três capítulos o autor, baseado nas constituições do Império, da Primeira República e da Segunda República, sustenta que a divisão do Mato Grosso, “desejo de toda população sulina”, é plausível e está de acordo com o espírito constitucional. Ao apresentar as condições sociais, geográficas, políticas e econômicas da região desde o Brasil Colônia, intenta demonstrar a importância da emancipação para o progresso regional. As fontes utilizadas são as constituições e textos publicados em importantes revistas científicas da época, como a *Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*.

Na segunda parte, “Os diversos planos de redivisão do Mato Grosso”, em dois capítulos, o autor relata, com base em artigos publicados na *Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*, *Revista do Instituto Histórico Geográfico* [brasileiro] e na *Revista Brasileira de Geografia*, planos de geógrafos, militares e autoridades políticas, que desde a Primeira República viam a possibilidade do sul de Mato Grosso tornar-se unidade autônoma da federação.

Na terceira parte, “Estudo Geopolítico de Mato Grosso”, em três capítulos o autor expõe seus argumentos divisionistas, relaciona os desejos da Liga Sul-Matogrossense [sic passim] ao espírito constitucional e às propostas de estudiosos que foram apresentadas nos capítulos anteriores. Na conclusão, que se insere nessa última parte da obra, Martins (1944) reafirma que o projeto divisionista do sul de Mato Grosso não era um afã de jovens, mas se inseria em um

projeto de nação em marcha, pois era defendido por políticos e estudiosos. O livro também apresenta anexos três manifestos divisionistas publicados pela Liga Sul-Matogrossense: “A liga Sul Mato-Grossense aos habitantes do sul de Mato Grosso” (1933); “Da Mocidade do sul de Mato Grosso ao chefe do governo provisório e à Assembleia Constituinte” (1934); “Pela divisão de Mato Grosso” (1934) com as respectivas assinaturas dos apoiadores.

A obra de Martins (1944) é uma evidência empírica das singularidades do processo civilizador brasileiro, posto que o avanço da colonização sobre o oeste brasileiro e a constituição da fronteira revela-se como processo singular e distinto da constituição dos Estados nacionais. A título de exemplo, o processo de formação dos Estados na Europa tem a fronteira fortificada na sua gênese, pois a fronteira europeia fora constituída antes da ascensão do Estado como uma linha divisória fixa que atravessava densas populações (TURNER, 1921) e os Estados-Nação constituíram-se com essas linhas divisórias como referência. No caso brasileiro, a fronteira se moveu continente adentro acompanhando o processo de colonização, não de forma linear, porque, como já discutido, primeiramente, estabeleceram-se os limites ou as linhas divisórias dos Estados nacionais e, posteriormente, a região foi ocupada. Assim, o Estado – ainda que como Colônia – precedeu a constituição da fronteira SMT, visto que a ocupação de pontos estratégicos dessa fronteira foi realizada pelo Estado e não por grupos sociais, que resultariam na constituição de um Estado-nação como no caso europeu.

A divisão do território de Mato Grosso proposto por Martins (1944) tem sua gênese no ideal de Nação, pois, como o próprio título sugere, é uma proposta que visa à defesa nacional. Assim, seu texto permite, mais do que concluir, ampliar a discussão sobre o processo civilizador brasileiro que é marcado, em nossa perspectiva, pela presença prévia do Estado. No caso do SMT, a Nação precedeu a civilização. A narrativa de Martins (1944) orbita a questão da formação da identidade nacional perpassada pelas múltiplas identidades regionais. O processo de constituição identitária da região do SMT é permeado pela necessidade de se distinguir não só dos países limítrofes, mas dos estados vizinhos, de forma especial de Mato Grosso. Dadas as condições históricas do processo de formação da região, a identidade fronteiriça se destacou, seja como problema a ser superado ou como distinção cultural que se sobressai nos discursos atuais sobre a cultura sul-mato-grossense.

Elias (1993; 1994b) ao discutir a sociogênese dos Estados europeus, processo iniciado ao final do século XII, afirma que a característica maior da constituição de um Estado, e conseqüentemente a formação da identidade nacional, é a concentração do uso da força física e

dos meios de arrecadação de impostos. Porém existiram inúmeras figurações e interdependências no processo de constituição desse monopólio do uso da força.

Precusores desse controle monopolista da tributação e do exército existiram antes, em territórios relativamente grandes. (feudos, ducados, principados, reinos), em sociedades em que era menos avançada a divisão de funções, principalmente como resultado de conquista militar. É preciso haver uma divisão social muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializada, para administração do monopólio. E só depois que surge esse complexo aparelho e que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista. Só nessa ocasião está firmemente estabelecido o controle militar e fiscal. A partir desse momento, os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas a questão de quem deve controlá-lo, em que meio seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e benefícios do monopólio. (ELIAS, 1993, p. 98)

A narrativa de Martins (1944) revela elementos para inferir que esse monopólio central da força, da tributação e, poderíamos incluir, da formulação de leis, esteve presente na região desde seu processo de ocupação. A ação de grupos armados nesse território no início do século XX não anula a referida centralização, pois os grupos agiam em nome da autoridade regional constituída e, muitas vezes, eram custeadas por ela. Como veremos no próximo capítulo, os conflitos armados na região objetivavam justamente decidir quem controlaria o poder político centralizado do local. Sua narrativa aponta as tensões do processo civilizador no local permeado pela busca ou ampliação de controle político-administrativo regional. Essa busca é permeada por discursos pautados na identidade e no ideal de progresso, a fim de atender os interesses de figurações regionais em que o poder e as decisões do Estado nacional eram preponderantes.

2.2.1 A fronteira das sentinelas nacionais

A dedicatória do autor dá o tom de sua narrativa: “Aos brasileiros que habitam o sul de Mato Grosso, sentinelas avançadas do Brasil do Oeste [...] ofereço este modesto trabalho, fonte histórica de nossas legítimas reivindicações, breviário das gerações futuras” (MARTINS, 1944, p. 1). Embora dedique o livro aos habitantes sul-mato-grossenses, também quer tornar amplamente conhecido, por meio daquela publicação, o ideal divisionista difundido pelos Manifestos da Liga Sul-Matogrossense. Não obstante, percebe-se na dedicatória, que o SMT é representado como uma região de suma importância à nação brasileira e digna de sua atenção,

pois essa porção do território nacional abrigava os descendentes dos guardiões dos limites nacionais.

Em seu preâmbulo, critica a divisão territorial brasileira do início do século XX, em razão das semelhanças herdadas do Brasil Colônia do século XVI, cujo critério foram as capitanias hereditárias (MARTINS, 1944). O autor ao conclamar sua geração, a “geração moça”, a povoar as fronteiras do Brasil, revela a distinção do processo de colonização brasileiro e manifesta o fato singular da Nação preceder a civilização na constituição das fronteiras. Ainda que politicamente o Brasil tenha modificado a linha do traçado de Tordesilhas continente adentro, as regiões lindeiras continuavam desabitadas, num “vazio incomensurável”. Dessa forma, era preciso fazer o Tordesilhas político se tornar social e econômico, ou seja, avançar sobre o Oeste brasileiro, povoá-lo e fazê-lo produtivo, colocando-o a par da moderna civilização na qual o Brasil central (litoral) se encontrava (MARTINS, 1944).

A divisão territorial do Brasil era um problema atual e relevante das décadas de 1930-40, porque seria o “primeiro passo para a solução de nossos problemas fundamentais, como sejam os de transporte, os de saneamento, os de educação” (MARTINS, 1944, p. 6). Observe-se que as dificuldades enunciadas por Martins (1944) são idênticas às expostas por Melo e Silva (1989; 2003). Essa certeza o motivou a realizar e publicar o estudo, por ele acreditar que ao tornar conhecida a real situação do SMT contribuiria para a solução dos problemas estruturais da nação brasileira que perpassavam a má divisão de seu território.

No primeiro capítulo de seu livro, baseado nas Constituições brasileiras de 1824⁴⁵ e 1937⁴⁶, o autor justificou a legitimidade de reivindicar a divisão de Mato Grosso. Para ele, “a criação de novos territórios, novas unidades federativas [...] está plenamente justificada [...] através do pensamento nítido de todos os constituintes, desde a independência até a atualidade” (MARTINS, 1944, p. 16). A necessidade de reestruturação territorial brasileira era reflexo da evolução natural do desenvolvimento histórico, dado que desde a independência do país via-se a necessidade de reorganizar a divisão do território nacional, considerando as “razões de ordem geopolíticas e sociais: transporte, saneamento, educação”. Outro argumento pró-divisão territorial vinculava-se à “razão da ordem de unidade da pátria”, princípio enunciado na Carta Magna do Império como “bem do Estado”. Por fim, a cláusula pétrea “ordem nacional” da

45 Art. 2 - O seu territorio é dividido em Provincias na fórma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado (BRASIL, 1824).

46 Art. 6 - A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial (BRASIL, 1937).

República, envolvia “razões de segurança” e, assim, era indispensável atualizar o desejo histórico e constitucional da redivisão brasileira (MARTINS, 1944, p. 16). No capítulo intitulado “A atual redivisão dos Estados do Oeste”, o autor argumentou que a criação dos cinco territórios federais pelo governo Vargas⁴⁷, na década de 1940, atendia às necessidades regionais e buscava solucionar os obstáculos do reajustamento do território nacional, visando o bem dos povos e o desenvolvimento da nação, bem como garantia da segurança nacional (MARTINS, 1944, p. 17). Ele também compreendia que a criação dos territórios federais e a campanha “Marcha para o Oeste” foi a primeira medida para o “equilíbrio potencial das unidades da Federação”. Esta foi uma ação governamental que evidenciou o esforço da integração político-econômica, por meio do povoamento dos “grandes espaços vazios no centro-oeste do País” (MARTINS, 1944, p. 18). Ele fez apologia à necessidade de criação de mais áreas federais, pois o momento era oportuno e, ao mesmo tempo, era fundamental para que cada região pudesse atualizar suas potencialidades produtivas. A urgência na Divisão de Mato Grosso se justificava dado que este era o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial⁴⁸ (MARTINS, 1944, p. 22).

2.2.2 O sul de Mato Grosso: dividir para progredir

Na segunda parte do livro, o autor dedica-se à análise de “diversos planos de divisão de Mato Grosso”⁴⁹. O primeiro projeto para redividir as regiões do país foi intitulado “Projeto dos Andradas”.

Antônio Carlos, o paladino da estirpe dos Andradas, na primeira Constituinte, em 1823, propunha um maior fracionamento do território pátrio, de tal maneira, que “*atenderia aos limites naturais e igualdade de população quando fosse possível*”. (MARTINS, 1944, p. 25, grifo do autor)

Valendo-se de um estudo publicado na *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, realizado por Ezequiel Ubatuba, sob o título *O novo Brasil: divisão administrativa*

47 Por meio do Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943: “Art. 1º - São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú”.

48 Atualmente o Estado de Mato Grosso tem a terceira maior extensão territorial dos estados brasileiros, 903.378 km² e Mato Grosso do Sul é o sexto maior, com pouco mais de 357.000 km² de extensão.

49 A proposta de emancipação do sul de Mato Grosso, iniciada na segunda década do século XX, embora tenha ganhado força na década de 1930, só se efetivaria na década de 1970.

(1919), Martins (1944) entendia que a divisão dos estados era imprescindível, visto que no Brasil, assim como em outras nações, deveria ser “extranho [sic] que zonas que produzem e que trabalham sejam governadas por zonas de estagnação”, premiando a inatividade e castigando a produção, nessa lógica “alimentamos a parasita e corroemos as árvores” (MARTINS, 1944, p. 26). Baseado em seus argumentos, podemos inferir que a narrativa de Martins manifesta a tensão que existia em torno da escolha daquele que dominaria o poder político administrativo regional, cabendo ao poder central do Estado possibilitar a divisão.

A narrativa em torno do ideal de progresso revela aspectos civilizacionais, pois no desenvolvimento dos Estados-Nação houve um movimento de integração marcado por processos de diferenciação constante. No caso do SMT, o movimento de integração interna e diferenciação com o norte do estado pode ser concebido em escala menor, mas diferentemente da constituição dos Estados-Nação, a integração e diferenciação do SMT é marcada pela mediação do estabelecido Estado brasileiro.

O segundo projeto histórico que sustenta a divisão de Mato Grosso é o “Memorial de Varnhagem”, de 1849, reconhecido por Martins (1944) como obra de um “grande historiador”. O referido manual sustentava a divisão do país em departamentos, sendo um deles o departamento de *Camapuan*, que segundo o mapa e os limites naturais propostos por Varnhagem, “trata-se, precisamente da região de todo o sul do atual Estado de Mato Grosso” (MARTINS, 1944, p. 28).

Para Martins, na esteira de Varnhagem, desde 1849, a reorganização do território nacional se manifestava relevante, tanto que departamentos fronteiriços como o de *Camapuan*, proporcionaria à povoação e seu habitante a missão e o *múnus* (tarefa) de guarda protetor dos limites brasileiros:

Esses departamentos de fronteira eram criados “para o bem geral da nação que na qualidade de fronteiriços os toma sob sua protecção, concorrendo com quanto possa de suprimento para os povoar e beneficiar, a fim de que melhor contribuam à segurança da fronteira”. (MARTINS, 1944, p. 29)

Outro estudo do século XIX, realizado por Tavares Bastos⁵⁰, propunha a redivisão político-administrativa do Brasil em províncias e territórios. Essa proposta, na mesma concepção de Varnhagem, contemplava a criação de uma província “no sul de Mato Grosso, abrangendo o vale do Ivinhema” (MARTINS, 1944, p. 30). No final do século XIX, surgiu a

⁵⁰ *A província*, de 1870.

proposta de “divisão de Fausto e Souza”, *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil* (1880). O reajustamento proposto inovava e estabelecia como critério para a nova divisão os acidentes geográficos, já que ele previa “um relativo equilíbrio demográfico”. O objetivo era conceder ao Estado brasileiro “maior clareza da linha divisória, menos desproporção entre seus elementos e, nas províncias marítimas, uma distribuição mais razoável das costas e porto de mar” (MARTINS, 1944, p. 32). O estudo sugeria criar 20 novas províncias, entre as quais figurava a província de Amambáí, referente ao sul de Mato Grosso (MARTINS, 1944, p. 34). Martins (1944) apresentou, como estratégia argumentativa para garantir e legitimar a “aspiração das populações [divisionistas] sulinas de Mato Grosso”, elementos constitucionais que justificavam a divisão, bem como as propostas de estudiosos reconhecidos do ponto de vista histórico, geográfico e político. Em sua concepção, republicanos não poderiam se opor ao espírito constitucional e a análises técnico-científicas. Os critérios elaborados para uma redivisão do território nacional, desde o século XIX, buscavam acompanhar os limites físicos naturais das regiões aliados a fatores histórico-econômicos, tendo em vista que muitas áreas possuíam história e comércio anteriores à fixação dos limites fronteiriços estabelecidos. É o caso do sul de Mato Grosso com o Paraguai (MARTINS, 1944).

No segundo capítulo da segunda parte, Martins (1944) continua com a mesma estratégia de argumentação. Baseado em dois estudos publicados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ele afirma que o “programa de redivisão territorial do Brasil” (MARTINS 1944, p. 35) não pode ser abandonado, caso contrário a própria nação correria riscos. Sob o título de “Plano Backheuser”, Martins (1944) adverte que após o movimento Constitucionalista de 1932 a redivisão territorial brasileira era mais urgente, porque objetivava a “unidade nacional”, e cita a proposta do professor Everaldo Backheuser⁵¹, adotada e sugerida pela “Grande Comissão⁵² em 1933”. Para Martins (1944), a referida proposta apresenta uma inovação em face aos estudos da Primeira República, pois Backheuser adota como critério de divisão a “[...] equipotência, isto é equivalência nas novas unidades da federação, em área e em eficiência econômica e política [...]” (MARTINS, 1944, p. 37). Esse argumento fora adotado, mesmo que não efetivado pela Grande Comissão que desejava a criação imediata de mais 10 unidades federativas: “2, no

51 Comunicação intitulada “Memória”, pronunciada na IHG em dezembro de 1932 e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. II, 1932-33, p. 21ss.

52 Consta nas Atas da Assembleia Constituinte de 1934, que fora constituída pelo Governo Provisório “uma Comissão para estudar o assunto, denominada ‘Grande Comissão de Redivisão Territorial e Localização da Capital do País’, composta por membros eminentes da Sociedade de Geografia e de outras instituições do país, à qual enviou os estudos de João Segadas Vianna, Ary Machado Guimarães e Teixeira de Freitas”. (MARTINS, 2013, p. 15).

Estado do Pará – Amapá e Trombetas; 4, no Estado do Amazonas – Rio Branco, Rio Negro, Solimões e Acre; 3 no Estado de Mato Grosso – Guaporé, Jaurú e Maracajú, e 1 nos Estados de Paraná e Santa Catarina – Iguassú” (MARTINS, 1944, p. 37). De acordo com a sugestão de Backheuser, passaria a existir o território de Maracajú, na mesma região do atual Mato Grosso do Sul, com área pouco menor da atual. A reorganização mencionada dos estados brasileiros redesenharia o mapa nacional, posto que os limites das unidades seriam definidos a partir de “linhas geodesimas e neutras” (MARTINS, 1944, p. 37), a exemplo da divisão territorial dos Estados Unidos. Todavia, a divisão do Brasil não seguiu esta proposta.

Na década de 1930, fora apresentado um plano de reorganização geoadministrativo por Mario Augusto Teixeira de Freitas⁵³ baseado em modificações do esboço de Segadas Vianna. Ele ficou conhecido por “Plano Segadas Vianna–Teixeira de Freitas” (MARTINS, 1944, p. 40). O projeto, que tinha como pressuposto a unidade nacional, fundamentava-se no princípio de “área razoável entre o mínimo de 250.000 km² e o máximo de 350.000 km², para cada área da Federação⁵⁴” (MARTINS, 1944, p. 41-42). Em síntese, o plano queria instituir 16 estados brasileiros e 13 territórios federais. Na área do antigo Mato Grosso passaria a existir um estado (Mato Grosso, capital Cuiabá) e quatro territórios federais: “Mamoré, capital Santo Antônio (1); Araguaia, capital Carajás (2); Guaporé, capital Cáceres (3) e território do Rio Pardo, capital Campo Grande (4)” (MARTINS, 1944, p. 44). Este último corresponde ao estado de Maracajú, proposto anteriormente e reivindicado por Martins (1944) e pelos movimentos divisionais sul-mato-grossenses na década de 1930.

53 Apresentou sua proposta em uma conferência no Instituto Histórico do Rio de Janeiro, em outubro de 1932, e a publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* V. 166, 1932. p. 765ss. No ano de 1937, após aprimorar seu estudo o publicou na *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3. 1937. p. 533ss.

54 Áreas semelhantes às atuais territoriais dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Figura 5 – Mapa do plano de redivisão do estado de Mato Grosso (1937)



Fonte: Martins (1944, p. 43).

Diante do exposto, podemos inferir que, na primeira e segunda parte de seu livro, Martins (1944) sustenta a postura favorável à divisão de Mato Grosso, baseado em duas perspectivas: 1) é uma necessidade histórica demonstrada por estudiosos, políticos e administradores desde o Brasil Império; 2) ela proporcionaria a atualização das potencialidades do sul do Estado no campo econômico, social e de segurança nacional.

2.2.3 Divisão de Mato Grosso: projeto e anseio de civilização

Na terceira parte – “Estudo Geopolítico de Mato Grosso” – o autor argumenta pró-divisão do estado de Mato Grosso, sustentado por uma suposta origem grandiosa e quase mítica

do desejo da porção sul do estado em emancipar-se. A mocidade sul mato-grossense, representada pela Liga Sul-Mato-Grossense, expressava o sentimento de emancipação, desejo de todo o sul-mato-grossense, que desde o Império tentaram silenciar. Entretanto, essa mocidade se constituiu herdeira de uma longa lista de propostas divisionistas que não foram efetivadas:

Empunhou essa mocidade a mesma bandeira que vinha de mais de um século atrás, desde Andradas 1823, e que foi defendida pelo grande Varnhagem, com a criação do departamento de *Camapuan* em 1849 e Tavares Bastos, com a *Província do Baixo-Paraguai e Alto Paraná* e, 1870; engrossou as mesmas fileiras do eminente Fausto de Souza, que propunha a *Província de Amambaí*, em 1880; avançou nos batalhões da “Grande Comissão Nacional” em 1933 e enfrentou a oportunidade da Constituinte de 34, por intermédio da pujante “*Liga Sul-Matogrossense*”. (MARTINS, 1944, p. 47 grifo do autor)

Para Martins (1944), a mocidade entendeu a proposta de Teixeira de Freitas desde 1932 e, por esta razão, sua nobre intenção de divisão do estado mato-grossense figurava como a tentativa de fazer valer o princípio de “justiça e equidade” entre as regiões brasileiras por amor à Pátria e à nacionalidade (MARTINS, 1994, p. 48). O discurso tinha como objetivo garantir a representação de homens fortes e amantes do território brasileiro e, por isso lutavam pela divisão, uma vez que almejavam apenas o progresso. Nas palavras de Martins: “Esse sentimento de amor à terra em que nascemos e à região onde vivemos [...] É realmente a expressão legítima de um sentimento que mergulha suas raízes na mais pura Brasilidade, através de todos os tempos, dentro do espírito [...] de uma grande Pátria” (MARTINS, 1944, p. 48).

No intuito de fortalecer o discurso divisionista, Martins (1944) inicia uma nova etapa argumentativa, para evidenciar as diferenças entre o norte (equivalente ao centro sul do atual Mato Grosso, forma mais direta, Cuiabá) e o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Valendo-se dessa nova tática argumentativa, emergem do seu discurso representações do norte e do sul, marcadas por aspectos que ele apresentou como particulares de cada região:

O sentido de seu sistema oro-potamográfico, as origens de sua sedimentação histórica, suas vias de penetração, seus primeiros habitantes, os sentimentos e hábitos mentais de suas populações, seus costumes e estilos de vida, – tudo evidencia nítida diferenciação entre norte e o sul mato-grossense. (MARTINS, 1944, p. 49)

O primeiro argumento pró-divisão era a extensão territorial de Mato Grosso⁵⁵ que, mesmo descontado as áreas dos Territórios Federais de Guaporé e de Ponta Porã, ainda possuía

⁵⁵ Aproximadamente 1.200.000 km² já descontadas as áreas dos territórios federais de Guaporé e de Ponta Porã (MARTINS, 1944, p. 50).

aproximadamente 1,2 milhões de km² (MARTINS, 1944, p. 50). Para ele, essa imensa área revelava-se imprópria, pois era difícil a locomoção, já que a capital era distante e impossibilitava a boa governança no sul e no norte, assim como inúmeros eram os vazios demográficos entre o sul e a capital do Estado: “[...] quão grande é o território, oneroso encargo à administração pública, mesmo para conservá-lo através dos tempos, com via de tráfego que mantenham, ao menos, sua coesão e integridade” (MARTINS, 1944, p. 51). Somava-se a esse argumento a ideia de que o SMT, em virtude da dificuldade de comunicação com sua capital, desde o final do século XIX, após a fundação de Miranda e de Nioaque, esteve orientado “para os caminhos de São Paulo e as novas rotas de Miranda, convergindo para o Paraná” (MARTINS, 1944, p. 52). A comunicação com Cuiabá, ainda nas décadas de 1930 e 1940, via rio Paraguai, demorava oito dias em condições normais e, por via terrestre, possível apenas no período de seca, quatro dias de viagem em péssima estrada (MARTINS, 1944). Outro argumento que revelava a diferença e, por isso, justificava a divisão, consistia nas origens das populações colonizadoras, as quais marcaram o norte e o sul de Mato Grosso “com fisionomias nitidamente peculiares e cada uma, refletindo tendências e fenômenos dissociativos entre as populações do norte e do sul” (MARTINS, 1944, p. 56). Tal afirmação abre a alegação que pretendia justificar a existência de “estruturas sociais diferentes” entre os polos do Estado. Essa concepção se fundamentava no perfil e identidade regional e das vias de colonização. O norte recebeu “baianos, cearenses, paraenses e outros [...] pelos caminhos de Goiás e via fluvial Tapajós-Arinos”. Já a região sul recebeu “paulistas, paranaenses, gaúchos e estrangeiros [...] vindos pelo roteiro Paranapanema-Ivinhema” (MARTINS, 1944, p. 56). A distinção elaborada por Martins distingue-se da formulada por Melo e Silva (1989), todavia ambos tentaram fundamentar a condição elevada do sul mato-grossense. Segundo Martins (1944), assim como Melo e Silva (1989), os habitantes do SMT “[...] já provaram que souberam enfrentar o determinismo geográfico da região que colonizaram, onde venceram e progridem” e, complementa: “Eis por que a necessidade mais alta dos sulinos mato-grossenses [...] sempre foi sua autonomia administrativa própria [...] possibilitando o desencadear de sua grande reserva de energia, para o seu maior progresso, convergindo na síntese do progresso nacional” (MARTINS, 1944, p.57).

É pertinente frisar que o discurso de Martins (1944) se relaciona paradoxalmente com o de Melo e Silva (1989), embora o primeiro não relacione o nordestino como agente colonizador do SMT, ele fixa os mesmos ideais elencados pelo segundo para todos os agentes colonizadores. A representação de homens valentes, empreendedores, compromissados com o progresso e

desenvolvimento da terra, como bem demonstrou Galetti (2000), fora construída primeiro pelos nortistas, a partir do IHGMT. A representação que se exterioriza sobre o SMT na narrativa de Martins se assemelha à estabelecida pelos nortistas, que procurava aumentar a integração dos indivíduos por uma identidade regional. Em ambos os discursos, a região e seus habitantes são apresentados como portadores de uma missão épica, colaboradores da nação, empreendedores, civilizados, lutadores e, para fazer jus à missão e herança que receberam de tornar o Brasil ainda maior, voltam-se para o futuro, uma vez que almejam desenvolver a terra, empreender e instaurar o progresso.

Com base no conceito de distintas origens do povoamento, o autor tenta distinguir as características sociais entre os habitantes do sul e do norte, relacionando-as com o domínio da natureza: “o norte e o sul de Mato Grosso foram colonizados por brasileiros provindos de outras regiões do País [...] Dessas complexas modalidades bio-psíquicas, decorre a diferenciação social entre os nortistas e sulistas” (MARTINS, 1944, p. 62). Sob a premissa de que as duas vastas regiões – norte e sul – são praticamente incomunicáveis e isoladas uma da outra, ele defende que houve um “peneiramento social” no qual os habitantes do sul nunca demonstraram “passividade”, revelando seu espírito empreendedor e progressista bem como seu esforço para fazer a região desenvolver e prosperar. Porém, pela característica do povo do sul, jamais se submeteram às imposições do norte, pois os sulistas foram “sempre amantes das liberdades democráticas” (MARTINS, 1944, p. 62). Martins construiu uma narrativa para demonstrar que as ações do norte fizeram brotar a necessidade de divisão, mas ao mesmo tempo, apresenta o sul e seus habitantes como elementos melhores, dotados de intenções elevadas e alinhados com o espírito republicano brasileiro e com o ideal de progresso da nação.

Martins insistiu na necessidade de emancipação do SMT e afirmou que existia um vazio demográfico em todo o estado de Mato Grosso. No território que possuía “mais de um milhão” de quilômetros quadrados havia apenas 21 municípios⁵⁶: “vilas e cidades sem os requisitos existenciais de mínimo conforto urbano; uma desnutrida população rural gregária, vegetando ao léo [sic], pontilhando aqui e lá o mapa demográfico do Estado” (MARTINS, 1944, p. 63). Esse “imenso vazio” criava dificuldades administrativas e de comunicação, pois Cuiabá estava a mais de 900 km de Campo Grande e a 1.300 km de Ponta Porã. Assim, havia em todo o estado “graves problemas de educação e higiene, na quase eterna espera de soluções, e alta

56 Segundo o Ipeadata, Mato Grosso possuía, em 1920, um total de 21 municípios, dos quais 11 estavam no sul. Dos 25 municípios de 1940, 14 estavam na região sul.

percentagem de analfabetismo [...]”⁵⁷ (MARTINS, 1944, p. 63). Outro aspecto consequente dos elementos citados era a insegurança, sobretudo na região sul, pela ação de “grupos bandoleiros”, difíceis de serem combatidos, porque quando “acossados [sic], encontram fronteiras fáceis para a Bolívia ou o Paraguai” (MARTINS, 1944, p. 63). O autor também compara Mato Grosso com o Estado de Goiás, em virtude dos progressos oriundos da mudança da capital para Goiânia e da reivindicação semelhante à dos sul-mato-grossenses pelos nortistas de Goiás, tendo por objetivo a criação do território de Tocantins. Alguns argumentos de Martins (1944) são análogos aos de Melo e Silva (1989), como, por exemplo, o vazio demográfico e a difícil comunicação entre as cidades. Aquele, porém, apresenta apenas a dificuldade na relação norte e sul, não discutindo sobre o sul ou a fronteira. Isso ocorre possivelmente porque na fronteira já havia surgido o Território Federal de Ponta Porã e o objetivo do seu texto é destacar as diferenças e dificuldades do sul em relação ao norte de Mato Grosso.

O autor encaminha a conclusão de seu texto sob a alegação de que a divisão era uma reivindicação legítima, visto que era histórica e também uma ação essencial para a segurança das fronteiras. “A expressão defesa nacional [presente na Constituição] tomou um sentido de tal amplitude que nesse contém um largo programa de soluções vitais para o País [...]” (MARTINS, 1944, p. 73) e o tema da “criação de um território federal abarcando toda região sul de Mato Grosso” se justificaria do ponto de vista institucional e da necessidade do povo (MARTINS, 1944, p. 74). Outra razão para reforçar o elemento da segurança se refere às riquezas do solo, tais como o petróleo.

Outro tópico importante é o da imigração europeia, realidade do mundo pós-guerra, destacando, desse modo, uma origem nobre do sul de Mato Grosso. Sobre isso ele afirma:

[...] toda região sul matogrossense – caminho dos Andes – recebe a influência histórico-geográfica do expansionismo econômico bandeirante. Terras fertilíssimas, vastos campos pastoris e com riquezas estrativas a serem intensificadas, está apta a prestar sua parcela de contribuição para solucionar o problema populacional decorrente da Guerra. (MARTINS, 1944, p. 82-83)

Esse argumento, unido à ideia de que o sul era composto da mistura do paulista, paranaense, gaúchos e estrangeiros (MARTINS, 1944, p. 56), se assemelha ao de Melo e Silva (1989; 2003) quando defende a introdução do sangue europeu para transformar o *habitus* fronteiriço. Os textos de Melo e Silva manifestam uma preocupação ligada à psicogênese do

57 Segundo dados do Ipeadata, a população analfabeta de Mato Grosso, em 1920, totalizava 174.819 habitantes, e alfabetizadas eram 71.793 pessoas. Ou seja, aproximadamente 70% da população residente total era analfabeta.

fronteiriço, ou seja, preocupavam-se com a orientação da conduta dos indivíduos e propunham mecanismos de controle e de coação externa como a educação para transformar e conformar os *habitus* dos indivíduos (ELIAS, 1993). A narrativa de Martins (1944) evidencia o caráter sociogenético da formação do SMT, pois insere e revela aspectos do campo social SMT que era formado por diferentes indivíduos que se conformaram em um grupo em particular (sul-mato-grossenses), mas interdependente a outros. Essa formação específica no interior do processo civilizador da região é permeada pelo aumento gradual da integração interna ao grupo dos sul-mato-grossenses e pela diferenciação com outros povos, como o mato-grossense nesse caso específico.

Se nos atentarmos para o processo de constituição e desenvolvimento social e político do SMT, podemos perceber que desde a colonização e ocupação da região, as transformações sociais e a identificação regional ocorreram em um sentido específico que resultou na constituição do estado de Mato Grosso do Sul no ano de 1977. No entanto, é primordial compreender quais as figurações sociais existentes no SMT e como suas estratégias permeadas por tensões resultaram na integração dos diversos grupos existentes, assim como é preciso notar os conflitos e as disputas regionais, pois eram monitoradas pelo poder central nacional que interferia no jogo social quando necessário.

3 A FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE NA PERSPECTIVA DE DOIS HISTORIADORES PROFISSIONAIS

Neste capítulo analisaremos as figurações existentes no SMT nas primeiras décadas do século XX, bem como as representações da região presentes nas obras de dois autores que pertencem à primeira geração de historiadores profissionais sul-mato-grossenses. Nosso objetivo é perceber como as figurações se constituíram e se reconfiguraram conforme novos indivíduos foram incorporados aos processos sociais, porque as mudanças nas figurações evidenciam o processo civilizador da região, assim como revelam as estratégias envolvidas nesse processo que resultaram em representações sobre os povos e sobre a região.

A primeira geração de historiadores profissionais sul-mato-grossense é composta por professores/pesquisadores que formaram o quadro das Instituições de Ensino Superior (IES)

vinculadas a UEMT no SMT, a partir da década de 1960 até 1979, tendo em vista que, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, a UEMT foi federalizada e passou a denominar-se UFMS⁵⁸. Esses profissionais contribuíram de forma significativa para a formação e consolidação do campo de pesquisa historiográfico na região e, em muitos casos, no Brasil. O adjetivo profissional atribuído aos historiadores objetiva diferenciá-los dos memorialistas e dos “historiadores diletantes”, ainda que estes não tenham maiores preocupações com o rigor teórico-metodológico exigido pela academia em suas pesquisas, produziram textos relevantes para a historiografia sul-mato-grossense. Dentre os vários trabalhos de historiadores pertencentes a essa geração, selecionamos para análise as teses *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)* de Valmir Batista Corrêa (1995), e *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*, de Lúcia Salsa Corrêa (2012). A escolha das pesquisas se justifica porque seus estudos investigaram a fronteira SMT entre o final do século XIX e início do XX, eles foram professores do primeiro curso de história do SMT e implantaram de forma bem-sucedida as disciplinas de História Regional e História de Mato Grosso na UEMT, fato que contribuiu para a formação do campo de pesquisa historiográfica regional. Contudo, é importante situarmos no tempo e no espaço as produções da geração de historiadores profissionais.

Em Mato Grosso o ensino superior foi instituído de forma sistemática a partir da segunda metade do século XX. Segundo Benfica (2016), a Faculdade de Direito de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá. A primeira, criada em 1956, obteve autorização para funcionamento em 1959; a segunda, criada em 1961, iniciou suas atividades no ano seguinte. O primeiro curso de História na porção centro norte do estado foi criado no Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá em 1970, mas sua implantação e efetivo funcionamento ocorreu no ano de 1979, com a federalização desses cursos que pertenciam à UEMT (BENFICA, 2016).

Na parte sul de Mato Grosso, a Instituição de Ensino Superior (IES) mais antiga é a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), fundada e gerida pelos padres Salesianos, em Campo Grande. As atividades da faculdade católica iniciaram-se no ano de 1962, com os cursos de Letras e Pedagogia. O curso de História foi instituído apenas em 1971. No setor público, a primeira IES criada foi a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso, em 1962, em Campo

58 A Lei Federal nº 6.674, de 05.07.1979 criou a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição *multicampi* com sede em Campo Grande.

Grande, mas as atividades de ensino se iniciaram apenas em 1964. Em 1967 essa instituição recebeu autorização para implantar o curso de Medicina e passou a chamar-se Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (BENFICA, 2016).

Em 1968, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá⁵⁹ (antigo campus da UEMT e atual Campus do Pantanal da UFMS) iniciou seus trabalhos com os cursos de Pedagogia, Psicologia, História e Letras. Assim, o primeiro curso de História de Mato Grosso foi instalado em Corumbá, SMT (BENFICA, 2016). Outros cursos de História foram instituídos no SMT em campus da UEMT. Em 1970, o Centro Pedagógico de Três Lagoas ofereceu o primeiro vestibular para o curso de História. O Centro Pedagógico de Dourados, criado em 1970, recebeu autorização para abrir o curso em 1972, iniciando suas atividades em 1973. Também em 1970 fora instituído o Centro Pedagógico de Aquidauana, o qual iniciou o exercício em 1971 e, no ano de 1972, foi aprovado a complementação em História para os formandos dos cursos de Ciências Sociais (BENFICA, 2016). Para Queiroz (2011):

A constituição da Historiografia acadêmica em Mato Grosso do Sul está diretamente ligada à criação, a partir do final dos anos 1960, de uma rede de cursos de graduação em história. (Licenciatura Plena), sendo quatro na UEMT. (Corumbá, 1968; Três Lagoas, 1970; Dourados, 1973; Aquidauana, 1980) e um na então faculdade Dom Aquino, em Campo Grande. (1971) (QUEIROZ, 2011, p. 169)

Com a expansão do Ensino Superior em Mato Grosso a partir da década de 1960, o “campo histórico acadêmico” se constituiu e conseqüentemente a “pesquisa histórica pôde ser, também nesse momento, promovida fora do tradicional Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” (BENFICA, 2016, p. 89). O IHGMT, conforme Zorzato (2000) e Galetti (2000), preocupava-se com a formação da identidade mato-grossense e utilizaram como estratégia a narrativa histórica, a fim de refutar o estigma da barbárie comumente associado à identidade mato-grossense, seja por viajantes ou intelectuais brasileiros do centro (litoral) do país e/ou do exterior.

É importante salientar que o período de constituição da historiografia acadêmica no SMT coincide com o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, haja vista que fora da academia poucas pesquisas foram produzidas. Na ótica de Fico e Polido (1992), assim como na de Queiroz (2011) e de Benfica (2016), a renovação da historiografia brasileira se deu em torno da consolidação dos cursos de História e da Pós-Graduação. No caso do SMT, a criação dos cursos

⁵⁹ Em 1970, o Instituto Pedagógico de Corumbá foi incorporado a Universidade Estadual de Mato Grosso e passou a se chamar centro pedagógico de Corumbá.

“implicou na contratação de profissionais provenientes de outros estados, os quais (com destaque para o caso da UEMT) começaram ainda na década de 1970 a buscar programas de pós-graduação situados sobre tudo no estado de São Paulo” (QUEIROZ, 2011, p. 169). Conforme levantamento realizado por Benfica (2016), apresentados na tabela abaixo, é possível identificar as pesquisas, em nível de pós-graduação, dos profissionais que contribuíram para o estabelecimento do campo da pesquisa historiográfica e da história da educação sul-mato-grossense.

Quadro 2 – Pesquisas nas áreas de História e História da Educação dos professores que exerceram atividades na UEMT/UFMS (1976-1991)

Ano	Titulação	Nome	Título do trabalho	Instituição
1976	Mestrado em História Econômica	Valmir Batista Corrêa	Mato Grosso: 1814-1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província	USP
1980	Mestrado em História	Mario Baldo	O Capitão do Mato	UFPR
1980	Mestrado em História Social	Lucia Salsa Corrêa	Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso. (1870-1920)	USP
1982	Mestrado em História	Antonio Luiz Lachi	O governo de D. Fernando I, o formoso de Portugal: suas pretensões e suas consequências na política portuguesa	USP
1982	Doutorado em História Econômica	Valmir Batista Corrêa	Coronéis e bandidos em Mato Grosso. (1889-1943)	USP
1983	Mestrado em História	Wilson Valentin Biasotto	O rei como fonte de justiça nas crônicas de Fernão Lopes	USP
1985	Mestrado em História	Honório de Souza Carneiro	A C.A.I.C. – Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. (1928-1961)	FESPSP
1986	Mestrado em História	Lupércio Antonio Pereira	Limites históricos do pensamento abolicionista: uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão	UNESP
1986	Mestrado em Educação	Ester Senna	Imperialismo e educação: um estudo histórico sobre a degradação da qualidade de ensino	UFSCar
1986	Mestrado em História	Claudio Alves Vasconcelos	Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre. (1957-1970)	UNESP. (Assis)
1990	Mestrado em História	Carlos Frederico da Costa	Recortes do imaginário social de pescadores profissionais de águas fluviais: o caso da colônia de pescadores Z-4, com sede em Aquidauana-MS	PUC-SP
1990	Mestrado em Educação	Valdeir Justino	Do contra a cidade: contribuição para a crítica do ruralismo pedagógico	UFSCar
1990	Mestrado em História	Mariza Evaristo Wenceslau	O índio Kayowá e a comunidade dos brancos	USP

continua

continuação

Ano	Titulação	Nome	Título do trabalho	Instituição
1991	Doutorado em Educação	Gilberto Luiz Alves	O pensamento burguês e o plano de estudos do Seminário de Olinda. (1800-1936)	Unicamp
1991	Doutorado	Iracema Cunha Costa	Le discous du 'Jornal do Comércio' de Rio de Janeiro au debut de la Republique – 1889-1891	Université de la Sorbone Nouvelle
1991	Doutorado em História	Nadir Domingues Mendonça	A. (des)construção das. (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas	USP
1991	Mestrado em História	Germano Molinari Filho	Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo no Estado de São Paulo. (1930-1937)	PUC-SP
1991	Mestrado em Educação	Vilma Trindade de Saboya	A reforma de Rui Barbosa sobre o ensino primário. (1882-1883): um projeto de modernização do Brasil	UFMS
1991	Mestrado em Educação	Mario Luiz Alves	A educação de adultos através do ensino superior: a prática do Centro de Estudos Supletivos de Dourados	UFMS

Fonte: Adaptada de Benfica (2016, p. 344-345).

Esse levantamento demonstra a especialização da pesquisa historiográfica no SMT/MS permitindo inferir que as representações produzidas a partir do IHGMT no início do século XX, encontraram na academia um novo *locus* de produção e ressignificação. A profissionalização na pesquisa estava estritamente relacionada à ampliação da pós-graduação no Brasil, pois a própria UFMS (UEMT até 1979) inaugurou sua Pós-Graduação em Educação em 1988 contribuindo para a formação de quadros docentes do campo historiográfico e da História da Educação, assim como exigiu que os profissionais vinculados ou interessados em implantar a Pós-Graduação nas IES da região se doutorassem.

Embora tenhamos o quadro das pesquisas da primeira geração de historiadores profissionais, em nível de doutorado, apenas a pesquisa de Valmir Batista Corrêa (1982) aborda de forma específica o SMT e o período por nós investigado. Fizemos o levantamento no banco de teses da Capes⁶⁰ para identificar pesquisas de doutorado produzidas pelos historiadores profissionais da primeira geração e dos que se seguiram, no intuito de incorporar em nossa análise, tematicamente delimitada para a discussão das representações da fronteira SMT em

60 Estabelecemos como critério de busca e seleção os descritores: Mato Grosso, sul de Mato Grosso, fronteira Mato Grosso e Fronteira Paraguai. Utilizamos como filtro de busca as teses defendidas no período de 1991 a 2000, pesquisas realizadas apenas em Programas de Pós-Graduação em História e que tratassem do SMT.

suas obras. No levantamento realizado no banco da Capes (quadro 2), encontramos 15 títulos de pesquisas de doutorado que abordaram em diversas perspectivas a fronteira SMT.

Quadro 3 – Pesquisas de Doutorado na área de História de professores que exerceram atividades em IES do MS (1991-2000)

Ano	Titulação	Nome	Título do trabalho	Instituição de defesa	Instituição de trabalho
1993	Doutorado em História Social	Maria do Carmo Brazil Gomes da Silva	Rio Paraguai o "Mar Interno" brasileiro: uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais	USP	UFMS/UF GD
1994	Doutorado em História Social	Jovam Vilela da Silva	Capitania De Mato Grosso: política de povoamento e população. (Séc. XVIII)	USP	UEMT/UFMT
1994	Doutorado em História	Odaléa da Conceição. Deniz Bianchini	A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso. (1880-1940)	UFF	UFRJ
1995	Doutorado em História Social	Claudio Alves de Vasconcelos	A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade	USP	UFMS/UF GD
1997	Doutorado em História Social	Marisa Bittar	Mato Grosso Do Sul: Do Estado Sonhado Ao Estado Construído. (1892-1997)	USP	UFMS. (1987-93) UFSCar
1997	Doutorado em História Econômica	Lucia Salsa Corrêa	A fronteira na história regional: o sul de Mato Grosso. (1870-1920)	USP	UFMS
1997	História Social	Maria de Fátima Gomes Costa	Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII	USP	UFMT
1998	Doutorado em História Social	Oswaldo Zorzato	Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso. (1904-1983)	USP	UFMS/UF GD
1999	Doutorado em História Econômica	Paulo Roberto Cimó Queiroz	Uma Ferrovia Entre Dois Mundos: A E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso. (1918-1956)	USP	UFMS/UF GD
1999	Doutorado em História Social	Vilma Eliza Trindade de Saboya	Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho. (1887-1973)	USP	UFMT
2000	Doutorado em História	Eudes Fernando Leite	Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes	UNESP	UFMS/UF GD
2000	Doutorado em História	Jerri Roberto Marin	O acontecer e o desacontecer da Romanização na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia	UNESP	UFMS/UF GD
2000	Doutorado em História	José Adilçon Campigoto	Hermenêutica da Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai	UFSC	UNIOESTE

Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes.

Nesse levantamento, identificamos a tese de doutorado de Lucia Salsa Corrêa e, conscientes da importância da produção dos primeiros historiadores profissionais do SMT e de sua contribuição para a formação do campo historiográfico acadêmico regional, estabelecemos três critérios para selecionar pesquisas como fontes de análise. O primeiro foi que a tese deveria ter sido elaborada por profissionais da primeira geração de professores/pesquisadores vinculados as IES no SMT, pois estes contribuíram para a efetivação da pesquisa historiográfica sul-mato-grossense e, conseqüentemente, para a reformulação das representações em relação aos “historiadores diletantes”; Em segundo lugar, as pesquisas deveriam ter sido desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1990, porque a partir dos anos 2000 ampliou-se significativamente a oferta e o acesso a pós-graduação no Brasil. Por fim, o tema da pesquisa deveria vincular-se diretamente a fronteira SMT tendo conexão com o conceito de civilização e ao recorte temporal entre final do século XIX e primeira metade do XX.

De acordo com os critérios elencados, selecionamos duas teses de historiadores profissionais da primeira geração sul-mato-grossense: *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, de Valmir Batista Corrêa (1995), e *A fronteira na história regional: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*, de Lucia Salsa Corrêa (2012). Cabe salientar que, de acordo com Queiroz (2011, p. 169), Valmir e Lucia Corrêa “lideraram [na década de 1970] bem-sucedidos esforços com vistas a implantar, nos cursos de graduação em História [da UEMT], a disciplina de História Regional, com o que o da história de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul pode receber, progressivamente mais atenção”. Podemos inferir que ambos contribuíram para o estabelecimento de representações distintas das vinculadas até a publicização de suas pesquisas e de sua atuação profissional, bem como influenciaram gerações posteriores de pesquisadores em história⁶¹. Dentre as várias teses não selecionadas, as de Gilberto Luiz Alves⁶² e de Marisa Bittar⁶³ merecem maior destaque. Quanto ao primeiro, embora pertença à primeira geração de professores de IES do SMT e tenha contribuído para o estabelecimento da pesquisa historiográfica e para História da Educação sul-mato-grossense, sua tese de doutorado não se propõem investigar o SMT. Ainda que o referido autor tenha publicado o livro *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864* (1996), resultado de um projeto de pesquisa desenvolvida

61 A respeito da influência de Valmir e Lucia Corrêa sobre outros profissionais que contribuíram para o estabelecimento do campo da pesquisa historiográfica regional cf. Benfica (2016).

62 O professor e pesquisador Dr. Gilberto Luiz Alves desenvolveu sua carreira de ensino e pesquisa na UEMT/UFMS de 1973 a 1998. Graduado em Pedagogia (1969), Mestre e Doutor em Educação desenvolveu atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de História da Educação.

63 A professora e pesquisador Dr^a. Marisa Bittar atuou como professora da UFMS de 1987 a 1993, nesse ano transferiu-se UFSCar onde desenvolve atividades de pesquisas na área de História do Brasil e Fundamentos da Educação. É graduada em História (1978), Mestra em Educação (1992) e Doutora em História Social (1997).

entre 1980 e 1983 na UEMT e considerado produto de uma das primeiras investigações realizadas por professores da instituição, a referência é um período anterior ao que estamos analisando. Não obstante, reconhecemos a importância do pesquisador e abordaremos aspectos do livro supramencionado no próximo capítulo. Quanto à pesquisa de doutorado *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*, de Marisa Bittar, não a utilizaremos como fonte, porque ela não pertence à primeira geração de historiadores profissionais do SMT, ainda que sua obra seja referência em diversas análises. Por fim, cabe mencionar que os autores selecionados foram e são referências em inúmeros trabalhos sobre o SMT. Valendo-nos dos estudos de Valmir Batista Corrêa (1995), *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, e Lucia Salsa Corrêa (2012), *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*, buscaremos compreender quais representações de fronteira emergem de suas obras, assim como as distinções dessas representações em relação às presentes nas obras dos “historiadores diletantes”. No que tange à educação, queremos identificar o grau de influência das representações, histórico-socialmente construídas, no processo de consolidação e transmissão de valores que constituíram os fronteiriços.

3.1 A fronteira sul-mato-grossense na ótica de Valmir Batista Corrêa

Valmir Batista Corrêa⁶⁴ defendeu a tese *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, em 1982. A tese foi publicada em forma de livro em 1995 pela Editora UFMS, com o título *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*⁶⁵. Corrêa (1995), na construção de sua tese, utilizou fontes diversificadas, tais como relatórios, discursos, mensagens e cartas de autoridades políticas de Mato Grosso, jornais, depoimentos orais e outros documentos provenientes dos arquivos de Mato Grosso, da Câmara de Corumbá e do IHGB. A pesquisa é de vanguarda, pois na década de 1970, acessar e inventariar fontes sobre a história de Mato Grosso apresentava “obstáculos de naturezas diversas”, pois além do “esforço de autoridades da época [estudada]

64 Valmir Batista Corrêa (1946) é natural de Maracaí-SP. Mudou-se para Corumbá-MS no ano de 1971 e iniciou sua carreira docente no Centro Pedagógico de Corumbá, campus da UEMT que depois se tornou UFMS. Com a pesquisa *Mato Grosso: 1817-1840 - e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província* obteve o título de Mestre em História Econômica, no ano de 1976, pela USP. Na mesma instituição, no ano de 1982, defendeu a tese de doutorado *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Valmir Batista Corrêa dedicou-se à pesquisa de temas relacionados à história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Desenvolveu atividade política partidária (PMDB, PT e PSB) e exerceu o cargo de Secretário de Educação (1979-1980) e Vereador – por dois mandatos (1983-1992) – no município de Corumbá. Também exerceu outros cargos políticos administrativos em Mato Grosso do Sul e é membro da Academia Sul-mato-grossense de Letras (VICENTE; OLIVEIRA, 2015).
65 Em nossa análise, utilizamos a versão publicada em livro, de 1995.

em atenuar e minimizar os acontecimentos reais” as fontes se encontravam “muito dispersas” e em condições de preservação, seja “involuntárias ou deliberadas”, precárias (CORRÊA, 1995, p. 19-21). Diante disso, o autor recorreu também a fontes orais, em especial para compreender o fenômeno “banditismo”.

Para atender aos objetivos desse estudo, e mais particularmente, sobre o tema banditismo, foi necessário recorrer às fontes orais, através de depoimentos de pessoas direta ou indiretamente envolvidas com os fatos aqui relatados e analisados [...] os entraves à pesquisa não apenas se restringiram a documentos facciosos e parciais, como também esbarramos no receio das pessoas em rememorar os velhos tempos e *velhas feridas mal cicatrizadas* [...] Todavia, os depoimentos coletados foram de extremo valor para complementação e verificação das informações nem sempre satisfatória dos documentos escritos, produzidos nas mesmas circunstâncias históricas que se reprimiu o banditismo em Mato Grosso através da censura. (CORRÊA, 1995, p. 20-21, grifo do autor)

É importante considerar na análise da tese que todo processo de produção, arquivamento e divulgação de documentos, que podem se tornar fontes para um historiador envolve seleção e intencionalidade. Também é intencional a ação do historiador no processo de inventário e seleção de fontes, porquanto elas podem revelar ou esconder os jogos de poder e/ou as figurações sociais de determinada época.

A tese de Corrêa (1995) está organizada em três partes. Na primeira – “Terra do barão⁶⁶ e cutelo⁶⁷” – o autor, em três capítulos, apresentou a violência exercida por coronéis e bandidos como uma consequência histórica necessária à organização sociopolítica da região. Na segunda parte – “A República dos coronéis” –, em quatro capítulos, o autor analisou as disputas e a organização política da região que fora permeada pelas ações violentas dos “coronéis”. Na terceira e última parte da tese – “O império dos bandidos” – Corrêa (1995) estudou as ações de bandos e bandidos em Mato Grosso de forma especial no sul do estado. A partir da organização e da exposição argumentativa do autor, dividimos a tese em quatro unidades de leitura. A primeira é composta pela introdução e conclusão, pois vemos relação direta entre ambas. E as outras três unidades de leitura correspondem a cada uma das partes da tese de Corrêa (1995). A análise das unidades de leitura orienta-se pela pergunta: quais representações emergem dos argumentos e conclusões do autor? Todavia, dado o título da tese *Coronéis e Bandidos em Mato*

66 Corda ou laço usado para enforcar réus e/ou corda com que se açoitavam réus sob a leitura do pregão de culpa e pena.

67 Instrumento composto de uma lâmina cortante e semicircular, presa a um cabo de madeira, empregado outrora em execuções por decapitação.

Grosso (1889-1943), temos como pressuposto que, por meio da análise, também perceberemos as figuras existentes na fronteira durante a primeira metade do século XX.

3.1.1 Fronteira violenta

A investigação *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso* (1995) centrou-se no período de 1889 a 1943. O objetivo da investigação foi apresentar o “quadro das estruturas econômica e social da região de Mato Grosso, com enfoque especial para política republicana regional e suas principais características” (CORRÊA, 1995, p. 15). A partir do recorte temporal proposto, Corrêa (1995) pretendia “compreender os fatos políticos e sociais” mato-grossenses e “situar a gênese do separatismo” presentes no sul de Mato Grosso até 1977⁶⁸, ano em que foi criado o atual Estado de Mato Grosso do Sul a partir do desmembramento da porção meridional de Mato Grosso. Nos primeiros parágrafos da tese, o autor revela o fio condutor de suas análises: a violência. De acordo com Corrêa (1995), a violência está presente em Mato Grosso desde a chegada do colonizador à região: “desde o período colonial quando se deram as primeiras incursões pela região [...] criaram-se certas circunstâncias que propiciaram uma vida instável, sofrida e violenta à sociedade que se foi constituindo na fronteira” (CORRÊA, 1995, p. 15-16). Podemos inferir dessa afirmação que a violência e o sofrimento são consequências da organização social imposta pelo sistema Colonial. A violência não estava localizada em regiões do país, mas era intrínseca a esse sistema, basta pensarmos no modelo de escravidão moderno adotado no Brasil Colônia que finda no século XIX. A violência no SMT se relaciona à lógica colonial à medida que o processo de colonização intensifica o contato com indígenas da região. A afirmação de Corrêa (1995) também revela indícios de que a violência é um estágio do processo civilizatório. Esse processo é marcado pela internalização de valores capazes de proporcionar mudanças de comportamentos e, conseqüentemente, a diminuição da violência física entre os indivíduos, pois conforme a presença do Estado se torna efetiva e moduladora dos conflitos individuais a violência física diminui.

68 Durante o governo de Ernesto Geisel, por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, foi “criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso”. No entanto, a instalação do governo da nova Unidade da Federação ocorreu em 1º de janeiro de 1979 (BRASIL, 1977, Art. 1º; 4º).

Corrêa (1995) evidencia que a violência presente na região, especialmente após a República, foi fruto da parca presença do Estado:

Já a partir do novo regime republicano, aflorou no Estado de Mato Grosso a violência explícita e escancarada, favorecida por uma estrutura de poder local excessivamente fortalecida em detrimento ao Estado débil e a serviço das oligarquias estaduais. O domínio esteve, então, nas mãos dos grandes senhores de *baraço e cutelo*, que impuseram à sociedade mato-grossense a condição de *povo armado* pela sua convivência diária com a violência política. (CORRÊA, 1995, p. 16, grifo do autor)

Dois modos Duas modalidades de violência foram destacados pelo autor: a violência física, explicitada pelo uso de armas e, a violência simbólica, presente no campo da disputa política pelo poder de mando local. Esta segunda, inúmeras vezes valeu-se das armas.. A violência entendida como ato de empregar força física contra outrem, não se distancia da violência simbólica, manifestada normalmente pela intimidação do outro. De acordo com Corrêa (1995), “em Mato Grosso e de forma especial no sul do Estado, a violência transformou-se ‘num meio de vida’, numa verdadeira atividade econômica” (CORRÊA, 1995, p. 16), ou seja, ser violento era um ofício profissional e a prática da violência, uma profissão.

Corrêa (1995) caracterizou o quadro sociopolítico mato-grossense a partir do fenômeno “coronelismo-banditismo”, que em nossa perspectiva são fenômenos interdependentes. Esse binômio “coronéis-bandidos” revela uma das figurações presentes da região e sua interdependência se evidencia em torno das disputas pelo poder regional:

[...] os coronéis guerreiros, aqueles que se identificaram com a peleja política e a transformaram em sua própria razão de ser, base fundamental de seu poder de mando, restringiram-se mais ao sul do Estado, e por influência das migrações gaúchas na fronteira, semearam a ideia do separatismo. (CORRÊA, 1995, p. 16)

A interdependência é característica presente em todas as relações sociais. Os indivíduos, devido à condição de interdependência com outros, agrupam-se em figurações específicas (ELIAS, 2006, p. 26). No caso do SMT, dentre as várias figurações existentes no início do século XX, a formada por “coronéis” e “bandidos” se constituiu de forma interdependente, dado ao interesse dos indivíduos envolvidos em alcançar ou permanecer no poder regional. O “coronelismo guerreiro” estabeleceu-se na interdependência com o “banditismo”, pois a relação ora de filiação, ora de disputa, sempre fora mantida.

Nas primeiras décadas da República “[...] bandidos e bandos foram arregimentados e protegidos pelos coronéis, que graças à sua capacidade de mobilizar homens armados,

vincularam o banditismo à polícia local e às disputas pelo poder” (CORRÊA, 1995, p. 17). A partir da década de 1920, dado o aumento do número e da força dos bandos, os “coronéis” passaram a utilizar o fenômeno “banditismo” “como argumento para justificar o movimento separatista do Estado” (CORRÊA, 1995, p. 17), assim como o utilizaram para exigir maior efetividade da força militar estatal. Por conseguinte, quando Corrêa (1995) apresenta o fenômeno social “coronéis-bandidos”, presente na região de fronteira e sua manifestação matizada pela “violência” física (armas, roubos, assassinatos, entre outros) e simbólica (poder de mando político), nos indica uma das figurações sociais e interdependentes presentes na região, ainda que extrapole a vontade e consciência deliberada dos indivíduos, pois o

[...] arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total. (ELIAS, 1994a, p. 22)

É fundamental perguntar-se quais eram as estruturas e tensões específicas da fronteira que provocaram a emergência do fenômeno “coronéis-bandidos” em uma relação interdependente e matizada pela violência, segundo a tese de Corrêa (1995). A violência, que na narrativa dele é o elemento-chave para entender e representar a fronteira, é também um acontecimento revelador da interdependência e dos interesses dos indivíduos no processo de constituição social. Pressupomos que a tese nos permitirá perceber as relações sociais, as representações da região e as redes de interdependências que formaram o tecido social na fronteira nas primeiras décadas da república brasileira.

As representações de Mato Grosso e da região de fronteira como lugar violento e palco da contravenção emergem desde a introdução da pesquisa de Corrêa (1995). Segundo ele, a violência é a característica maior da “sociedade que se constituiu na região e no seu *modus vivendi*” (CORRÊA, 1995, p. 18). Essa perspectiva se ancora no argumento de que a violência, generalizada e “institucionalizada na região resultou, portanto, de uma relação de causa e efeito com a existência do coronelismo guerreiro, de banditismo e de um povo armado” (CORRÊA, 1995, p. 18-19). Esta formulação é uma evidência substantiva da adesão a uma visão causal e dicotômica/maniqueísta na análise dos processos históricos.

Ainda que na introdução o autor não enuncie suas hipóteses e métodos – talvez para diminuir as características de texto acadêmico e aproximar-se do estilo de livro comercial – que

o levam à conclusão de que “a violência que se imprimiu na sociedade da região foi fruto da ocupação da fronteira colonial e das formas de exploração ali implantadas [...]” (CORRÊA, 1995, p. 175), ele é enfático ao concluir— ainda que não evidencie no decorrer do texto — que a guerra com o Paraguai deixou marcas profundas na região tanto no campo econômico, quanto no social em 1870⁶⁹:

[...] ocorreram significativas transformações em sua estrutura socioeconômica, que tiveram efeito de modificar as relações de violência pré-existentes na região, mas, sim, de acentuar a violência, institucionalizando-a e envolvendo toda a população mato-grossense em situação de insegurança, desordem e intranquilidade públicas. (CORRÊA, 1995, p. 175-176)

O fenômeno “coronéis-bandidos”, presente na região de fronteira no início do século XX, manifesta uma figuração social perpassada pela violência. Contudo, o argumento conclusivo do autor, está presente também em sua introdução:

A decorrência dessa situação instável [insegurança, desordem e intranquilidade] e violenta foi o coronelismo guerreiro cuja base do poder de mando sedimentou-se na sua capacidade de manter forças paramilitares e sua extrema facilidade em promover revoluções locais. (CORRÊA, 1995, p. 175-176)

Se considerarmos a violência como um mecanismo de exercício de poder ou de manutenção por um grupo social, é razoável que assumamos uma postura cética diante dos argumentos de Corrêa (1995). A violência, em nossa perspectiva, manifesta-se como “decorrência” do fenômeno “coronéis-bandidos” e, inferir o contrário não nos parece razoável, ainda que o autor argumente nesse sentido.

De acordo com Corrêa (1995), a fronteira tem presente em seu processo de constituição social a relação dialética “coronéis-bandidos”, expressada nas ações violentas dos dois grupos. Ao colocar em evidência a violência, fruto da relação “coronéis-bandidos”, ele nos oferece indícios para acreditar que nessa fronteira existiu um conjunto de ações individuais e/ou de grupos que mostra um movimento histórico-social que extrapola a intencionalidade dos atores sociais envolvidos. O fenômeno “coronéis-bandidos” – para refletirmos com Elias (2008, p. 62) – resultou em “interconexões funcionais” sem manifesta consciência de seus fins. As ações humanas, que extrapolaram a intenção de seus agentes, constituíram-se em teias de relações entrecruzadas. A formação “coronéis-bandidos” aponta elementos de “processos cegos e não

69 É importante registrar que, de acordo com o Censo de 1872, o antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul possuía uma população total de 10.447 distribuída em uma área de mais de 350 mil km².

controlados” por seus agentes “embora criada pelas suas próprias necessidades e ações, ainda lhes é opaca [...]” (ELIAS, 2008, p. 168-169).

Os argumentos introdutórios de Corrêa (1995) se assemelham, guardadas as devidas proporções, às teses de Turner (1921). Ambos defenderam que o avanço do não índio sobre o Oeste foi uma ação marcada pela violência. Turner situa o avanço da fronteira estadunidense em direção ao Pacífico como fenômeno constituinte da sociedade americana:

Up to our own day American history has been in a large degree the history of the colonization of the Great West. The existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain American development⁷⁰. (TURNER, 1921, p. 1)

Mesmo com o avanço, o domínio e a fixação da fronteira seja um fenômeno histórico-social violento, Turner consegue atribuir positividade à violência, que é um dos elementos característicos e representativos do movimento de ocupação da fronteira Oeste norte-americana – “*America’s problem is not violently to introduce democratic ideals, but to preserve and entrench them by courageous adaptation to new conditions*”⁷¹ (TURNER, 1921, p. 299). A violência, acontecimento engendrado no processo de ocupação, caracteriza, na ótica do americano, o espírito estadunidense como sociedade forte e audaz na construção de um ambiente civilizado. A representação da fronteira, em Turner (1921), como o limite entre barbárie e civilização⁷², é presente na tese de Corrêa (1995). Contudo, parece-nos que a violência ganha relevância e enfoque distintos em ambos os autores: para Turner, ela representa a coragem do ‘colonizador’ e para Corrêa ela representa a barbárie socialmente constituída e engendrada em uma determinada região. Os conceitos desenvolvidos por Elias nos ajudam na interpretação de Corrêa, pois as figurações existentes e as transformações ocorridas na fronteira SMT constituem o movimento civilizador da região, bem como as representações construídas sobre o local. Os processos sociais entendidos como “mudanças na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p. 193), constituem o processo civilizador e “refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...] de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas”

70 Até hoje, a história norte-americana tem sido sobretudo a da colonização do Grande Oeste. A existência de uma zona de terras livres, sua contínua recessão e o avanço da colonização até o Oeste, explicam o desenvolvimento da nação norte-americana (tradução nossa).

71 O problema dos Estados Unidos não é introduzir de forma violenta os ideais democráticos, mas preservá-los e fortalecê-los por uma adaptação corajosa a novas condições (tradução nossa).

72 “*In this advance, the frontier is the outer edge of the wave the meeting point between savagery and civilization*” (TURNER, 1921, p. 3) – Nesse avanço, a fronteira é a borda exterior da onda, o ponto de contato entre a barbárie e a civilização (tradução nossa).

(ELIAS, 2006, p. 27-28). Isto é, o movimento de civilização se desenvolve baseado em mudanças proporcionadas e por alterações ocorridas no interior dos grupos sociais. Dessa forma, os processos sociais envolvem interesses e influenciam as ações dos indivíduos em determinadas figurações. As ações e as transformações ocorridas no interior ou fora do grupo social são a síntese dos interesses e comportamentos dos indivíduos ligados a ele ou em relação de interdependência a partir de outras figurações. Cabe-nos perguntar: quais as mudanças no interior e a partir da figuração “coronéis-bandidos” marcaram o processo civilizador fronteiriço?

3.1.2 O sul de Mato Grosso: “uma sociedade violenta”

Na primeira parte do livro *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso* (1995), intitulada “Terra do baração e cutelo”, o autor argumenta que a história de Mato Grosso “nas primeiras décadas do período republicano (1889-1943), foi na realidade a história de um povo armado” (CORRÊA, 1995, p. 25). A violência, tratada nesse capítulo e em toda a obra, refere-se à sua manifestação física por meio da utilização de armas. Essa hostilidade, na visão do autor, foi frequente no seio da sociedade mato-grossense desde as primeiras incursões de colonizadores na região.

O processo civilizador brasileiro, caracterizado pelo estabelecimento do Estado Nação antes do enfraquecimento de tensões regionais, foi perpassado pelo fenômeno da violência armada em diversas regiões⁷³. Esse fenômeno foi marcado por conflitos identitários e de pertencimento a Nação frente a adequação das múltiplas identidades regionais em torno da nacional que estava se constituindo. Nessa concepção, diante da violência na fronteira SMT e em outras localidades, é essencial recordar o questionamento proposto por Elias em uma conferência intitulada “Civilização e violência”:

73 Apenas no período da Primeira República, houve conflitos e revoltas armadas praticamente em todas as regiões do país. Todas motivadas por interesses políticos nacionais ou regionais. Apenas para evidenciar que o Brasil vivia em um momento de levantes, haja vista que o Estado moderno e de direito estava se constituindo e consolidando, podemos citar: a Revolta da Armada de 1891, no Rio de Janeiro, comandada pelo Almirante Custódio de Mello; A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1894); A insurreição popular-separatista do Amapá (1895-1900), conhecida por República de Cunani; a Guerra de Canudos na Bahia (1896-1897); Revolução Acreana ou Guerra pela Independência do Acre ao Brasil (1898-1903); A Guerra do Contestado (1912-1916), no sul do país; a Sedição de Juazeiro no Ceará (1914); a Revolução Paulista de 1924; entre outras.

Se pregunta, por ejemplo “cómo es posible que los seres humanos dentro de una sociedad cometan asesinatos o se conviertan en hombres y mujeres terroristas”. Cuando en realidad la pregunta debería ser enfocada de otra manera, de manera opuesta: ¿cómo es posible que tantas personas convivan de manera —relativamente— tan pacífica, tal como ocurre en nuestra época en las grandes sociedades de los Estados de Europa, América, China y Rusia? Esto es digno de atención porque es insólito; es lo que se debería explicar. (ELIAS, 1994c, p. 141)

O questionamento realizado por Elias (1994c) é procedente e pode nos ajudar a compreender o processo civilizador fronteiriço, pois Corrêa (1995, p. 26) apresenta a violência como acontecimento inerente a esta sociedade e refletida “de maneira clara e intensa na esfera política mato-grossense como herança da estrutura de dominação colonial que se estendeu até meados do século XIX”. Para analisar a violência na região como herança do período colonial é necessário compreender a história da fronteira SMT a partir de processos sociais próprios e multidirecionais perpassados pelo processo de incorporação da região ao Estado Nação.

Elias (1994c, p. 142), ao indagar como se pode entender que convivamos tão pacificamente, responde de forma clara e concisa que a principal criação humana, para deter a violência – característica da condição humana – e tornar efetiva a possibilidade do convívio social pacífico, foi a de outorgar ao Estado o monopólio da violência física:

Esto significa, pues, que vivimos en una organización en la que los gobernantes tienen el control sobre un grupo detentador de una violencia organizada, legal, que está determinado a evitar la violencia ilegal en el resto de la sociedad. Quisiera añadir ahora que esta monopolización de la violencia, cuyo desarrollo intentaba seguir en la segunda parte de mi libro sobre el proceso de la civilización, es – si ustedes lo quieren entender de esta manera – una invención técnica de los hombres. (ELIAS, 1994c, p. 142)

Não obstante a essa constatação, Elias inova ao afirmar que a pacificação internalizada pelos indivíduos está diretamente relacionada com a estrutura social e estatal que construímos no decorrer da história:

La pacificación interior de la persona, el hecho de que a la mayoría de nosotros no se le ocurra iniciar una pelea, aunque estemos muy enfadados, de que toda la estructura de nuestra personalidad esté orientada hacia la pacificación, tiene que ver en gran parte con los efectos de la estructura estatal de la sociedad. Toda la estructura de nuestra personalidad está vertebrada por ésta, y experimentamos cierto reparo o repugnancia, o cuando menos aversión, ante el uso de la violencia, y este proceso se ha ido desarrollando a lo largo de los años. (ELIAS, 1994c, p. 143)

Por conseguinte, quando Corrêa (1995) afirma que a violência era “um componente inerente às bases dessa sociedade” e se manifestava em todas as suas esferas sociais, ele apenas

evidenciou – para além das características dos processos sociais brasileiro, próprios do início do século XX – a fraca ou irrisória presença do Estado na região:

[...] a extensa e flutuante fronteira de Mato Grosso permaneceu isolada e em situação de quase total abandono, a despeito dos objetivos e intenções expansionista metropolitanas. Dessa forma, a instabilidade e o clima de insegurança decorrentes das precárias condições dessa faixa fronteiriça acabaram por deixar marcas profundas nos hábitos e características do *modus vivendi* dos núcleos de povoamento e guarnições dessa região [...] Após a independência, a violência já institucionalizada em Mato Grosso assumiu formas mais explícitas e declaradas em nível político-partidário [...] E, quando essas forças militares eram agilizadas no combate ao crime e ao banditismo enfrentavam também a carência de meios de comunicação e locomoção que resultava invariavelmente na morosidade e ineficiência de sua ação repressiva num território tão extenso e de difícil controle [...] O advento da República não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações socioeconômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação a violência e ao banditismo ali existentes. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação preexistentes no cenário de lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência [...]. (CORRÊA, 1995, p. 26-31)

Em síntese, a representação da fronteira SMT presente no primeiro capítulo da tese de Corrêa (1995) pode ser interpretada como lugar distante e abandonado pelo poder estatal, símbolo do movimento civilizatório ocidental. Tendo em vista a distância em relação a outras regiões do país, centros de decisões políticas, e a fraca presença da força e do aparelho estatal, a figuração social se constituiu em uma interdependência singular, pois os “coronéis”, que visavam o poder (político) regional, se filiaram a “bandos” para alcançarem seus interesses: “as disputas coronelistas na região só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais” (CORRÊA, 1995., p. 32).

Corrêa (1995, p. 33-35) apresenta um quadro com 33 “conflitos armados em Mato Grosso” no período de 1891 a 1922. Esses conflitos tinham como “causa/objetivo” o poder político local e regional, pois a maioria deles era liderada por “coronéis” contra o governo estadual. É importante notar que dos 33 conflitos citados por Corrêa (1995), 11 ocorreram nas cidades da fronteira no sul de Mato Grosso e, oito deles em Nioaque⁷⁴. A existência de conflitos armados fez da região um lugar perigoso e violento, assim como demonstra a interdependência entre “coronéis” e “bandidos”, pois “nesse agitado contexto político, a relação coronel-bandido

74 Nioaque foi elevado à categoria de Município em 1890, com área de aproximadamente 200 mil km² (a área do atual Estado de Mato Grosso do Sul é de 357.125 km²). A partir dele foram criados os municípios de Campo Grande, Bela Vista e Ponta Porã.

tornou-se mais evidente através da prática largamente utilizada pelos chefes locais de arrebancar com relativa facilidade homens armados” (CORRÊA, 1995, p. 35). A figuração “coronéis-bandidos” gerou uma lógica ou *modus operandi* para se alcançar e/ou se manter no poder mato-grossense. Conforme Corrêa (1995):

Um coronel, ou grupo de coronéis, levantava-se em armas contra o governo, ou as autoridades estaduais, sempre que seus interesses eram de alguma forma afetados. Como resposta imediata outros coronéis armavam-se em defesa da situação, formando-se assim de ambos os lados, batalhões paramilitares [...]. Esses batalhões eram então fortalecidos por agregados, por mercenários estrangeiros. (principalmente na região de fronteira), e por bandidos. (CORRÊA, 1995, p. 36)

A referida citação revela o *modus operandi* da luta pelo poder e apresenta a agressividade como consequência da figuração social estabelecida em Mato Grosso e na região de fronteira. Essa figuração indica pontos cegos na história (ELIAS, 2008), pois o resultado da ação dos indivíduos, muitas vezes escapa a objetivos prévios e conscientemente projetados:

O envolvimento de bandidos nesse processo político teve, entretanto, desdobramentos que escaparam ao controle dos coronéis que os chefiavam. Assim [...] bandidos e bandos passavam a saquear e depredar sistematicamente fazendas de inimigos políticos de seus líderes [...]. (CORRÊA, 1995, p. 35)

Ou seja, o processo civilizador na fronteira SMT, se constituiu por meio das ações de grupos sociais de forma não planejada. A transformação das sociedades é posta “em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver” (ELIAS, 2004, p.195). A figuração interdependente “coronéis-bandidos”, que estava imersa em outras figurações, se constituiu e se desenvolveu à medida que o poder do Estado foi deslocado para a figuração “coronéis”. Dessa maneira, a interdependência das relações entrelaçadas foi gerada por tensões e permeadas por lutas de eliminação física ou simbólicas.

As figurações sociais proporcionaram a criação da representação da fronteira como lugar hostil. Essa mesma imagem, oriunda da figuração “coronéis-bandidos”, que simbolizam uma parcela da sociedade e dos processos sociais da região, foi utilizada, a partir da década de 1920, pela figuração “coronéis” como discurso estratégico para cobrar de agentes políticos maior presença do Estado na região de fronteira, assim como mais tarde serviu para justificar o interesse em emancipar o sul de Mato Grosso de Cuiabá, tornando-o uma unidade autônoma da federação brasileira.

Corrêa (1995) argumenta no capítulo “Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: uma estratégia de poder”, o terceiro da primeira parte do livro, que o centro-norte de Mato Grosso, Cuiabá, se tornou o núcleo de “todo o poder político e administrativo” da região. Contudo, na parte sul do estado, distante da zona aurífera, região onde se concentrou o núcleo do poder administrativo, a ocupação e, conseqüentemente, a participação no poder, ficou por mais de um século, circunscrita aos fortes militares situados nos limites do território luso-espanhol e, distante do centro político regional. Em razão dos fortes garantirem a posse das terras à Coroa portuguesa e assegurarem a exploração aurífera, “[...] a região sul da capitania cumpriu, então, a função de anteparo às investidas castelhanas e às correrias indígenas, assim como por longo período foi apenas área de passagem de monções e tropeiros com destino aos centros mineradores” (CORRÊA, 1995, p. 52).

A ocupação e o povoamento de Mato Grosso ficaram circunscritos, num primeiro momento, à região aurífera. Ainda que se tenha como marco do processo de ocupação da região sul do Estado a implantação de fortes e/ou as monções, durante o século XVIII e parte do XIX, a história de Mato Grosso se confunde e ficou restrita à história de Cuiabá (CORRÊA, 1995). Segundo o autor, a região sul de Mato Grosso só conquistou espaço e importância no debate político e administrativo a partir de meados do século XIX e, de forma relevante, após a Guerra contra o Paraguai. Por conseguinte, no campo político e econômico, o sul de Mato Grosso, por mais de um século, foi apenas um “[...] apêndice do processo histórico de desenvolvimento da região [...]” (CORRÊA, 1995, p. 52).

Para ele, o declínio da exploração aurífera levou os “grandes proprietários rurais e comerciantes locais” a assumir o protagonismo no exercício do poder e a manter a hegemonia de mando político em Cuiabá. A partir do movimento de ocupação do sul do estado, pós-guerra contra o Paraguai, no último quartel do século XIX, iniciou-se um processo de mudança na “estrutura de poder a nível regional” (CORRÊA, 1995, p. 52). Dois foram os fatores que marcaram o início da mudança no equilíbrio da balança de poder mato-grossense: “[...] o empobrecimento da atividade mineira e a invasão paraguaia [...]” (CORRÊA, 1995, p. 53). Esses acontecimentos históricos contribuíram para:

[...] a gradativa perda de prestígio das velhas lideranças nortistas, assim como para o assentamento de um poder político-administrativo sobre novas bases econômicas e sociais que emergiram nos fins do século [XIX] passado. Essa nova composição social no poder vai influir decisivamente nos rumos da política republicana, dirigida então de acordo com os interesses de grupos coronelistas que se alternaram no comando estadual. Nesse sentido, o contexto

político regional caracterizou-se por constantes lutas coronelistas, o que transformou o Estado mato-grossense na *república dos coronéis*. (CORRÊA, 1995, p.53, grifo do autor)

Corrêa (1995) identifica os “coronéis” à elite econômica e política regional. Em Mato Grosso, durante a Primeira República, existiram dois tipos de “coronéis”, os proprietários de terras, intitulados pelo autor de “coronéis rurais” e os “coronéis urbanos”, que eram

[...] os grandes comerciantes que projetavam a política local e estadual, profissionais liberais. (médicos, advogados), e ainda pessoas ligadas ao pequeno comércio. (farmacêutico, por exemplo), ou ao funcionalismo público. (amanuenses, guarda-livros) que atingiram a condição de chefes políticos de grande poder e prestígio. (CORRÊA, 1995, p. 53)

Todo indivíduo com influência econômica e política era considerado um “coronel”. A importância dos “coronéis” na história da região se manifesta a partir da divisão e das disputas pelo poder entre indivíduos e/ou grupos das porções norte e sul de Mato Grosso. As disputas políticas normalmente eram permeadas por ações bélicas:

A estrutura de poder estadual, no período republicano, era muito mais complexa na medida em que coexistiam, pacificamente ou não, chefes políticos locais que tinham sob seu domínio direto, ou influência, um núcleo urbano ou um município inteiro, partilhando poder com outros coronéis, apoiando grupos mais fortes, porém, sem necessariamente ou abertamente recorrer às armas e à violência. (CORRÊA, 1995, p. 53-54)

Assim, a figuração política administrativa em Mato Grosso, durante a Primeira República, dividiu-se entre “coronéis” do sul contra os do norte:

Os coronéis em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam, então, provir da grande propriedade rural, como do patrimônio urbano [...] exerciam o poder de decisão efetivamente a nível local ou estadual, mantendo o controle de empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização de forças, sob seu comando direto. (CORRÊA, 1995, p. 54)

Todavia a divisão e a forma de ação dos “coronéis” resultaram em um “regionalismo que se mesclava aos interesses políticos mais restritos” (CORRÊA, 1995, p. 55) desvinculados dos interesses comuns da população. O regionalismo, para ele é consequência da forma de ação e divisão de poder e de benesses dos “coronéis” nortistas. O sul, que estava distante do centro de decisão, ficava à margem do processo decisório e, por isso, os coronéis do sul empunharam, como estratégia de luta pelo poder, a bandeira divisionista:

O controle que [os coronéis nortistas] exerciam sobre o sul do Estado era indireto, realizado através de grupos de coronéis aliados, ou de prepostos, homens do governo, que mantinham hegemonia dos cargos públicos e das

administrações municipais. Por sua vez a região sul [...] sediou o grosso da oposição de rebeldia separatista, assumindo por muitas vezes uma posição de rebeldia separatista, que se concretizava nas lutas sangrentas contra os representantes e/ou aliados da situação. (CORRÊA, 1995, p. 55)

Na luta pelo mando político os coronéis organizaram-se em partidos políticos. Entre os anos de 1889 a 1937, existiram, conforme Corrêa (1995) mais de 48 organizações partidárias em Mato Grosso. Os partidos eram constituídos “normalmente para atender a interesses imediatos” (CORRÊA, 1995, p.58-59) dos coronéis e, assim, distante do ideal democrático e republicano, as ações coronelistas, independentes de partidos a que se vinculavam, eram marcadas pelo uso de armas (CORRÊA, 1995, p. 59). A singularidade da ação armada dos “coronéis” mato-grossenses reside no fato de que para além de seu poder econômico e de sua capacidade de mobilização, inúmeros gastos com as lutas armadas eram sustentados ou indenizados pelo erário público do Estado:

[...] em se tratando de coronéis que lutavam a favor da situação, dispunham estes de ajuda e apoio oficiais declarados, através do fornecimento de armamentos e outros gastos dispendidos com roupas, alimentos e até soldos, assumidos pelo próprio governo estadual [...] em se tratando de coronéis que se rebelavam contra o poder situacionista, os gastos com homens e armas eram financiados pelos próprios coronéis e/ou através de expropriações⁷⁵ [...]. (CORRÊA, 1995, p. 59)

Embora as expropriações fossem realizadas por grupos oposicionistas do governo, quem normalmente arcava com as indenizações das mesmas era o erário público: “o aspecto mais extraordinário dessa prática [expropriação/requisição] consistia no fato do governo atender, posteriormente, aos pedidos de indenização, após se acalmarem os ânimos no Estado, e indenizar até mesmo as requisições feitas por oposicionistas” (CORRÊA, 1995, p. 60). Assim, diante da organização remunerada de homens, indenizações e até mesmo desapropriações de bens e resgates de valores, Corrêa afirma que:

Em última análise, essa função econômica tornou a luta armada um meio de vida de uma substancial parcela da população mato-grossense, ocupando grande contingente de mão de obra ociosa e marginalizada da posse da terra e do processo de produção na região, possibilitando por outro lado, o enriquecimento de coronéis em dificuldades econômicas, ou de comerciantes. (CORRÊA, 1995, p. 60)

75 As “expropriações” consistiam em ações também conhecidas por requisições ou requisição. Essa prática, normalmente de grupos de coronéis oposicionistas, consistia em exigir de comerciantes, pequenos proprietários de terras, etc. apoio financeiro e/ou logístico. Todavia, quem executava a requisição, fornecia em troca um recibo ou outro documento que garantisse a futura indenização.

Corrêa (1995) desenvolve uma narrativa de causalidade entre o processo de ocupação mato-grossense, a partir da descoberta do ouro na região de Cuiabá; a organização de forças políticas, a partir do monopólio de terras e do comércio local por poucos indivíduos; a formação de dois grupos mais ou menos homogêneos que polarizaram seus interesses e disputas pautados em vantagens balizados pela geografia do Estado; e, por fim, as lutas armadas desses sujeitos ou povos que envolveram a sociedade como um todo, porém, com excessivo custo para os cofres públicos. Para além da conclusão de que em Mato Grosso, em razão da concentração de terras em mãos de poucos indivíduos, formou-se “uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população, que como alternativa de sobrevivência, teve que vender a sua própria força de trabalho” (CORRÊA, 1995, p.61), podemos ainda citar outros quatro argumentos conclusivos que revelam as representações de fronteira presentes nesta obra.

Corrêa (1995), afirma que as lutas contínuas entre grupos opositoristas de “coronéis”, chamadas de revoluções políticas, se revelaram como “uma alternativa econômica e até mesmo de sobrevivência” assim como “explicam a grande disponibilidade de guerreiros que prontamente atendiam ao recrutamento dos *coronéis* beligerantes” (CORRÊA, 1995, p. 60, grifo do autor).

O segundo argumento é que, em virtude da ação dos coronéis do sul contra o governo ficarem restringidas à região ou às cidades do próprio sul de Mato Grosso, a “região de fronteira de Mato Grosso, configurou-se, portanto, como área propícia às relações de violência, quer pela falta de controle do poder estatal, quer pela mobilidade de pessoas que a ultrapassavam sem maiores dificuldades” (CORRÊA, 1995, p.61).

Outro pressuposto relacionado ao anterior, afirma que a região sul de Mato Grosso

[...] caracterizou-se como *terra de ninguém*, onde as leis e os códigos de ética assumiam outra conotação ou simplesmente inexistiam em determinados momentos, com a *moral da fronteira* resultando nas vistas grossas das autoridades e na conseqüente impunidade para os negócios ilícitos, para a contravenção e a violência. (CORRÊA, 1995, p.61, grifo do autor)

Por fim, ele sustenta que as disputas coronelistas se tornaram um campo fecundo para o surgimento de bandos e bandidos na região: “[...] o banditismo em Mato Grosso, expressado de forma isolada ou em grupos (bandos), ajustou-se perfeitamente a estrutura socioeconômica que gerou o fenômeno do coronelismo, caracterizando o perfil marcante da violência na história política da região mato-grossense [...]” (CORRÊA, 1995, p.62). Por conseguinte, o autor

evidencia a existência da figuração “coronéis-bandidos” e suas interdependências no SMT, logo é importante analisá-las.

3.1.3 Figurações mato-grossense: a força como estratégia do poder

O conceito de figuração desenvolvido por Norbert Elias inclui os indivíduos em suas formações sociais específicas. Segundo ele, apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros e, nessas se estabelece a socialização e a individualização dos seres humanos (ELIAS, 2006). A figuração social manifesta o equilíbrio e o desequilíbrio do poder, que é relacional. No interior de cada figuração, que não estão isoladas, mas constituem em rede de figurações, há um equilíbrio flutuante de poder que de acordo com Elias (2008, p. 143) move-se “para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro”. O equilíbrio, característica estruturante da figuração, pode ser percebido nos processos sociais da fronteira SMT à medida que se compreende o processo de constituição dos grupos “coronéis-bandidos” e a presença do Estado se torna mais efetiva.

Na segunda parte da tese, “A República dos coronéis”, Corrêa afirma que no estado de Mato Grosso foi marcado, desde o início do período republicano, por complexas formações socioeconômicas e pela intensificação das disputas pelo poder local. O novo regime propiciou disputas políticas entorno da presidência⁷⁶ do estado, nas quais se destacaram alguns líderes tipicamente personalistas (CORRÊA, 1995, p. 67-68). A notícia da Proclamação da República ocorrida no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1889, chegou a Cuiabá no dia 09 de dezembro do mesmo ano e com ela a nomeação do General Antônio Maria Coelho⁷⁷ para presidente de Mato Grosso. Maria Coelho comandara a retomada de Corumbá durante a Guerra contra o Paraguai e era membro do Partido Liberal (PL). Embora o último presidente eleito no Estado fosse do Partido Liberal, Maria Coelho havia sido “preterido pelo mesmo partido para participar

76 Até a Constituição Federal de 1934, o chefe do poder executivo dos Estados era chamado de presidente, após a referida constituição passou a ser governador.

77 Antônio Maria Coelho (1827-1894), militar de carreira desde 1843, foi presidente de Mato Grosso (1889-1891). Em 1888, foi candidato a Senador pelo Partido Liberal, mas não foi eleito. Tornou-se o primeiro presidente republicano de Mato Grosso, via decreto de Deodoro da Fonseca, que no dia 16 de fevereiro de 1891 o substituiu pelo coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro. Em abril de 1892, o general Antônio Maria Coelho foi reformado pelo presidente Floriano Peixoto, no posto de marechal (Cf. FANAINA, 2009).

anteriormente da lista tríplice para o Senado” (CORRÊA, 1995, p.68). Para manter-se no poder sem a participação e apoio do popular, elemento fundante de uma república, Maria Coelho

[...] encaminhou uma circular aos chefes políticos municipais convidando-os a formar uma agremiação partidária, resultando daí o Partido Nacional. Esse partido, que aglutinou partidários do ex-Partido Conservador [oposição do Partido Liberal durante o Império] e republicanos [em tese oposição ao Partido Conservador] históricos. (e mesmo alguns ex-liberais), alijou do processo político a maioria dos elementos do ex-Partido Liberal, que, sem conseguirem uma ascendência sobre o presidente, fundaram uma agremiação de oposição, o Partido Republicano, sob liderança de Generoso Ponce⁷⁸. (CORRÊA, 1995, p. 69)

Essa movimentação estratégica de arranjos políticos do início da República em Mato Grosso desencadeou novas disputas pelo poder marcadas pela polarização em torno dos “coronéis” Generoso Ponce e Maria Coelho, refletindo os acordos e as composições realizadas por eles (CORRÊA, 1995, p. 69).

A política mato-grossense do início da República, na perspectiva de Corrêa (1995), tem relação direta com o campo econômico produtivo regional. Com base na historiografia regional, o autor relacionou a instabilidade política à produção econômica polarizada em norte e sul do estado. No centro-norte de Mato Grosso, a economia estava aquecida pelo investimento externo, caracterizado pela modernização das atividades açucareiras e na exploração da borracha. No sul, em meio às lutas pela posse da terra, a pecuária extensiva em grandes latifúndios era a principal atividade econômica, assim como o comércio proveniente da navegação no rio Paraguai que fazia de Corumbá um importante porto e polo econômico comercial da região sul do estado. Entretanto, a exploração da erva mate pela Cia. Matte Larangeira intensificou as lutas pela terra e as disputas políticas em torno dos “coronéis” do sul, em virtude dos apoios recíprocos:

[...] esse complexo quadro econômico [no sul] se completou com a implantação. (pela conveniência de políticos mato-grossenses e do próprio governo federal), do monopólio de exploração da erva-mate pela Cia. Matte Larangeira, também vinculada a mercados estrangeiros. Em 1878, iniciou-se a exploração dos ervais nativos na Província de Mato Grosso, porém, sua produção foi exportada como sendo de origem paraguaia até o final do Império, quando então recebeu uma concessão do governo [...] a configuração de grupos econômicos. (verdadeiras ilhas), em Mato Grosso, com seus interesses locais peculiares, refletiu-se diretamente nas lutas políticas

78 Generoso Pais Leme de Sousa Ponce (1852-1911) foi deputado provincial (1882-1889), presidente de Mato Grosso (1892-1893); senador por Mato Grosso (1894-1902) e deputado federal (1909-1911). Era filiado e chefe do Partido Liberal nos últimos anos da monarquia. Fundou o Partido Republicano em Mato Grosso em janeiro de 1890, e no ano seguinte foi eleito deputado estadual constituinte (Cf. CARNEIRO, 2009).

subsequentes no estado, que se tornaram muitas vezes conflitos armados. (CORRÊA, 1995, p. 71-72)

No campo político, a eleição para a Assembleia Constituinte Federal de 15 de outubro de 1890, foi vencida pelo recém-criado Partido Nacional Republicano⁷⁹ (PNR) do presidente Antônio Maria Coelho. Essa eleição, primeiro pleito republicano em Mato Grosso, expressou o *modus operandi* da política mato-grossense durante a Primeira República:

Nesta eleição, o governo utilizou de todos os mecanismos de pressão política e da máquina administrativa do Estado para coagir opositores que, em contrapartida, fizeram uma campanha de abstenção de votos. Além disso, outra arma utilizada pelo governo e que se tornou prática comum na política republicana em Mato Grosso, foi a demissão de funcionários públicos ligados ao grupo opositor. (CORRÊA, 1995, p. 72)

Após a derrota, o coronel Generoso Ponce, deputado federal na época, articulou a exoneração de Maria Coelho, efetivada em fevereiro de 1891. Porém, o presidente também havia realizado a eleição para a primeira Constituinte do Estado em janeiro de 1891. Não obstante a essa manobra, seu sucessor, o coronel Frederico Solon Sampaio Ribeiro, aliado de Generoso Ponce, anulou a eleição da constituinte estadual. Essa ação “representou uma vitória de Generoso Ponce e de seu partido político” (CORRÊA, 1995, p. 73). A nova eleição Constituinte de maio de 1891 confirmaria a vitória do Partido Republicano. Apesar dos constantes conflitos políticos, a Assembleia Constituinte Estadual fora instalada em 30 de junho de 1891 e a Constituição do Estado de Mato Grosso promulgada em 15 de agosto do mesmo ano. Os constituintes elegeram “o presidente e o vice, respectivamente, Manoel José Murinho e Generoso Ponce (ainda, como 2º vice, José da Silva Rondon, e para 3º, Pedro Celestino Corrêa da Costa” (CORRÊA, 1995, p. 75), todos do Partido Republicano.

A simples constatação de filiação partidária dos elementos eleitos para o governo do Estado, demonstrou efetivamente a supremacia exercida pelos líderes do Partido Republicano [...] Por outro lado [...] o consequente ostracismo político dos membros do Partido Nacional Republicano, alijados dos centros de decisão política, provocaram uma mudança na estratégia da oposição que se articulou [...] passando a contar com o apoio, principalmente, dos militares das cidades mais importantes do Estado, como Cuiabá, Corumbá, Nioaque e Miranda [...] (CORRÊA, 1995, p.73)

As disputas pelo poder político no estado envolveram conflitos armados permeados por intensas articulações e acordos políticos partidários. As primeiras oposições políticas

79 “O Partido Nacional de Maria Coelho, dissolvido com a formação do Partido Republicano de Generoso Ponce, reapareceu com o nome de Partido Nacional Republicano nas vésperas da eleição” para Assembleia Constituinte Federal de 1890” (CORRÊA, 1995, p. 72).

resultaram, segundo Corrêa, na “Revolução de 1892” e em outras lutas coronelistas caracterizadas pela ação violenta a ponto de identificar Mato Grosso como “terra de um povo armado” (CORRÊA, 1995, p. 73).

As figurações presentes em Mato Grosso no início da República podem ser compreendidas a partir dos modelos de jogos de competição proposto por Elias (2008). Os indivíduos que compunham as figurações no estado no início do século XX objetivavam o poder político e muitas vezes buscavam seus próprios fins. O poder não pode ser concebido como algo que um indivíduo possua e outro não, ele “é uma característica estrutural das relações humanas”, pois seu equilíbrio não se encontra apenas nas relações de Estados ou de grandes corporações, ele está diluído em toda e qualquer relação humana. Entretanto, as figurações sociais auxiliam a compreender a “força relativa dos indivíduos” no interior de suas figurações e na interdependência com outras (ELIAS, 2008, p. 80-81).

Embora saibamos que existiam várias figurações em Mato Grosso, a tese de Corrêa (1995) centra sua discussão sobre três: “coronéis”, “bandos/bandidos” e Estado. Não devemos conceber essas figurações de forma estanque, pois eram interdependentes, assim como os indivíduos que as compunham transitavam entre elas. Dessa forma, podemos aplicar o “modelo de competição com regras” ou também chamado “modelo de processos de interpenetração com normas”, as figurações existentes na região, uma vez que esse modelo pode demonstrar que a “teia de relações humanas muda quando muda a distribuição de poder” entre os indivíduos ou grupos (ELIAS, 2008, p. 87). Se considerarmos as figurações como jogadores, o padrão “jogos de competição” que pode ser aplicado à região em estudo é o de “jogos multipessoais a vários níveis”, pois os “coronéis” participavam do poder do Estado, assim como influenciavam as ações dos “bandos”. Neste esquema, o número de jogadores está constantemente a crescer, tal como ocorreu no SMT à medida que novos imigrantes se estabeleciam nas cidades ou no campo ou que novos agentes de poder político compunham a administração do estado.

De acordo com Elias (2008, p. 92), “se o número de jogadores interdependentes crescer, a configuração, desenvolvimento e orientação do jogo tornar-se-ão cada vez mais opacas para o jogador individual”. E por mais forte que sejam os indivíduos, mais difícil se tornará controlar o jogo, pois “do ponto de vista do jogador individual, há uma teia entrelaçada, constituída por um número cada vez maior de jogadores, funcionando cada vez mais como se tivesse uma vida própria” (ELIAS, 2008, p. 92). Esse movimento de entrada de novos indivíduos nas figurações, ou se organizando em novas figurações que se constituíam na interdependência com as

estabelecidas, provocou mudanças na direção dos processos sociais, assim como exigiu dos indivíduos das figurações estabelecidas novas estratégias. Segundo Elias (2008), o acréscimo de jogadores pode resultar na desintegração do grupo (figuração), ou na constituição de novos grupos fragmentados e com pouco poder para controlar o processo social, pois aumentariam as oportunidades de rivalidade, ou ainda uma refiguração entre os grupos integrando-os em figurações mais complexas capazes de envolver indivíduos em pelo menos dois níveis.

No caso do Mato Grosso, a figuração interdependente e imbricada “coronéis-bandidos”-Estado, sofreu alteração na balança do poder, de modo que novos indivíduos chegaram na região e se filiaram as figurações existentes ou formaram novas. Como veremos mais adiante, a entrada de novos indivíduos na figuração Estado, no caso interventores federais com forte aparato militar a partir de 1917, garantiu mais poder e capacidade de ação para Estado, assim como exigiu que os “coronéis” deixassem de rivalizar entre si utilizando armas. A união dos “coronéis” e Estado ocasionou a “eliminação” da figuração “bandos/bandidos”, por meio da estratégia do desarmamento e combate aos “bandos” encampada pelo Estado.

A ação do Estado ocasionou um desequilíbrio na figuração “coronéis”-Estado e provocou uma refiguração em dois níveis envolvendo os mesmos grupos. Os coronéis passaram a rivalizar entre si e com o próprio Estado sob novas regras, valendo-se de discursos que exigiam constante ação e vigilância por parte dos indivíduos que lideravam a administração estatal. Esses movimentos aproximam-se da preposição de Elias a respeito do modelo “jogos de competição” e pode ser aplicado a figurações sociais regionais. O grupo “coronéis”, que desde o início da República, jogava com o Estado em um mesmo nível, passou a jogar entre si e com Estado em níveis diferentes. Assim, as figurações regionais se reorganizaram de maneira que se alteraram o nível de participação dos indivíduos que a compunham. Os indivíduos – jogadores no campo social – “coronéis” participavam do poder político, mas a intervenção exigiu novas formas de ação e determinou o novo equilíbrio de poder e funções entre os indivíduos das figurações existentes.

As disputas políticas no SMT devem ser compreendidas sob essa perspectiva. Embora tenhamos que considerar que existem inúmeras formas de equilíbrio de poder, podemos compreender esse equilíbrio a partir das ações de indivíduos imersos em figurações sob a ótica do padrão de jogos de dois níveis. As palavras de Elias nos ajudam a melhor compreender:

Se o equilíbrio global de um tal jogo possibilitar que todos os jogadores [“Coronéis”] em ambos os níveis se possam unir e jogar em conjunto contra o

jogador mais forte, A [Estado/Interventor], então são extremamente tênues as possibilidades que A tem de usar de uma estratégia que os force a jogar de modo a lhe serem favoráveis, tendo estes grandes hipóteses de usar uma estratégia que leve A a efetuar as jogadas que eles escolheram. Por outro lado, se houver grupos rivais [“coronéis”] de jogadores no nível superior, razoavelmente iguais em força, se estes se equilibrarem, sem que um ou outro possuam a chave de uma vitória decisiva, então um jogador individual A [Estado/Interventor], de nível mais alto, mas estando fora de qualquer um dos grupos, terá uma boa oportunidade de conduzir os grupos rivais e, portanto, o decurso do jogo, contando que o faça com a maior cautela possível e com a maior compreensão das características destas configurações complexas. (ELIAS, 2008, p. 96)

Em síntese, na figuração “coronéis”-Estado, os indivíduos (jogadores) atuavam num mesmo nível até o advento dos interventores. A entrada de um novo indivíduo com seu grupo (militares) na figuração exigiu a reorganização das interdependências entre os indivíduos e obrigou os indivíduos a agirem em dois níveis distintos. Embora todos os indivíduos permaneçam interdependentes entre si, não agem diretamente uns contra os outros, pois esta função passa ser “desempenhada por funcionários especiais que coordenam o jogo – representantes, delegados, líderes, governos, cortes regias, elites monopolistas e assim por diante” (ELIAS, 2008, p. 93). No segundo nível, permanece um grupo reduzido de indivíduos que dominam as disputas de poder, possuem a visão geral das figurações e projetam estratégias, pois conhecem as regras e os jogadores. Ainda que lutem entre si, permanecem ligados aos indivíduos que compõem a “primeira camada” e não os desrespeitam, porque isso causaria desequilíbrio no interior da figuração. O equilíbrio na figuração “coronéis”-Estado se deu em vários níveis, pois a estrutura da figuração se reorganizou de forma que os indivíduos passaram a ocupar papéis diferentes em diferentes níveis, mas sempre de modo interdependente e imbricado. Todavia o mecanismo de ação sofreu forte mutação, pois os “coronéis” deixaram de rivalizar entre si com armas e passaram a rivalizar, cada vez mais, no campo simbólico dos discursos pró e contra o Estado e seus representantes, mas sempre objetivando o poder político.

O modelo “jogos de competição” ficará evidente a partir dos dados apresentados por Corrêa (1995) nas segunda e terceira parte de sua tese. No capítulo “A luta armada como expressão do poder político dos coronéis”, ele revela a instabilidade política regional e a utilização de armas como estratégia para se manter ou ascender ao poder. Por meio da narrativa de Corrêa (1995) é possível identificar quatro momentos que a disputa pelo poder político regional se constituiu valendo-se da utilização de armas. O primeiro situa-se nos primeiros dez anos da República. Nesse período, as disputas em Mato Grosso são reflexos e/ou possuem relação direta com o cenário político nacional. O segundo período pode ser situado após os

conflitos existentes entre as eleições para presidente do Estado de 1899 e 1906. O terceiro período de lutas armadas pode ser registrado entre 1907 e 1912, dado o retorno ao poder de Generoso Ponce. O último momento de lutas armadas pode ser datado de 1912, pós-morte de Ponce, até a intervenção federal de 1917. É mister salientar que todos os conflitos possuem a mesma motivação: manter-se ou ascender ao poder político do Estado, assim como esses conflitos envolvem os mesmos atores ou orbitam entorno deles desde a Proclamação da República até a intervenção federal de 1917.

Corrêa (1995) relaciona o cenário político federal ao estadual no início do período republicano. O primeiro presidente do Brasil, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, extinguiu o Congresso Nacional em novembro de 1891, porém, em razão da resistência e pressão da oposição, ele renunciou ao governo no mesmo mês. O vice-presidente, Floriano Peixoto, ao assumir tornou sem efeito os atos de Fonseca e, destituiu vários governos estaduais que haviam apoiado as medidas de seu antecessor.

Os reflexos dessa situação atingiram também Mato Grosso, principalmente pelo fato de Murtinho⁸⁰ ter defendido política de Deodoro. O adesismo político de Murtinho, portanto, favoreceu o processo conspiratório da oposição, que se concretizou na revolução iniciada na cidade de Corumbá. (22.01.1892), e não na capital do Estado que era o centro nervoso da política mato-grossense. (CORRÊA, 1995, p. 78)

A “Revolução de 1892”, apoiada pelos “militares e pela burguesia mercantil de Corumbá” derrubou o governo Murtinho (CORRÊA, 1995, p. 78), assim como marcou a forma de organização política e das revoltas no estado.

A revolta, articulada pelo PNR, foi deflagrada pelos militares em Corumbá no dia 22 de janeiro de 1892: “o povo reuniu-se [...] em frente ao prédio da Intendência [em Corumbá] depondo oficialmente Manuel Murtinho (apesar do mesmo permanecer no cargo em Cuiabá), os membros da Intendência e os funcionários nomeados pelo governo estadual [...]” (CORRÊA, 1995, p. 79). Em Cuiabá, os revolucionários chegaram apenas no dia 01 de fevereiro de 1892 e, um grupamento militar depôs o presidente Manuel José Murtinho e os membros da Intendência de Cuiabá. O novo governo foi organizado tendo à frente o “major Anibal Motta

80 Manoel José Murtinho (1845-1917) e seus irmãos, Joaquim e Francisco, mantiveram estreitos vínculos e profunda influência política no Estado de Mato Grosso (QUEIROZ, 2010). Manoel Murtinho foi Juiz de Direito da comarca de Cuiabá. Filiado no período Imperial ao Partido Liberal Imperial, quando se mudou, em 1890, para Cuiabá, filiou-se ao Partido Republicano, fundado por seu aliado Generoso Ponce. Foi eleito, em 1891, presidente de Mato Grosso, mas em virtude de um movimento armado foi afastado em fevereiro de 1892. Em janeiro de 1897, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

[...], o coronel Luiz Bendito Pereira Leite e o tenente-coronel José Marques de Fontes” (CORRÊA, 1995, p. 82).

Na ótica de Queiroz, a revolta de 1892 no Estado de Mato Grosso causou temores nacionais:

[...] dado o crescente predomínio dos interesses políticos e econômicos argentinos na República do Paraguai, teme-se que o sul de Mato Grosso possa ser a próxima ‘vítima’ dos supostos intentos daquele país. Além disso, as atenções desses dirigentes [governo brasileiro] tendiam a voltar-se para Mato Grosso em decorrência também da persistente constatação da ‘fraqueza’ do poder estatal ali estabelecido e da ‘anarquia’ política ali reinante. Como a confirmar todos esses rumores, ocorreu em Mato Grosso a chamada revolução de 1892, durante a qual circulou a ideia de se proclamar um Estado Livre de Mato Grosso. (QUEIROZ, 2003, p. 27)

Queiroz (2003) evidencia a presença do Estado na região SMT. Embora essa fosse considerada estratégica para a nação brasileira, dado a proximidade com os países vizinhos, a ausência do aparato Estatal consolidado, permitiu que o jogo de poder orbitasse entre “coronéis” rivais. Nesse processo social, as tensões e conflitos armados envolviam um interesse quase exclusivo: o monopólio do poder político. Ainda assim, o temor nacional apontado por Queiroz (2003) se justifica, pois “[...] a burguesia mercantil dessa cidade [Corumbá], por suas vinculações comerciais com o exterior, estava mais identificada com outros países [...], do que com a própria nação e o governo representado pela distante capital, Rio de Janeiro” (CORRÊA, 1995, p. 84). A revolta foi frustrada, por causa das manobras de Generoso Ponce que organizou o chamado “Exército Floriano Peixoto” para combatê-la. (CORRÊA, 1995, p. 84).

A vitória de Ponce foi possível por dois motivos: primeiro, porque conseguiu mobilizar e reunir em Cuiabá um efetivo de três mil homens, organizados e divididos em unidades de combate sob o comando de combatentes experientes (CARNEIRO, 2009); segundo, porque o governo brasileiro havia bloqueado, em Assunção, as embarcações nacionais e estrangeiras com destino a Corumbá, acarretando prejuízos aos comerciantes locais e estrangeiros:

O estrangulamento da atividade comercial da região, portanto, desestimulou qualquer atitude de reação das forças econômicas de Corumbá, abaladas pela derrocada política da revolução. Nesse sentido, compreende-se os motivos pelos quais a burguesia portuária deixou de apoiar os militares, seus antigos aliados, que teimavam em resistir às forças de Ponce. (CORRÊA, 1995 p. 86)

As ações de Ponce e do PR demonstram as estratégias de um jogador que conhece as regras do jogo e é capaz de mobilizar outros jogadores, no caso o governo federal, para vencer a disputa. Dessa maneira, após a vitória sobre os revolucionários, o governo do Estado foi

reassumido pelo presidente Murinho e pelo seu vice, Generoso Ponce. Não obstante, a “revolução” custou alto para os cofres públicos, pois o governo Murinho autorizou e manteve o pagamento do “Exército Floriano Peixoto até o final de outubro [de 1892] às custas do erário público” (CORRÊA, 1995, p. 87). Também autorizou auxílio financeiro ao coronel Francisco Alves Corrêa da vila de Miranda – no sul do Estado – para “[...] cobrir as despesas como ‘também para gratificar com uma pequena quantia aos cidadãos’ [...]” que aderiram às armas em prol do governo (CORRÊA, 1995, p. 87).

Dessa forma, inaugurados com a revolução de 1892, o custeio pelo Estado das lutas coronelistas ou mesmo a utilização de verbas federais para pagamentos, a distribuição de armamento estadual para civis e a larga utilização de mercenários estrangeiros foram também práticas comuns em quase todos os movimentos armados em Mato Grosso no período republicano. (CORRÊA, 1995, p. 87)

Embora os acontecimentos políticos em 1892 estivessem concentrados nas cidades de Corumbá e Cuiabá, o conflito não se restringiu apenas a esses núcleos urbanos. Após consolidar a vitória em Cuiabá, Ponce se dirigiu ao sul do Estado para combater os revoltosos da própria Corumbá e de toda região sul:

Mesmo sem ocorrer confronto direto. (pois, os rebeldes foram-se retirando até Assunção), Ponce deslocou-se com seu exército para o sul e contou com as forças do PR⁸¹, nas regiões de Nioaque e Miranda [...]. Após 5 meses de lutas, a vitória das forças governistas consolidou o poder do Partido Republicano no Estado e a aliança oligárquica Ponce e Murinho [...]. (CORRÊA, 1995, p. 88)

O conflito que iniciou em Corumbá e seguiu em direção à capital Cuiabá, retornou à região de fronteira, no sul do Estado, marcando-a, de acordo com Corrêa (1995), de forma profunda:

A utilização de mercenários, principalmente na faixa de fronteira, quase sempre gerava problemas para a administração estadual pela dificuldade de conseguir a devolução das armas distribuídas, assim proliferavam bandos armados na região do conflito que continuavam depois a sua guerra particular como pretexto para roubos e violência. Essa situação de insegurança [...] caracterizou de maneira peculiar a fronteira móvel da região sul do Estado. (CORRÊA, 1995, p. 87)

Os conflitos, que em nível estadual eram motivados por aspectos políticos, na fronteira tinham como grande estopim a “luta pela posse da terra”, esse era o pano de fundo de todas as

81 Coronéis João e Augusto Ferreira Mascarenhas, Manoel Antônio de Barros, João Alves Ribeiro e Estevão Corrêa (CORRÊA, 1995, p. 88).

disputas e violências na região. Em 1895, em Nioaque, a disputa por terras desencadeou um conflito que afetaria o cenário político estadual, ou seja, alterou o equilíbrio de poder das figurações:

[...] a luta provocou uma crise coronelista e uma cisão no Partido Republicano local, originando o Partido Autonomista, liderado pelo capitão Muzzi, e o Partido Republicano Popular pelo coronel Jango Mascarenhas. O ensaio inicial do conflito e da demonstração de poder começou com “uma força serrana de cerca de 100 homens, montados e armados, a qual, segundo consta, fora depositar uma bandeira no estabelecimento commercial do Cidadão Coronel da guarda nacional João Ferreira Mascarenhas”, que também era proprietário de terras e partidário de Generoso Ponce. No entanto, essa situação de confronto teve seu desfecho final nos meses de maio a junho do ano seguinte, quando as duas dissidências do PR passaram para a ação armada. Assim, para fazer frente à força de Jango Mascarenhas, então chefe político de maior prestígio no sul do Estado, “um grupo de cento e tantos homens armado e capitaneados pelo capitam João Caetano Muzzi” [...] entraram na vila de Nioaque depondo então “as autoridades, seguindo outro grupo de trinta a quarenta homens a percorrer a região de cima da serra, prendendo e espancando e ameaçando de morte os moradores daquela região” [...]. (CORRÊA, 1995, p. 89-90)

O referido conflito e a divergência entre o sul e o norte, marcados pelo rompimento com o PR, teve como maior resultado o surgimento do movimento separatista, que ganhou força e expressão a partir da década de 1920. Apesar da semente de divisão administrativa do Estado em norte e sul ter sido lançada, “as dissensões e lutas políticas no antigo sul de Mato Grosso, em geral, não estimulavam uniões duradouras entre os coronéis locais [...]” (CORRÊA, 1995, p. 91). As tensões e desacordos resultavam em constantes conflitos armados e lutas de eliminação, todavia esse movimento proporcionou, aos chamados “coronéis do norte”. A manutenção do poder político, bem como enfraqueceu a luta pela independência do sul, haja vista que a rivalidade entre os “coronéis” do sul, não possibilitava a “unidade regional em torno de uma causa comum” (CORRÊA, 1995, p. 91).

O segundo período de conflitos políticos armados em Mato Grosso pode ser datado entre as eleições estaduais de 1899 e 1906. As eleições de 1899 foram marcadas pela discordância entre Ponce e Murtinho, fato que colaborou para que o grupo liderado pelo “coronel” Antônio Paes de Barros (Totó Paes) ascendesse ao poder. Totó Paes considerou fraudulenta a eleição do dia 1º de março de 1899, que elegeu, por maioria absoluta de votos, o candidato apoiado por Ponce. Totó Paes reuniu e organizou “a Divisão Patriótica Campos Salles” e sitiou Cuiabá “com cinco mil homens” armados. O sítio resultou na anulação da eleição pela Assembleia Legislativa do Estado. No novo pleito, a nova parceria Murtinho e Totó

Paes⁸² elegeu seu candidato, o senhor Antônio Pedro Alves de Barros (CORRÊA, 1995, p. 92-94). O conflito eleitoral na capital do Estado também refletiu no sul. Jango Mascarenhas, correligionário de Ponce e que havia sido eleito segundo vice-presidente na eleição anulada, lançou-se contra seus adversários, fato que evidencia as interdependências da figuração “coronéis” ao mesmo tempo em que destaca que as relações mudam conforme a distribuição de poder se altera (ELIAS, 2008, p. 88).

Jango iniciou então uma revolução, matando seus inimigos e saqueando suas propriedades. Imediatamente em defesa do governo estadual, o coronel Jejeé. (José Alves Ribeiro), iniciou uma contra-revolução, derrotando as forças do coronel Jango Mascarenhas [...] Em março deste mesmo ano [1900] Jango Mascarenhas com um grupo armado continuou hostilizar o governo estadual, assaltando a cidade de Aquidauana. Não obtendo sucesso, Jango refugiou-se no Paraguai, seguindo a prática comum de uma grande parte de políticos derrotados e perseguidos em Mato Grosso. (CORRÊA, 1995, p. 94)

Naquele mesmo ano do conflito em Aquidauana, a “cidade de Sant’Ana do Paranaíba foi envolvida numa luta sangrenta tendo início numa questão conflitante sobre terras entre as famílias de José Marques Garcia [...] e a família de José Faustino [...]” que recebeu apoio de Dionizio Benites (CORRÊA, 1995, p. 94). Benites, que tinha lutado ao lado de Ponce em 1892, reuniu homens armados e invadiu a cidade “[...] saqueando propriedades e matando seus opositores” (CORRÊA, 1995, p. 95). A menção a Benites em Sant’Ana do Paranaíba reforça, de acordo com a narrativa de Corrêa, que a ação violenta dos “coronéis” estava presente em todo o SMT.

Na fronteira, Mascarenhas após retornar de seu refúgio no Paraguai, “iniciou um movimento armado em Porto Murtinho, alastrando-se por toda região sul do estado” (CORRÊA, 1995, p. 96). A revolta liderada por Jango Mascarenhas, que contou com mais de trezentos homens, a maioria deles paraguaios e argentinos, demonstrou o grau de agressividade desse tipo de movimento:

Para o delegado de Porto Murtinho, a violência dessa luta ficava explícita ao afirmar que “manda a justiça que explore rigor da lei, sem perda de tempo para esses bandidos que dia a dia multiplicam o número de vingança para com os nossos amigos e correligionários que caem por terra vítima do punhal traiçoeiro dos assassinos. Outro sim, forão degolados dois paraguayos, que desertarão do grosso da força do Coronel Mascarenhas, e dizendo este que o

82 “[...] passou a ser o político mais influente no Estado e chefe político do Partido Republicano Constitucional e, nessas condições, venceu as eleições de fevereiro de 1902 para presidente do Estado [...]” (CORRÊA, 1995, p. 97).

degolamento muito servia de exemplo para que d'ora em diante nenhum revoltoso a seu mando desertasse (CORRÊA, 1995, p. 96)

Segundo Corrêa, as revoltas lideradas por “coronéis” a favor ou contra o Governo acarretaram “uma insegurança e um perigo ao *status quo* mato-grossense” (CORRÊA, 1995, p. 96). Contudo, em nossa concepção, as ações armadas dos chamados “coronéis” além de revelarem o instável equilíbrio na figuração “coronéis” também indicavam a ausência da força militar do Estado ou sua fraca presença, assim como sinaliza para a necessidade de fortalecer o aparato estatal na região.

No campo político administrativo, Totó Paes, eleito presidente do Estado em 1902, apesar de seu envolvimento em conflitos armados antes de sua ascensão à presidência, realizou um governo relativamente progressista. Seu governo insistiu na necessidade de tranquilidade política, na superação do regionalismo, na abertura ao capital e investimento estrangeiros, assim como na pauta de povoamento do Estado. Em 1906, Generoso Ponce em Corumbá, onde possuía comércio, recuperara seu prestígio e influência política e liderou a oposição a Totó Paes:

Assim, os papéis inverteram-se em Mato Grosso: em 1899 Totó Paes e seus aliados lutaram para *destronar o coronel*; em 1906 foi a vez de Ponce com seus novos aliados. (muitos deles ex-aliados do presidente), lutar para *destronar Totó Paes* [...] Ponce desencadeou a partir de Corumbá. (16.05.1906) a *Revolução* de 1906, deslocando por via fluvial um *Divisão Nava Libertadora* em direção à capital [...] Totó Paes, sentindo sua própria derrocada, e sem condições de resistir às forças oposicionistas, abandonou a cidade [...] Dias depois. (06.07.1906), no entanto, escondido não arredores de Cuiabá, Totó Paes foi morto por uma coluna rebelde (CORRÊA, p. 100, grifo do autor)

Após a vitória sobre Totó Paes, Ponce foi eleito presidente do Estado e tomou posse no ano de 1907. O retorno de Ponce ao poder inicia, em nossa ótica, o terceiro período de conflitos armados em Mato Grosso. Enquanto na capital os líderes políticos concentravam seus esforços e interesses para se consolidarem no poder, no sul do Estado eclodiu “a chamada Revolução da Paz de 1907”, liderada pelo “coronel” Bento Xavier da Silva, “celebre contrabandista gaúcho”. O objetivo dessa revolta era “tanto a divisão do Estado [...] como a eliminação dos direitos e privilégios da Matte Larangeira e a legalização das posses” de terras (CORRÊA, 1995, p. 102)⁸³:

83 Corrêa (1995) apresenta e infere conclusões sobre a da Revolução da Paz valendo-se de Pedro Ângelo Rosa (ROSA, Pedro A. Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1939. p. 62-64) e de documentos manuscritos de inquéritos policiais disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

A chamada Revolução da Paz, de 1907, [...] contando com um verdadeiro exército, segundo um depoimento, “só de gaúchos”, e com armamento recolhidos das revoluções de 1901 e 1906, além de dos fornecidos pelo major Camilo Brandão, as forças do coronel Bento Xavier entraram de imediato em choque com forças governistas de Bela Vista e outros pontos da região. Para fazer frente às forças do coronel Bento Xavier, o Coronel Jeje, em nome do governo estadual, reuniu uma força de civis a partir de Aquidauana. (CORRÊA, 1995, p. 102-103)

Observe-se que o conflito é gerado pela introdução de novos indivíduos (jogadores) na figuração, essa introdução exige uma reorganização da figuração, assim como provoca tensões no processo social em curso. A revolta liderada por Bento Xavier, apesar de ter sido derrotada em 1911, exerceu uma importância singular, porque além da abrangência do combate, haja vista que suas forças chegaram até Campo Grande, demandou a ação do governo no sentido de organizar uma força policial no sul do Estado. O major Antônio Gomes Ferreira foi autorizado a recrutar voluntários e a requisitar “[...] animais de que necessitasse nas fazendas, e com a finalidade de policiar a fronteira e reprimir o movimento armado”. O “Corpo Policial” organizado pelo major Gomes venceu a revolta em Bela Vista, no chamado “Combate das Areias”, e obrigou Bento Xavier a “exilar-se definitivamente no Paraguai” (CORRÊA, 1995, p. 103-104).

As mortes de Generoso Ponce (1911) e de Joaquim Murtinho (1917), líderes do Partido Republicano Conservador (PRC)⁸⁴, também alteraram o cenário de lutas políticas em Mato Grosso, fragmentou e reorganizou as figurações. O deputado Pedro Celestino rompeu com o PRC e fundou o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG). O presidente Caetano Manuel de Faria Albuquerque do PRC, eleito e empossado em 1915, nomeou como secretário um egresso do PRMG e, por isso, “começou a sofrer hostilidade por parte dos membros da Assembleia Legislativa” (CORRÊA, 1995, p. 107) que em sua maioria absoluta eram membros do PRC⁸⁵.

Este fato [a nomeação e a hostilidade] ensejou a oportunidade dos *perrengues* [membros do PRMT] aproximarem-se do presidente do Estado, cujo acordo foi oficializado com o manifesto do PRMG, e teve como consequência a demissão de funcionários e autoridades ligadas ao senador Azeredo [líder do PRC]. (CORRÊA, 1995, p. 107, grifo do autor)

Esse embate político administrativo provocou lutas armadas:

84 O partido Republicano (PR) passou a se chamar Partido Republicano Conservador (PRC).

85 Nas eleições de novembro de 1914 foram eleitos 20 deputados do PRC e quatro do PL. O PRMG não elegeu nenhum.

Paralelamente, em apoio aos deputados azeristas [correligionários do senador Azeredo], *coronéis perrecistas* [membros do PRC] levantaram-se em armas em todo o Estado: no norte [...]; no sul, Pio Rufino em Nioaque; Sebastião Lima em Campo Grande; Quincas Nogueira em Ponta Porã; Valencio de Brum em Amambai; e o major Antônio Gomes, que sublevou o Regimento Misto do Sul do Estado [...]. (CORRÊA, 1995, p. 107-108, grifo do autor)

Para conter as revoltas o governo organizou forças sob comando de outros “coronéis”, mas por causa dos conflitos políticos (administrativos e armados), em fevereiro de 1917, instalou-se no Estado um interventor federal. Esse fato levou Corrêa (1995) a concluir que: “a intervenção federal encerrou a fase de caudilhismo que se caracterizou pela luta armada como estratégia de ascensão política econômica em Mato Grosso” (CORRÊA, 1995, p. 109). Em nossa interpretação, a entrada de novos indivíduos nas figurações causou o desequilíbrio das relações e, dado o prestígio do novo ator social, foi necessário alterar as estratégias e reconfigurar as relações a fim de manterem-se no poder.

No capítulo “As forças emergentes num Estado oligárquico”, terceiro da segunda parte do livro, Corrêa (1995) define como pressuposto que a intervenção federal de 1917 em Mato Grosso “[...] encerrou uma primeira fase histórica republicana do Estado, que se caracterizou basicamente pela força dos coronéis locais, pelo uso da violência e pela luta armada como mecanismo de obtenção e/ou manutenção do poder” (CORRÊA, 1995, p. 111). O próprio decreto da intervenção sinaliza que a medida política administrativa foi fruto de um consenso entre todos os partidos políticos participantes do poder local naquele período:

Considerando que se acham vagos não só os lugares de presidente e vices presidentes do Estado, como também os de deputados à Assembleia Legislativa e de presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, *e todos pedirem a intervenção federal*; Considerando que é caso de intervir no Estado o Executivo Federal, a fim de por termo à acefalia política e administrativa e eleger novos detentores do Poder Legislativo e do Executivo [...]. (BRASIL, 1917, grifo nosso)

A intervenção federal, na perspectiva do interventor Camillo Soares de Moura resultou satisfatoriamente – segundo sua exposição lida pelo presidente do Estado Dom Francisco de Aquino Corrêa à Câmara de Deputados no ano de 1918 –, pois devolveu a ordem e colocou o Estado novamente nos rumos do progresso:

Era a mais dolorosa possível a situação em que encontrei este Estado [...] A luta armada em que estavam ainda os adversários levava o terror a toda parte; não havia garantias nem sequer para a vida e propriedade; [...] campeava de Norte a Sul o direito do mais forte. [...] foi meo primeiro cuidado restabelecer a ordem e o consegui, pois dentro em pouco tempo, apenas surgirão aqui ou ali pequenas perturbações isoladas e sem importância. Voltou o trabalho aos

campos, as cidades se povoarão [...] o estado retomou sua vida normal. Para esse lisonjeiro resultado muito concorreu a visita que, por minha determinação o Chefe de Polícia fez aos municípios do Sul. Vencida essa primeira etapa, havia de proceder-se a eleição de Deputados, Presidente e Vice Presidentes do Estado [ilegível] e desprendimento dos chefes políticos lhes aconselhar a uma trégua na áspera luta pela conquista do poder, accordarão-se por amor a Paz, em levar todos as urnas o nome de um cidadão ilustre [...] V. Exa. Snr. Presidente foi sagrado pela unanimidade dos eleitores Depositario das esperanças de conciliação. (MATO GROSSO, 1918, p. 4-5)

Dom Aquino Corrêa foi eleito presidente do estado para conciliar os grupos opostos, porém, sua eleição fora consequência de um acordo e consenso entre os principais agentes políticos e seus partidos, assim como ao consentimento dos mesmos “coronéis” que detinham o poder antes da intervenção, ou seja, o equilíbrio de poder no interior da figuração foi reorganizado. Mas se aplicarmos o modelo “jogo de competição” podemos identificar o processo social como o campo do jogo e as figurações os jogadores, assim temos que aceitar que “jogo de competição” passou a ser de vários níveis, porquanto:

A intervenção surgiu do acordo entre PRMG [Partido Republicano de Mato-Grossense], PRC [Partido Republicano Conservador], Assembleia e Caetano, quando se estabeleceu a renúncia todos deputados, governador e vices [...] Os atores políticos em questão começaram a tecer um acordo para as eleições em novembro de 1917 [...] depois de algumas indicações dos dois partidos, o PRC indica Dom Aquino Corrêa. O religioso católico detinha prestígio no Estado e apoio do Partido Republicano Paulista, do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e do presidente da República [...] Dom Aquino informou ao presidente da República que só assumiria se Pedro Celestino e Antônio Azeredo concordassem [...] Mediante a concordância dos dois mandões locais, o acordo de 1917 estabeleceu chapa única para eleições formada por: D. Aquino Corrêa, 1º vice: Antônio Ferrari, 2º vice: Francisco Paes de Oliveira. (ARRUDA, 2015, p. 10)

A intervenção federal pode ser compreendida como o marco da reorganização das figurações em Mato Grosso, visto que os “coronéis guerreiros” permaneceram com forte “participação política no Estado” e com plena “capacidade de mobilizar homens armados” (CORRÊA, 1995, p. 112). O processo civilizador na região se constituiu lentamente, marcado por figurações interdependentes. Entretanto, na década de 1920, pós-intervenção federal, outros eventos sócio-históricos – como a imigração regional⁸⁶ com destino a região fronteira e o crescimento de núcleos urbanos, dado as novas possibilidades comerciais e de comunicação, devido à implantação da ferrovia no sul do Estado em 1914 – exigiram um novo arranjo no equilíbrio de poder:

86 A população de Mato Grosso passou de 118 mil habitantes em 1900, para 246 mil em 1920 (SOUZA, 2018, p. 30).

A intervenção federal, sem afetar em profundidade essa estrutura de poder coronelista, significou, todavia, uma tentativa de controle do poder central sobre o poder local e o regionalismo, interferindo nesse processo de mudanças políticas por que passou o estado mato-grossense. (CORRÊA, 1995, p.113)

O aumento do controle nacional sobre o local, a partir da intervenção federal, pode ser lido na perspectiva do processo civilizador. Segundo Arruda (2015), a interferência se revelou como uma ação pedagógica para aqueles que possuíam e exerciam poder no estado, uma vez que ela exigiu o estabelecimento de acordos e novas estratégias para ascender e permanecer no poder. Ainda que a violência armada continuasse orbitando o poder político estadual, a intervenção federal desencadeou a possibilidade dos presidentes (governadores) eleitos concluírem os mandatos, pois apenas dois presidentes⁸⁷ conseguiram concluir seus mandatos até o ano de 1918:

A intervenção federal foi um aprendizado para as elites políticas: ou perderiam qualquer autonomia sobre o controle político de seu Estado ou resolveriam suas diferenças e juntos governariam. Foi exatamente o que as lideranças tiveram de compreender, ainda que conflitos violentos, rompimentos políticos e criação de partidos segundo a vontade do líder não deixassem de acontecer. O maior aprendizado foram as alianças mantidas para que os governadores conseguissem terminar seus governos a partir de então, e não houvesse mais Disputas Oligárquicas. (ARRUDA, 2015, p.140)

Ou seja, as figurações passaram a competir em vários níveis, de forma menos violenta e mais simbólica. A mudança no comportamento dos líderes políticos do SMT envolve o autocontrole, pois à medida que o Estado Nacional se fez presente na organização social e regional por meio do monopólio da força física. Ele agiu como modulador de tensões e forçou os indivíduos a mudarem sua conduta. Essa mudança exige o controle e a internalização dos valores que caracterizam um Estado-nação.

Essas mudanças de comportamento que o controle do Estado exige e são internalizadas pelos indivíduos é a marca do processo civilizador, pois a coação social promovida, num primeiro momento, por uma autoridade exterior ao indivíduo, no caso a presença reguladora do Estado, passa ao nível de autocoação e apreensão de uma autorregulação individual (ELIAS, 2006, p 22). É necessário pontuar os eventos ocorridos na década de 1920, que permitiram a mudança de conduta e a reorganização das figurações, uma vez que as competições entre os indivíduos passaram a ser em múltiplos níveis.

87 Manuel Murтинho (1891-1894) e Costa Marques (1911-1915) (ARRUDA, 2015, p. 10).

Para além da intervenção federal, evento que exigiu novas estratégias de manutenção de poder, outras mudanças no processo social influenciaram novos arranjos nas figurações em Mato Grosso. O processo de migração e imigração, de forma especial para sul do Estado, evidencia elementos interdependentes que provocaram a internalização de valores civilizatórios e marca o deslocamento do centro da balança de poder. O aumento populacional (ver tabela 1), no SMT, ainda que deva ser relativizado em razão das proporções geográficas da região, de acordo com Souza (2018, p. 82), tem relação direta com a implantação da ferrovia inaugurada em 1914, símbolo de progresso e desenvolvimento regional. Da mesma maneira que tem relação com “os melhoramentos dos caminhos terrestres e com a construção das linhas telegráficas”, uma vez que estas, aliadas a ferrovia, facilitaram a ligação e contato do SMT como São Paulo e Rio de Janeiro. Esses investimentos além de diminuir o tempo de ligação com o litoral, também reduziu “a dependência das comunicações de Mato Grosso pela via fluvial da Bacia do rio da Prata” e, conseqüentemente, a importância de Corumbá e contato com Cuiabá se transformaram.

Além do aumento significativo da população no SMT após a implantação da ferrovia, o crescimento e fortalecimento de agrupamentos militares na região causou desequilíbrio de poder nas figurações existentes. De acordo com Souza (2018, p. 84), havia no interior do Exército ações para torná-lo uma organização nacional efetiva e “jovens oficiais iniciavam ou apoiavam movimentos contestatórios contra a política oligárquica dos estados”. A consolidação militar na região desencadeou outros conflitos com predomínio dos militares na liderança, a partir da década de 1920, mas relacionados a questões de ordem nacional. Souza aprofundou a discussão em sua tese, *Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX* (2018). Ele demonstra mudanças na origem dos conflitos no SMT. Nos primeiros anos da República, os conflitos armados na região envolviam diretamente os “coronéis” em torno da disputa pelo poder político local. A partir da década de 1920, os conflitos passaram a refletir insatisfações de ordem nacional, a exemplo do Movimento Tenentista que influenciou a eclosão de conflitos armados na região.

No entanto, Corrêa afirma que

[...] a ferrovia foi importante fator de mobilização de forças do exército que passaram a exercer maior controle na região sul e na fronteira mato-grossense, o que contribuiu para desestimular a atividade guerreira dos coronéis sulinos e permitiu maior eficiência na repressão ao banditismo desenfreado e incontrolável em Mato Grosso. (CORRÊA, 1995, p. 119)

A afirmação de Corrêa (1995) pode ser endossada pela investigação de Souza (2018). Este demonstrou que embora o SMT contasse, até 1920, com cinco Regimentos do Exército distribuídos em Artilharia, Cavalaria e Infantaria e vários Batalhões, Pelotões e Companhias oficialmente instalados em Aquidauana, Bela Vista, Corumbá, Nioaque e Ponta Porã, todos estavam em condições precárias, com efetivos reduzidos e alguns até mesmo sem armas. A reestruturação do exército em 1919 transferiu para Campo Grande a 1ª Circunscrição Militar, sob a justificativa que essa cidade era estratégica e facilitava a concentração de tropas, caso necessário. Em 1921, uma nova reorganização do Exército destinou para Mato Grosso mais de 4.500 militares. A maior parte dos postos militares foi instalada no SMT, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 4 – Organização Militar em Mato Grosso por cidades (1921)

Cidade	Organização
Campo Grande	Comando da 1ª Circunscrição Militar e da Brigada Mista
	Regimento de Artilharia Mista
	18º Batalhão de Caçadores
	Esquadrilha Mista de Aviação
Ponta Porã	11º Regimento de Cavalaria Independente
Bela Vista	10º Regimento de Cavalaria Independente
Cuiabá	16º Batalhão de Caçadores
Corumbá	17º Batalhão de Caçadores
Coimbra	5º Grupo de Artilharia de Costa
Aquidauana	6º Batalhão de Engenharia
Porto Murtinho	Destacamento

Fonte: Adaptada de Souza (2018, p. 102).

É primordial considerarmos que a região em questão sempre foi preocupação estratégica de segurança nacional. Queiroz (2008) apresenta a ferrovia como uma preocupação para além do interesse econômico e desenvolvimento regional:

Deve ser ressaltado, entretanto, que a construção dessa ferrovia não se explica por interesses econômicos imediatos, isto é, interesses ligados exclusivamente à movimentação de mercadorias entre São Paulo e Mato Grosso. O fato era que a vinculação com o Prata, ao mesmo tempo em que abria para Mato Grosso interessantes perspectivas de dinamização econômica, trazia também um indesejado “efeito colateral”, do ponto de vista dos dirigentes do Estado nacional brasileiro: tratava-se, no caso, dos riscos à manutenção da soberania brasileira sobre essa província do Oeste. Nesse contexto, os eventuais efeitos econômicos da ferrovia apareciam, na época, claramente subordinados a interesses político-estratégicos do Estado nacional brasileiro [...]. (QUEIROZ, 2008, p. 53)

O desenvolvimento de centros urbanos, o crescimento das cidades e a nova reorganização militar, fez com que os “coronéis” diminuíssem sua presença marcante, e quase exclusiva, na balança de poder regional. O Estado nacional conseguiu, no processo de

consolidação da República, estabelecer o monopólio dos instrumentos necessários para colocar-se no centro das configurações de poder, pois a instalação da Circunscrição Militar em Campo Grande e sua ramificação por todo o SMT garantiu que a convocação para conflitos armados deixasse de ser prerrogativa dos “coronéis”, e sim competência de militares de alta patente. Dessa maneira, os “coronéis mato-grossenses, embora acolhessem o chamamento da luta, deixavam agora o nível de liderança para permanecerem subordinados aos chefes militares enquadrando-se na disciplina militar” (CORRÊA, 1995, p.122).

Corrêa (1995) demonstra que a submissão dos “coronéis” aos militares no sul do estado. Mas algumas revoltas, provenientes das casernas, mantiveram a situação de conflito e luta armada no sul e seus efeitos “recaíram sobre a população urbana, que sofria com a escassez de numerário e alto custo de vida nas cidades” (CORRÊA, 1995, p.124). As manifestações militares e suas consequências econômicas levaram os movimentos de trabalhadores organizados no início da década a reivindicarem ações das autoridades políticas. Podemos inferir que a relação entre levante militar, movimentos de trabalhadores e crise política no estado sintetiza as mudanças de figuração.

[...] a situação do estado agravou-se desta vez, ocasionando lutas e reivindicações sociais nos principais centros urbanos, a ponto de provocar o afastamento do presidente Pedro Celestino que se licenciou do governo e transmitiu o alto cargo ao 1º vice, Estevão Alves Corrêa. (CORRÊA, 1995, p. 125)

Após a década de 1920, “a luta armada como estratégia exclusiva dos coronéis regionais perdeu, portanto, o seu estímulo e as relações políticas modificaram-se paulatinamente diante de uma nova conjuntura nos anos subsequentes a 1930” (CORRÊA, 1995, p. 131). O aumento do controle do Estado sobre a região por meio do aumento do efetivo militar, o avanço dos núcleos urbanos e as consequentes organizações próprias dos desenvolvimentos das cidades, mostram o relativo enfraquecimento do poder dos chamados “coronéis” e, diante disso, eles passaram a reivindicar a divisão do estado, movimento que ganhou força na década de 1930.

Por conseguinte, a representação da fronteira SMT como violenta ou “terra de povo armado” está relacionada ao lento processo de centralização e controle das forças armadas na região, tornando o poder central mais capaz de regular os conflitos e impor a autorregulação dos indivíduos. As figurações, a partir da ferrovia, intervenção federal e aumento da força militar sofreram alterações e exigiram novas estratégias por parte dos sujeitos. O fato é que a presença paulatina do Estado causou um novo equilíbrio das figurações, pois à medida que

novos indivíduos integraram as figurações existentes, desencadearam a necessidade de mudanças estratégicas no jogo pelo poder.

3.1.4 Refigurações na fronteira e as novas representações: do “ocaso dos coronéis” ao “império dos bandidos”

Se recordarmos a totalidade dos processos sociais descritos nos itens anteriores até a década de 1920, podemos perceber a mudança de direção do processo em uma direção específica: maior controle Estatal sobre a região e, conseqüentemente, reorganização das figurações entorno deste. A presença do Estado na região se fortalecerá ainda mais a partir dos anos 1930, pois o governo federal instituiu novas intervenções, fato que implicou na reconfiguração “coronéis-bandidos” no SMT. Essa reconfiguração nas relações de poder demandou dos indivíduos novas estratégias e reorganização, porque era necessário manter a relações com o poder estatal, especialmente o poder federal.

Uma das estratégias foi o discurso divisionista – visto no capítulo anterior –, mas também a figuração “coronéis-bandidos” diminuiu a interdependência, ampliou-se a interdependência entre “coronéis”-Estado. Dessa forma, o processo iniciado a partir da intervenção federal de 1917, culmina com a representação de que a violência, existente na fronteira SMT é resultante das ações dos “bandos”. Esta representação encobriu as ações violentas dos coronéis e das sublevações militares na região, assim como lançou a tensão e conflito entre os “coronéis” do sul e do norte do estado para um novo nível. Baseados nas mudanças dos processos sociais, os “coronéis” ampliaram a interdependência com o Estado e passaram a disputar o poder, valendo-se de estratégias mais discursivas, e como monopolizavam o poder regional até as intervenções e conheciam as figurações regionais, reelaboraram suas lutas para o campo discursivo, articulando discursos para construir representações do tipo nós-eles, ou se preferirmos, estabelecidos e *outsiders*.

Corrêa, ao indicar a dificuldade em encontrar fontes sobre a década de 1930, demonstra elementos da representação, entendida como estratégia que permitem manter ou alcançar o poder:

Documentos sobre a história [política] de Mato Grosso no período de 1930 até o final do Estado Novo [1945] apresentam um sério problema para a pesquisa, já que houve uma ação deliberada por parte dos que participaram da política e do poder nesse mesmo período em não deixar vestígios de seus atos para a posteridade. Exemplo disso é o lapso existente na documentação da Câmara Municipal de Corumbá, abrangendo os anos de 1930 a 1945, sobre o qual não existem um só ofício ou livros de Atas que, segundo alguns, foram posteriormente queimados. (CORRÊA, 1995, p. 133)

Mesmo que a afirmação do autor deva ser posta em perspectiva, porquanto a dificuldade de pesquisa desse período está mais relacionada à desorganização dos arquivos, realidade presente ainda hoje, do que à inexistência de documentos desse período⁸⁸. Corrêa afirma que o poder “dos coronéis começou a sofrer seus primeiros abalos com a presença efetiva do governo federal, a partir de 1930” (CORRÊA, 1995, p.133). Essa presença efetiva ocorreu por meio de dois movimentos: sucessivas intervenções federais⁸⁹ na década de 1930 e o desarmamento da população no sul do Estado a partir de 1937. A gestão do interventor e militar Coronel Antonio Mena Gonçalves “caracterizou-se por uma ação saneadora e moralizadora contra os grandes proprietários usineiros do norte [principais representantes do grupo político dominante], que chegaram a ser presos e humilhados em seus próprios domicílios” (CORRÊA, 1995, p. 134). Entretanto, a ação do interventor sofreu oposição por parte dos próprios “coronéis”, pois denunciaram formalmente o interventor, acusando-o de inabilidade para governar, assim como no SMT, os “coronéis” recorreram ao próprio presidente Getúlio Vargas declarando-se dispostos a levantar armas contra o governo. Embora a reação dos “coronéis” do sul e do norte tenha sido motivada pela crise econômica regional, pois a medidas tomadas pelo interventor na política mato-grossense refletiu de forma negativa na “produção e exportações do Estado que já se vinha ressentido pela conjuntura de crise em todo o país” (CORRÊA, 1995, p. 136), ela também revela a mudança de estratégia em direção oposta às adotadas no início do século XX: combate armado entre grupos rivais ou contra o governador.

Conquanto na década de 1930 tenha havido combates armados influenciados pelas “revoluções” de 1930 e 1932, a disputa em torno do poder estadual centrou-se nas reivindicações de divisão do estado. As intenções divisionistas no sul ganharam expressão sintetizada por meio

88 Segundo o professor Dr. Divino Sena (UFMS), existem inúmeros documentos e atas desse período, tanto na Câmara Municipal quanto na Cúria e no Fórum de Corumbá. Também, segundo o professor, a UFMS de Corumbá possui um projeto em desenvolvimento de organização e catalogação de documentos do Fórum de Corumbá, e alguns documentos sinalizam para os conflitos sociais e políticos do referido período.

89 Interventores federais em MT: Sabastião Rabelo Leite (out./1930-nov/1930), Antonio Mena Gonçalves (nov./1930-abr./1931), Artur Antunes Maciel (abr./1931-jun./1932), Leonidas Antero de Matos (jun./1932-out./1934), Cesar Mesquita Serva (out. 1934-mar./1935), Felelon Müller (mr./1935-ago./1935), Newton Deschamps Cavalcanti (ago./1935-set./1935) Manuel da Silva Pires (mar./1937-set./1937), Julio Strübing Müller (set.1937-out./1945).

de manifestos publicados pela Liga Sul-Mato-Grossense, que apresentavam o SMT com a porção do estado mais desenvolvida e próspera, pois seu povo era empreendedor e se identificava mais com os paulistas do que com os cuiabanos. Um dos argumentos fortes pró-divisionismo defendia a elevação do SMT a categoria de estado, pois era preciso combater o banditismo (CORRÊA, 1995, p. 139-141).

Em 1937, o novo interventor federal Manuel da Silva Pires demonstrou preocupação com a atividade de “bandoleiros” no SMT. Para Corrêa (1995, p. 141-142), “se anteriormente o banditismo em Mato Grosso esteve integrado à estrutura de poder coronelista, quando sempre o bandido era o braço do coronel, nessa década de 30 essas relações modificaram-se sensivelmente”. A relação de interdependência entre coronéis e bandidos enfraqueceu-se e apresentou desequilíbrio, pois estes últimos “agiam independentemente, procurando apoio dos coronéis somente quando lhes era necessário” (CORRÊA, 1995, p. 142).

A partir do Estado Novo (1937-1945), os interventores exerceram pressão sobre os “coronéis” no SMT prendendo-os como bandoleiros e contraventores. Por meio de ações e auxílio do Exército e da polícia, os governantes identificaram a relação direta e indireta dos “coronéis” com o “banditismo” no fornecimento de armas ou em negociações de gado roubado e tornaram público o envolvimento como estratégia para desmoralizar e diminuir o prestígio e respeitabilidade dos “coronéis”. De acordo com Corrêa:

Uma vez estabelecida a ordem do Estado Novo, não haveria espaço para a existência de um povo armado e acostumado a prática dos excessos de liberdade numa região distante, de grandes dimensões e com a fronteira internacional igualmente extensa [...]. Nesse regime de força e arbítrio do poder central representado pelos interventores federais, o golpe radical contra os coronéis mato-grossenses, e especialmente no sul do estado, foi o desarmamento imposto a toda população a partir de 1937. (CORRÊA, 1995, p. 143)

O maior controle e presença efetiva do Estado por meio da ação dos interventores enfraqueceu o movimento guerreiro dos “coronéis”, bem como apresenta indícios de que as relações com os “bandos e bandidos” sofreu forte mutação, porque não lutavam mais nas mesmas trincheiras. Da mesma maneira que os “coronéis” tiveram de estabelecer novas estratégias, e uma delas foi a de combate ao banditismo, os “bandos” também se reconfiguraram. A campanha de desarmamento que visava em primeiro lugar reprimir o banditismo, também provocou e determinou o desarmamento dos chamados “coronéis”, porém,

essa ação só foi possível pela efetiva presença e controle do Estado na região com forte presença militar.

A existência de “bandos-bandidos” no sul de Mato Grosso foi possível dada a interdependência com o “coronelismo guerreiro”. À medida que os “coronéis” passaram a utilizar outros instrumentos para alcançar, se manter ou participar do poder, essa relação se enfraqueceu. Para Corrêa (1995), o banditismo em Mato Grosso resultou de conjunturas específicas, dentre as quais a existência da fronteira, pois essa região “caracterizou-se também como sendo uma terra de ninguém, cujas leis e os códigos de ética assumiam outra conotação, ou simplesmente inexistiam em determinados momentos, com a moral da fronteira resultando nas vistas grossas das autoridades e na conseqüente impunidade para os negócios ilícitos, para a contração e a violência” (CORRÊA, 1995, p. 61).

O autor constrói uma narrativa que permite identificar o “banditismo” na região como fenômeno vinculado aos conflitos pela terra e em estreita relação interdependente com autoridades políticas:

[...] a gênese de muitos bandidos situou-se nas questões de terra, nos desmandos praticados pelos detentores do poder [...] O banditismo rural em Mato Grosso desenvolveu-se com mais intensidade nas zonas de pecuária [...] Essa atividade caracterizou-se ainda pela produção extensiva e primitiva, com baixa absorção de mão-de-obra, marginalizando muitos homens do trabalho e da terra tornando-os maus vulneráveis ao domínio dos coronéis. (constituindo-se no batalhão de reserva nas lutas coronelistas), e estreitamento das opções do sertanejo que, ou agregava-se ao latifúndio como jagunço, capanga e bandido a disposição do grande senhor de terras, ou caía no mundo do crime por sua própria conta e risco. No primeiro caso, o bandido tinha a proteção do latifundiário coiteiro e no segundo, podia ser eventualmente perseguido por capturas organizadas pelos próprios fazendeiros. (CORRÊA, 1995, p. 153-154)

Outra noção enunciada pelo autor é que a “violência na zona fronteira confundiu-se com o próprio *modus vivendi* da população nessa região” (CORRÊA, 1995, p. 156). Para justificar essa afirmação e a presença do banditismo como integrante daquela sociedade, o autor argumenta que a faixa de fronteira é concebida como lugar estratégico e propício ao florescimento e à ação do banditismo, em razão da facilidade de fuga diante da possível repressão. Ele também afirma que o banditismo resulta da ação de detentores de latifúndios e cita a Cia. Matte Larangeira, como exemplo, considerando que a empresa, em busca de expandir seus domínios, entrava em conflito e expulsava os indivíduos que haviam tomado posse da terra anteriormente, da mesma maneira que mantinha seus trabalhadores em condições análogas ao

trabalho escravo. Ele conclui: “dessa forma, pode-se compreender os motivos que muitas vezes justificaram o banditismo no sul e na região de fronteira, tornando-o parte integrante do cotidiano da sociedade mato-grossense” (CORRÊA, 1995, p. 157).

A primeira fase do “banditismo” no SMT se deu durante a Primeira República (1889-1930) e nessa os “bandos” possuíam forte interdependência com o “coronelismo”. A segunda, a partir dos anos 1930, pode ser caracterizada pelo fortalecimento da força estatal na região e é marcada por lutas pela eliminação, porque os “bandos” assumiram uma posição de inimigos da ordem e do Estado.

Sobre o primeiro momento, o autor pontua:

O envolvimento de bandidos e coronéis mato-grossenses apareceu com bastante evidência na revolução de 1892, quando bandidos foram arrematados tanto do lado dos coronéis situacionistas como do lado dos coronéis revolucionários, para formarem os batalhões patrióticos. Após o término das lutas, e ainda muito tempo além do encerramento dessa fase guerreira da política regional, os remanescentes dos batalhões patrióticos continuaram a sua guerra particular, a exemplo dos mercenários irmãos Lopes, que percorreram todo o Sul de Mato Grosso [...]. (CORRÊA, 1995, p. 160)

É interessante notar que a proteção dos “coronéis” aos “bandos” e “bandidos” não exigia atividade da força policial/militar contra a ação dos mesmos. Só havia perseguição a eles quando motivado pelos próprios “coronéis”. Como exemplo, o autor cita a ação de Sismório e da Capitoa (codinome de Maria Aparecida Belmonte que liderava um bando), pois ambos haviam lutado a favor de “coronéis”. O primeiro engrossou as forças de Bento Xavier e a segunda havia se envolvido nas lutas partidárias de 1916. Eles foram perseguidos pelo Estado quando seus serviços não eram mais necessários aos “detentores” do poder político:

Tanto no caso de Sismório como de Capitoa, o banditismo só passou a ser combatido após seu envolvimento mais diretamente nas lutas coronelistas confirmando a estreita ligação entre bandidos e coronéis nessa fase da história mato-grossense. Assim, enquanto o bandoleiro Tomás permaneceu por muito tempo impune no norte do Estado, ‘protegido’ pelo coronel Totó Paes, o bando de Sebastião Lima era esfacelado pelo Tenente de polícia Gomes, no Sul de Mato Grosso. (CORRÊA, 1995, p.163)

Na ótica de Corrêa (1995), os “desmandos dos coronéis” do mesmo modo como a violência, que se tornara “endêmica” no sul, aliada à ação do banditismo, geraram uma “situação de insegurança” que passou a caracterizar a região de fronteira:

Por vezes, toda a população era mobilizada para defender as cidades contra os ataques comuns de bandos armados, como ocorreu em Cáceres, no ano de

1912, face a deficiência das forças policiais que eram praticamente impotentes para manter a ordem e a segurança pública no Estado. (CORRÊA, 1995, p. 164)

A segunda fase do banditismo no sul do Estado é fixada a partir da década de 1930. Na fronteira, os bandos dos “Bochinheiros”, os bandos de Silvino Jaques e dos Baianinhos foram os mais famosos. O primeiro grupo – “Bochinheiros” – agia na fronteira e adotou uma prática comum:

[...] quando explodia uma revolução em Mato Grosso, esses bandos permaneciam em território paraguaio até que a situação da política mato-grossense se normalizasse. A seguir, ultrapassavam a fronteira e [...] fazendo-se passar pelos vitoriosos da revolução, saqueavam toda a região fronteiriça. (CORRÊA, 1995, p. 166)

Silvino Jaques, líder de bando homônimo, lutou ao lado das forças governistas em 1932, no entanto, foi decretada a sua prisão em 1937. O “bando” foi visto como perigo para as autoridades quando, em 1936, matou um membro da “importante família de Alípio Santos, seus antigos amigos e companheiros, iniciando uma rivalidade que só teve fim com a própria morte de Silvino” (CORRÊA, 1995, p. 168-169). O período de combate do bando de Silvino Jacques coincidiu com o processo de desarmamento no Estado, dessa forma a repressão foi conduzida por militares que visavam desarmar a zona rural e urbana do sul do Estado.

O bando dos Baianinhos foi o último grande bando que atuou no estado. Foi reprimido pelo governo que organizou sua captura em 1941 e eliminou o líder próximo a Campo Grande. Cabe ressaltar que a perseguição aos bandos não foi noticiada por jornais locais da época, porque eles haviam se comprometido com o governo central em fazer boa propaganda do estado. Corrêa indica que o Departamento Estadual de Imprensa (DEIP) “atuou no sentido de acobertar ao máximo a situação de insegurança e banditismo comum na região sul” (CORRÊA, 1995, p. 174).

Em síntese, no “banditismo” existiu uma relação de interdependência e convivência com o poder. Conforme o Estado foi se deslocando para o centro do poder, por meio da ação militar, o “banditismo” foi dissipado e/ou adquiriu novas formas de ação. Ao “banditismo” foi atribuída a representação da violência da região, para além da ação dos “coronéis”, que passaram ser vistos como cidadãos que buscavam o bem da região, e serviu para as lideranças políticas exigirem maior presença da força estatal e justificar discursos divisionistas. As alterações no equilíbrio de poder da figuração “coronéis-bandidos” ocorreram à proporção que a presença do Estado na região se fortaleceu. Os “coronéis” demonstraram mais capacidade de reorganização

e com melhores condições de estabelecer melhores posições nas interdependências, se reconfiguraram junto ao Estado. A relação “coronéis”-Estado, ainda que permeada de tensões, permitiu que os coronéis participassem do poder, embora suas estratégias não fossem mais a utilização de armas.

3.2 A fronteira na ótica de Lucia Salsa Corrêa

Lucia Salsa Corrêa⁹⁰ apresentou seu doutorado – *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)* em 1997, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP⁹¹. Este trabalho figura como uma importante referência nos currículos e nas produções historiográficas regionais. O texto foi analisado a partir de três unidades de leitura: unidade I, composta pela apresentação e a introdução da tese; unidade II, que será a primeira parte da tese, constituída por dois capítulos; e unidade III, composta pela segunda parte do trabalho, que é desenvolvida em cinco capítulos. Nas unidades de leitura da pesquisa de Corrêa (2012), buscaremos, primeiramente, identificar e compreender o tema-problema, a ideia central, para em seguida procedermos à apreciação das ideias defendidas, a fim de problematizar a interpretação da autora sobre a fronteira, interpretação da qual emerge a representação.

3.2.1 A fronteira como território amplo, distante, mas articulado econômica e politicamente

Na apresentação da sua tese (composta por três subitens: “A história do Mato Grosso”; “As fontes”; “A fronteira, o território e o meio ambiente”), Corrêa (2012) desenvolve uma reflexão preliminar na tentativa de articular a história regional com o tema fronteira. Essa articulação, na perspectiva da autora, não pode negligenciar as imbricações entre história,

90 Lucia Salsa Corrêa é professora e pesquisadora. Graduiu-se em História pela PUC - São Paulo, em 1972. No ano seguinte, foi contratada pela UEMT, atual UFMS. Em 1980, defendeu sua dissertação de Mestrado em História Social sob o título *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870 a 1920)* na USP, e em 1997 defendeu sua tese de doutorado em História Econômica com o título *O sul de Mato Grosso: a fronteira na história regional (1870 a 1920)* também na USP, tendo como banca arguidora os professores José Jobson de Andrada Arruda (orientador), Carlos Roberto Antunes dos Santos, Fernando Antônio Novaes, Gilberto Luiz Alves e Vera Lucia do Amaral Ferlini.

91 Neste trabalho utilizamos a segunda edição dessa obra, publicada em 2012.

território e o próprio ambiente. Ela reconhece que é um desafio o estudo sobre a fronteira do Brasil, explica que pretende, por meio de fontes documentais, entender em última análise, “os homens de carne e osso” que escolheram num tempo passado habitar uma região “inóspita e, selvagem, carente de recursos” (CORRÊA, 2012, p. 16).

Em relação às dificuldades de inter-relacionar “homem-ambiente-história” a autora esclarece suas convicções:

Certeza de que a história é sempre uma história total [...] elucidadas através de instrumentos teóricos bem definidos por categorias e conceitos que fornecem uma visão sistêmica dos fatos e seus desdobramentos [...] certeza de poder dialogar com o passado através dos documentos, mesmo sendo apenas registros fragmentados e dispersos como peças de um ‘quebra-cabeças’ [...]. (CORRÊA, 2012, p. 16-17)

A afirmação faz-nos refletir que a autora se valerá da História Cultural para realizar suas análises, porque, como expressa Ginzburg (1989), o ofício do historiador se manifesta a partir da habilidade de identificar indícios, sinais que são manifestados com base em fontes/documentos, porém, esses indícios ajudam o historiador a reescrever a história, concedendo-lhe a possibilidade de entender o todo a partir de uma parte. Na esteira de Ginzburg, Gebara (201-?, p. 1) afirma, de maneira provocativa, que “o uso das fontes históricas e as periodizações constituem aspectos fundamentais da atividade do historiador” e, que habitualmente chamamos de “fonte”, não passa de indícios sobre determinado evento.

Corrêa desenvolve sua reflexão e construção historiográfica sobre a região meridional de Mato Grosso a partir da presença efetiva de colonizadores não indígenas nessa região isto é, a partir de meados do século XVIII, que tem como marco a descoberta do ouro em Cuiabá. Com a criação da capitania de Mato Grosso em 1748, os luso-brasileiros passaram a se preocupar em garantir os limites territoriais, com o objetivo de assegurar as regiões auríferas. Para tanto, fundaram os fortes Iguatemi (1767), Coimbra (1775) Albuquerque⁹² e Vila Maria⁹³ (1778), Poconé (1781) e o presídio de Miranda (1797). Esses núcleos fronteiriços garantiram a posse da terra à Coroa portuguesa e a segurança do ouro encontrado em Cuiabá. Ainda que, desde o século XVI, tenhamos registros da presença de colonizadores em terras sul mato-grossenses, é após a Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai (ou Guerra contra o Paraguai) que podemos discutir a ocupação efetiva da fronteira SMT. Segundo ela, após a Guerra (1870) até os anos de 1920-1930 temos uma “nova fase histórica” no Mato Grosso. É nesse período

92 Corumbá.

93 Cáceres.

que reside o objeto da tese de Corrêa, porquanto ela objetiva “compreender e explicar a consolidação da fronteira Oeste do Brasil [...] articulando a estrita relação entre fronteira e história regional e enfocando o espaço correspondente ao sul de Mato Grosso” (CORRÊA, 2012., p. 21). A autora se preocupou em apresentar antecedentes históricos da região, dado a “necessidade de resgatar as raízes da formação da fronteira” (CORRÊA, 2012, p. 21).

Quanto às fontes utilizadas na consecução da tese, ela descreve as dificuldades em encontrar fontes necessárias e relevantes para realizar sua pesquisa. Os obstáculos elencados por ela são: a desorganização administrativa que existia nos núcleos fronteiriços no século XIX, certamente devido ao seu isolamento; a existência da Guerra com o Paraguai, pois provocou o “desmantelamento da precária estrutura administrativa implantada na província”; e a terceira adversidade incidia no fato de que houve constantes conflitos e uma “conturbada política regional” (CORRÊA, 2012, p. 23-24). Os problemas demonstrados revelam indícios de que em sua pesquisa emergiram figurações sul-mato-grossenses semelhantes às apresentadas por Valmir Corrêa (1995), porque, segundo Lucia Corrêa (2012), a desordem administrativa, constantes rebeliões e tumultos foram promovidos por coronéis sulistas “ora contra o poder centralizado em Cuiabá, ora entre si mesmo em disputas por terra e poder local” (CORRÊA, 2012., p. 26).

Aliado à complexidade em encontrar fontes e formar seu *corpus* de análise, Corrêa considerou não ser possível conceber a história da fronteira SMT sem considerar as características do território, marcado por sua amplitude, pela distância de centros urbanos e de decisão política e por possuir um meio-ambiente diverso. O SMT possuía três paisagens naturais: os Pantanais, os Campos de Vacaria e a Zona dos Ervais. Essas paisagens influenciaram a organização social e econômica da região, da mesma forma como propiciaram a existência de figurações distintas. A mudança da paisagem natural é consequência do desenvolvimento capitalista na região:

Os vastos territórios fronteiriços do sul [...] não haviam sido incorporados de forma plena ao sistema de produção capitalista até a metade do século XIX. [...] a penetração do capital deu impulso à construção de um espaço determinado historicamente, uma vez que as relações de produção ali implantadas promoveram um lento e significativo desenvolvimento econômico. (CORRÊA, 2012, p. 29-30)

Mais adiante complementa “no caso da fronteira sul de Mato Grosso, esse arranque de civilização capitalista [...] foi gradativo, mas com efeitos substancialmente transformadores”.

E conclui afirmando que a transformação do meio ambiente pela ação capitalista só pode ser compreendida se combinada a fatores históricos da formação social e econômica na região.

Essas observações iniciais evidenciam quais os elementos que foram analisados por Corrêa (2012) a fim de alcançar seu objetivo: “estudar o processo histórico de ocupação e desenvolvimento do sul de Mato Grosso referente à fronteira” entre 1870-1920. Embora ela apresente indícios de que sua referência teórica será a História Cultural⁹⁴, veremos que ela interpreta o conceito de desenvolvimento sempre aliado à economia e ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Essa perspectiva, *a priori*, não impossibilita a filiação à História Cultural, uma vez que, segundo Pesavento (2007), “a História Cultural pressupõe um método, trabalhoso e meticuloso, para fazer revelar os significados perdidos do passado”, que podem ser dados econômicos e formas de produção. Contudo, é necessário lembrar que com o advento da História Cultural e considerando sua proposta paradigmática, a representação passa a ocupar um lugar central no trabalho de análise de fontes do historiador. Pautada na representação, a História Cultural propôs novos temas para a história, tais como Literatura, Imaginário urbano e rural, Discursos, Imagens, Identidades, entre outros “fatos” históricos que estavam à margem das narrativas históricas. Refletir acerca do desenvolvimento de uma região apenas no viés econômico é sempre um risco e, em certa medida, limitador das múltiplas figurações presentes em uma determinada região. A perspectiva do desenvolvimento econômico está presente na narrativa de Corrêa (2012). Essa abordagem, aparentemente se distancia dos referenciais propostos pela História Cultural de origem francesa, porque pondera o desenvolvimento com base na inclusão do modo capitalista de produção. Como exemplo, em uma perspectiva marxista, “as cidades [mas podemos pensar uma região] comparecem como o *locus* da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 46). Ou seja, a cidade ou uma região, ainda que seja abordada levando em consideração sua dimensão espacial, constitui-se como território no qual se realiza o processo de produção capitalista e as relações humanas se constituem a partir das relações capitalistas, sintetizadas no conceito de “classe”.

Corrêa (2012) esclarece que sua ótica de análise buscará desvelar a “figuração regional” da época e ressalta que não é possível pensar a região SMT de forma isolada de contextos

94 As duas epígrafes da introdução da tese confirmam esse indício: “[...] *il n'y a de frontières qu'humaines* [Existem apenas fronteiras humanas]” (Albert Demangeon e Lucian Febvre) e “a fronteira é uma linha que se traça entre homens” (Pedro de Alcântara Figueira, historiador e filósofo, foi pesquisador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (-SEB- e um dos criadores da História Nova no Brasil).

maiores, seja o nacional seja o internacional (Latino Americano). No entanto, ela, na esteira de Oliveira⁹⁵ (1993) compreende que o conceito de região sempre se fundamenta “na especificidade da reprodução do capital” (CORRÊA, 2012, p.39).

A análise luminosa de Oliveira fornece instrumentos imprescindíveis para o entendimento do caso do sul de Mato Grosso, no recorte temporal dos fins do século XIX e início do XX, como espaço determinado por relações. (históricas) capitalista que assumiram a especificidade de um processo singular, resultado distinto da configuração de formas distintas e combinadas de produção. Além disso, Oliveira associa a dimensão política à econômica no contexto regional, explicando como as classes econômicas reproduzem as relações de produção. (CORRÊA, 2012, p.40)

Assim, compreendemos que a autora analisou o processo de desenvolvimento regional como meio de crescimento econômico. Não podemos considerar que a evolução e transformação social possam ser pensadas apenas em um sentido positivo. Estes últimos são marcados por processos cegos que, em uma longa duração, podem se revelar como retrocesso. De acordo com Elias, todo processo civilizacional, entendido sempre como algo positivo no campo da cultura, mas que em nosso imaginário segue sempre em uma direção sem possibilidade de retorno, é também, e ao mesmo tempo, um processo descivilizacional: “Dentre os elementos comuns a todos os processos de civilização, assim como a todos os processos de descivilização, destaca-se sua direção. Nesse caso, basta uma seleção de critérios para o direcionamento de processos de civilização” (ELIAS, 2002, p.23).

Apesar da digressão realizada no parágrafo anterior, não podemos ler o texto de Corrêa (2012) sem levar em consideração o conjunto de seus argumentos. Assim, explicamos que a autora se compromete, no primeiro item da introdução de seu texto, a analisar o desenvolvimento da região relacionando-o à economia regional, nas suas interfaces com a economia nacional e internacional. A autora buscou identificar a singularidade da região valendo-se das relações entre “as bases materiais, políticas e culturais” (CORRÊA, 2012, p. 41). Ela reconhece a fluidez e a complexidade do espaço fronteiriço, porque ele se configurou em torno do desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo como espaço de disputa entre “coronéis” e oligarquias ligadas a latifúndios em busca de estabelecerem o monopólio político eleitoral na região. (CORRÊA, 2012, p.41).

95 OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Em síntese, o estudo de Corrêa (2012) visa contribuir para “compreender a história de uma região e de um povo” sem descartar a realidade espacial na qual se desenvolveram “as relações e interações entre o meio ambiente e a ação de conquista do homem nesses sertões selvagens”. A entrada e a conquista da região por colonizadores devem ser pensadas e analisadas considerando as múltiplas configurações: o limite e a linha demarcatória entre dois países remetem a conflitos por domínios e a consolidação da nacionalidade; a garantia dos limites relaciona-se intrinsecamente com as “relações capitalistas”, dado a instituição do latifúndio e a construção de poder oligárquico (CORRÊA, 2012, p. 43).

Mesmo que Corrêa (2012) admita o desafio de estudar a história das fronteiras, reconhece também que a fronteira em questão “necessita ser compreendida a partir da temporalidade e da ação transformadora do homem sobre um determinado território”. Ela busca fazer uma espécie de “arqueologia” do conceito de fronteira, para demonstrar de forma clara e concisa as diferentes perspectivas da representação de fronteira.

Sua “arqueologia” inicia a partir da representação de fronteira natural e por meio do diálogo com importantes historiadores e geógrafos, tais como Turner, Hennessy, Mombeig, Weber e Wilcox. E termina por construir sua definição e, por conseguinte, a representação por meio da qual balizará suas análises.

Segundo ela, umas das primeiras definições de fronteira foi a que reconheceu o limite como natural. Nessa perspectiva a fronteira é marcada por um rio ou por algum outro acidente da natureza que possa dividir dois territórios ou dois povos. Para Corrêa, mesmo sob essa concepção não é possível compreender a fronteira sem a inter-relação, pois “uma fronteira natural nunca pode ser vista como obstáculo ou salvaguarda de uma comunidade, mas como um caminho, uma via de mão dupla que permite uma articulação inter-regional e Intercontinental” (CORRÊA, 2012, p. 45). É possível afirmarmos que Corrêa conceberá a fronteira como espaço aberto, como uma zona de contato entre culturas, povos ou nações.

O segundo conceito de fronteira Corrêa busca nos estudos clássicos dos franceses Jacques Ancel⁹⁶ e Camille Vallaux⁹⁷. Para o primeiro, a fronteira é sempre uma realidade articulada aos fatos humanos. Essa noção possibilitou a Vallaux entendê-la como uma zona, isto é, “uma área que se destina simultaneamente às interpenetrações e às separações entre Estados” (CORRÊA, 2012, p. 46). Para Corrêa, “zona-fronteira” corresponde à área ou ao território “articulado econômica e politicamente”. Ao tomar a fronteira como área sempre “articulada econômica e politicamente”, é preciso entender que “[...] a problemática da Fronteira vai muito além de seus aspectos naturais e geográficos importando muito mais a complexidade dos fatores históricos que explicam a ocupação econômica desse determinado território e as implicações políticas daí decorrentes” (CORRÊA, 2012, p. 46). O fator econômico, presente no objetivo da tese, se constitui como elemento necessário à figuração presente na fronteira SMT, porque a constituição da fronteira Oeste brasileira, desde o período Colonial, em relação aos países vizinhos de origem espanhola, mais especificamente com a Bolívia e com o Paraguai, até o século XX apresentou conflitos de ordem política ou militar. Tanto o Tratado de Tordesilhas quanto os de Madrid e de Santo Idelfonso, com seu princípio de *uti possidetis*, nunca foi respeitado por nenhuma das partes. Nesse contexto, Corrêa, ao tratar de Mato Grosso e sua fronteira sul, entende que “não apenas como resultado de uma expansão interna (as fronteiras mineiras e agrícolas, por exemplo), mas também como área permeável a influência externa” (CORRÊA, 2012, p. 47). Corrêa aponta que em razão da complexidade da fronteira desde a época colonial, a mesma só pode ser compreendida em sua relação com o continente americano, imersa a um processo global da formação dos limites e do desenvolvimento econômico dos Estados Latino-Americanos.

Seguindo a proposta de inventariar o conceito de fronteira, Corrêa (2012) entende que a obra de Turner (*frontier thesis*) apresenta uma dicotomia patente sobre a fronteira: ela é marcada pelo contato entre mundo civilizado e mundo selvagem. Em Turner a fronteira não

96 Jacques Ancel (1878-1942) é considerado o fundador da geopolítica moderna francesa durante a década de 1930. Seus escritos deixam evidente sua oposição à teoria ratzaliana. Em 1936, no livro *Geopolítica*, Ancel apresentou uma profunda reflexão sobre o conceito de fronteira, e em 1938, na obra *Geografia das Fronteiras*, apresenta uma divisão geral para os estudos de fronteira que influenciou as análises futuras de pensadores filiados a Escola dos *Annales*. Apara Ancel a fronteira pode ser vista numa tríade: “Estados Amorfos”; “Fronteiras Plásticas” e “Fronteiras Movediças”. Essas informações foram coletadas em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n3.pdf e <http://www.leconflit.com/article-jacques-ancel-1882-1943-40545356.html>.

97 O geógrafo francês Camille Vallaux (1870-1945) publicou o primeiro estudo completo e sistemático em geografia política depois do alemão Ratzel, do qual discordou metodologicamente e conceitualmente. (Cf. SOUSA, Willian Morais Antunes de. *Camille Vallaux: uma figura da geografia clássica francesa*. GEOgraphia, ano. 17, n. 35, p. 197-203, 2015).

seria o limite, também não seria a zona, mas seria justamente uma franja de contato entre um mundo “bárbaro” e o “civilizado”. Tal perspectiva pode ser relacionada com a ideia de Martins (1996), quando apresenta a fronteira como lugar de troca e encontro de alteridades.

Pierre Mombeig, na esteira de pensadores ligados à História Cultural, criou a categoria franjas ou zonas pioneiras, amplamente utilizadas em análises históricas e geográficas sobre a fronteira. Para o geógrafo franjas pioneiras devem ser entendidas como a “fronteira que progride irregularmente em direções confusas” (CORRÊA, 2012, p. 49). Essa perspectiva pode ser utilizada para pensar a fronteira SMT, mas em certa medida, contrapõe-se à concepção de Turner, porque o movimento de ocupação territorial nessa região não se deu em forma de ondas como ocorrido nos Estados Unidos, mas de forma difusa, ou seja, a ocupação da região se constituiu a partir de migrações de várias direções, (migrações do Sul, do Paraguai, da Bolívia, de São Paulo, de Cuiabá, dentre outras). Mombeig “assinalou um aspecto de especial interesse para o caso da fronteira mato-grossense, ao estabelecer o nexo entre a ação transformadora do pioneiro sobre as paisagens ambientais selvagens dos sertões [...] e suas consequências” (CORRÊA, 2012, p. 50).

Por fim, a partir de Alistair Hennessy, Corrêa (2012) demonstra que a concepção de fronteira como espaços vazios proposta por Pierre Channu não se aplica às fronteiras latino-americanas (CORRÊA, 2012, p. 50-51). Para Hennessy, a constituição das fronteiras na América Latina possui alta complexidade e heterogeneidade, pois elas não são e não foram espaços vazios e, conseqüentemente, só podem ser compreendidas mediante uma articulação entre seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (CORRÊA, 2012, p. 51). Dessa forma, muitas regiões da América Latina ainda permanecem em condições de fronteira, pois se organizam (ou desorganizam) tomando por base aqueles aspectos. Como exemplo, a condição de conflito que ainda vivem os povos indígenas na região fronteira sul-mato-grossense.

Outro autor que não aceita a representação da fronteira como espaço vazio é David Weber que, ao estudar a fronteira mexicana com os Estados Unidos, concebe que “não existem fronteiras sem homens” (CORRÊA, 2012, p. 52). Para Corrêa, embora a representação de fronteira como espaços vazios, esteja presente no imaginário e em algumas análises sobre fronteira, ela não pode ser utilizada para compreender e explicar a fronteira sul-mato-grossense. Também não se aplica ao caso sul-mato-grossense a “concepção de fronteira aberta e dos fundamentos da sociedade norte-americana conforme a tese de Turner” (CORRÊA, 2012, p. 53).

Dado isso, a autora defende que

[...] uma adequada abordagem histórica da fronteira [...] no século XIX vinculou a questão do Estado moderno, que pressupõem um território identificado organizado, uma totalidade de habitantes minimamente integrada. (através de uma língua nacional, de costumes comuns, de interesses econômicos relativamente articulados, etc.), um controle político-administrativo hegemônico; e, por fim, limites territoriais bem definidos com Estados vizinhos estabelecidos em mediações e arbitragens internacionais, definindo suas marcas parciais. (CORRÊA, 2012, p. 54)

Por conseguinte, há uma dificuldade quase evidente em pensar a fronteira de Mato Grosso antes do século XIX, pois até então a fronteira estava desorganizada do ponto de vista de identificação nacional. Sabemos que, até meados do século XIX, a povoação no Mato Grosso estava situada em pequenos núcleos vinculados à produção aurífera de concentrada nos entornos de Cuiabá. É a partir da segunda metade do século XIX que o sul de Mato Grosso passa a compor de forma significativa a figuração do estado. Corrêa (2012) busca demonstrar que o sul mato-grossense, no final do século XIX e início do XX, estava mais voltado para o exterior do que propriamente para o centro do estado (Cuiabá) ou do Brasil. Como exemplo, em 1913, Ponta Porã possuía mais diálogo com o Paraguai, pois dependia deste território para receber mensagens e/ou notícias e instrução escolar, em virtude da dificuldade de comunicação interna no Mato Grosso, uma vez que ainda não havia sido implantado o telégrafo, e o sistema de instrução presente em Ponta Porã ainda não supria suas necessidades.

Com base nas observações de Corrêa, e valendo-nos das palavras do poeta Manoel de Barros, podemos pensar a fronteira sul de Mato Grosso nesse período como “espaço deslimitado”, pois, embora houvesse o limite político, esse era sempre transposto dado às necessidades da população (CORRÊA, 2012, p. 59).

Para Corrêa (2012, p. 60): “uma das questões centrais da história da fronteira sul de Mato Grosso reside nas formas de ocupação econômica da região, determinada pelas possibilidades concretas de produção e exploração de recursos naturais”. A ocupação do sul de Mato Grosso revela a “tensão dos primeiros povoadores de origem europeia e a vigência do estado de permanente vigilância (e insegurança)”, essa situação caracterizou “os fenômenos de fixação ou mobilidade dos núcleos de povoamento coloniais, fossem estas fortificações, vilas polos de mineração em área de fronteira, o que acabou por conferir à história de Mato Grosso a marca da violência” (CORRÊA, 2012, p. 60-61).

3.2.2 As fronteiras no interior da “fronteira de linhas mal traçadas”

A primeira parte da tese de Corrêa (2012), sob o título “O sul de Mato Grosso: a fronteira das linhas mal traçadas”, é composta por dois capítulos: “A fronteira Indígena, lusa e castelhana” e “A fronteira na primeira metade do século XIX”. Nesta seção, Corrêa apresenta o processo de ocupação da região sul do antigo Mato Grosso desde o século XVI. Ela constrói uma relação entre o processo de povoamento da região sul com o desenvolvimento econômico, de forma especial a partir da instituição da Capitania de Mato Grosso e das mudanças ocorridas antes e depois da Guerra contra o Paraguai. Para ela é

[...] necessário compreender o processo de conquista e ocupação da região determinado também pelo fator ambiental da conquista de um território específico e caracterizado por uma paisagem exuberante e singular, desconhecida dos pioneiros europeus. O conquistador do extremo oeste [...] submeteu-se a uma sofrida adaptação a esse ambiente pela necessidade de sobrevivência e pelos altos riscos da exploração do potencial econômico da região. (CORRÊA, 2012, p. 69)

Em face do título e da leitura do texto, inferimos que, na visão da autora, os limites entre território espanhol e português (atual Brasil e Paraguai) se constituíram num processo que envolveu conflitos, acordos, desacordos e ações que escapavam ao controle das autoridades políticas da época. Embora a demarcação tenha se viabilizado mediante acordos e tratados, a estratégia de ‘ocupação’ – não de efetivo povoamento, mas de construção de postos avançados e fortes – foi o elemento fundamental que garantiu o domínio luso-brasileiro sobre a região meridional de Mato Grosso. Outro fator de garantia dos limites foi a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a qual marcou a história e a representação de que os brasileiros conquistaram o território, que era paraguaio, por meio da força.

A autora esclarece que o processo de ocupação do SMT foi estratégico por parte de Portugal e sua manutenção foi planejada por parte do Brasil:

Assim se explica a questão do alargamento das posses de Portugal até o Prata. (caso da colônia de Sacramento) e para muito além do Tratado de Tordesilhas, pela proveitosa atividade comercial, paralela ao papel preponderante das bandeiras paulistas e, de forma bem clara, desconsiderando a explicação que atribuiu a Portugal o direito de assimilar linhas geográficas planteadas como fronteira entre os dois impérios, bem ao gosto dos defensores da teoria das fronteiras naturais. (CORRÊA, 2012, p.80)

O avanço dos portugueses até a margem direita do rio Paraguai, pode ser entendido como tático, pois até o século XIX, havia evidências de litígio sobre aquele território, pois

Povoados e fortificações como Albuquerque, Corumbá, forte Coimbra, erigidas a margem direita do rio Paraguai em região de domínio hispânico presumido recebiam recomendações expressas para nada se construir em alvenaria devido à precariedade da posse. (CORRÊA, 2012, p.81)

Para justificar tal afirmação, ela cita o relato de um viajante espanhol, que viera reconhecer os portos e a possibilidade de navegação do rio Paraguai. Contudo, a alegação deve ser analisada à luz de estudos desenvolvidos sobre os contextos dos Tratados de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), porque é de amplo conhecimento que as linhas limítrofes do Brasil e seu desenho atual pouco se alteraram após os Tratados de Madrid e de Santo Idelfonso.

As epígrafes⁹⁸ que inauguram a primeira parte da tese de Corrêa (2012) se destacam por sua beleza poética e ideológica⁹⁹: “Mato Grosso encerra em sua própria terra sonhos guaranis [...] Se não fosse a guerra quem sabe, hoje era um outro país”¹⁰⁰; “[...] *Para los portugueses, el Paraguay era parte integrante de la misma expresión geográfica, el Brasil*”¹⁰¹. Essas epígrafes sugerem (*a priori*) ao leitor que o texto defenderá: 1- que o sul de Mato Grosso se orgulha e reconhece suas raízes e influências guaranis (o termo “guaranis” pode significar tanto a etnia indígena Guarani quanto as influências paraguaias); 2- A fronteira, para além de seu limite imaginário e político, se manifesta como zona de contato permeável de troca de culturas; 3- A região que identificamos por fronteira SMT era um território paraguaio e, por meio da guerra, o Brasil a conquistou.

Todavia, nenhuma dessas três possibilidades de interpretação se manifestam no decorrer do texto. Entretanto, essas possibilidades se manifestam no campo da representação construída intencionalmente sobre a região no decorrer da história. A ideia de aliar a cultura guarani à identidade do sul de Mato Grosso é parte de um plano político instaurado a partir da

98 A Epígrafe é um texto em que o autor apresenta uma citação [...], relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho. As epígrafes normalmente revelam a inspiração que motivou o autor à realização do trabalho.

99 No sentido de um conjunto de ideias (crenças, tradições, princípios, mitos, etc.) interdependentes, sustentadas por um determinado indivíduo ou grupo social de qualquer natureza ou dimensão. Tais ideias refletem, racionalizam, defendem e reafirmam os próprios interesses e compromissos dos indivíduos com o grupo e com instituições, sejam por meio de valores morais, religiosos, políticos, econômicos ou científicos.

100 Trecho de música composta por Almir Sater e Paulo Simões, em 1982. Epígrafe da primeira parte da tese de Corrêa.

101 Epígrafe do capítulo um da primeira parte da tese de Corrêa, extraído de Cardozo (1961, p. 35).

criação de Mato Grosso do Sul¹⁰². A concepção de que o Brasil tomou para si uma porção de terra que pertencia ao Paraguai não é fato pacífico e também difícil de ser provado, exceto se tomarmos o Tratado de Tordesilhas como fonte. A autora informa a presença de portugueses em terras do SMT desde o século XVII e também é de amplo conhecimento acadêmico que os Tratados de Madrid e de Santo Idelfonso deram o contorno dos limites territoriais brasileiros que existem hoje. A hipótese de que a fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai fora um palco de trocas de cultura e assimilação de costumes, ainda hoje carece de análises mais profundas e conclusivas. Ainda que não possamos negar a existência de trocas e assimilações entre portugueses e guaranis e entre brasileiros e paraguaios, afirmar categoricamente que os sul-mato-grossenses assumiram a herança e influência guaranis e paraguaias é difícil de ser sustentada, pois os *habitus* guaranis foram, no campo da representação identitária da região, desqualificados até meados do século XX. Os discursos que propõem a ressignificação e valorização identitária baseados nas heranças guaranis (paraguaia e indígena) são recentes e ainda não podemos alegar que foram incorporados plenamente pelos indivíduos que vivem na região.

No início do século XX, a historiografia regional buscou negar qualquer influência do país vizinho ou dos indígenas na constituição identitária do Mato Grosso. Cabe salientar que, ainda hoje, para o senso comum, exceto a música, alguns alimentos e bebidas como a chipa, a sopa paraguaia e o tereré, não veem filiação e não querem se filiar à herança histórica e cultural do país vizinho, ainda que, como demonstrou Caetano (2017), a construção da identidade sul-mato-grossense após a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977 tenha se utilizado da música e da culinária de origem paraguaia como elementos de distinção e identificação.

Tais Essas observações são relevantes, porque queremos apreender qual ou quais representações da fronteira SMT surgem da narrativa de Corrêa (2012). Temos patente que ao buscarmos identificar a representação presente no texto de Corrêa, podemos propor uma representação igual ou distinta, contudo temos a intenção de permanecer no campo de tensão, no entre-lugar das diversas representações que se manifestam nos textos dos diversos historiadores regionais. Queremos analisar as representações contidas na tese de Corrêa (2012), para verificar a que ponto essa representação se alinha à presente nos historiadores profissionais

102 Para mais detalhes sobre o assunto destacamos a tese de Gilmar Caetano (2017).

e diletantes a respeito do SMT do início do século XX. A pergunta que nos orienta nesse momento é: qual representação de fronteira manifesta-se na tese de Corrêa (2012)?

Na primeira parte de sua tese, a autora afirma que a “reprodução de interpretações consagradas das determinações históricas do capital mercantil” não é suficiente para explicar o desenvolvimento do Mato Grosso a partir do século XX. Dessa maneira, desperta no leitor a ideia de que não se filiará a interpretações “consagradas”. Porém, as páginas seguintes não a distanciam disso. Entendemos que a narrativa da autora sobre a constituição do desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso, pode ser sintetizado em quatro prismas: 1- A relação conflituosa entre índios e não índios; 2 - Dificuldade de abastecimento e pobreza da região; 3- O meio ambiente, sua conquista e habitação; 4- Violência e contravenção (CORRÊA, 2012). As análises da autora se sustentam com base na concepção de que a atividade econômica, especialmente a pecuária, que é o fator-chave do progresso da região (CORRÊA, 2012).

Se colocarmos a narrativa da autora sob a ótica figuracional, ainda que não possamos negar que o desenvolvimento da região fronteira sul de Mato Grosso com o Paraguai perpassa pelos quatro prismas supracitados, é possível, a título de exemplo, compreendermos o processo de crescimento com base na habilidade em ocupar terrenos hostis, sob a inventividade do criar postos de vigilância e controle como os fortes Coimbra e Corumbá e, dado às inventividades dos sujeitos ocupantes negociarem entre si e com seus vizinhos, sejam indígenas sejam paraguaios.

A violência e o conflito, aspecto destacado na tese, não são características exclusivas do sul de Mato Grosso, mas parece ser uma constante do desenvolvimento humano e social bem como característica presente em todo processo de ocupação e estabelecimento de novos habitantes em uma região desconhecida ou previamente habitada. As divergências e lutas estão presentes em todo continente americano, desde a chegada do europeu e seu avanço sobre o continente. Entre os argumentos da autora que tentam demonstrar o avanço econômico da fronteira, emergem representações da região. Esse último tópico, na tese de Corrêa, orbita quatro concepções não excludentes: 1- Fronteira como limite entre dois ou mais países; 2- Fronteira como zona ou faixa de contato e de trocas entre índios e não índios ou entre luso-brasileiros e hispânico-paraguaios; 3- Fronteira como sertão (contato entre barbárie e civilização); 4- Fronteira como local distante, abandonado, violento e palco de contravenções.

3.2.3 A Guerra contra o Paraguai e a reconfiguração da fronteira

Na segunda parte de sua tese, Corrêa (2012) apresenta as consequências da invasão paraguaia para o crescimento econômico da região sul mato-grossense. Sustenta que essa invasão, nos anos de 1864-1870, colocou em crise a economia que estava em franco desenvolvimento, em face dos índices econômicos verificados no setor de transportes fluviais, a exportação e importação, bem como da produção ‘agroindustrial’ local. A invasão Paraguaia colocou em colapso o setor fluvial na região. Sua recuperação só foi possível graças à agropecuária, com a criação de gado. Com base em fontes como relatórios e cartas de oficiais do governo, relatórios de comandantes das colônias militares, são apresentados dados que ilustram a descrição das dificuldades em criar gado na região de fronteira, especificamente no Pantanal, e de comercializá-lo naquele momento histórico em particular. Três dificuldades são relatadas pela autora como consequência dessa invasão: falta de tecnologias de produção e manejo, ameaça permanente na fronteira e doenças e epidemias dos homens e dos animais.

Aqui poderíamos inferir uma quinta representação que emerge na narrativa de da autora, mas ao contrário das quatro primeiras, não permeará o restante da tese. A representação de que todos os males são oriundos do estrangeiro, no caso específico do paraguaio. Na falta de explicações e de compreensão da origem e das doenças, atribuiu-se ao “outro” sua causa, todavia não havia evidências de que a origem das doenças estava no outro lado da linha divisória¹⁰³: “Embora desconhecida a origem da moléstia, Taunay afirmava que o *mal de cadeiras* procedeu da Bolívia no ano de 1857” (CORRÊA, 2012, p.127, grifo da autora).

103 Recentemente produtores de gado, por falta de informação, ainda atribuem o perigo de doenças do gado, como a febre aftosa, ao Paraguai, todavia, assim como no Brasil, mantêm-se o controle sobre o rebanho paraguaio: “O pecuarista Edson de Oliveira aproveitou o primeiro dia da campanha oficial de vacinação contra a febre aftosa para imunizar o rebanho. [...] A preocupação do produtor é porque a fazenda fica no município de Antonio João, na fronteira com o Paraguai”. (Reportagem do dia 06/11/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/11/pecuaristas-proximos-ao-paraguai-fazem-vacinacao-contrafebre-aftosa.html>. “A Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) concedeu novamente o certificado de país livre de aftosa com vacinação ao Paraguai [...] A revalidação do certificado desmistifica a crença, não assumida oficialmente, mas difundida entre pecuaristas e associações de produtores brasileiros e argentinos, de que o país vizinho teria sido o responsável pelo ressurgimento da aftosa em seus territórios” (Reportagem do dia 25/05/2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,paraguai-esta-livre-da-febre-aftosa,20060525p35575>). “O Paraguai se transformou na última década no sexto maior exportador mundial de gado bovino, superando países de referência na região, como a Argentina e o Uruguai, mas não o gigante Brasil [...] Apesar de um surto de febre aftosa em 2008, que causou incerteza para os produtores e estremeceu acordos comerciais internacionais, o setor está crescendo outra vez [...] O país embarcou quase 2.000 cabeças em oito aviões com destino ao Equador, país que está se iniciando no mercado exportador depois de ser declarado livre da

Ao tratar da “fronteira pós-guerra com os paraguaios”, Corrêa descreve que a luta, como é de se esperar de um conflito armado, “provocou desorganização das vilas e das fazendas de criação de gado” (CORRÊA, 2012, p. 117). No campo das representações, é importante destacar que a autora, no início do primeiro capítulo, trata de zona fronteiriça toda a região ocupada pelo exército paraguaio, essa zona fronteiriça envolve os atuais municípios de Corumbá, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Ponta Porã dentre outros, de forma genérica a região sudoeste de MS e o Pantanal. Ela apresenta um quadro das consequências da guerra para os habitantes dessa região, em virtude de sua duração, os indivíduos padeceram de isolamento, carestia, aprisionamento de famílias, ruína de propriedades e negócios (CORRÊA, 2012, p. 117). Para além dos efeitos da guerra, a concepção de afastamento permeia a tese de Corrêa (2012).

O capítulo “A conexão fluvial da fronteira com a Bacia do Prata” exibe grande quantidade de citações de documentos/fontes, tais como relatórios de autoridades militares e de governo. Ela trata de questões relativas à comunicação e ao escoamento de produção e compra de produtos. No século XIX, a hidrovia se manifestou como a grande promessa e o meio para fortalecer e consolidar o avanço econômico de Mato Grosso. A autora demonstra e constata que a navegação hidroviária não conseguiu efetivar-se como elemento integrador e de desenvolvimento, em razão de vários fatores, tais como: questões naturais, altos custos e o limitado ou quase inexistente mercado produtor e consumidor da região, bem como, mais recentemente, a construção da Ferrovia.

A fronteira se manifesta neste capítulo como limite. Citações como “a fronteira de Mato Grosso [...] permitindo o contato direto [...] da província com as repúblicas sul-americanas” (CORRÊA, 2012, p. 143), “definir fronteira” (CORRÊA, 2012, p. 151) e “imensa fronteira aberta” (CORRÊA, 2012, p. 159) são constantes no decorrer do capítulo. Também, a fronteira SMT com o Paraguai figura nesse capítulo como sinônimo ou equivalente a uma região maior e permeável:

A utilização do rio Paraguai como artéria principal, somado à rede de afluentes navegáveis que possibilitavam o contato com o interior da fronteira através da navegação do Apa, do Miranda, do Aquidauana e do Taquari, sem mencionar a imensa teia de muitos outros pequenos rios e canais nos Pantanaís [...]. (CORRÊA, 2012, p. 144)

No capítulo três da segunda parte da tese, “A inserção da fronteira no mercado mundial”, a autora analisou o desenvolvimento histórico regional vinculado ao desenvolvimento econômico e ao sistema capitalista sul-americano. Segundo ela, apenas assim é possível compreender a região (CORRÊA, 2012, p. 173). O período de estudo se limita desde o final do século XIX até 1925. Neste capítulo, a fronteira passa a significar todo o sul de Mato Grosso. Ao tratar do desenvolvimento do capitalismo da região do Prata, na esteira de Hobsbawm e Castells, ela novamente manifesta fronteira como sinônimo de limite entre nações: “não se tratou apenas de redesenhar linhas limítrofes ou definir novas fronteiras” (CORRÊA, 2012, p. 177); e revela um antagonismo regional: “Essas novas fronteiras acabaram por delimitar espaços e definir posições entre ricos e pobres, dominantes e dominados, industrializados e periféricos”, que deve ser relativizado, pois a condição histórica, do ponto de vista econômico, de todos os países da região do Prata é de emergente.

Ainda que o capítulo apresente de forma convincente a relação entre o desenvolvimento econômico regional e o sul-americano, perguntamo-nos, qual a concepção de fronteira presente no mesmo. O questionamento emerge, porque, ora a fronteira aparece como limite, ora como espaço aberto, sertão ou lugar de contravenção e violência.

No capítulo “A posse da terra e o boi na fronteira sul”, Corrêa demonstra o processo de ocupação do sul de Mato Grosso relacionando-o com a criação de gado e a ampliação do comércio desde 1880 até a década de 1920. O processo de ocupação do sul de Mato Grosso, não foi totalmente distinto de outras regiões brasileiras, mas possui três elementos singulares: isolamento, natureza feroz e índios.

[...] sem contar com difícil e sofrida adaptação dos pioneiros ao meio ambiente *sui generis*, não só pela exuberância e ferocidade de sua natureza como pelo isolamento nos confins desses sertões e da convivência com o elemento indígena, este em número muito superior à população civilizada e rarefeita. (CORRÊA, 2012, p. 202)

Corrêa apresenta esses três elementos que envolveram a ocupação do SMT como diferencial em relação a outras regiões, é preciso relativizá-los, pois esses elementos – natureza, indígena e insegurança dado o isolamento – constituem uma constante no processo de expansão e povoação do interior brasileiro e latino-americano. Todavia, é importante destacar que a autora evidencia a parca presença do estado ou de fiscalização do mesmo na região SMT. Em sua perspectiva essa ausência possibilitou que os atores colonizadores fizessem suas leis e

estabelecessem critérios de posse, geralmente distintos das regras e critérios fixados em leis. A representação da fronteira como zona de contato e de conflito social fica evidente.

O custo da terra na fronteira meridional mato-grossense foi aparentemente a posse pura e simples. Todavia esse custo pode ser melhor avaliado pelo alto grau de violência que marcou a expansão das unidades territoriais para a criação de gado ou extração de erva-mate, dada sua situação de risco dos posseiros pioneiros configurada pela insegurança e instabilidade da fronteira paraguaia e da fronteira indígena. (CORRÊA, 2012, p. 202)

Elementos como desrespeito às leis vigentes, posse irregular ou à força da terra, grandes latifúndios, insegurança, violência e contravenção são constantes no texto e fortalecem a representação figurativa de um contato entre sujeitos que querem tornar a região próspera econômica e socioculturalmente, e indivíduos que marcam o atraso e retrocesso, estes representados pelos indígenas.

Nem mesmo as leis de regulamentação de terras, a partir da segunda metade do século XIX, conseguiram pacificar esse processo de lutas, ou ainda evitar as posses irregulares e clandestinas que caracterizaram a região ao longo do tempo. (CORRÊA, 2012, p. 204)

A própria autora mostra a mudança de figuração na fronteira no início do século XX, ainda que não há como negar ou afastar a violência ocasionada pelo interesse em deter a posse da terra, seja por parte de sujeitos ou por parte de organizações:

O episódio, bem como todo entendimento sobre a questão das terras no estado de Mato Grosso no alvorecer do período republicano remete à compreensão da estrutura do poder oligárquico assentada no monopólio de terras, no coronelismo e, em consequência, na subordinação do estado e todo seu aparelho político-jurídico-administrativo. (CORRÊA, 2012, p. 214)

No início do século XX, o Estado passa a ser visto como elemento necessário para garantir o que já fora conquistado por indivíduos e passa a ser requisitado como agente de mudanças no sentido de pacificar o cenário sociopolítico regional. A pacificação social é um processo civilizador, mas que é frequentemente substituído em Corrêa pela ausência do Estado:

Na região de Miranda os mesmos problemas repetiam-se como variantes de um mesmo tema [violência] com a permanência dos abusos nas posses de terras e legitimações de particulares que usurpavam os territórios de “[...] índios mansos das tribus” [...] José Alves Ribeiro, proprietário da fazenda Taboco, oficiava ao governo do estado reclamando dos índios Coroados. (Bororo) que rompiam suas cercas roubando o arame e gado. (CORRÊA, 2012, p. 219)

Mesmo instável, o processo de ocupação e seu *modus operandi* no sul de Mato Grosso foi contínuo e irreversível. As expressões “insegurança”, “terra da contravenção”, no texto de

Corrêa (2012), demonstram as estratégias dos fronteiriços para superarem as adversidades da região. Contravenção pode ser entendida como uma ação que revela a interdependência dos atores sociais e suas ações para garantirem seus propósitos de manutenção de poder ou de posse da terra.

O contrabando de gado pela fronteira com o Paraguai [...] manteve-se rotineiro e incontrolável, sempre mencionado em relatórios oficiais e outros documentos. As evidências, entretanto, indicam que muitos fazendeiros adotavam a alternativa do contrabando para viabilizar a produção pecuária da região e manter seus latifúndios na zona fronteira. (CORRÊA, 2012, p.220-221)

O chamado “contrabando” do início do século XX assume uma disputa entre os ‘donos da terra’ e os interesses do Estado, que ainda de forma tímida, busca se fazer presente na região. Embora a lei para reprimir o contrabando seja de 1897, sua regulamentação é de 1917. Assim, a partir da segunda década do século XX, o Estado, na tentativa de ampliar sua arrecadação, aparelhou a delegacia fiscal da região, “através do documento instruções para o serviço de repressão do contrabando na fronteira [...]” (CORRÊA, 2012, p. 222). O registro tinha a finalidade de reprimir a entrada de qualquer mercadoria que não fosse declarada. As ações do Estado para diminuir a contravenção fazem emergir a representação do fronteiriço como indolente, pois uma das alternativas do poder político foi abrir contratação de guardas da fronteira para ampliar a fiscalização, mas as exigências para o cargo não eram compatíveis com o típico fronteiriço, isto é, sujeito contraventor e não era dado à vida conforme a lei. Essa mesma representação é expressa por Melo e Silva em *Fronteiras guaranis* (2003):

O exercício, da tarefa espinhosa e de difícil concretização, estava expresso nas funções específicas da guarda da fronteira de acordo com as exigências legais, também difíceis de ser cumprida no tocante a qualificação de pessoal habilitado. [...] alguns dos requisitos para o emprego público eram: ser brasileiro, saber ler e escrever, ter bom comportamento, não ter cometido crime infamante, não estar respondendo processo criminal ou administrativo, não ter envolvimento com o comércio clandestino, tampouco ter desertado [...], exigências que muito reduziam o número de candidatos no universo da população típica dessa fronteira. (CORRÊA, 2012, p. 224)

Nessa citação, fica evidente que a representação da região geográfica marca simbolicamente seu habitante de forma análoga. A região brasileira, que é uma fronteira geográfica, entendida como sinônimo de ausência do poder do estado, palco da contravenção, lugar de pessoas indolentes. Por parte do Estado, em razão das necessidades dos próprios habitantes, exigiram-se ações capazes de mudar a representação da região. Nesse processo, a educação passará a ocupar um lugar privilegiado no projeto de civilização da fronteira.

Em 1907, Virgílio Corrêa Filho, ao proferir o discurso inaugural na recém-fundada Sociedade Matto-Grossense de Agricultura, afirma que entre os vários objetivos que a nova organização deveria perseguir para melhorar a produção e as condições na fronteira, a educação figurava em destaque: “indicava como medidas modernizadoras da economia mato-grossense a priorização da educação para agricultura, com implantação de escolas de agronomia e a necessidade de investimentos dos criadores na melhoria das raças bovinas” (CORRÊA, 2012, p. 225).

A educação surge timidamente no texto de Corrêa (2012) a partir de uma de suas fontes, mas aproxima-se da representação proposta por Melo e Silva (1989; 2003), pois assume um papel fundamental na constituição do *habitus* social. É por meio da educação que se poderá melhorar as condições dos sujeitos, seja no campo econômico, no caso a agropecuária, quanto no social dos costumes.

No último capítulo, “A fronteira da rebeldia e da transgressão”, Corrêa (2012) reafirma os elementos que fizeram da fronteira um lugar de rebeldia e de transgressão das leis. A autora ao narrar o processo de migração, imigração e ocupação da região a partir de 1870, destaca a presença do estado como integrante do processo. Ainda que a sua presença seja, num primeiro momento como a de um “rei invisível”, aos poucos, de forma paulatina, a presença do poder estatal se torna efetiva. A ocupação do SMT pós Guerra do Paraguai caracteriza-se por dois movimentos migratórios. Houve uma forte imigração paraguaia para a região e a intensa migração de brasileiros oriundos de diversas regiões do país para a fronteira SMT.

O movimento de migração para o SMT ocasionou conflitos em torno da terra que muitas vezes desembocaram em eventos agressivos. A violência, tal como apresentada pela autora, está intrinsecamente relacionada ao avanço do processo histórico-social da fronteira. É preciso compreender a violência como fenômeno do contato entre indivíduos constituídos em diferentes processos sociais, mas que juntos desencadearam o processo civilizador da região. Afirmar que a chegada de colonizadores, e mais recentemente de migrantes de diferentes regiões à fronteira, compõe esse processo não significa que ele não ocorreria sem a presença desses novos sujeitos. A civilização é um evento constante, multidirecional, interdependente e com inúmeros pontos cegos, que se alteram à medida que novos indivíduos integram as figuras.

De acordo com Elias (1994b), o processo civilizador é inerente à sociedade humana, o que não pode ser confundido necessariamente como melhoria, ou seja, não se pode fazer juízo de valor no sentido de positivo ou negativo quando se pensa a sociedade. Entretanto, quando discutimos acerca dos civilizados ou não civilizados (bárbaros, selvagens, primitivos, etc.), ponderamos algumas características da cultura ocidental da qual nos orgulhamos, mas normalmente não a naturalizamos.

Quando nos referimos à fronteira como uma zona de contato necessariamente não nos referimos à ideia de que se estabeleceu o contato entre um povo ou cultura mais civilizada com outra menos, ao contrário, queremos evidenciar que o processo existente na fronteira se constituiu por múltiplos contatos e que possui diversas características e interdependências. Segundo Elias o conceito de civilização abarca

[...] uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização. (ELIAS, 1994b, p. 23)

Ao acompanhar os argumentos de Corrêa (2012), percebemos que no processo de constituição da fronteira os migrantes, independente da região de origem, integram o mesmo processo civilizador. Após a Guerra com o Paraguai, a região sul de Mato Grosso passou a compor uma nova figuração, marcada por uma alteração na balança de poder, com maior presença estatal. O Estado é uma das marcas do ideal de civilização que herdamos. Ele, que se apresenta como um “rei invisível”, representa a justiça, a lei e a ordem, que embora saibamos que exige o uso da força, essa não se torna evidente, isto é, os indivíduos veem na ação do estado algo mais justo e de certa forma mais brando do que a tirania das armas ou de um senhor detentor de terras. Segundo Corrêa (2012, p. 248), o movimento de migração na fronteira após 1870, “recebeu suporte oficial das políticas de colonização do Brasil”, a fim de “solucionar o problema de falta de braços para a lavoura”:

Acompanhando essa tendência o governo da província [Mato Grosso] empenhou seus poucos recursos, a despeito de persistentes limitações orçamentárias, para incentivar o povoamento intensivo de seus *sertões vazios*, oferecendo vantagens e procurando atrair investidores e trabalhadores para o solo mato-grossense. (CORRÊA, 2012, p. 248, grifo da autora)

Todo o movimento migratório traz em seu bojo o conflito – como já evidenciado pela própria autora quando trata da chegada de luso-brasileiros e hispânicos-paraguaios à região. Posto que em Mato Grosso a migração tenha sido de várias direções (sul, norte, sudeste brasileiro), o sul do estado também recebeu um significativo número de estrangeiros. Segundo Corrêa (2012, p. 249), os paraguaios “representaram a maior fatia dessa frente demográfica” que mudou o cenário sul mato-grossense. Tal afirmação deve ser relativizada, pois embora não seja possível negar a influência da cultura paraguaia sobre o desenvolvimento do sul de Mato Grosso, o número de paraguaios no estado na década de 1920 seria de 13 mil indivíduos (WILCOX, 2008, p. 17). Os dados de Wilcox foram confirmados pelo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010:

La región de Mato Grosso, históricamente ligada al Paraguay, era de muy reducida población, y la migración paraguaya contribuyó a explotarla y desarrollarla. En 1872, el Paraguay contaba con aproximadamente 230.000 personas mientras que la de Mato Grosso apenas llegaba a 60.000. Recién en 1920 esta región Brasileña alcanzó un cuarto de millón de habitantes, mientras que la del Paraguay llegaba a 700.000. Entre 1870 y 1940 la población mato-grossense creció de 60.000 a 432.000 con una tasa de crecimiento anual acumulativo cercana al 3%. Una parte importante de ese crecimiento se debió a la migración paraguaya. Seis años después de terminada la guerra de la Triple Alianza. (1865-1870) la población paraguaya era la mitad de la de Corumbá, en el citado Estado Brasileño. Cuando se retiraron las tropas de ocupación Brasileñas del Paraguay, cerca de 3.000 mujeres y niños paraguayos acompañaron a los batallones mato-grossenses. El gobierno Brasileño autorizó a su consulado en Asunción, en 1874, a expedir pasajes sin costo a paraguayos que quisieran establecerse en Corumbá y, hasta 1876, se habían otorgado 5.000 pasajes gratuitos. Además, se dio un constante flujo de braceros paraguayos hacia los ingenios yerbateros de la zona. El número de los llamados mensú se acrecentó hasta 1930. El censo Brasileño de 1920 arrojó, entre otros resultados, la presencia de 17.329 paraguayos, de los cuales más de 13.000 residían en el Estado de Mato Grosso (PNUD, 2010, p. 54)

Corrêa não problematiza os dados, mas reafirma que a grande parte da migração é composta por paraguaios. Todavia, se considerarmos que o SMT teve um aumento populacional de mais 104 mil pessoas entre 1890 e 1920 e, se considerarmos que a população total de Mato Grosso em 1920 era de aproximadamente 246 mil habitantes, dos quais 130 mil habitavam as cidades da fronteira SMT, como demonstram os dados do IPEA¹⁰⁴ e Corrêa (2012), temos que relativizar a presença paraguaia, o que representaria, aproximadamente, 5% da população total de Mato Grosso em 1920 (ver Quadro 4).

104 Cf. <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>

Queremos, com base nesses dados, queremos demonstrar que os paraguaios desenvolveram papel semelhante ao dos demais migrantes e que a contravenção e violência não está vinculada a sua presença, tampouco sua língua se configura em um problema – como apontou Melo e Silva –, porque o universo de pessoas, que *a priori*, falavam a língua portuguesa era muito superior.

Corrêa apresenta um indício do motivo da violência e indolência serem vinculadas à figura do paraguaio. Embora os paraguaios tenham sido um recurso para suprir a mão de obra para o trabalho, seja na lavoura, dos ervais seja nas lutas pela terra, eles também foram vítimas da estigmatização. Talvez, por serem estrangeiros, passaram a sintetizar os preconceitos que “constituíram da fronteira um peculiar código de valores [...] numa região carente de população, código acionado e quase sempre apontado na direção da massa dos paraguaios estabelecidos nessa área fronteira, como forma e submetê-los à superexploração, nos limites da escravidão” (CORRÊA, 2012, p. 262-263). A partir dessa afirmação, podemos inferir que a estigmatização do paraguaio foi uma estratégia para o exercício de poder e distinção.

A violência na fronteira não se deu pela proximidade com o Paraguai ou pela presença do paraguaio, mas foi fruto do processo de ocupação. No entanto, no imaginário, a representação da fronteira revelar-se-ia como um local apenas para homens fortes e corajosos, amantes do Brasil, garantidores dos limites contra possíveis invasores, que tinham na figura do paraguaio sua materialização. A sociedade que se forjou a partir do encontro de índios com colonizadores forasteiros de diferentes lugares, resultou no povoamento marcado pela “contravenção e violência”:

Do período colonial permaneceu uma violência estrutural, inerente ao processo de conquista e colonização quando se brutalizavam as relações entre europeus e índios e recrudesceram as rivalidades entre súditos castelhanos e lusos. Nesse sentido, a vida rude da fronteira foi também resultante de um processo de continuidade, agravada pelo episódio da rivalidade herdada entre Paraguai e Brasil e plasmada na guerra. A fase de recuperação no pós-guerra [...] não neutralizou o contexto de insegurança e violência da remota zona fronteira; ao contrário, agudizou o conflito entre remanescentes indígenas e novos posseiros pelo acesso, posse e uso da terra e na disputa pelo poder local. (CORRÊA, 2012, p. 252-253)

É nesse contexto que a figura do paraguaio e dos outros migrantes, com posses ou não, deve ser entendida. A violência, que outrora era entre índios e não índios, ao final do século XIX e início do XX passa a ser matizada pela posse e domínio da terra, envolvendo todos que

dependiam dela para sua sobrevivência. Sobre esse cenário, Corrêa apresenta as motivações políticas da região:

A atuação de paraguaios era mais uma maneira de aproveitamento de um *contingente de reserva*, recrutado entre elementos pobres e desocupados que adentravam clandestinamente em terras brasileiras. Em tempos de paz entre os coronéis, os mesmos homens armados poderiam atuar como guardas pessoais a serviço de grandes fazendeiros ou dos que exploravam a erva-mate. (CORRÊA, 2012, p. 279, grifo da autora)

Dado a instabilidade da região e o incentivo estatal para sua ocupação, o estado fora, a partir da última década do século XIX, cada vez mais solicitado como mediador do conflito e solucionador das lutas. É nesse contexto que entendemos que o processo civilizador fica mais evidente. Embora a violência seja uma constante desde a colonização, no pós-guerra e no início do século XX, os proprietários de terras e os políticos locais parecem querer mudar a situação. É necessário apontar que, embora a migração para o sul de Mato Grosso tenha sido incentivada pelo governo, também ocorreu de forma voluntária, pois os indivíduos buscavam nas terras para o refúgio de guerras, revoluções ou carestias (CORRÊA, 2012).

As autoridades locais manifestavam ao governo do estado preocupações em face dos novos conflitos eminentes: “no ano de 1903 as autoridades de Ponta Porã já mencionavam de forma explícita as suas preocupações com a chegada de gaúchos na zona dos ervais em razão dos conflitos, cada vez mais frequentes, com a companhia Matte Larangeira” (CORRÊA, 2012, p. 251). A violência e a contravenção presentes e eminentes na região exigiam ação do poder estatal, pois não era um problema isolado em virtude da presença do paraguaio, envolvia também outros migrantes. Segundo Corrêa:

Em 1889, uma autoridade do poder judiciário de Miranda comunicava o governo provincial que “[...] notícias mais assustadoras chegam de campo grande, onde não ha a mínima segurança e reina a mais completa anarchia”. No ano seguinte “[...] em vista das contínuas depredações, tropelias e assassinatos por parte de criminosos, alguns dos quaes foragidos da Comarca de Sant’Anna do Parnahyba e outros do estado vizinho de Goyaz, e finalmente da Republica do Paraguay”. (CORRÊA, 2012, p. 257)

A presença do Estado e seus mecanismos de controle na fronteira não se revelavam eficazes, mas sua ação era constantemente requisitada. Essa ambiguidade é evidente, por isso mesma identificadora do processo de concentração do poder de força nas instituições estatais.

Um abaixo-assinado dos moradores de Porto Murtinho em 1918 desenhou [...] o retrato fiel e desolador da violência costumeira na fronteira: ‘abaixo assignados fazendeiros, negociantes e mais moradores do município de Porto

Murtinho, cansados de sofrerem as consequências do abandono completo em que tem vivido até o presente por parte dos governadores passados [...] pedindo a criação de um Distrito Policial da Colonia da Cachoeira Grande n'este mesmo Município, incumbindo ao referido commandante não só o policiamento local, como de todo o Município [...] abaixo assignados, no intuito de auxiliarem a acção do comando do Districto policial quando repressão do banditismo no Município concorrerão com certo número de cavalos e outros elementos ao seu alcance [...]'. (CORRÊA, 2012, p. 282-283)

A violência na fronteira tem como marca a disputa pelo poder. Índios e não índios, migrantes paraguaios e brasileiros, fazendeiros, organizações e o próprio estado estavam envolvidos nesse processo de forma interdependente. O pano de fundo das disputas era o domínio da terra ou a disputa pelo poder político. Como por exemplo, o movimento “revolucionário” de 1901, liderado por João Mascarenhas¹⁰⁵, tal movimento envolveu as forças militares de estado, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio, civis e indígenas:

A participação de paraguaios nesses movimentos rebeldes não se deu apenas no âmbito civil através do recrutamento de imigrantes sem ocupação definida, mas chegou a envolver contingentes militares do Paraguai [...] Por sua vez, da parte dos coronéis situacionistas e adversários de Jango Mascarenhas, o coronel José Alves Ribeiro assinava e mandava publicar em Miranda um panfleto conclamando a população a reagir diante do que considerava uma nova invasão paraguaia no sul do Estado [...] Essa conotação de *invasão estrangeira*, em verdade dissimulava o sentido real desse movimento e de tantos outros que perturbaram todo o sul de Mato Grosso como resultado de lutas coronelistas e disputa pelo poder de mando local. [...] enquanto paraguaios foram mobilizados para reforçar o lado rebelde, o governo do Estado também mobilizou índios Kadiwéu para engrossar as forças da situação. [...] O movimento revolucionário de 1901 tomou conta de toda fronteira meridional de Mato Grosso envolvendo fazendeiros, comerciantes, trabalhadores, índios e ervateiros. Nem mesmo a Cia. Matte Larangeira manteve neutralidade do *fogo revolucionário* lançado por Jango Mascarenhas na fronteira. (CORRÊA, 2012, P. 278-280, grifo da autora)

Inferimos então que a figuração sócio-histórica da fronteira sul mato-grossense ao final do século XIX e início do XX é de conflito. Tal conflito gerou violência e contravenções, todavia esse conflito não é natural da fronteira ou da condição da mesma. O confronto revela os interesses de atores sociais, todos atuando no limbo da crescente centralização estatal nas relações de poder, movimentando-se para impor sua hegemonia. A fronteira, misto de migrantes

105 João Ferreira Mascarenhas nasceu no Município de Miranda, aos 24 de junho de 1864. Em Miranda, exerceu o cargo de Tabelião Público. Era fazendeiro, comerciante e político em Nioaque, cidade onde exerceu o cargo de presidente e vice-presidente do Conselho da Intendência Municipal, vereador, onde foi eleito como deputado estadual e, em 1894, foi eleito 2º vice-presidente do Estado de Mato Grosso (vice-governador). Fazendeiro abastado foi capaz de reunir gentes e comandá-las. (Cf. DALMOLIN, José V. Nioaque contexto do século XIX na história do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://nioaquehistorias.blogspot.com.es/2016/04/consolidacao-politica-e-republicana-no.html>).

de diversas regiões e de outros países, revela que não é o fator cultural o gerador de conflitos e violência, mas, sim, a possibilidade real de poder e posse de terras.

Essas lutas, cada vez menos armados e mais no plano político, ficaram presentes na fronteira até a década de 1930. Contudo, a ideia do outro (paraguaio) como um empecilho ao projeto civilizacional, por sua natureza de má índole, indivíduo naturalmente dado à vadiagem, ao desrespeito das leis e dos costumes, vai permanecer e ser reforçada em documentos e na visão de memorialistas.

Cabe ressaltarmos que a tese de Corrêa (2012) não objetiva traçar soluções ou estratégias para superar os problemas apontados. Ela apresenta e descreve, mas não analisa do ponto de vista cultural ou representacional, apenas situa o conflito presente na fronteira como resultado da “integração ao sistema capitalista em princípios do século XX” (CORRÊA, 2012, p. 284). Assim, considerando que a representação não é o objetivo da tese, identificamos que duas representações não excludentes da fronteira se fazem presentes de na pesquisa de Corrêa (2012): a fronteira que se estabelece política e administrativamente como limite entre duas nações se constituiu para os indivíduos como zona de contato. Essa proximidade, que dificulta ações de controle e fiscalização faz da fronteira um palco de contravenção, muitas vezes perpassada pela violência.

As representações de fronteira dos “historiadores diletantes” e dos historiadores profissionais se aproximam em vários aspectos, porque em seus textos a fronteira é caracterizada como lugar distante, hostil e que carece da presença do Estado. Na obra de Melo e Silva (1989; 2003), a fronteira é concebida como espaço aberto que estava pronto para ser povoado por indivíduos moralmente adequados, a fim de transformar a natureza e os indivíduos que ali habitavam. O fronteiriço, especialmente o guaranizado, era detentor de “hábitos perniciosos” que não seriam condizentes a civilização brasileira. A fronteira em Melo e Silva também é caracterizada como lugar de contato que deveria se estabelecer entre os fronteiriços, detentores de “hábitos destoantes do padrão de moral adotado em média nos demais recantos nacionais” (MELO E SILVA, 1989, p. 133) com indivíduos que fossem “genuinamente brasileiros”, capazes de impor hábitos, costumes e “um padrão de vida rigorosamente adequados aos padrões nacionais” (MELO E SILVA, 2003, p. 185).

A cobrança de Melo e Silva para que o governo investisse em infraestrutura, em educação e incentivasse a migração para a região tinha como objetivo a sua transformação. O

autor identificava o Estado como agente civilizador, que deveria implementar ações para transformar a fronteira, pois essa era vista como um Brasil isolado: “tudo lá é diferente: costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação” (MELO E SILVA, 2003, p. 78). O investimento do governo em infraestrutura incentivaria o povoamento e a implantação de escolas transformaria o *habitus* fronteiriço. Dessa forma, o Estado, como agente transformador, colocaria a região nos rumos da civilização e proporcionaria a superação do isolamento.

A fronteira como um lugar distante e isolado está presente na obra de Melo e Silva. Ele, reiteradamente, cobrava investimento do governo federal em vias de comunicação. Em sua perspectiva, a melhora nas vias de comunicação diminuiria as distâncias entre cidades fronteiriças e outras regiões, assim como insuflaria ânimo nos fronteiriços, que estariam desiludidos com a vida penosa imposta pelas dificuldades oriundas da falta de comunicação com outras áreas.

Já para Oclécio Barbosa Martins (1944), o SMT se configurava como uma região de suma importância à nação brasileira, do ponto de vista estratégico e histórico, porque ele abrigava os descendentes dos guardiões dos limites nacionais. Sua proposta de emancipação do SMT baseou-se em argumentos que representavam os habitantes sulinos como melhores em relação aos demais mato-grossenses. Para Martins, os sul-mato-grossenses caracterizavam-se por sua coragem em povoar a região e por seu espírito empreendedor, pois fizeram o SMT se desenvolver e progredir mais que o norte do estado, sem investimentos do governo.

Os problemas existentes no SMT eram atribuídos por Martins ao descaso dos governantes cuiabanos. Embora reconhecesse a dificuldade em administrar o imenso território que era Mato Grosso, considerava que as dificuldades de comunicação, os problemas de educação e de insegurança, eram consequências da falta de investimento do governo estadual e do descaso com o SMT. (MARTINS, 1944, p. 63).

Para Valmir Batista Corrêa (1995), a violência é a característica preponderante da fronteira. Todo o texto de Corrêa (1995) sinaliza para a fronteira como lugar violento e palco da contravenção. Porém, suas explicações para a violência na região são caracterizadas pela ausência do poder estatal e estão ligadas intrinsecamente a fatores de ordem econômica.

Corrêa (1995) considera que a distância da fronteira dos centros de decisões políticas e a fraca presença da força e do aparelho estatal permitiram que os “coronéis”, que visavam o

poder político regional, se filiassem a “bandos” para alcançarem seus interesses. Essa filiação, em nossa concepção, resultou em uma figuração específica: “coronéis-bandidos” e a violência é um acontecimento revelador da interdependência e dos interesses dos indivíduos no processo social. As ações da figuração “coronéis bandidos” proporcionaram o desenvolvimento da representação da fronteira como lugar violento. E isso foi utilizado após a década de 1920 pela figuração “coronéis”, como discurso estratégico para cobrar de agentes políticos maior presença do Estado na região de fronteira. Também serviu para justificar o interesse em emancipar o sul de Mato Grosso de Cuiabá, como proposto por Martins (1944).

Para Corrêa, a fronteira SMT também é marcada pela ausência de limites, pois ela configurou-se “como área propícia às relações de violência, quer pela falta de controle do poder estatal, quer pela mobilidade de pessoas que a ultrapassavam [os limites nacionais] sem maiores dificuldades” (CORRÊA, 1995, p.61). Para ele, a fronteira “caracterizou-se como terra de ninguém”, onde leis praticamente não existiam. A representação da fronteira SMT como violenta ou “terra de povo armado” está relacionada em Corrêa (1995) à ausência efetiva do aparato burocrático e militar do Estado, que seria capaz de alterar as relações entre poder local e o poder do estado que era sustentada pela estrutura “coronelista”.

Lucia Salsa Corrêa (2012) concebe a fronteira como lugar propício à contravenção. Para ela, a fronteira SMT, a partir de sua colonização, esteve “articulada econômica e politicamente” com o cenário nacional e internacional. Entre seus argumentos para demonstrar o desenvolvimento econômico da fronteira estão as representações da região. A fronteira SMT, que também é geográfica, constituiu-se permeada pela ausência do poder do Estado e, conseqüentemente, tornou-se palco de contravenções. Os conflitos e a contravenção resultam de sua “integração ao sistema capitalista em princípios do século XX” (CORRÊA, 2012, p. 284). Assim, a fronteira é um lugar geograficamente estabelecido política e administrativamente entre duas nações, mas que se constituiu para os indivíduos como zona de contato que resultou em dificuldades para fiscalização e controle por parte dos Estados, favorecendo que ela se tornasse um palco de contravenção, muitas vezes perpassada pela violência.

Por conseguinte, as representações de fronteira se aproximam, porque os autores a explicam pela ausência do Estado, da escola ou do investimento. Essa concepção desconsiderou os processos desenvolvidos por figurações existentes nela. Seu desenvolvimento e sua constituição ocorrem por meio das ações e estratégias dos diversos indivíduos que compõem as

diversas figurações existentes na região. É indispensável salientar que os processos civilizadores na fronteira podem ser analisados sob outras perspectivas, tal como o da sociologia figuracional. Acreditamos que as teorias totalizadoras, muitas vezes, não atentam para a dinâmica dos processos que são perpassados pelo capital, mas não são determinados exclusivamente por eles. Evidência disso é que na análise dos historiadores acadêmicos os indivíduos praticamente desaparecem, substituídos por sistemas e/ou estruturas que determinariam o acontecimento dos fatos no interior dos processos.

Outro tópico a ser observado é a ausência da educação como integrante dos processos sociais nos textos dos historiadores profissionais. A educação, seja como elemento de distinção ou como reivindicação para transformar a região, aparece apenas nos trabalhos dos “historiadores diletantes”. É possível aceitar que os processos civilizadores, que tem sua referência na formação do Estado-nação, dado a monopolização e controle da violência e na autorregulação dos indivíduos, não seria possível sem a educação, ela entendida como socialização ou como escolarização. A escola alterou as relações entre a figuração Estado-famílias, visto que passou a integrar a relação entre adultos e crianças.

Dessa forma, a História da Educação pode auxiliar na demonstração dos limites dos modelos totalizantes, pois, por meio da educação, é que se constituem a socialização e a individualização no interior dos processos sociais. Ela também pode proporcionar mediações para a compreensão dos processos sociais que são constituídos histórico-socialmente em relações interdependentes de indivíduos em suas figurações.

4 EDUCAÇÃO E FRONTEIRA NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL SUL-MATO-GROSSENSE

A História da Educação na fronteira em foco é um importante indicador para compreender uma dimensão não economicista, portanto com maior potencial de síntese. Para discutir a evolução do processo de escolarização da fronteira, iniciaremos por apresentar o desenvolvimento da implantação de escolas no SMT, bem como sua finalidade a partir das Reformas da Instrução mato-grossense no início do século XX.

Retomaremos as propostas de educação presentes em Melo e Silva, tendo como contraponto a análise de Centeno (2007). O diálogo com a historiografia educacional nos ajudará a compreender o papel da educação no processo civilizador da fronteira. Nosso objetivo neste capítulo é, por meio da análise interpretativa, apreender as representações da fronteira presentes na tese de Centeno (2007). Também queremos compreender as práticas e representações que permearam as proposições que colocaram a educação como um componente importante da configuração fronteiriça.

A formação do campo de pesquisa historiográfico educacional no SMT está relacionada à abertura dos primeiros cursos de Pedagogia na região. No ano de 1962, a FADAFI iniciou suas atividades com os Cursos de Pedagogia e Letras. A UEMT abriu cursos de Pedagogia em 1979, em Corumbá, e em 1982, no campus de Dourados. Conforme apontado no quadro 5, as primeiras investigações sobre História da Educação foram produzidas por professores/pesquisadores da UEMT/UFMS na década de 1980. As pesquisas de Alves (1981) e Senna (1986), em nível de mestrado, foram as pioneiras do campo historiográfico educacional no SMT.

Alves (1996) destaca-se no processo de construção e solidificação do campo historiográfico educacional da região e publicou o livro *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*¹⁰⁶ em 1984. Esta obra é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido na UFMS entre os anos 1980 e 1983. O livro de Alves (1996) não será analisado, pois não aborda a educação na fronteira SMT e seu recorte histórico é anterior ao proposto por nós, não obstante, dada a relevância de seu trabalho, é importante destacar algumas de suas preocupações.

106 Utilizamos a edição publicada em 1996 pela editora UFMS.

Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864 (1996) é o resultado de umas das primeiras pesquisas desenvolvidas por professores da UFMS como parte e complemento da prática docente. O autor comenta que, na década de 1980, havia dificuldades em encontrar fontes primárias para realização de sua pesquisa, porque os arquivos regionais eram desorganizados. No entanto, o autor, ancorado no referencial histórico-dialético, propôs investigar dois momentos históricos distintos: “o período manufatureiro e o período da maquinaria industrial” (ALVES, 1996, p. 17) em Mato Grosso, a fim de demonstrar a “evolução educacional” no estado e evidenciar “os traços mais gerais da educação, assim como seu movimento, na fase anterior a entrada da maquinaria industrial na região” (ALVES, 1996, p. 16).

Seu recorte histórico (1719-1864) não está filiado a nenhuma mudança política ou educacional, assim, o autor inovou ao estabelecer sua periodização a partir de uma “transformação da base material da sociedade”. Embora o tema da investigação de Alves (1996) seja amplo, por tratar-se de uma pesquisa sobre educação e história em Mato Grosso, o autor admite que seu trabalho possuía caráter sintético e que contribuiria para “direcionar os focos da investigação científica para questões que a teoria aponta como verdadeiramente significativas” (ALVES, 1996, p. 19), para suprir diversas lacunas sobre a história da educação de Mato Grosso.

O início da produção de pesquisa em história da educação no SMT também se alinha à implantação de programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, em 1965; da PUC-SP, em 1969 e da USP em 1971), assim como à criação do “Grupo de Trabalho História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1984, e do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), em 1986”, e com a abertura dos primeiros Mestrados em Educação do estado (na UFMS, em 1989, e na UCDB, em 1994)¹⁰⁷, pois, a partir dessas instituições, a produção sobre a história da educação cresceu substantivamente (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p 37).

Fedatto (2003) realizou um levantamento das dissertações de mestrados produzidas em Mato Grosso do Sul sobre Educação em áreas de fronteira e identificou que a produção se limitava a duas dissertações de mestrado. O número de trabalhos que investigaram a educação

107 A UFGD, desmembrada de UFMS em 1995, abriu seu programa de Pós-Graduação em Educação em 2009 e a UEMS, criada em 1993, em 2011.

na fronteira aumentou, visto que encontramos no banco de teses da Capes 26 títulos de dissertações que investigaram diversos aspectos da educação na fronteira entre os anos 2000-2016, e que foram desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Educação do estado.

O levantamento realizado no banco de teses da Capes, no período de 1990 a 2016, revela o aumento significativo de pesquisas de doutorado sobre a Educação em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Encontramos 196 teses de doutorado que investigam diversos aspectos da educação mato-grossense e sul-mato-grossense¹⁰⁸. Identificamos apenas cinco teses que discutiram a educação na fronteira SMT e, destas, apenas três se debruçaram especificamente sobre a fronteira SMT com o Paraguai. A pouca produção de teses de doutorado sobre educação na fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai revela que o tema educação e fronteira continua relevante e carecendo de pesquisas do ponto de vista histórico, seja de longa duração ou do tempo presente.

Quadro 5 – Teses sobre educação na fronteira SMT com o Paraguai (1990-2016)

Ano	Titulação	Nome	Título do trabalho	Instituição
1995	Doutorado em Educação	Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto	Educação/Cultura/Fronteira: um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai	PUC-São Paulo
2001	Doutorado em Educação	Silvia Helena Andrade de Brito	Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954).	Unicamp
2002	Doutorado em Educação	Jacira Helena do Valle Pereira	Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias	USP
2005	Doutorado em Educação	Emilia Darci de Souza Cuyabano	Nas lições das águas: sensibilidades em movimento - um estudo sócio-antropológico de alunos ribeirinhos do Alto Pantanal do Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia	USP
2007	Doutorado em Educação	Carla Villamaina Centeno	Educação e fronteira na historiografia mato-grossense (1870 - 1950)	Unicamp

Fonte: Banco de teses e dissertações da Capes.

A partir do levantamento realizado, elegemos para análise a tese *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)* de Carla Villamaina Centeno¹⁰⁹, porque se trata de um estudo sobre a educação na fronteira Brasil-Paraguai baseado na análise historiográfica de memorialistas regionais, o que a aproxima de nossa abordagem. Ainda que

108 Os termos de busca utilizados foram: educação e fronteira, educação em Mato Grosso, educação em Mato Grosso do Sul, educação sul-mato-grossense, educação mato-grossense.

109 A professora Centeno é graduada em História (1990) pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT). Mestra em Educação pela UFMS (2000). Em 2007, doutorou-se na Faculdade de Educação da Unicamp. Foi professora da rede pública da educação básica de Campo Grande e lecionou em universidades privadas de Mato Grosso do Sul. É professora e pesquisadora na UEMS, no campus de Campo Grande e membro do grupo de pesquisa HISTEDBR.

sua tese não tenha sido a primeira a investigar a educação na fronteira SMT, é a primeira que trata a educação fronteiriça a partir da historiografia regional, característica que influenciou a escolha de sua tese como fonte para análise. Entretanto, é preciso incluir algumas considerações sobre as teses de Pereira (2002) e Fedatto (1995), pois utilizaremos algumas proposições dessas obras como potencializadores de nossa análise.

A tese *Educação/Cultura/Fronteira: um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai* de Nilce Fedatto (1995) foi a primeira no Brasil a investigar a educação na fronteira Brasil-Paraguai a partir das cidades conurbadas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A pesquisa surgiu da necessidade da autora, como professora e habitante da região fronteiriça, de compreender as questões educativas frente às concepções da região como produtora de problemas que afetam a ordem social nacional.

A autora, assumindo o entendimento de educação como um meio eficaz de socialização, ela estabelece como objetivo “verificar a influência da escola no cotidiano da fronteira” (FEDATTO, 1995, p. 30). Para tanto, ela analisou o significado histórico/cultural da região fronteiriça que carecia de políticas educacionais específicas, dado que era necessário revelar as características próprias da região que surgem das carências e dos ideais da população que ali habita, para além de acordos políticos ou econômicos. Também, propôs-se a verificar “se a escola, que pretende instrumentalizar o aluno para a compreensão da realidade em que vive e que tem por objetivo veicular a cultura ‘padrão’, oficial e nacional, tem influência e/ou algum poder de modificar as concepções e valores que aí se produzem e permeiam a vida dos cidadãos fronteiriços” (FEDATTO, 1995, p. 16).

Em sua tese, ela adotou como referencial teórico metodológico o materialismo-histórico-dialético e, conseqüentemente, suas principais categorias de análise são a totalidade e o histórico definido nessa visão, sempre atribuindo destaque ao desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas. A partir da concepção de que o homem é um ser histórico e da categoria de totalidade, ela analisou a educação frente à cultura fronteiriça. No primeiro momento da tese, buscou definir fronteira, cultura e educação bem como compreender o processo de constituição da fronteira Brasil-Paraguai. Em um segundo, apresentou as entrevistas realizadas com autoridades educacionais, professores, pais, alunos e cidadãos fronteiriços que já haviam passado pela escola e as analisou à luz de seu referencial.

Fedatto reconheceu que seu estudo não objetivava estabelecer conclusões capazes de serem aplicadas a qualquer realidade de fronteira, posto que a Brasil-Paraguai, possui “determinantes históricos, sociais, econômicos, educativos e culturais” próprios que a constitui num todo estruturado (FEDATTO, 1995, p. 22). Assim, ao aplicar a categoria totalidade como “referência fundamental” de seu trabalho, não almejava um estudo da “totalidade das fronteiras, mas a apreensão da fronteira como um todo orgânico e estruturado, onde se relacionam aspectos sociais, econômicos e políticos, num determinado momento e espaço” (FEDATTO, 1995, p. 25).

Para Fedatto (1995, p. 30), os conceitos educação e cultura são intrínsecos à realidade fronteiriça, porque a educação é “uma prática social que visa socializar os conhecimentos produzidos na história pelos homens” e a escola é a instituição social que existe especificamente para isso”. Essa noção pretende explicar seu objetivo: “verificar a influência da escola no cotidiano da fronteira” (FEDATTO, 1995, p. 30). A articulação entre educação e cultura ocorre por meio da experiência concreta dos indivíduos, pois se a educação é um processo pelo qual os sujeitos se constituem, ela é socialização, e esse método envolve comunicação, transmissão e aquisição de conhecimentos, competências, crenças e hábitos. Dessa forma, a relação intrínseca entre educação e cultura, manifestada no processo educativo, seja em sentido amplo de socialização ou estrito (escolar), constitui e humaniza o indivíduo (FEDATTO, 1995., p.30).

Cultura é definida pela autora como “um todo da vida social complexo, abrangente, interpenetrado por outras concepções e práticas” (FEDATTO, 1995, p.31). Ela aponta que a cultura fronteiriça é perpassada e se distingue pelo domínio dos fronteiriços de três línguas (espanhol, português e guarani) e/ou sua mescla que resulta em uma outra; os hábitos alimentares (chipa, chipaguassú, sopa paraguaia); as festas e músicas (polca paraguaia e guarânia) e a roda de tereré. A cultura fronteiriça está presente, influencia e transforma o cotidiano dos indivíduos, mas também influenciou a visão dos Estados, pois a fronteira passou “de motivo de apreensão e medo do inimigo externo para o de amizade, no sentido que os vizinhos são inofensivos” (FEDATTO,1995, p. 198).

Para a autora, “não existe uma cultura uniforme e imutável, mas ao contrário, há uma diversidade de formas e aparências, que variam de uma sociedade a outra e de um grupo a outro no interior de uma mesma sociedade” (FEDADTTO,1995, p. 31). Por conseguinte, não é possível impor a cultura de forma única a todos os indivíduos, porque estes também produzem

cultura, sendo o processo de transmissão, aquisição e produção de cultura vulnerável, mutável e conflituoso.

A relação educação-cultura na perspectiva de Fedatto (1995) é perpassada pela experiência concreta dos indivíduos e pela história. A experiência, mais do que um conceito é um componente concreto da cultura, pois a humanização dos indivíduos é marcada por sua historicidade. Na persecução da historicidade da fronteira na sua relação com a educação formal/cultural, Fedatto (1995) tentou entender a gênese, o processo de mudança e o estágio atual do processo educativo fronteiriço. Para tanto, valeu-se da contribuição historiográfica (brasileira e paraguaia), de documentos oficiais e de entrevistas com autoridades, professores, pais, alunos e cidadãos fronteiriços que não frequentavam mais a escola, dado que a escola, embora tenha sua própria dinâmica, “sofre pressões e controle institucionais (advindas da política educacional) e sociais (as exigências dos pais e da comunidade)” (FEDATTO, 1995, p. 35-36).

Suas análises das entrevistas indicam que “a escola não transforma a realidade da fronteira, bem como não altera a cultura vivida, porque também é histórica e tem limites definidos. Esses limites são os mesmos impostos pelo capital, a retificação, alienação, objetificação do próprio homem” (FEDATTO, 1995, p. 185). Dada essa conclusão, é indispensável resgatar as propostas de Melo e Silva sobre a importância de instaurar escolas na região e, por meio da evolução de número de escolas e das finalidades destas presentes nas mensagens dos presidentes do Estado, poderemos analisar o processo histórico educativo tendo como base as análises das entrevistas realizadas por Fedatto (1995), pois como ela argumentou a “educação formal/oficial não alterou significativamente o universo cultural do cidadão fronteiriço” (FEDATTO, 1995, p. 17).

Podemos inferir dessa tese que o processo civilizador escapa ao controle absoluto dos indivíduos e das instituições, embora seja constituído e perpassado por eles. Em nossa ótica, as figurações mudam à medida que os sujeitos mudam suas posições ou ações no interior dela e o *habitus* é ressignificado a cada geração, mas seus resultados, considerando os conflitos e lutas por eliminação no campo físico ou simbólico, só podem ser percebidos na longa duração. Sob esse aspecto, podemos dizer que a tese de Fedatto evidencia que o *habitus* fronteiriço, criticado por Melo e Silva, embora tenha se alterado, manteve-se em alguns aspectos. Dentre os descritos por Fedatto (1995) destaca-se a forma cotidiana de comunicar-se na qual a mescla das três línguas é uma realidade ainda presente. Não obstante, sua importante contribuição, falta uma

melhor articulação entre as bases materiais da vida na região e suas relações com o campo cultural e educacional.

Pereira, em sua tese *Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias* (2002), investigou a educação na fronteira a partir da ótica da cultura fronteiriça considerando a experiência de migrantes da segunda geração proveniente de outros países e que se estabeleceram na fronteira. Seu objeto de pesquisa era o “processo de identificação étnico e nacional da segunda geração de migrantes de diferentes etnias numa região de fronteira”, especificamente nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A autora utilizou entrevistas com pais, alunos migrantes e com professores que trabalhavam com esses alunos como instrumento de pesquisa. Também recorreu à historiografia para compreender o processo de constituição da fronteira. O objetivo de sua tese era “compreender a diversidade de representações, a variedade das vivências e as estratégias adotadas pelas famílias de migrantes na educação dos filhos na sociedade” fronteiriça (PEREIRA, 2002, p.2).

A tese de Pereira (2002) contribuiu com o campo historiográfico e educacional, abordando a fronteira como um local que se caracteriza não pelas práticas ilícitas e/ou violentas, mas por sua diversidade cultural. Diversidade essa, que também apresentava tensões e conflitos dadas as diferentes origens, costumes e línguas de seus habitantes. A fronteira, na ótica de Pereira (2002), constitui-se como zona de contato, de intenso intercâmbio e de circulação de pessoas. Sua abordagem não enfocou a fronteira como lugar violento, palco de contravenção e criminalidade. Para ela, essa representação foi construída por reportagens da mídia local e nacional que enfatizavam o aspecto contraventor da fronteira. A educação na fronteira, segundo Pereira (2002), é uma estratégia familiar que supera a escola, haja vista a necessidade de assegurar os vínculos identitários dos jovens com sua cultura de origem.

As conclusões de Fedatto (1995) e de Pereira (2002) sinalizam para o fato de que a escola é uma das figurações que compõem os processos civilizadores. Ela é a primeira figuração exterior a familiar, fundamental no aprendizado e nas mudanças da relação de poder entre gerações. A escola, enquanto figuração que perpassa as rotinas familiares, modifica as relações interdependentes entre Estado e famílias, e entre crianças/jovens e adultos, pois no seu interior as relações objetivam o autocontrole dos sujeitos. A escola, como espaço socializador, “inculca normas e valores socialmente aceitos, e reprime condutas inapropriadas” (KROTSCH, 2014, p. 74). Posto isso, é inegável a influência da escola na constituição do *habitus* fronteiriço, visto

que ela contribui no processo de internalização dos sentimentos, ou seja, além de transmitir conhecimentos, também ensina formas adequadas de comportamento.

Baseado nos conceitos de Fedatto (1995) e de Pereira (2002) sobre a educação e cultura da fronteira inferimos que escola é espaço de interação social marcado por tensões entre crianças/jovens e adultos. A tensão entre cultura e escola não deve ser pensada apenas na perspectiva de influência ou não sobre hábitos culturais. Em um processo de longa duração, a escola foi capaz de alterar as relações entre adultos e crianças. A tensão na escola fronteira orbita entre a imposição do nacional sobre o regional e isso resulta em elementos que ligam a identidade regional à nacional, como por exemplo, a imposição e aprendizagem da língua nacional, ainda que no cotidiano as línguas possam se mesclar. Para Krotsch (2014, p. 80), o Estado, por meio do monopólio da violência física, regula e normatiza os comportamentos resultando no autocontrole, e a escola “alimentou a construção simbólica do Estado (dimensão material da dominação) por nutrir um sentimento nacional (como dimensão simbólica da dominação)”. A respeito da representação de educação na fronteira e seu processo de implantação, a tese de Centeno (2007) pode auxiliar com uma perspectiva diferente na discussão dessa questão.

4.1 Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense: análise da obra de Centeno

A professora Carla Villamaina Centeno foi iniciada no tema da historiografia regional quando era aluna do curso de História das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT), pois, em 1989, realizou estágio no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. Nesse estágio, desenvolveu o trabalho de levantamento e organização de fontes históricas regionais. O conhecimento dessas fontes possibilitou a realização do projeto de história oral com ex-trabalhadores ervateiros da região de fronteira e a publicação de *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais* (2000). A partir da experiência de levantamento, organização e leituras de fontes historiográficas regionais, Centeno aprofundou sua atividade de investigação sobre o tema com pesquisas de mestrado e doutorado em Educação.

A tese de Centeno – *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)* –, foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e defendida em 2007. Seu objetivo é “analisar as interpretações das primeiras obras produzidas pela historiografia regional sobre a fronteira e a educação” e, o referencial teórico que baliza as análises é, segundo a autora, “a ciência da história, tal como concebeu Marx”. A tese está estruturada em duas partes que possuem objetivos semelhantes. Na primeira, intitulada “Fronteira com o Paraguai e educação nos memorialistas mato-grossenses”, a autora, em cinco capítulos, expõe a “forma pela qual a fronteira e a educação foram pensadas” pelos memorialistas Umberto Puiggari, Hélio Serejo, Armando de Arruda Pereira, Astúrio Monteiro de Lima e Elpídio Reis. Na segunda parte, sob o título “Fronteira com o Paraguai e Educação na produção historiográfica mato-grossense”, estruturada em quatro capítulos, ela analisa “a forma pela qual a fronteira e a educação foram pensadas pelos historiadores não acadêmicos Virgílio Corrêa Filho, Pedro Ângelo da Rosa, João Batista de Souza, José de Melo e Silva”. (CENTENO, 2007, p. 33-34).

Embora todos os autores tratem em suas obras da história da fronteira, Centeno faz distinção entre memorialistas e historiadores. Segundo ela, os primeiros “envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática” (CENTENO, 2007, p. 33). Já os historiadores, ao tratarem do fenômeno fronteira e dos fatos ocorridos nela, utilizaram fontes e superaram suas experiências e suas memórias. Eles “elegeram temáticas mais precisas ou se propuseram a escrever a história cronologicamente, procurando relatar os fatos de forma objetiva [...]” (CENTENO, 2007, p. 33).

4.1.1 Uma fronteira, múltiplas interpretações

O estudo de Centeno (2007) está centrado em obras de fronteirões que descreveram ou estudaram os municípios de fronteira entre o século XIX e início do XX. Ela selecionou autores que elaboraram as primeiras interpretações sobre a fronteira a partir do seu processo de ocupação (CENTENO, 2007). O trabalho dela colaborou para revelar as premissas dos autores

regionais pouco conhecidos e explorados e forneceu novas possibilidades para realização de pesquisas sobre a fronteira (CENTENO, 2007).

Tomando por base a crítica historiográfica, a autora analisou “as interpretações das primeiras obras produzidas pela historiografia regional sobre a fronteira e a educação” (CENTENO, 2007, p. 6). Ela chama a atenção para as diferenças das obras analisadas, pois suas fontes não tinham

focos idênticos e os seus trabalhos também não apresentam o mesmo valor em termos de conteúdo, volume, registro de informações e rigor metodológico. Alguns colocaram em primeiro plano o clima de violência e a exploração do trabalhador na fronteira. Outros, o heroísmo e o pioneirismo. Há ainda aqueles que tiveram como preocupação os aspectos político-administrativos ou, até mesmo, viram a fronteira somente como limite geográfico. (CENTENO, 2007, p. 6)

A observação realizada por Centeno revela a possibilidade da presença de diferentes representações de fronteira nas obras selecionadas, contudo sua tese não objetiva estudá-las.. Centeno adotou como referencial teórico metodológico o materialismo-histórico-dialético. Assim, tem como pressuposto que a

história não é fruto de atitudes individuais de políticos, de personalidades ou da vontade do Estado e, sim, fruto dos embates dos homens em seu conjunto [que envolvem os elementos anteriores]. As ações e os embates humanos são determinados, em última instância, pelas necessidades materiais, pois não existe ‘consciência pura’, desvinculada da *práxis* material. Os homens, de fato, têm consciência de sua existência a partir de sua vida real. (CENTENO, 2007, p. 7)

Tal fundamento teórico pode ser relativizado, pois os autores das obras analisadas por Centeno eram vinculados aos grupos locais que exerceram mais ou menos poder e/ou representavam a perspectiva do Estado. Eles eram membros do exército, do judiciário ou de outras figurações, de importantes instituições como a Cia. Matte Larangeira, IHGMT ou jornalistas locais. Por essa razão, suas propostas não parecem fruto de uma consciência histórica, mas de representações sociais que engendravam sua existência e leitura de mundo. Vale acrescentar que necessidades materiais vão além de necessidades econômicas, e poderíamos incluir aí a necessidade de se proteger e defender.

Em virtude de sua perspectiva teórica, Centeno enuncia que conceberá a fronteira e as produções sobre ela como uma amostra do desenvolvimento capitalista. Ela estabeleceu a relação direta de oposição entre região e centro, relação que faz com que a região só adquira sentido perante o centro, descartando a interdependência. A concepção de Centeno excluiu à

princípio as especificidades das regiões em seus processos civilizadores distintos, pois o tempo, desenvolvimento e estratégias dos atores sociais regionais foram únicos, mas interdependentes de outras figurações.

[...] é necessário expor como tratamos, nesta tese, as questões regionais. De fato, se a totalidade é o conjunto das ações humanas, entendidas como *práxis*, e se na sociedade capitalista ganha uma forma universal, é preciso ressaltar que, ao abordarmos o regional, estamos nos referindo às ações humanas universais, num determinado *lôcus*, isto é, numa determinada formação social capitalista. Mas, o mesmo movimento universal que submete todos os seres humanos ao modo de produção capitalista, produziu formas peculiares ao se deparar com condicionamentos econômicos e culturais próprios de cada região deste planeta. (CENTENO, 2007, p. 7)

Para Centeno, o particular é sempre uma amostra do universal, de forma direta, objetiva e válida (CENTENO, 2007, p. 7). Todavia, essa relação só é válida no campo do raciocínio lógico formal, pois neste entendimento, quando afirmamos o universal (todo) implica necessariamente a participação do particular¹¹⁰ (algum). No campo empírico, ainda que o conceito seja sempre a tentativa de dizer o real tal como é, não podemos aplicar a relação verdade/validade de forma direta quando se tratam de relações sociais. Ou seja, afirmar que na década de 1930, como fez Melo e Silva (2003), todo fronteiro nato é descendente ou falante de guarani e, com base nisso, inferir inúmeras outras conclusões, ainda que possa se sustentar no campo lógico formal, não se mantém na realidade social empírica, em razão de sua natureza complexa, não objetiva e interdependente.

Ao tecer considerações sobre o processo de ocupação do sul de Mato Grosso, a autora se aproxima da perspectiva de Corrêa (2012), pois afirma que

A ocupação do sul [de Mato Grosso], onde se situa a fronteira, deu-se em época e condições diferenciadas da colonização do norte mato-grossense. A colonização de Mato Grosso iniciou-se no século XVIII, em função da exploração aurífera, onde hoje se localiza a cidade de Cuiabá. Até as primeiras décadas do século XIX, a região sul da província serviu de passagem para as monções, expedições exploratórias e colonizadoras. Em alguns locais, a ocupação se restringiu a fortificações militares, como é o caso do Forte de Coimbra ou da Colônia Militar de Iguatemi, ambos fundados no século XVIII. A colonização do sul de Mato Grosso e da fronteira com o Paraguai se iniciaram no segundo quartel do século XIX, com a chegada de migrantes vindos, sobretudo, de Minas Gerais e de São Paulo. (CENTENO, 2007, p. 7-8)

110 Todo homem é mortal. Sócrates é homem, então Sócrates é mortal.

É preciso considerar, ainda, que no sul de Mato Grosso, desde o século XVI, instaurou-se uma situação de fronteira entendida como o contato entre indivíduos de culturas e estágios de desenvolvimento sociocultural distintos¹¹¹. Nessa ótica, podemos afirmar que a fronteira em questão, tal como nos lembra o filósofo¹¹², não é o ponto onde algo termina, mas, sim, o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente (HEIDEGGER, 1951). Essa noção de fronteira de Heidegger nos aponta que, antes das atividades produtivas, da presença do Estado ou da economia, ela é o espaço vivencial e Figural, onde todo o resto se desencadeia. Indivíduo e sociedade se fundem em um fazer habitável do lugar que, posteriormente, nomeamos fronteira no sentido de limite, lugar distante, zona de contato, esquecendo-nos de que ela contém como característica fundacional a abertura para o outro e para o novo.

Campos (2018), ao estudar a fronteira no final do século XVIII, quando ainda as Coroas Ibéricas disputavam o domínio político institucional da região destaca que:

Enquanto os governadores estavam ocupados em assegurar a fronteira, a mesma não representava um obstáculo para os habitantes de ambas soberanias, pois [...] havia um comércio nada depreciável entre Nova Coimbra e Villa Real. Esse se realizava em pequenas caravanas de mulas e canoas, e perdurou quase vinte e cinco anos, apesar da guerra e de outras circunstâncias desfavoráveis. É evidente que os súditos das coroas espanholas e portuguesas mal perceberam a existência de fronteiras e rivalidades nacionais. (CAMPOS, 2018, p. 69)

Essa perspectiva de situação de fronteira não fica evidente na introdução de Centeno, pois suas análises têm por premissa que

[...] o desenvolvimento econômico do sul do Estado e da fronteira se deu, mais sistematicamente, após a Guerra com o Paraguai. (1864-1870), em razão de um contexto histórico marcado por uma nova fase do modo capitalista de produção. Essa fase do capitalismo envolveu todo o universo, ocasionando uma nova forma de disputa por mercados. (CENTENO, 2007, p. 8)

Essa premissa balizará as interpretações de Centeno de tal forma que ela entenderá toda e qualquer relação humana existente na fronteira como consequência da economia mundial regida pela lógica do mercado capitalista. Se tomarmos como verdadeira a constatação de Melo

111 A própria Corrêa (2012) no capítulo “A fronteira lusa, indígena e castelhana” deixa evidente o encontro e o conflito decorrente da penetração dos súditos lusos e castelhanos na região desde o século XVI: “a região sul de Mato Grosso foi percorrida como rota alternativa desde os primórdios do século XVI até o século XVIII para escoamento de gêneros coloniais e abastecimento, interligando a região do rio da Prata com o *sistema andino* produtor de metais preciosos” (CORRÊA, 2012, p. 73, grifo da autora).

112 HEIDEGGER, M. *Construir, habitar, pensar*. 1954. Disponível em: www.proub.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Bauen, Wohnen, Denken. 1951 conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

e Silva (2003), de que a “fronteira é outro Brasil”, é necessário inferir que na década de 1930 as relações, os costumes e a vida fronteiriça possuíam ritmo, lógica e organização distinta de outras regiões brasileiras. Melo e Silva não via a fronteira como parte integrante do progresso nacional e reivindicou medidas para adequar a região ao estágio de desenvolvimento nacional. Assim, a fronteira não é o limite, não é algo dado e criado a partir de, mas é a expressão da criação, da inventividade e das relações humanas em determinado ambiente. É sobretudo um processo no qual as figurações e as pessoas interdependentes vivem se construindo.

Para além dos conflitos que tinham como pano de fundo o domínio político e a posse da terra, interesse da “burguesia local”¹¹³, Centeno nos fornece o quadro das figurações sociais vigentes na fronteira no início do século XX: “na fronteira, a composição social envolvia fazendeiros, pequenos proprietários de terras e trabalhadores rurais” (CENTENO, 2007, p. 15). Esse encontro de alteridades, aliados à diversidade cultural (migrantes brasileiros de várias regiões, imigrantes paraguaios e de outras nações e indígenas), indica que o fator econômico não era o único agente ou motivador de mudanças e causas de conflitos. A educação é um elemento que ilustra isso.

O quadro social da fronteira apresentado por Centeno torna evidente que até meados do século XX “grande parte da população não tinha acesso à escola”, pois a maioria da população vivia, “dissolvida num imenso espaço rural e concentrada na produção da erva-mate e na criação de gado” (CENTENO, 2007, p. 15). Em ambientes como esse, a educação das crianças se dava de maneira assistemática, normalmente ligada ao ambiente de trabalho, em que os filhos de trabalhadores apreendiam com seus pais conhecimentos “técnicos” e formas de comportamento, ou seja, a educação era socialização. Também é preciso reconhecer que em um mundo exclusivamente rural, a necessidade de instrução escolar se torna relativa.

Segundo a autora, a educação na região nas primeiras quatro décadas do século XX se estabeleceu mais por iniciativa privada do que por iniciativa do Estado, e, nesse período, a educação no Paraguai estava em situação melhor que a do lado brasileiro:

As poucas iniciativas de implantação de escolas partiam de fazendeiros e pequenos proprietários, que se uniam para atender às famílias próximas. A ajuda estatal vinha, sobretudo, dos governos municipais e, em escala quase desprezível, do governo estadual. Houve épocas, durante as décadas de 1910 até 1940, que a ínfima população escolarizada constituída por crianças brasileiras da fronteira, em boa parte era atendida pelas escolas dos municípios

113 A chamada burguesia local é representada por coronéis, empresas monopolistas e proprietários de casas comerciais (CENTENO, 2007, p. 11).

paraguaios da divisa. Para tanto, bastava à população atravessar a fronteira seca. (CENTENO, 2007, p. 15-16)

Essa afirmação deve ser posta em suspeição, pois embora ela tenha se pautado nos relatos dos memorialistas, havia escolas na região, ainda que o número existente não fosse suficiente para atender a demanda por escolarização (ver Quadro 9).

Outro aspecto relevante é que, de acordo com Melo e Silva (2003), a maioria das crianças, filhas de indivíduos simples e trabalhadores, chamados por ele de “guarani/paraguaio”, não frequentava as escolas e recebia educação em casa, comumente sob responsabilidade da mãe. Também o autor de *Fronteiras guaranis* (2003) deixa claro que o problema da educação na fronteira é de primeira ordem, mas evidencia que sua reivindicação é educar o filho do simples, a fim de que seja introduzido nos valores nacionais.

Cientes de que no período analisado por Centeno a educação, chamada naquele momento de Instrução Pública, era oferecida pelo Estado de Mato Grosso apenas nas modalidades primária e secundária (MATO GROSSO, 1896; 1910; 1927), e sem fazer a distinção entre Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas, apresentaremos dados para demonstrar que ao final da década de 1910 a fronteira contava com 20 escolas, sendo a maioria mantida pelo Estado.

Em sua descrição sobre as mudanças sociopolíticas do sul de Mato Grosso na década de 1930, Centeno, na esteira de Corrêa (1995) e Brito (2001), apresenta as transformações com base em dois agentes ou elementos que, em seus argumentos, aparecem intrinsecamente ligados e afinados na mesma direção, a saber: o Estado e o Capital. Para Centeno, a partir da década de 1930 e da “Revolução de 1930”¹¹⁴, a chamada instabilidade (dada a ação do banditismo/coronelismo) na fronteira diminuiu gradualmente, pois “desde o início do Governo Vargas foi traçado um programa que [...] visava a aumentar a presença do Estado em todos os setores da vida nacional, para superar o grave desequilíbrio econômico causado pela queda de preços do café, prevenir o país contra outras possíveis crises e, sobretudo, integrar a nação e defender a sua soberania” (CENTENO, 2007, p. 16). Para a autora, a crise de 1929 afetou também a fronteira, em razão da diminuição da exportação de erva-mate e de produtos oriundos do gado. Segundo ela, as medidas instauradas por Vargas só foram sentidas na fronteira de

114 Movimento político de revolta armado ocorrido em 1930. Esse movimento resultou na retirada do poder do presidente Washington Luiz e impossibilitou a posse de Júlio Prestes. Assim, com o apoio de militares e políticos, Getúlio Vargas ascendeu à presidência da República.

forma mais contundentes “após o ano de 1939, quando se iniciaram o desarmamento na região e a perseguição a bandos e bandidos” (CENTENO, 2007, p. 16).

Sua narrativa segue apresentando as ações do Estado, sob o comando de Vargas, que influenciaram a fronteira, destacando-se a “nacionalização do trabalho”, o “controle da entrada dos estrangeiros” e a “Lei dos dois terços” (CENTENO, 2007, p. 21). Esta exigia que dois terços dos trabalhadores das empresas instaladas no Brasil fossem brasileiros natos. Essas medidas aliadas à facilitação para aquisição de pequenas propriedades “por meio de colônias agrícolas”, política pública implementada pelo movimento Marcha para o Oeste, atingiram a Companhia Matte Larangeira, pois a maior parte de seus funcionários e ervateiros eram trabalhadores estrangeiros e ela detinha o domínio de vasta porção de terras para exploração de erva-mate (CENTENO, 2007, p. 22). É preciso salientar que as ações do governo Vargas foram ações políticas que influenciaram na balança do poder na região, todavia, a entrada de estrangeiros, quando nos referimos aos paraguaios, até hoje apresenta dificuldades de controle por parte das autoridades.

Ainda assim, a argumentação da autora sobre a Marcha para o Oeste e seus efeitos na fronteira deve ser situada a partir da década 1940, pois as medidas e as leis que influenciaram diretamente as relações sociais da fronteira se efetivaram nessa década. Como exemplo podemos citar a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)¹¹⁵ e a Comissão Especial de Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras (CEFF), em 1939, subordinada ao presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional. A principal finalidade da CEFF era promover a pequena propriedade “criando condições para estabelecer colônias agrícolas na região [...] [e realizar] estudos e pareceres sobre instalações de empresas, implantações de vias de comunicações e meios de transporte na faixa fronteiriça” (CENTENO, 2007, p. 25). Uma das ações da CEFF que colaboraram para mudança da balança de poder na região no início da década de 1940 foi o parecer contrário à renovação da concessão de arrendamento de terras à Companhia Matte Larangeira¹¹⁶ (CENTENO, 2007, p. 25).

115 Por meio do Decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, foi iniciado o processo de constituição das Colônias Agrícolas Nacionais, uma parceria dos governos federal, estaduais e municipais intermediada pelo Ministério da Agricultura. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada pelo Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 e instituída em 1º de janeiro de 1944 (Cf. CARLI, 2005, p. 10).

116 A concessão dos ervais à Matte permaneceu até o ano de 1947. O encerramento do contrato de concessão para exploração dos ervais à Matte, só se efetivou nessa época, pois, até então, ela explorava uma grande área (CENTENO, 2007, p. 25).

Cabe ressaltar que a própria autora relativiza a influência direta das políticas de Estado sobre a mudança de posição da Matte no jogo de poder regional. Segundo ela:

[...] as medidas para a implantação da pequena propriedade, no Governo Vargas, não foram responsáveis pela ruína da Companhia Matte Larangeira [...] convém questionar se a centralização das políticas do Governo Vargas e o nacionalismo ameaçaram o poder econômico da Companhia Matte Larangeira e determinaram sua retirada dos ervais. Além disso, mesmo com a liberação das terras na fronteira, cabe questionar, ainda, até que ponto a pequena propriedade se desenvolveu no sul do Estado em função das políticas do governo Vargas. Na implantação de colônias agrícolas, como a CAND [...]. (CENTENO, 2007, p. 28-29)

Em resumo, Centeno analisou a fronteira com base em três perspectivas históricas tomadas como síntese da região. Estas podem ser entendidas como pressupostos axiomáticos em relação aos quais todas as análises se desenvolveram:

1. A história da fronteira divide-se em dois períodos conforme o desenvolvimento econômico e a expansão do sistema capitalista mundial. O primeiro período, de 1870 a 1920, caracterizado como período “marcado por uma nova fase do capitalismo, o capitalismo monopolista” (CENTENO, 2007, p. 29). O segundo período, compreendido entre 1920 e 1950. Este reflete importantes mudanças e alterações na estrutura social da fronteira, tendo como pano de fundo “novos investimentos no sul com a implantação da estrada de ferro [...], a presença de novos migrantes e o enfraquecimento dos antigos coronéis” (CENTENO, 2007, p. 29).

2. Para análise do primeiro período adota-se como premissa a tese de que a “disputa por mercados e a liberação do Rio Paraguai à navegação, impulsionaram o desenvolvimento do sul, aumentando a integração dessa região com o mercado mundial”, tal como desenvolvido por Corrêa (2012). Seu segundo pressuposto é entendido como consequência do primeiro, pois entende que a busca pelo controle econômico da região instaurou uma “disputa pelo poder entre as frações da burguesia e a luta pela terra, travada pelos posseiros, transformaram a região num local extremamente inseguro. Nesse período, foram constantes as práticas de mandonismo local, o coronelismo, a insegurança e manifestações de violência generalizada” (CENTENO, 2007, p. 29) tal como proposto por Corrêa (1995).

3. As análises do segundo período partem da concepção de que o Estado foi a grande força motriz ocasionadora de mudanças sociais na região, ainda que em relação intrínseca e direta com a economia nacional e internacional, reconhecendo que todas as transformações têm suas causas na crise de 1929. Logo, seu pressuposto é que para o Estado brasileiro a crise de

1929 “significou a instauração de um novo modelo de desenvolvimento e alteração das funções do Estado, agora centralizado [...] A centralização do Estado se expressou, também, no combate ao regionalismo e nas novas posturas em relação à fronteira” (CENTENO, 2007, p. 30).

4.1.2 Representações da educação na fronteira na ótica de Centeno

Centeno (2007) evidencia que a violência é tema recorrente em todos os historiadores analisados por ela. Ancorada nas análises dos memorialistas, ela compreende que a “violência teria sido fruto da mentalidade predominante na fronteira, consequência da luta pela posse da terra promovida pelos pequenos proprietários contrários ao monopólio da Matte” (CENTENO, 2007, 225-227). A violência também estava ligada às “revoluções” políticas empreendidas por “coronéis”. Fato que tornou a região conhecida como lugar onde a justiça era imposta pela “lei do 44”. Para alguns dos autores estudados por ela “a violência era trazida pela ‘afluência de gente nova’, *estrangeiros*, que causavam a desordem” (CENTENO, 2007, 225-227 grifo da autora).

A autora registra que as obras de Corrêa Filho e de Melo e Silva se diferenciam das demais, dado seu caráter de estudo e não de memória. Conclui que a violência esteve presente nos estudos do primeiro e, “teria como elemento gerador o monopólio exercido pela Companhia Matte” (CENTENO, 2007, p. 227). Na obra do outro autor, Melo e Silva, a violência não é posta em evidência, pois ele compreendeu que a fronteira

[...] se encontrava num estágio retrógrado do ponto de vista do capital. Sua população trabalhadora era um obstáculo, nesse sentido, pois era formada por uma *massa guaranizada*, que, do ponto de vista cultural, era atrasada e tinha uma moral inadequada. Para avançar, a região carecia de outros costumes, que poderiam ser disseminados por meio de uma educação voltada para as lides agrícolas e por uma escola que os homogeneizasse [...] Para ele, a fronteira não se desenvolvia e se encontrava abandonada porque o Estado estava ausente e, no vácuo produzido, não gerava incentivos para atrair investimentos e capitais externos.. (CENTENO, 2007, p. 228-230, grifo da autora).

O ponto comum nos memorialistas analisados por Centeno (2007) é a violência. Esta está sempre relacionada ao capital, seja por meio da ação da Cia. Matte. Larangeira e a luta em torno da posse da terra, ou pela ausência do Estado. Esse fato confirma a proposição de Guillen (1996, p.38), quando afirma que “sempre que lemos trabalhos sobre história de Mato Grosso

nos deparamos com a Companhia Matte Larangeira [...] esta presença na história e na memória é datada, construída [...] e tem ficado como mito originário através do processo de cristalização da própria história”.

Quanto à educação, Centeno (2007) conclui que é preciso situá-la no contexto econômico da região, que tinha sua base nas atividades rurais e núcleos urbanos pouco desenvolvidos. No SMT, a fronteira foi interpretada como um lugar que não oferecia os serviços necessários à população, porque: “as comunicações eram precárias, na região, e que a ausência de ações mais efetivas do Estado deu margem a críticas, pois não reprimia o banditismo nem desenvolvia a infraestrutura desejada, envolvendo escolas, hospitais, vias de comunicação, o melhoramento do meio urbano, etc.” (CENTENO, 2007, p. 237). Assim, dado o ambiente social da região, a escola era preocupação de segunda ordem e era para o trabalho e no trabalho:

De fato, as fontes convergem ao reconhecerem a estagnação da instrução na fronteira. A população fronteiriça era constituída por fazendeiros, pequenos proprietários de terras e por uma maioria de trabalhadores que habitava os campos e trabalhava em atividades relacionadas à erva-mate e à pecuária. Até mesmo as crianças, como foi demonstrado, estavam ocupadas nesses tipos de atividades. Era desprezível, relativamente, o número daquelas crianças, filhas de famílias mais abastadas, que tinham condições de se dirigir até os centros urbanos mais desenvolvidos, tanto locais como de outros estados, para realizar seus estudos nos níveis primário, secundário e superior.. (CENTENO, 2007, p. 234)

Inferimos da tese de Centeno (2007) que a fronteira é representada como local de violência e a educação se constituiu como uma necessidade. Ela compreendeu a violência na fronteira como integrante do desenvolvimento econômico, contudo, também podemos pensá-la como uma estratégia de determinados grupos para alcançar ou manter o poder. A violência e a educação assumiram um caráter de mecanismo de ascensão, manutenção e/ou exercício de poder. As causas da violência, justificadas por Centeno pelos fatores econômicos, em nossa visão, revelam-se como artifícios e ações de indivíduos (“coronéis”), de grupos (partidos políticos) ou de instituições (Matte, Estado) para equilibrarem a disputa do poder em uma figuração específica. À medida que o Estado ampliou sua presença e controle, a educação tornou-se uma artimanha para os grupos e para o próprio Estado, pois, além do fato de ser um meio eficaz de inculcação de valores, ela foi reconhecida e aceita como elemento de identificação, de desenvolvimento e de distinção entre os grupos sociais dentro da figuração regional.

Outro aspecto presente na tese de Centeno (2007) é a explicação da participação do Estado como agente de transformação social. Para ela, a presença e controle do Estado sobre a região representa uma agência de mudança, desconsiderando que a natureza do processo é tal como se materializou no tempo. Assim, a maior ou menor presença do poder estatal na região, seja por meio de escolas, da força militar ou de outros instrumentos de fiscalização e controle social, fazem parte do processo de constituição e desenvolvimento da região. A ausência do Estado não integra a constituição das figurações regionais.

4.2 A educação escolar na fronteira Brasil-Paraguai: representações do processo escolarizador

Melo e Silva (1989; 2003) concebia a educação como um instrumento civilizador. Para ele, era de suma importância educar o fronteiriço, porque era necessário transformar seu *habitus* social. Sua crítica sobre o fronteiriço estava relacionada às boas maneiras. Ele criticava a forma de vestir, de se portar socialmente e, principalmente, a maneira de falar que se constituía na mescla do português, espanhol e guarani (no caso dos guaranizados, este último imperava). Outro julgamento recorrente em Melo e Silva a respeito do fronteiriço era a questão do trabalho, cuja principal fonte de sustento era a erva-mate e as lides pastoris. Para Melo e Silva, a educação é sinônimo de civilidade, já que incute nos indivíduos as boas maneiras, assim como o desperta para os valores fundamentais da sociedade moderna. Ele defendia a implantação de escolas na região de fronteira para que os sujeitos se adequassem ao ideal de uma sociedade que valorizasse o trabalho e a ordem:

[...] uma das preocupações mais sadia e fundamentais do sistema educativo moderno é estabelecer um vínculo, um íntima relação ente o educando e o trabalho [...] a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a ideia do trabalho é quase sistematicamente repelida, onde via de regra, a tendência é para diversões, jogos, vadiagem e outras práticas nocivas [...] E como não se concebe em tempos hodiernos, que alguém se queira manter alheio ao trabalho [...] claro está que os poderes públicos terão de reagir contra a índole de qualquer povo que se manifeste com esse estado de espírito. E a reação será oferecida nas escolas primarias e pré-vocacionais [...]. (MELO E SILVA, 1989, p. 134)

Elias (1994b) em sua obra não realiza análises específicas sobre a educação escolar, mas formula inúmeras questões relativas aos processos de transmissão de conhecimentos ou

aprendizagem e a maneira que as sociedades educam as gerações mais novas. O processo civilizador, centralizado nas relações humanas, demonstra “possíveis ligações entre a mudança a longo prazo nas estruturas da personalidade no rumo da consolidação e diferenciação dos controles emocionais, e a mudança a longo prazo na estrutura social com vistas a um nível mais alto de diferenciação e integração” (ELIAS, 1994b, p. 216). O controle estatal sobre os indivíduos provoca maior diferenciação e integração e, à medida que a sociedade se complexifica, o controle externo torna-se autocontrole. Essa passagem da coação externa para autocoação é fruto da aprendizagem social que constitui uma rede de interdependências envolvendo múltiplas figurações.

A escola é uma figuração que foi universalizada nas sociedades e alterou a relação entre crianças e adultos, pois a educação deixou de ser apenas responsabilidade da família. Ela, no desenvolvimento dos processos civilizadores, passou a representar o caráter civilizatório de uma sociedade, pois uma população escolarizada é civilizada, mas ela também é produto desses processos. Ela tornou-se referência civilizatória por controlar os padrões de acesso ao saber e regular as formas de comportamento aceitáveis socialmente. Para Veiga (2008, p. 164), “a experiência da escolarização elementar ampliada foi componente da dinâmica civilizatória de estender a toda população os processos de mudança de atitudes, valores e comportamentos”.

Os processos civilizadores têm sua marca e são perpassados pela constituição do Estado que monopoliza, controla e regula a violência. No desenvolvimento e constituição do Estado, ele também se colocou como um dos fortes agentes no controle sobre a educação. A escolarização obrigatória monopolizou os saberes e, no caso brasileiro, a partir do século XIX, o pensamento comum que influenciou a implementação da educação e da criação da rede escolar foi o estrito vínculo entre escola e civilização (VEIGA, 2008, p. 160). Para Veiga, o processo escolarizador está engendrado no processo civilizador, pois assim como este, o processo escolarizador é um processo social de longo prazo que, embora tenha uma direção específica – letrar e adequar os indivíduos a comportamentos considerados adequados socioculturalmente –, é posto em movimento por diferentes sujeitos e/ou grupos sociais interdependentes. Ela define o processo escolarizador como:

[...] uma mudança de longo prazo no comportamento dos indivíduos em relação ao valor estimado para a aprendizagem da leitura, da escrita e das ciências de maneira geral, mas principalmente ao valor atribuído a ciência e a racionalidade como fator fundamental de organização e coesão social. [...] o processo escolarizador compreende uma dinâmica repleta de conflitos e tensões entre redes de indivíduos, grupos e instituições. (escola, família e

Estado) interdependentes, uma vez que o equilíbrio de poder entre estes elementos se faz de maneira bastante diferenciada.. (VEIGA, 2009, p. 18-19)

A escola, no interior do processo civilizador, tornou-se o espaço especializado para preparar a criança para a vida adulta. O processo de escolarização é a marca das modificações nas relações entre adultos e crianças, pois quanto mais complexa a sociedade, maior é o distanciamento entre a vida do adulto e da criança. A escola é civilizadora à medida que se propõe, com intervenções pedagógicas cada vez mais profissionalizadas, preparar a criança para a vida adulta. De acordo com Veiga (2011, p. 138), “a difusão da escola primária a partir do século XIX é sintoma das novas demandas sociais concernentes à preparação das crianças do povo para a vida adulta”, posto que a escola tornou-se a instituição fora do núcleo familiar onde as relações de coerção entre crianças e adultos tornaram sistematizadas. O espaço escolar, marcado pela disciplina, por conteúdos e métodos fixados em um determinado tempo, visa à higienização e a autorregulação do indivíduo.

A educação escolar em Mato Grosso passou a ser regulada e mantida pelo Estado a partir de 1896. O Regulamento Geral da Instrução Pública previa que deveria haver a criação de “escolas elementares em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados existentes no Estado, e complementares na Capital e cidades principais, devendo ser consideradas como tais aquelas de maior desenvolvimento e densidade de população” (MATO GROSSO, 1896, Art. 2º; 4º) e que o ensino elementar seria obrigatório para todas as crianças de 7 a 10 anos de idade. O Regulamento também previa que a educação primária e secundária se dividia em elementar e complementar e seria “ministrada à custa dos cofres públicos estaduais a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem” (MATO GROSSO, 1896, Art. 2º; 4º).

O vínculo entre civilização e educação está presente no processo de introdução e ampliação do sistema educativo de Mato Grosso. As mensagens dos presidentes desde o início do século XX referem-se a ela como um remédio eficaz para curar os males sociais e constituir indivíduos adequados aos padrões morais que a sociedade civilizada exigia:

[...] o único meio de salvar a nova geração brasileira, a geração de nossos filhos, do contágio da lepra moral, que lavra pelo país, é educá-la. Educá-la fisicamente para se ter homens fortes; moralmente, para se ter homens honestos; intelectualmente, para se ter homens ilustrados. Educá-la convenientemente, para se ter grandes homens.. (MATO GROSSO, 1901)

O processo de implantação do sistema educativo em Mato Grosso, como em qualquer outro local, dependendo da forma como se constitui, apresentou dificuldades de diversas ordens: limitação de recursos e treinamento de professores e instabilidade política marcada pelos conflitos armados desencadeados por “coronéis”. Esta última interrompeu diversas iniciativas voltadas para o ensino primário entre 1886 e 1910, pois, segundo Poubel e Silva (2006, 72), a atenção dos governantes, nesse período, estava “voltada mais para os conflitos que assolavam tanto a capital como o interior do estado”. A década de 1990 registrou aumento do número de escolas e matrículas. No ano de 1990, o estado possuía 68 escolas com 1.655 alunos matriculados. Em 1910, funcionavam 90 escolas no estado com 3.211 alunos matriculados (MATO GROSSO, 1911). Para além dos problemas inerentes às ações educativas, a implantação de escolas pelo Estado representa a institucionalização do controle estatal sobre as futuras gerações.

No Brasil, a Constituição Federal de 1934 previu como dever da União a organização de um sistema nacional de educação, haja vista que era de sua competência “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (BRASIL, 1934, Art. 150, a). Até a década de 30, a educação escolar era de responsabilidade dos estados. Em Mato Grosso, após o primeiro Regulamento de Instrução (1896) foram instauradas as reformas e a ampliação do sistema educativo por meio dos Regulamentos de 1910 e 1927. Todos eles atribuíam a obrigatoriedade da educação às custas do Estado. Em 1896, a criança entre sete e 10 anos que morasse num raio de um quilômetro da escola era obrigada a se matricular e frequentá-la. Em 1927, a obrigatoriedade foi estendida até os 12 anos e para quem residisse até dois km da escola.

Apesar das especificidades que pretendiam modernizar a educação (reorganização fiscalizadora, alteração de nomenclaturas sobre as escolas, número de salas em uma escola para que se tornasse grupo escolar, prédios construídos especificamente para educação, números de alunos por sala, dentre outras), é comum nos regulamentos o estabelecimento do programa de ensino para os diversos níveis de instrução, a organização do tempo de aulas e intervalos, a exigência de um perfil de professor marcado pela conduta moralmente adequada e pautada nos bons costumes, a institucionalização de uma hierarquia fiscalizadora do trabalho docente e da aprendizagem dos alunos, a proibição dos castigos físicos sob pena ao professor e a punição para os pais que não enviassem seus filhos à escola sem relevante justificativa.

Os referidos Regulamentos influenciaram a difusão das escolas em Mato Grosso. Eles denotam a necessidade de preparar a criança de forma adequada para a vida adulta e alteram a relação entre adultos e crianças, pois aumenta a fiscalização do Estado sobre essa relação. A escolarização estabelece quais saberes elementares os indivíduos devem possuir, assim como intenta regular e padronizar o comportamento socialmente aceito. A escola assume a função de regular a conduta das crianças, mas também o faz com pais e professores. Os regulamentos previam que a escola poderia exercer sanções sobre os indivíduos quando o comportamento não fosse adequado: multa para os pais, suspensão e retenção para os alunos, desemprego para os professores e a proibição de lecionar novamente. As medidas punitivas na escola eram simbólicas, porque provocavam a interiorização da vergonha social. Todavia, a regulação da escola se dá na interdependência com os indivíduos, pois a institucionalização de um espaço educativo também propiciou a formação de novas figurações de alunos, de pais ou professores. Tais figurações permitem comparações de novas realidades pelos sujeitos, assim como possibilita a alteração ou desvio de comportamento para além do idealizado pela escola ou pela família. A instituição escola concede novas experiências às pessoas em diferentes idades, e essa inter-relação interfere nas estratégias de controle escolar.

Na fronteira, as primeiras escolas elementares foram criadas em 1901 em Bela Vista e Ponta Porã:

Pela Resolução nº 281, de 6 de abril do ano passado [1901] *foram criadas mais as escolas* de Santo Antônio do Rio-Abaixo e de Santa Rita da Macorutuba; e pela acima citada nº 294, de 11 do mesmo mês e ano, *as de Ponta Porã, Bela-Vista, Guaporé e Capim Branco*; as quais, somadas às 68 já existentes perfazem o total de 74 escolas, em todo o Estado. O número de alunos matriculados no ano que findou em todas elas foi de 2.521, tendo sido a frequência de 2.048.. (MATO GROSSO, 1902, grifo nosso)

É provável que a escola de Ponta Porã não tenha funcionado de forma adequada, pois de acordo com Wilcox (2008, p. 39) viajantes que passaram pela fronteira em 1912 relataram que “não havia escolas na cidade [de Ponta Porã] e que as crianças eram educadas na vizinha cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero”. A instabilidade política regional certamente influenciou na efetiva atividade escolar, já que de 1896 a 1910 houve interrupções “de iniciativas endereçadas para o ensino primário”, dados os conflitos políticos que assolavam a região. Como visto no capítulo anterior, dos 19 conflitos, 16 ocorreram na região SMT nas cidades de fronteira.

Apesar das dificuldades houve investimento na criação de escolas no SMT a partir de 1910. A mensagem do presidente de Mato Grosso de 1916 sinaliza para a importância da educação e para a abertura de escolas:

Educar é synonymo de enriquecer. ‘A educação, dizem, que faz o porvir, deve fazer a riqueza do porvir’. [...] Praz-me reconhecer e assignalar, Snrs. Deputados, que a instrucção publica em Matto-Grosso, na capital e algumas cidades, tem melhorado de 1910 a esta parte nem só quanto aos regulamentos e programmas, como tambem em relação a alguns edificios. (MATO GROSSO, 1916)

De acordo com Poubel e Silva (2006, p. 109), as escolas elementares isoladas tornaram-se o modelo escolar em expansão em Mato Grosso na década de 1910. Ainda que deficitária, a implantação de escolas isoladas buscou acompanhar o crescimento demográfico do estado nas primeiras décadas do século XX. Em 1919, Mato Grosso contava com 148 escolas isoladas e registrava 4.633 matrículas (MATO GROSSO, 1919). No SMT, o número de escolas elementares subiu de 35 em 1910 para 55 em 1919.

Tabela 2 – Escolas isoladas no SMT por cidade e por ano

Localidades	1910	1911	1912	1915	1919
Aquidauana	2	3	3	4	5
Bela Vista	3	3	3	4	7
Campo Grande	3	3	3	4	6
Corumbá	13	13	13	11	11
Coxim	2	2	2	8	7
Miranda	5	5	5	3	4
Nioaque	4	4	4	1	3
Ponta Porã	-	-	-	5	5
Porto Murinho	-	-	-	2	2
Sant'Anna do Paranayba	3	3	4	3	2
Três Lagoas	-	-	-	2	3
Total	35	36	37	47	55

Fonte: Adaptado de Poubel e Silva (2006, p. 109).

A escola isolada favoreceu o acesso à educação escolar em Mato Grosso, pois era a típica escola dos pequenos povoados ou da zona rural. Segundo Gil e Caldeira (2011), a escola isolada caracterizava-se por possuir um professor que deveria atender 40 (ou mais) alunos e comumente funcionava em prédios improvisados com pouco material didático. Essa caracterização da escola isolada é confirmada por Poubel e Silva, pois no caso de Mato Grosso,

[...] embora as escolas isoladas fossem responsáveis pela escolarização de um grande número de crianças, suas instalações e funcionamento eram motivos de constantes críticas por parte das lideranças locais. Vale ressaltar que muitas das apreciações se referiam às escolas primárias do interior do estado, pois as escolas isoladas instaladas na capital e nas sedes dos municípios, segundo Dom Aquino Corrêa, correspondiam em geral, ao que delas era de se esperar,

não acontecendo, infelizmente, o mesmo com as do interior.. (POUBEL E SILVA, 2006, p. 100)

O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, de outubro de 1910, marca o início de mudanças mais significativas na educação mato-grossense. O aumento de escolas na década de 1910 está relacionado ao ideal de educação presente no Regulamento, que além de apresentar o ideal civilizador da escola – perfil do aluno e do professor; carga horária das atividades escolares; número salas de aula e de alunos; a forma de fiscalização das atividades escolares; a regulação do tempo escolar e a criação de grupos escolares – também previa a ampliação do número de escolas, afirmando que haverá escolas em todos os povoados do estado.

Art. 2º – Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola.. (MATO GROSSO, 1910)

O governo de Pedro Celestino contratou em 1910 normalistas recém-formados em São Paulo, a fim de “criar uma Escola Normal e dar novos moldes ao ensino primário” mato-grossense. (POUBEL E SILVA, 2006, p. 81). Os normalistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann foram os primeiros contratados e ajudaram na reorganização do ensino:

Mello e Kuhlmann ao chegarem a Cuiabá, em agosto de 1910, trabalharam com afinco para a reorganização do ensino público e para a criação da Escola Normal. Instalaram dois grupos escolares na capital, dos quais assumiram a direção. Defenderam, amplamente, a educação como mola propulsora do progresso social e a escola como o “templo do saber, amável e bom, responsável pela formação da infância, considerada a sociedade de amanhã”.. (PAULBEL E SILVA, 2006, p. 81)

A criação dos grupos escolares em Cuiabá baseava-se na ideia de que esse modelo era superior às escolas isoladas, contudo sua distribuição pelo Estado só ocorreria na década de 1920. De acordo com Mello e Kuhlmann, o grupo escolar apresentaria melhores resultados, porque possuía programa, horário e orientação unificados e a supervisão constante de um diretor (POUBEL E SILVA, 2006). É importante salientar que o grupo escolar se caracterizava como uma escola comum do meio urbano. Sobre a educação primária o Regulamento previa:

Art. 1º - A instrução pública do Estado de Mato Grosso se divide em primária e secundária. É ministrada à custa dos cofres públicos estaduais a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

Art. 2º - A instrução primária será dada em escolas denominadas elementares ou do primeiro grau, e complementares ou do segundo grau. Haverá escolas

elementares em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados existentes no Estado, e complementares na Capital e cidades principais, devendo ser consideradas tais aquelas de maior desenvolvimento e densidade de população.. (MATO GROSSO, 1910)

Acercados grupos escolares, o “Art. 38º – Nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, o Governo poderá, reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio (MATO GROSSO, 1910). O grupo escolar deveria atuar em prédio adequado à educação com turmas menores do que na escola isolada e os alunos seriam divididos por turmas conforme o nível ou grau de instrução.

A concepção norteadora do grupo escolar alinhava-se ao projeto republicano de civilização atrelado à modernização social. Para Poubel e Silva (2006, p. 200), a implantação de grupos escolares em Mato Grosso desenvolveu uma nova organização, pois “as crianças, que até então estudavam nas escolas isoladas e tinham um ensino e atendimento individualizado da professora, passariam a compor uma massa de alunos com um ensino homogeneizado, onde todos estudavam a mesma matéria ao mesmo tempo”.

O Regulamento de 1910 revela uma maior interferência do Estado nas relações entre crianças e adultos, pois além de prever punição aos pais que não enviassem seus filhos à escola, normalizar o tempo de aulas de intervalos e de férias, ele estabelece a diminuição da violência física:

Art. 25º – como penas disciplinares se empregarão: Repreensão em particular; Repreensão perante a escola; Privação com trabalhos de estudo; Retenção com trabalhos de estudo; Suspensão por 30 dias; Exclusão por um ano letivo; Despedida definitiva.

Art. 28º – E absolutamente proibido o castigo corporal, ou qualquer outro que possa abater o brio à criança.. (MATO GROSSO, 1910)

O processo civilizador com a escolarização em Mato Grosso, iniciado com o Regulamento de 1896, ganhou novo fôlego com o Regulamento de 1910. A partir destes, as escolas ampliaram-se paulatinamente, pois em 1919, o estado registrou mais de 9.500 matrículas, ou seja, dobrou o número de vagas nas escolas.

Na década de 1920, a mudança no mapa escolar mato-grossense tornou-se visível, posto que até 1921 os grupos escolares estavam concentrados no centro-norte do estado. Em 1922, dez anos após sua criação, o grupo escolar de Campo Grande iniciou suas atividades e foi

inaugurado o grupo escolar de Três Lagoas, seguido pela inauguração dos grupos escolares de Corumbá, Miranda e Aquidauana em 1924, e o grupo escolar Mendes Gonsalves em Ponta Porã em 1927. A mensagem do presidente de Mato Grosso à Assembleia de 1920 registrou a ampliação de escolas no SMT, pois além das escolas estaduais (quadro 8) que registraram 1.478 matrículas, havia escolas municipais (3 em Campo Grande, 1 em Três Lagoas, 2 em Bela Vista e 1 em Ponta Porã) com 500 alunos de ambos os sexos, e as escolas particulares, que somavam mais de duas mil matrículas, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Escolas Particulares no SMT e matrículas (1919)

Localidade	Nº de escola particular	Nº de matrícula
Corumbá	7	839
Campo Grande	22	719
Aquidauana	13	425
Três Lagoas	5	182
Porto Murtinho	1	81
Miranda	2	80
Bela Vista	2	71
Coxim	3	40
Total	55	2.437

Fonte: (MATO GROSSO, 1920).

É inegável a ampliação do número de escolas no SMT, contudo a oferta de vagas era baixa frente à demanda. Poubel e Silva (2006) afirma que no SMT existiam mais de 11 mil crianças entre sete e dez anos, e nos municípios da linha de fronteira (Bela Vista, Porto Murtinho e Ponta Porã) eram mais de 3.500 crianças nessa faixa etária. Não obstante, é preciso recordar que o SMT era uma região rural, que contava com apenas 13 municípios distribuídos em uma área de mais de 350 mil km², e que, no contexto das primeiras décadas do século XX, os trabalhadores rurais não viam a educação escolar como uma necessidade de primeira ordem, seu processo educativo se dava no próprio meio de trabalho.

De acordo com a mensagem de 1940, elaborada pelo interventor federal, a rede escolar estadual foi ampliada no decorrer da década de 1930. Ainda que ela não apresente dados completos sobre a rede de instrução, Centeno (2007, p. 236) afirma que ao final dessa década o estado de Mato Grosso contava com 396 escolas (266 estaduais, 60 municipais e 70 particulares). Do total das escolas mantidas pelo Estado, 78 estavam localizadas no sul, e na fronteira havia os grupos escolares de Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista.

Quadro 7 – Mapa de escolas no SMT década de 1930

Localidades	Ginásio	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas Distritais	Escola Isoladas Rurais
Aquidauana	-	1	1	2	2
Bela Vista	-	1	1	1	1
Campo Grande	1	2	2	2	4
Entre Rios	-	1	1	-	1
Corumbá	1	-	2	4	6
Maracaju	-	-	-	-	2
Coxim	-	-	1	-	-
Miranda	-	-	-	-	3
Nioaque	-	-	1	-	2
Ponta Porã	-	1	1	5	5
Porto Murtinho	-	1	2	3	3
Sant'Anna Do Paranayba	-	1	-	-	4
Três Lagoas	-	-	-	-	6
Total	2	8	12	17	39
Total Geral	78				

Fonte: (MATO GROSSO, 1940).

É preciso reconhecer que os números apresentados pela mensagem do presidente do estado de 1940 não representam a realidade de instituições escolares em números absolutos do SMT. O crescimento e expansão de escolas é inquestionável, mas Centeno (2007, p. 239), a partir de dados extraídos do relatório apresentado ao presidente da República pelo governador do território federal em 1944, relata que na região de fronteira, antes da instalação do Território Federal de Ponta Porã (1943), havia 52 escolas (28 estaduais, 24 municipais) e devemos acrescentar os três grupos escolares já mencionados.

Na perspectiva de Poubel e Silva (2006), assim como na de Centeno (2007), a ampliação do sistema educacional em Mato Grosso se deu a partir da reforma da instrução pública mato-grossense de 1910, sob o governo de Pedro Celestino.

Em 1910, serenadas as agitações políticas e melhoradas as condições financeiras do estado, pôde o governo do Coronel Pedro Celestino cuidar do ensino, propondo-se a investir na reformulação da instrução pública primária e na habilitação docente, porém, com moldes diferenciados.. (POUBEL E SILVA, 2006, p. 75)

Os “moldes diferenciados”, a que se refere a autora, foram inspirados na educação paulista e, como já mencionado, foram contratados normalistas paulistas para implantar a reforma no ensino:

Em execução das leis ns. 508 e 533, de 1908 e 1910, dei começo à reorganização do ensino official no Estado. A instrucção primaria foi moldada pelos methodos seguidos em S. Paulo, que incontestavelmente, no nosso paiz, occupa a vanguarda na formação intellectual e na educação civica da infancia e da mocidade. Alli foram postos em pratica os processos pedagogicos preferidos nos paizes mais adiantados da Europa, e nos Estados-Unidos da America do Norte.. (MATO GROSSO, 1911)

O registro aos processos pedagógicos inspirados nos sistemas escolares europeus compõe o cenário da representação do processo civilizador brasileiro, que tinha como inspiração o velho continente. Para Veiga (2008, p. 162), a “ideia de civilização havia se universalizado, entretanto, apropriada pelas elites não como um processo, mas enquanto evolução por estágios a partir de um referencial comum”, a Europa. A ideia de civilização europeia, marcada por uma superioridade de comportamento e pelo domínio de conhecimentos mais elevados como a ciência perpassa a construção da autoimagem brasileira, assim como é presente na institucionalização da escola. Esta, no caso de Mato Grosso, representava a transformação do *habitus*, assim como o controle do Estado sobre a formação do indivíduo. A escola, a partir do século XIX, tornou-se a instituição responsável por transmitir e homogeneizar os conhecimentos reconhecidos como importantes tanto quanto os comportamentos adequados. A fala do presidente do Estado Caetano Manoel de Faria e Albuquerque sobre o professor, principal agente desse processo, ilustra a influência europeia como ideal a ser perseguido e a necessidade de instauração de escolas no estado:

[...] como toda pedagogia moderna principalmente se empenha na formação do professor, cujo mister é, de preferencia, educar o character, corrigindo as falhas do que os inglezes chamara *home education*, educação do lar, pela intromissão positiva da educação paterna, ordinariamente tendente a reduzir a iniciativa e personalidade da creança, ‘substituindo um .criterio forte a outro criterio fraco, uma vontade adulta a uma vontade -infantil’. Aqui está o eminente papel; social do tutor das escolas e universidades inglezas, nas quaes se busca de preferencia a creação duma personalidade, isto é, uma vontade e um character.. (MATO GROSSO, 1916)

O processo de ampliação de escolas iniciado com a reforma de 1910 também estava relacionado com o crescimento das zonas urbanas e com a consequente ampliação do número de “comerciantes, de funcionários públicos, de profissionais e trabalhadores em geral” (POUBEL E SILVA, 2006, p. 76), realidade que exigia maior demanda de escolas adequadas ao grau de desenvolvimento regional. A autora ainda compreende que a implantação dos grupos

escolares desencadeou a reorganização escolar mato-grossense, pois “as crianças, que até então estudavam nas escolas isoladas e tinham um ensino e atendimento individualizado da professora, passariam a compor uma massa de alunos com um ensino homogeneizado”, marcado pelo controle do tempo e com conteúdos comuns (POUBEL E SILVA, 2006, p. 79).

A respeito da homogeneização é importante comentar que o cotidiano escolar organizado em um espaço e tempo é marcado pela individualidade dos atores sociais que compõem a figuração escolar. A homogeneização escolar é um ideal, pois ela não se efetiva na prática dada a individualidade dos atores sociais envolvidos nesse processo. No cotidiano escolar, os indivíduos que fazem parte da figuração também interferem no processo educativo, pois à medida que a escola monopoliza os saberes e sua transmissão organizando-os no espaço-tempo, o sujeito reage a esse processo com sua individualidade forjada em múltiplas figurações interdependentes. Na perspectiva figuracional, é no interior da escola que se desenvolvem as relações que visam a transmissão de conteúdos e a inculcação de valores. No processo escolarizador, o indivíduo internaliza comportamentos considerados adequados por meio de mecanismos que tencionam a autorregulação permeadas pela introjeção do sentimento de vergonha quando a ação não é socialmente adequada, mas isso não se constituiu ao mesmo tempo e da mesma forma, observada a individualidade dos integrantes da figuração. Uma das estratégias para que o sujeito desenvolva a autorregulação é o controle do espaço-tempo que representa uma dinâmica funcional de organização que envolve diferentes gerações (crianças/jovens e adultos). Na perspectiva de Veiga, as experiências espaciais da escola são fundadas na racionalidade civilizatória, pois

[...] a escola. (a sala de aula) enquanto experiência de espaço/tempo se constitui em um instrumento de orientação geracional ou ainda de demarcação das posições geracionais, tanto em suas diferenciações internas, por exemplo, na sala de aula, quanto nas diferenciações de graus e níveis de ensino. (VEIGA, 2008, p. 169)

Na organização espaço-tempo racionalizam-se os procedimentos de ensino e de transmissão de saberes monopolizados pela escola. Nesse processo, a escola não homogeneiza, embora tente padronizar comportamentos valendo-se de métodos capazes de desenvolver o sentimento de vergonha, a fim de que a pessoa se autorregule, ou seja, a escola também é produtora de individualizações, pois aqueles que fazem parte dessa figuração agem e reagem de distintas formas no seu interior, produzindo distintas mudanças de direção e alterando o ideal de comportamento esperado. A escola como monopolizadora de alguns saberes reforça a coação do Estado sobre os indivíduos e suas figurações, pois ele oferece a escola e as famílias são

obrigadas a enviar seus filhos para frequentá-las, modificando as relações educativas entre as figuras, da mesma maneira que permitem a constituição de novas figuras entre os alunos.

A reformulação e ampliação de escolas em Mato Grosso são marcas do processo civilizador em curso, pois na nova estrutura escolar iniciada em 1910 e, constantemente, alteradas nas décadas seguintes, exigiu adaptação da sociedade e dos alunos a um novo modo de comportamento e, conseqüentemente, pela imposição de uma nova cultura escolar que aos poucos foi se instalando no estado. A reformulação da instrução envolveu aspectos curriculares, de organização do tempo, controle sobre o aluno e sobre o professor, assim como adequação dos prédios onde funcionavam as escolas. Para Poubel e Silva (2006), a nova estrutura da educação iniciada em 1910 em Mato Grosso previa mudanças de comportamento dos futuros cidadãos:

a organização do tempo e do espaço, enquanto componentes curriculares, estavam voltados para a internalização, pelas crianças, de novos hábitos, valores e comportamentos, enquanto futuros adultos a atuar na sociedade. A nova arquitetura e organização do espaço escolar induziriam o aluno a uma série de comportamentos que iam sendo, aos poucos, automatizados pela criança, como, por exemplo, os valores disciplinares. (POUBEL E SILVA, 2006, p. 201)

Em síntese, a implantação de escolas no SMT almejava a civilização dos indivíduos, pois ela funcionaria como técnica para adequar a criança à disciplina escolar (organização do tempo, respeito à hierarquia, cumprimento de atividades, etc.) e à vida social. A ampliação de escolas também revela a alteração das relações entre crianças e adultos, haja vista que por meio da organização escolar elas passam a ser mediadas pelo controle do Estado. Não obstante, é preciso perguntar-se se as escolas implantadas na fronteira foram capazes de reformular o *habitus* fronteiriço criticado por Melo e Silva.

4.3 Educação e cultura fronteiriça: diálogo de Melo e Silva com a historiografia educacional

Na década de 1930, momento da produção de *Fronteiras guaranis* (2003), foram reportadas mais de 50 escolas elementares e três grupos escolares. A narrativa de Melo e Silva reclama investimento em educação para transformar o *habitus* fronteiriço marcado pela cultura

guarani. Em *Canaã do Oeste* (1989) ele dedica um capítulo para tratar da educação na fronteira como meio de solução para todos os seus problemas. Para ele, o problema por excelência da fronteira era a “educação de seu povo”. Ele chama a atenção do governo federal para a necessidade de investimento em educação na região, pois a falta dela acarretava o entrave na resolução de outros problemas, como o desenvolvimento das cidades. Esse aspecto caracteriza uma explicação por ausência, desconsiderando que o processo se desenvolve não por falta, mas por presenças. Ademais, há a presença do Estado e de escolas na região na década de 1930, como já demonstrado, e o desenvolvimento das cidades envolve outros fatores e figurações além de investimento estatal.

A proposta de educação de Melo e Silva não estava desvinculada da questão do povoamento e da nacionalização da região. Em sua ótica, a presença efetiva do Estado, com seu aparato econômico, militar e burocrático poderia solucionar todos esses problemas e a educação seria o meio eficaz para adequar o fronteiriço ao trabalho. Segundo ele:

[...] a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a ideia do trabalho é quase sistematicamente repelida, e onde, via de regra, a tendência é para diversões, jogos, vadiagem e outras práticas nocivas ou pouco recomendáveis, não sendo de mencionar-se a propensão que determinado número denota para o pastoreio, porque, além do mais, este não é bem recomendado como um dos meios de educação. (MELO E SILVA, 1989, p. 134)

A proposta de Melo e Silva pode ser entendida como um manual de civilidade, pois ele aponta o ideal de comportamento humano que perpassa pela profissionalização e pelo apego ao trabalho. Logo, o Estado deveria atuar para transformar a “índole” do povo que se mantinha “alheio ao trabalho” e esse ato se daria pela formação escolar: “a reação será oferecida nas escolas primárias e pré-vocacionais. Nessas, as crianças ensaiarão suas aptidões para o artesanato ou para as lides campesinas” (MELO E SILVA, 1989, p. 134).

Sua obra apresenta preocupações amplas sobre a fronteira e a educação está no centro. Sua proposta sobre a educação na fronteira a situa no contexto nacional, pois quer que as particularidades fronteiriças sejam eliminadas. Melo e Silva considerava que a fronteira estava em um estágio aquém do progresso nacional e via nos hábitos da fronteira ligados aos costumes guaranis a culpa do atraso, pois o guaranizado possuía uma moral inadequada ao estágio civilizatório brasileiro.

Melo e Silva reivindicava a implantação de um modelo de educação específico para transformar o *habitus* fronteiriço: a educação profissionalizante voltada para atividades agropastoris. Ele considerava que o modelo escolar existente na fronteira não era adequado, pois se limitava apenas à “simples alfabetização”. O sistema educativo deveria “estabelecer o vínculo, uma íntima relação entre o educando e o trabalho, de preferência aquele gênero de atividade mais preferido na região onde se instalem as escolas”. Sua reivindicação é fruto de sua premissa de que na fronteira “imperavam hábitos destoantes do padrão moral adotado em média nos demais recantos nacionais” e a ideia de trabalho era repelida, pois “via de regra, a tendência [do fronteiriço] é para diversões, jogos vadiagem e outras práticas nocivas ou pouco recomendáveis” (MELO E SILVA, 1989, p. 133-134).

Na perspectiva de Centeno (2007), Melo e Silva considerava que a fronteira estava “num estágio retrógrado do ponto de vista do capital. Sua população trabalhadora era um obstáculo, nesse sentido, pois era formada por uma ‘massa guaranizada’, que, do ponto de vista cultural, era atrasada e tinha uma moral inadequada”. Ela compreende que a proposta de Melo e Silva para fazer a região avançar era transformar os costumes através da educação profissional “voltada para as lides agrícolas e por uma escola que os homogeneizasse”. A historiadora discorda de Melo e Silva, pois compreende que

[...] os hábitos e costumes dos trabalhadores, resistências tão abominadas por Melo e Silva, eram manifestações culturais do trabalhador fronteiriço e estavam ligadas ao tipo de trabalho desenvolvido na região. [...] a cultura na fronteira era determinada pelo trabalho e não o contrário, como queria Melo e Silva. O homem fronteiriço tinha estreita convivência com a “cultura paraguaia”, por força da dependência da extração da erva-mate pelo trabalhador originário do Paraguai. Os guaranizados, considerados por Melo e Silva “inferiores” e “avessos ao trabalho”, de fato, foram os trabalhadores que garantiram a mais-valia para o ciclo da erva-mate em Mato Grosso. (CENTENO, 2007, p. 227-228)

No que tange à educação, Centeno afirma que ela estava “estagnada”, pois a maioria absoluta da população era rural e na fronteira as “escolas eram raras e concentradas nos núcleos urbanos. No campo, a existência de escolas dependia da iniciativa privada” (CENTENO, 2007, p. 234). Não obstante, os dados da mensagem do presidente de Mato Grosso de 1940 apontam a existência de seis escolas isoladas rurais, uma escola distrital, uma escola reunida e um grupo escolar nos municípios fronteiriços de Ponta Porã e de Bela Vista. Centeno (2007, p. 239), em suas conclusões, também afirma que antes da instalação de Território Federal de Ponta Porã, havia na região de fronteira 52 escolas públicas, estaduais e municipais que atendiam 1.800

alunos. Salienta-se que a obrigatoriedade da educação era para as crianças que moravam em um perímetro de até dois quilômetros da escola (MATO GROSSO, 1927, Art. 3º).

A respeito das ponderações de Melo e Silva sobre a educação fronteiriça, Centeno as situa na perspectiva economicista, pois compreende que na década de 1930

[...] a fronteira sofria o impacto de um momento de transição e de crise do capitalismo que resultou em políticas nada comuns às dominantes anteriormente. [...] Para superar a crise, Melo e Silva entendia ser importante o papel da educação, pois a implantação de escolas profissionais agrícolas era condição necessária à superação do estágio extrativista e pecuário da economia fronteiriça. (CENTENO, 2007, p. 236)

Na análise das obras de José de Melo e Silva, Centeno concebe que elas “evidenciam o combate histórico de sua época, captam suas contradições e esclarecem as motivações da classe que o autor representava” (CENTENO, 2007, p. 181). Para ela, Melo e Silva era um “pequeno-burguês”, e a obra *Fronteiras guaranis* (2003), embora tivesse caráter propagandístico para chamar a atenção do governo federal para a “necessidade de povoar a fronteira com legítimos brasileiros” (CENTENO, 2007, p. 175), fora publicada justamente no contexto “das primeiras medidas orquestradas pelo Governo Vargas visando à centralização das políticas de desenvolvimento” (CENTENO, 2007, p. 175). Na perspectiva de Centeno, desde o prefácio de *Fronteiras guaranis* (2003) existem indícios de que o autor simpatizava com o “pensamento nacionalista autoritário, que estabeleceu como critério definidor da Nação a unidade étnica e linguística”, elementos defendidos por Melo e Silva em toda a sua obra como necessidade da fronteira (CENTENO, 2007, p. 176).

Centeno destaca que a “fronteira guaranizada” de Melo e Silva refere-se à região delimitada “pelos municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Dourados e Porto Murtinho”. A autora questiona por que Nioaque, município que deu origem a todos os demais da região, ficou excluída da influência guarani. Apesar dessa delimitação geográfica, Centeno afirma que Melo e Silva, “influenciado pelo contexto histórico que colocava a necessidade de nacionalizar a fronteira”, ao propor uma reorganização da fronteira, centra suas críticas e sugestões sobre “a cultura, o trabalho e a educação” (CENTENO, 2007, p. 171).

Embora o historiador aponte que a cultura guarani deva se transformar ou ser suplantada, e a educação seria uma ferramenta para isso, na concepção de Centeno (2007, p. 184), são as “inquietações acerca do trabalho na fronteira que o motivaram a escrever”:

[...] é necessário frisar, sua preocupação é demonstrar de que forma os costumes fronteiriços, como por exemplo, o lazer, festas, músicas, carreiradas, etc., acabavam interferindo na vida dos homens, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento do trabalho. Se há uma preocupação racista em Melo e Silva, ela se torna secundária ao observar que é o trabalho a questão que o move. (CENTENO, 2007, p. 192-183)

Assim, para a autora, o trabalho se constitui como problema central do processo de desenvolvimento da fronteira desejado por Melo e Silva. O tempo na fronteira deveria ser racionalizado, a fim de que seus habitantes não se dedicassem excessivamente à “dança, música, encontros ilícitos e festas”, ações que revelavam para o autor os “resíduos de primitividade” enraizados no povo guaranizado. Esses hábitos eram responsáveis pela “dissolução de costumes na fronteira”, pois, em locais onde predominavam migrantes de outras regiões do Brasil, a exemplo de Corumbá e Dourados, o progresso, na perspectiva de Melo e Silva era evidente, pois elas possuíam ruas largas pavimentadas, belos edifícios, excelente posição geográfica, teatros, escolas e economia solidificada. (CENTENO, 2007, p. 172-173).

A respeito da moral, a autora destaca que Melo e Silva considerava o guaranizado como “malicioso” e que ele possuía “falhas no caráter”. Logo, era preciso modificar os costumes da fronteira, e a solução para isso era a coação física e a educação. Por essa razão, a presença do Estado se fazia necessária. Outro aspecto que faria o Estado influenciar na “mudança” de caráter dos indivíduos de origem guarani, seria a introdução de indivíduos de outras regiões do país que se identificavam com o trabalho e com a moral cristã. Todavia, também era preciso melhorar as vias de comunicação e transporte, pois essa condição favoreceria a presença e permanência de sujeitos dedicados à produção, característica de povos desenvolvidos (CENTENO, 2007, p. 184).

Dada a insistência de Melo e Silva na ideia do trabalho, na disciplinarização dos costumes e na suplantação da língua guarani na região, Centeno identifica seu alinhamento e influência com o nacionalismo, característica do Estado Novo (1937-1946) brasileiro:

[...] sua obra [*Fronteira guaranis*] incorpora as motivações de nacionalização associadas às políticas de centralização do Governo Vargas, que se transformaram em projetos, em planos de colonização e em movimentos tal como a *Marcha para Oeste*, e, ao mesmo tempo, é expressão de como interpretava a realização mais apropriada dessas políticas na região de fronteira onde vivia. (CENTENO, 2007, p. 189)

Para Centeno, o nacionalismo seria “uma ideologia burguesa e tem se transformado, mudando sua função em diferentes momentos históricos” (2007, p.176). A autora, na esteira de

Hobsbawm¹¹⁷, fixa o surgimento do nacionalismo à “necessidade de a burguesia criar uma ideologia que consolidasse a formação dos Estados nacionais”. O nacionalismo nascente não possuía “um sentido propriamente xenofóbico, identificado com a etnicidade ou com a raça, mas, sim, com a formação de um conjunto de cidadãos que falassem a mesma língua e cultivassem o amor patriótico”, elementos que, de acordo com Centeno, estavam presentes na obra de Melo e Silva (CENTENO, 2007, p. 176-177).

Após o estabelecimento do Estado-nação, o nacionalismo se transformou. Na perspectiva da autora, foram as transformações na estrutura da sociedade capitalista que alteraram as características do nacionalismo nascente, que possuía um caráter revolucionário, pois visava combater o “velho regime”:

Essas mudanças podem ser atribuídas à transformação do capitalismo livre-concorrencial em monopólico, responsável por aprofundar o aumento da competição entre as nações bem como provocar a necessidade cada vez maior de consolidação dos Estados burgueses. Em razão do aumento da competição entre as nações, estas passam a se organizar no sentido de defender o *capital nacional*, ou seja, proteger o médio e pequeno capital em contraposição aos monopólios, criando barreiras alfandegárias. Surge a necessidade de estabelecer corpos sociais *exclusivo, definidos* a partir de uma dada etnicidade, língua comum, território, lembranças históricas e religião, embora isso tivesse de ser “criado” pois, de fato, não existiam, dada a heterogeneidade dos povos. (CENTENO, 2007, p. 177, grifos da autora)

No caso brasileiro, o nacionalismo, a partir do final século XIX, pretendia unificar o país e colocou a educação como ferramenta eficaz desse projeto, concepção assimilada e incorporada por Melo e Silva, dada sua proposta de nacionalizar a fronteira. O nacionalismo brasileiro, que direcionava para a integração e desenvolvimento econômico do país por meio da industrialização, transformou-se no início do século XX. Segundo a autora, a “política que visava a proteger o mercado nacional e a burguesia industrial acabou provocando um *nacionalismo* contrário à modernização, *um nacionalismo ‘agrário’*, com base na ideia de uma ‘volta ao campo’, conclamado por aqueles setores contrários aos ‘males’ da industrialização” (CENTENO, 2007, p. 179 grifo da autora).

Esse “nacionalismo agrário” foi influenciado pela crise de 1929. De acordo com Centeno, a crise exigiu que o Estado interviesse no mercado interno com investimentos que diversificassem a economia. Nesse período, o “Estado criou, inclusive, institutos para controlar os preços e proteger os mercados do café, do cacau, do açúcar, do mate, dentre outros”

117 HOBBSAWM Eric. *Nações e nacionalismos: desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

(CENTENO, 2007, p. 180). A crise, aliada a movimentos organizados de trabalhadores, e à chamada “ameaça comunista”, bem como a iminência da segunda guerra mundial fez com que o governo Vargas (1930-1945) implementasse reformas e centralizasse políticas que antes eram definidas pelos estados: “nos primeiros anos de seu governo, até os anos 1939, [Vargas] defendeu uma posição mais nacionalista, com a proposta de proteção do patrimônio nacional, da pequena propriedade e do capital nacional (CENTENO, 2007, p. 181).

A realidade política, econômica e social brasileira favoreceu a criação de “um ambiente propício para o desenvolvimento de um nacionalismo autoritário”. Esse acontecimento, aliado aos eventos de ordem internacional, fez com que o governo incentivasse o desenvolvimento das “fronteiras internas a fim de que o mercado nacional pudesse concorrer com grandes monopólios” (CENTENO, 2007, p. 185). Ainda de acordo com a autora, aliado às ações do governo, que assumiu uma política nacionalista, havia intelectuais que, ao defenderem o nacionalismo, desenvolveram ideias de cunho autoritário e xenofóbico.

Parte das ideias veiculadas por Melo e Silva sobre as raças, bem como sobre mestiçagem, foram produzidas com base nas teorias de Oliveira Vianna¹¹⁸, autor identificado pelo historiador Boris Fausto. (2001)¹¹⁹ como o principal expoente de uma teoria nacionalista autoritária. Pensando a constituição do povo brasileiro, Vianna faz a defesa da necessidade de valorizar o colono, o trabalhador brasileiro, sobretudo ‘os vaqueiros, os pastores, os criadores do São Francisco dotados de elementos eugênicos’. Os paulistas também vão se juntar a essa população: são os bravos bandeirantes, ‘linhagem copiosa de autênticos grandes homens’, dólicos-louros [...] Melo e Silva incorpora a visão de Vianna, afirmando que os nordestinos poderiam se fixar na fronteira tornando-se fontes de bons exemplos, pois eram formados por uma raça que se diferenciava da população da fronteira. (CENTENO, 2007, p.186)

Na análise de Centeno, Melo e Silva com sua proposta de nacionalizar a fronteira, tinha como elemento básico a necessidade de implementar mudanças sobre o trabalho para alavancar o progresso e o desenvolvimento, mas identificava os males da fronteira no seu habitante. Ele também via a Cia. Matte Larangeira como uma empresa que contribuiu para nacionalização e progresso da região, pois suas instalações eram semelhantes às fábricas de centros industrializados, uma vez que eram ordenadas, bem iluminadas e o trabalho era racionalizado. Mas era a presença da escola para os filhos dos operários da Matte que sintetizava o

118 Vianna foi o principal expoente intelectual da corrente autoritária nacionalista e, apesar de não ter assumido cargos ou participado diretamente do Governo Vargas, formulou os programas de revisão constitucional e foi consultor do Ministério do Trabalho, tendo construído o arcabouço da legislação trabalhista e sindical, de cunho corporativista (CENTENO, 2007, p. 186).

119 FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Boris Fausto é um importante historiador, cientista político brasileiro e membro da Academia Brasileira de Ciências.

compromisso com a nação, pois se buscava ensinar a língua portuguesa e destacava os importantes nomes da história brasileira para o público escolar predominantemente paraguaio. Porém, ela aponta que o autor omitiu informações sobre a situação dos trabalhadores dos ervais:

Os trabalhadores beneficiados pela empresa, e citados pelo autor como beneficiários, na verdade, eram apenas aqueles que trabalhavam em sua organização administrativa e em Campanário. É importante registrar que a maior parte dos trabalhadores da Companhia ficava nos ranchos e lá dominavam as relações de trabalho brutais e desumanas. (CENTENO, 2007, p. 190)

Frente à defesa que o autor fez da Matte, Centeno infere que o mesmo não se alinha plenamente ao nacionalismo proposto pelo governo, pois, mesmo que exigisse maior presença do Estado, não se opunha ao investimento estrangeiro, caracterizado pela Matte Larangeira (CENTENO, 2007). Todavia, compreendemos que Melo e Silva propôs soluções para os problemas da fronteira tomando como referência a nação, uma vez que se dirigiu inúmeras vezes diretamente ao governo federal. O fato é que Melo e Silva visava à eliminação dos hábitos peculiares e distintivos do fronteiriço, de forma especial a mescla do português, espanhol e guarani.

Para a autora, Melo e Silva defende os ensinamentos da moral cristã católica para o fronteiriço, pois ele acreditava que essa moral era comum e estava presente em todo o território nacional. Ela seria capaz de unificar a fronteira ao restante do país e poderia introduzir o fronteiriço na valorização do trabalho e da ordem pública, distanciando-o de seus “costumes perniciosos” (festa, música, dança, bebedeira, vadiagem, etc.).

A respeito da obra *Canaã do Oeste* (1989), embora Melo e Silva reproduza e reafirme inúmeras ideias defendidas em *Fronteiras guaranis* (2003), o objeto não é apenas a fronteira, mas todo o SMT. A característica da obra não é mais laudatória, mas de cobrança incisiva ao governo federal por investimento na região. A mudança de tom, na perspectiva de Centeno, foi possível porque a obra se inseria no contexto de “retorno das instituições democráticas, como as convocações das eleições diretas¹²⁰ e da liberdade de imprensa, a partir de 1946” (CENTENO, 2007, p. 201). O tema defendido em *Canaã do Oeste* (1989) era a povoação do SMT: o autor exigia do governo federal maior presença, fiscalização e investimentos, pois era preciso dar amparo àqueles que se dispusessem a ocupar a região.

120 A eleição para presidente do Brasil de 1945 foi um marco histórico, pois embora tenha sido a 14ª eleição para presidente, foi a primeira eleição direta com voto feminino.

Embora Melo e Silva continue a defender a ocupação da região e a maior presença do Estado, ele também denuncia os conflitos sociais em torno da terra, dada a pressão que grandes fazendeiros faziam sobre os pequenos proprietários. Todavia, Centeno chama a atenção para uma incoerência, posto que “mesmo defendendo a distribuição de terras àqueles que necessitavam dela, reforçava sua ideia, já veiculada anteriormente, de que essa distribuição não poderia ser realizada onde os ‘pioneiros’ já haviam fincado as suas propriedades” (CENTENO, 2007, p. 203). Essa posição do autor de *Canaã do Oeste* (1989), em nossa opinião, poderia ser interpretada em duas perspectivas que não se excluem. Ele, como jurista, defendia o direito à propriedade privada, já que o governo havia permitido a ocupação das chamadas “terras devolutas”. Por outro lado, revela sua filiação ao grupo social liderado pela Matte e pelos chamados “coronéis”. Na interpretação de Centeno (2007), Melo e Silva continua a olhar para região como um lugar que precisa ser salvo de sua condição de abandono, por isso exigia ações do governo federal:

[...] nota-se que o autor ainda tinha esperanças de que o sul de Mato Grosso se transformasse numa região promissora [...] A obra parece ter o sentido e o objetivo de promover o sul do Estado[...] Diferentemente de *Fronteiras guaranis*, o autor registrou o “espírito, sentido e conteúdo” de *Canaã* e fez questão de frisar que o desenvolvimento do sul de Mato Grosso não era algo a ser conquistado apenas pela população local, mas, sobretudo, pela Nação. (CENTENO, 2007, p. 203-204)

Canaã do Oeste (1989) não se distancia substancialmente de *Fronteiras guaranis* (2003), porque ainda que o autor aceite a religiosidade como uma característica própria dos guaranizados da fronteira, ele continua insistindo que esse indivíduo possui um desvio moral que impede o progresso. Além disso, ele inclui em sua crítica os imigrantes do sul do país, afirmando que este não é o tipo social mais adequado para povoar a fronteira, pois são facilmente influenciados pelos guaranis (CENTENO, 2007, p. 207).

O foco de *Canaã do Oeste* (1989) não é apenas a povoação e a moralização do SMT, mas o desenvolvimento da região. Para isso, o autor chama a atenção e deposita suas esperanças na “implantação de novos capitais e indústrias na fronteira” (CENTENO, 2007, p. 208). Aliado a isso, migrantes do Nordeste e do Sudeste brasileiro, sujeitos moralmente melhores, e que poderiam promover o progresso na região.

Centeno considera que Melo e Silva “assimilou uma discussão comum à época” da produção e publicação de suas obras. Assim, conclui que a narrativa de Melo e Silva não deve ser tomada como um discurso nacionalista autoritário, pois embora tenha assimilado teses

nacionalistas “foi porque via na presença do Estado nacional a possibilidade, talvez a única naquele momento, de introduzir na fronteira uma estrutura que pudesse resultar na almejada modernização” (CENTENO, 2007, p. 209). Ele também não negava a necessidade do capital e do imigrante estrangeiro para o desenvolvimento da região. A solução para a fronteira estava na educação, que deveria ser de cunho moral e por meio de exemplos. Por isso a necessidade de imigrantes imbuídos dos ideais de trabalho e dos “bons costumes”.

A respeito da educação na obra de Melo e Silva, Centeno compreende que ela estava voltada e integrada ao projeto de nacionalização da fronteira:

Ainda que Melo e Silva tenha incorporado ideologias racistas em seus textos e que, em alguns momentos, essas ideias tenham sido incisivas, a exemplo da crença de que as mudanças almejadas pudessem ser realizadas por meio de um *caldeamento* na região, o autor acreditava, também, na possibilidade de modificar a *cultura fronteiriça* pela educação. Ao afirmar que a cultura poderia ser adquirida pela educação, colocou-se contra as teses racistas mais radicais, vigentes à época, de que a cultura estaria no *sangue*, daí a impossibilidade de qualquer interferência social. Observa-se, portanto, que ele viu no poder da educação a possibilidade de mudança cultural. (CENTENO, 2007, p. 210, grifo da autora)

Centeno compreende que em *Fronteiras guaranis* (2003), Melo e Silva aborda a educação em sentido amplo, ligando-a ao processo de socialização dos indivíduos. Logo, o papel fundamental da educação seria o de higienizar a cultura e inserir “novos hábitos no trabalho”, por isso insistia na necessidade de introduzir “colonos brasileiros na fronteira”, pois estes poderiam ensinar uma nova postura ao fronteiriço em relação ao trabalho (CENTENO, 2007, p. 210). O autor concebia essa educação em sentido *lato* e com base no modelo dos missionários jesuítas. Para ele, a educação deveria “seguir os princípios cristãos, formadores da moral brasileira, base da educação que modificaria a cultura, disciplinando a massa guaranizada para o trabalho” (CENTENO, 2007, p. 212). Quanto à educação escolar, a proposta dele se reduzia à educação profissional na modalidade agrícola, o ensino da língua portuguesa e de história, para fortalecer a identidade nacional na região.

Em *Canaã do Oeste* (1989), o autor compreende a educação a partir das mesmas proposições de *Fronteiras guaranis* (2003), mas reafirma a urgência de um sistema educacional para “eliminar características regionais em favor de padrões ditados pelo nacional. A educação deveria lastrear a nacionalização, homogeneizar a cultura, inserir novos hábitos no trabalho, enfim, implantar uma *nova moral*, que eliminaria as diferenças” (CENTENO, 2007, p. 216, grifo da autora). Embora defendesse que o Estado deveria intervir, organizar e gerir a educação

com métodos modernos nos padrões dos centros desenvolvidos, para Centeno (2007, p. 216), Melo e Silva entendia que a “educação moral do fronteiriço deveria ser realizada pela Igreja Católica”.

Ainda segundo a autora, a educação proposta por Melo e Silva para o fronteiriço exigia uma orientação e organização “de tipo ‘nacional’ que destruísse o regionalismo”. A narrativa de Melo e Silva assumiu um sentido de harmonização dos fatos, sem evidenciar as contradições do processo histórico. Assim, “ele apontou quais seriam os traços comuns que teriam de ser buscados para os trabalhadores da fronteira reconhecerem-se como ‘grupo nacional’. Esses traços poderiam ser buscados na ordem do capital, no progresso, na educação, no trabalho, na modernização e na moral católica” (CENTENO, 2007, p. 221).

Diante do exposto, cabe-nos indagar a respeito da representação da educação na fronteira presentes na tese de Centeno (2007) a partir de Melo e Silva. Para ela, a educação em Melo e Silva adquiria caráter redentor e universalista, pois ela não deveria levar em conta as “especificidades regionais”, mas, sim, contribuir para o desenvolvimento da região conforme padrões nacionais. Centeno compreende que Melo e Silva concebia a educação como transformadora e relacionada com o mundo do trabalho, pois ele pensava a educação como

[...] instrumento para a superação da “cultura dos guaranizados” que habitavam a fronteira, em decorrência, sobretudo, da extração do mate. Essa “cultura” estava associada a *hábitos e costumes nocivos*, que deveriam ser extirpados com o concurso da educação e, principalmente, das já referidas escolas técnicas agrícolas, que criariam as condições para o desenvolvimento da agricultura. (CENTENO, 2007, p. 237, grifo da autora)

Para Centeno (2007, p. 236), a educação proposta pelos memorialistas, e de forma especial a de Melo e Silva, expressa o “discurso burguês”, porque eles depositavam “uma esperança ilusória no poder que a educação teria para determinar uma transformação profunda nas condições de existência dos homens”. Ou seja, o discurso dos memorialistas sobre a educação “igualava-se aos liberais e cultivava a mesma ilusão”, pois a vê como “recurso positivo para o desenvolvimento econômico” (CENTENO, 2007, p. 236-237).

As análises de Melo e Silva e Centeno se aproximam em alguns aspectos. Para o primeiro, o problema da fronteira é explicado pela ausência do Estado, de escolas, de investimento em infraestrutura ou na falta de incentivo à migração. Para a pesquisadora, a educação na fronteira estava imersa em um contexto global marcado por crises econômicas que afetaram a realidade local. Todavia ambos desconsideram os processos civilizadores que

ocorrem intrínsecos às figurações existentes. As escolas na fronteira foram ampliadas à medida que o sistema de instrução mato-grossense foi disseminado. O processo de implantação de um sistema de educação em Mato Grosso está engendrado nos processos civilizadores, pois a partir da República o estado de Mato Grosso buscou adequar seu sistema escolar às exigências nacionais que intencionavam a civilização dos indivíduos.

É importante notar que os processos civilizadores se dão em múltiplas direções, inclusive com o incremento da violência, pode se tornar descivilizador. Assim, compreendemos que as análises de educação na fronteira podem ser realizadas na perspectiva figuracional. A constituição da fronteira e das escolas no SMT estão engendradas em processos cegos de relativa longa duração, pois o sistema escolar brasileiro, apesar de suas diferenças na institucionalização da escola obrigatória e vista como necessária, possui um pensamento unificado intrínseco às diferentes ações para sua implementação, a saber: “o estrito vínculo anunciado entre escola e civilização” (VEIGA, 2008, p.160).

Outro tópico fundamental para compreender a fronteira em sua singularidade é tentar fugir de explicações totalizadoras ou que tenham como premissa o sistema capitalista como força motriz de toda e qualquer mudança. Os processos sociais se desenvolvem perpassados pela economia, mas envolvem inúmeros outros fatores e figurações que devem ser analisados a partir dos fatos e elementos presentes nas próprias figurações. É por meio das estratégias, ações e reações de indivíduos no interior das figurações que podemos compreender a constituição e o desenvolvimento dos processos sociais.

A fronteira se constituiu a partir da presença do Estado, pois este fixou seus limites e somente depois ela foi povoada por colonizadores. É preciso considerá-la como integrante do processo de constituição da nação brasileira, que possui uma relativa longa duração. A educação e a constituição do Estado brasileiro se tangenciam, porque no “momento de institucionalização da obrigatoriedade escolar, a partir de legislações provinciais da década de 1830 do século XIX, estiveram também em formação o Estado, as monopolizações da força física e dos tributos, centralizados na monarquia constitucional” (VEIGA, 2008, p. 160). Todavia, no caso da fronteira SMT, os processos sociais se intensificaram no final do século XIX, e de forma especial, a partir da constituição da República. Exemplo disso são os conflitos armados encampados pelos “coronéis” no início do século XX.

O jogo de poder envolvendo a figuração “coronéis” evidencia o caráter processual da constituição do Estado brasileiro, posto que à medida que a força militar estatal ampliou sua presença e poder sobre as figurações existentes, também os sujeitos ampliaram o autocontrole, lançando mão de outras estratégias para alcançarem ou se manterem no poder político. Como no caso nacional, em Mato Grosso a fixação de um sistema de educação se alinha à monopolização da força física e do controle estatal sobre os indivíduos. Por conseguinte, o processo de escolarização deve ser estudado como uma figuração entre as múltiplas figurações que proporcionaram a pacificação social por meio do autocontrole individual, dado as interdependências entre as diversas figurações existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira SMT se constituiu tardiamente frente ao processo de ocupação brasileiro. O território brasileiro foi ocupado e povoado por colonizadores em sua franja leste – à beira mar. A ocupação de sua porção oeste, limite ao território hispano-americano, ocorreu a partir da descoberta do ouro em Mato Grosso (1719). Sua ocupação iniciou-se com fortificações militares e alguns núcleos urbanos estratégicos distantes da zona litorânea.

O processo de constituição e ocupação da fronteira SMT ocasionou o encontro e as tensões entre diversas figurações: Estados – ainda enquanto Colônias –, bandeirantes, indígenas, pioneiros, empresas, agentes políticos, militares, dentre outras. Todavia, como demonstramos, a fronteira SMT não se constituiu em um movimento linear de leste para oeste. Nela, a presença do Estado antecedeu a civilização, pois primeiro o Estado fixou seus limites e depois o processo de ocupação foi iniciado. Se considerarmos o número expressivo de municípios na faixa fronteira e seus processos de constituição, podemos inferir que a ocupação se deu nos dois sentidos, mas não de forma contínua.

Uma das marcas do processo de constituição da fronteira SMT é o fato de que ela primeiramente foi demarcada, ou seja, preocupou-se com o estabelecimento do limite, não com “incivilizado”, “selvagem” ou “bárbaro”, como no caso do oeste americano proposto por Turner (1921), mas com as nações vizinhas (naquele momento colônias espanholas, atuais Paraguai e Bolívia). A colonização da região iniciou-se após os marcos estarem minimamente estabelecidos, contudo o avanço sobre a região, a fim de integrá-la ao território nacional por meio do seu povoamento, desencadeou o processo e a necessidade de também agregá-la à identidade nacional. Ao mesmo tempo, era necessário tanto distingui-la dos seus vizinhos nacionais e internacionais, quanto identificá-la como parte integrante da nação brasileira. Este fenômeno faz dessa região uma fronteira no sentido amplo, permeada por múltiplas identidades nacionais e regionais.

Dado o processo de constituição e ocupação dessa fronteira, ela caracterizou-se como lugar de contato, marcado por tensões, contradições e ambiguidades, pois diversas figurações se estabeleceram e se reconfiguraram no seu interior e no seu entorno. A fronteira Brasil-Paraguai não se refere apenas ao limite ou à linha divisória entre dois estados nacionais, ela

manifestou-se como região de abertura e de contato que se constituiu a partir de figurações sociais que marcaram os processos desde sua constituição, ocupação e desenvolvimento.

A fronteira como ocorrência teórica historiográfica foi inicialmente estudada por integrantes do IHGB e adquiriu nova perspectiva com Turner (1921). Os estudos desenvolvidos na primeira metade do século por sócios do IHGB e por pesquisadores acadêmicos constituem a gênese dos estudos teórico-conceituais sobre a fronteira brasileira. A fronteira, ainda que concebida a partir da ideia de limite, passou a ser entendida e explicada a partir de sua colonização. Autores como Raja Gabaglia (1916), Corrêa Filho (1925) e Goycochêa (1943) contribuíram desde o IHGB com a ampliação da concepção de fronteira para além dos limites, marcos e tratados. Contudo, foi a partir da década de 1920 que a historiografia brasileira a respeito da fronteira adquiriu novo significado.

Autores amplamente reconhecidos como referências da historiografia e de outras áreas como, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Leo Weibel, Viana Moog, Buarque de Holanda, dentre outros inovaram ao explicar a mobilidade da fronteira brasileira. Mas, conforme demonstramos ancorados nas análises de Sprandel (2006), Baller (2014) e Mondardo (2016), suas concepções de fronteira foram influenciadas pela tese de Turner. O historiador americano inovou ao unir na concepção de fronteira as ideias de limite do território político-administrativo (*border*) e de processo de expansão desses limites. Para ele, a fronteira americana se movimentou de leste para oeste como ondas, e cada geração que avançava reconstituía as condições de existência da geração anterior. Outro aspecto singular na tese de Turner (1921) é que a mobilidade da fronteira, caracterizada como local de contato entre civilização e selvageria, está na base da representação identitária norte-americana, pois o avanço sobre o oeste forjou o caráter corajoso, empreendedor, autêntico e independente do americano.

Mais recentemente, a expansão da fronteira agrária em direção ao oeste brasileiro marca as obras do Pierre Monbeig e de Leo Weibel. O primeiro desenvolveu o conceito de “franja pioneira” na tentativa de entender a constituição das fronteiras brasileiras que avançavam em direção ao interior brasileiro de múltiplas direções e de forma desordenada. A “franja pioneira” pode ser pensada como o limite entre barbárie e civilização, pois ela se manifesta como o lugar do encontro entre o homem (cultura/civilização) e a natureza.

A partir da década de 1960, a influência de Turner sobre as análises da fronteira passou a ser rediscutida, pois diferentemente dos Estados Unidos, o avanço colonizador brasileiro não tinha em suas bases ideais democráticos da conquista da terra. Para Martins (1996), a fronteira brasileira se caracteriza como lugar onde se instaura o conflito social, que em sua perspectiva, foi negligenciado pela historiografia ao conceituar a fronteira brasileira. Todavia a tese de fronteira de Turner (1921) continua a potencializar as análises sobre a fronteira, pois várias das realidades propostas por ele na fronteira oeste norte-americana podem ajudar a pensar os processos de ampliação dos limites em outras regiões, ainda que suas características, categorias e contextos não possam ser aplicados de forma categórica.

O processo de constituição da fronteira SMT é marcado pelo estabelecimento do limite entre Estados nacionais antes da colonização, visto que a condição de fronteira se organizou após o Estado brasileiro garantir seus domínios. A povoação brasileira estabeleceu-se nos limites – próximo ao Atlântico e nos limites com os hispano-americanos, na sua franja ocidental – e no entre limites: o processo de povoação se deu lentamente e não em movimento de ondas, mas a partir de múltiplas direções.

Olécio Barbosa Martins revelou as singularidades do processo civilizador brasileiro, caracterizado pela presença do Estado antes da civilização. A emancipação do SMT proposto por Martins (1944) tem sua gênese no ideal de Nação e seu texto indica que o estabelecimento da identidade regional se deu engendrada a questões nacionais. As tensões em torno da reivindicação da emancipação do SMT é um indício dos processos civilizadores conduzidos por figurações que buscaram estabelecer e/ou ampliar seu poder por meio do controle da administração política e das narrativas que explicam o processo.

As disputas pelo poder político no estado envolveram, no início da República, conflitos armados permeados por intensas articulações e acordos entre as figurações, as quais se relacionavam com a reconfiguração nacional em consequência da derrubada da monarquia e com processo de consolidação da República. Ao aplicarmos o “modelo de competição com regras”, proposto por Elias (2008), às relações interdependentes “coronéis”, “bandidos” e “Estado”, percebemos que o equilíbrio das relações se alterou à medida que novos indivíduos ou grupos, a exemplo dos militares, foram incorporados ao jogo social do SMT com mais ou menos possibilidade de centralizar as interdependências. Percebemos também que a representação da fronteira SMT como violenta ou “terra de povo armado”, destacada por Corrêa (1995), não deve ser explicada pela ausência do Estado, pois é a presença deste que caracteriza

a constituição da fronteira SMT. Tal presença foi intensificada na região na primeira metade do século XX, e apontamos que esse fortalecimento faz parte das estratégias de reorganização das figurações.

O “coronelismo” e o “banditismo” existiram em uma relação de interdependência e conivência com o poder político na medida em que o Estado alterou suas táticas de controle sobre a região e a figuração “coronéis-bandidos” se reorganizou. Nesse processo, o “banditismo” foi aos poucos sendo lançado para a margem do jogo social. Ao “banditismo” foi atribuída a culpa da violência na região, e suas relações com o “coronelismo” também aos poucos foi esquecida, pois estes, foram capazes de se reorganizar no interior do poder.

As representações de fronteira dos “historiadores diletantes” e dos historiadores profissionais se aproximam em vários aspectos, pois, em seus textos, a fronteira é caracterizada como lugar distante, violento e que carece da presença do Estado. Os autores se aproximam ao explicarem os processos sociais da região pela ausência do Estado, da escola ou do investimento público. Eles desconsideram os processos desenvolvidos no interior das figurações e interdependências existentes.

Os autores, com a explicação da região a partir da ausência do Estado, perdem de vista o processo, do qual a maior ou menor presença do aparelho burocrático e militar estatal faz parte. A explicação pela falta ou pela via da negação (não havia, não estava, não participava, etc.) desconsidera a realidade congruente que constitui a dinâmica das interdependências entre indivíduos que vivem em sociedade. Os processos sociais se desenvolvem por meio das ações de sujeitos no interior de suas figurações que interagem em determinado tempo, campo e região. O processo histórico, na concepção eliasiana, só pode ser compreendido por meio dos acontecimentos e da presença de figurações. O que não está presente, o que não interfere na figuração não faz parte do processo, pois não se estabelece na interdependência.

A história não se desenvolve e não pode ser explicada pela falta de algo ou de alguém, porquanto as fontes apontam para a constituição dos processos que se efetivam pelas ações de indivíduos que alteram o equilíbrio de poder no interior de suas figurações e em suas inter-relações. Essa alteração transforma o desenvolvimento do processo. Explicar o processo civilizador da fronteira pela via da ausência é desconsiderar o processo real e congruente que se instalou nessa região. Processo este, que é caracterizado por ações e estratégias de indivíduos e grupos em torno do poder.

No que se refere à historiografia da educação na região, na opinião de Centeno (2007), a proposta de educação de Melo e Silva para a fronteira expressa o “discurso burguês”, pois ele depositava “uma esperança ilusória no poder que a educação teria para determinar uma transformação profunda nas condições de existência dos homens”. Ou seja, para ela o discurso de Melo e Silva sobre a educação “igualava-se aos liberais e cultivava a mesma ilusão”, pois vê educação como “recurso positivo para o desenvolvimento econômico” (CENTENO, 2007, p. 236-237).

Dessa forma, existem pontos de convergência nas análises de Melo e Silva e Centeno. Para o primeiro, o problema da fronteira é explicado pela ausência do Estado, de escolas, de investimento em infraestrutura e na falta de incentivo a migração. Para a pesquisadora, a educação na fronteira estava imersa em um contexto global marcado por crises econômicas que afetaram a realidade local, visto que o Estado não investia em educação dado seu vínculo e interesse em outros grupos sociais que não dependiam da educação pública. Ambos os autores desconsideram os processos civilizadores que ocorrem intrínsecos às figurações existentes.

As escolas na fronteira foram ampliadas à medida que o sistema de instrução mato-grossense foi disseminado. O processo de implantação de um sistema de educação em Mato Grosso está engendrado nos processos civilizadores, pois a partir da República o estado de Mato Grosso buscou adequar seu sistema escolar às exigências nacionais que almejavam a civilização dos indivíduos. A educação integra os processos sociais do SMT, seja como elemento de distinção ou como reivindicação para transformar a região. A educação é um elemento de mudança: ela alterou as relações entre a figuração Estado-famílias, passando a integrar a relação entre adultos e proporcionando outro tipo de relação entre crianças.

O processo de implantação de escolas na fronteira SMT iniciou-se no século XX. Para além dos problemas inerentes às ações educativas, a implantação de escolas pelos governos mato-grossenses representa a institucionalização da maior presença estatal sobre as futuras gerações e a alteração na balança de poder entre Estado e família, haja vista que a escola passou a partilhar o processo formativo da criança estudante com a família. No caso de Mato Grosso, os Regulamentos de 1886, 1910 e 1927 previam a obrigatoriedade da educação para crianças entre sete e 10/12 anos, que morasse em um raio de um ou dois quilômetros da escola.

O processo de ampliação do número de escolas na fronteira foi lento, mas gradual, ainda que insuficiente para o número de crianças em idade escolar naquele período. É comum na

historiografia educacional a caracterização da escola como uma instituição capaz de homogeneizar comportamentos e conhecimentos. O cotidiano escolar organizado no espaço determinado pelo tempo é marcado pela individualidade dos atores sociais que compõem a figuração escola. A homogeneização não se efetiva na prática, dada a individualidade dos atores sociais envolvidos nesse processo. No cotidiano escolar, os sujeitos reagem ao processo escolarizador com suas individualidades que são forjadas em múltiplas figurações interdependentes.

A escola influencia os indivíduos, assim como é influenciada por eles. A educação escolar não é capaz de homogeneizar comportamentos e práticas intelectuais, pois os sujeitos reagem ao processo escolar de maneiras diferenciadas, tendo em vista as figurações que vivenciam, e que são diferentes de pessoa para pessoa, alterando suas posições no jogo social e do seu *habitus* em um processo contínuo e de longa duração. A escola é uma figuração capaz de normatizar por meio de suas práticas. A constituição de um determinado espaço-tempo escolar para educar, permite que a criança entre em contato com diversas outras, formando assim uma figuração diferente da familiar. Essa nova figuração de crianças, em sua condição de estudantes, propicia aos indivíduos experiências distintas da figuração familiar, mas perpassada por elas. Na figuração “estudantes” existem disputas de poder e adequação do comportamento ao grupo. Cada estudante leva para o interior da escola conhecimentos característicos de suas distintas experiências vividas em diversas figurações familiares. No interior da escola, na figuração “estudantes”, esses conhecimentos são partilhados e ressignificados conforme o nível de poder do indivíduo na figuração e à medida que ele reage a outras relações em que está imerso.

A constituição da fronteira e do processo de implantação de escola no SMT estão engendrados em processos cegos de relativa longa duração. A constituição da fronteira possibilitou a existência de múltiplas figurações, em que o imbricamento do regional e do nacional tem características complementares e ambíguas, tais como a implantação do sistema escolar no SMT, que apesar das diferenças regionais em sua institucionalização, partilhou da característica comum nacional marcada pelo vínculo entre escolarização e civilização.

A fronteira SMT em sua singularidade não pode ser explicada por categorias totalizadoras ou que tenham como premissa um sistema ou instituição como força motriz de toda e qualquer mudança. Análises capazes de propor novos olhares são necessárias, pois os processos e questões de fronteira e a relação desta com as questões da educação devem ser

consideradas em suas congruências. Os processos sociais se desenvolveram na fronteira percorridos por múltiplos interesses onde o regional e o nacional estão imbricados. Na fronteira Brasil-Paraguai, a presença do Estado antecede e perpassa a constituição da civilização, porque ele envolveu as múltiplas figurações que ali se desenvolveram. Foi por meio de estratégias, ações e reações de indivíduos no interior de suas figurações que a fronteira se constituiu como região e desenvolveu seus processos sociais de identificação e distinção.

Os Estados nacionais fixaram seus limites antes do processo de colonização da fronteira, que integra o processo de constituição da Nação brasileira e a educação, figuração que faz parte da constituição do Estado brasileiro, se instituiu no SMT ao mesmo tempo em que o Estado se conformava à monopolização da força física e como mediador de conflitos a partir da constituição da República. O jogo de poder envolvendo a figuração “coronéis” evidencia o caráter processual da constituição do Estado brasileiro, pois à medida que a força militar estatal ampliou sua presença e poder sobre as figurações existentes, também os indivíduos ampliaram o autocontrole, lançando mão de outras estratégias para alcançar ou se manter no poder político. Fronteira e Nação em Mato Grosso são perpassados pela fixação de um sistema de educação alinhados à monopolização da força física e do controle estatal.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Hildebrando. **Limites do Brasil: fronteira com Paraguay**. São Paulo, Nacional. 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/limites-do-brasil-a-fronteira-com-o-paraguai>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ALIKHANI, Behrouz. The relationship between individuals and society from the perspective of Figurational Sociology. In: Simpósio Internacional Processos Civilizadores. 17., 2018. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 47-61.
- ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003.
- ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande: UFMS, 1996.
- ARRUDA, Larissa R. V. de. Disputas Oligárquicas em meio ao desequilíbrio federativo: uma análise das práticas políticas das elites mato-grossenses. In: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Simpósio Nacional de História, 2015. p. 1-17. Disponível em:
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434400299_ARQUIVO_paperLarissaArruda1.pdf>. Acesso: 22 mar. 2018.
- AVILA, Arthur L. de. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).
- BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Curitiba: CRV, 2014.
- BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. **História e Universidade: a instituição do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990)**. Dourados, UFGD/PPGH, 2016. Tese (Doutorado em História).
- BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)**. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. Tese (Doutorado em História).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- BRASIL. **Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.** Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.] 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil.** Rio de Janeiro [s.n.] 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil:** Corumbá. (1930 - 1954) Campinas: Unicamp, 2001. Tese. (Doutorado em Educação)

CAETANO, Gilmar Lima. Fronteirismo e a cultura artística sul-mato-grossense. In: GEBARA, Ademir.; FERREIRA, André Soares. **Leituras de Fronteira:** novas achegas. Jundiaí: Paco, 2017. p.197-128

CAMPOS, Herib Caballero. **En los confines del Paraguay:** a última tentativa para estabelecer um limite definitivo entre Espanha e Portugal em 1802. In: GEBARA, Ademir; CAMPOS, Herib Caballero; BALLER, Leandro; **Leituras de Fronteiras:** trajetórias, histórias e territórios. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. 55-87.

CARDOZO, Efraim. **El imperio del Brazil y el Rio de la Plata:** antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay. Buenos Aites: Libreria del Plata, 1961.

CARLI, Maria Aparecida F.; A colônia agrícola municipal de Dourados: povoamento e colonização (1946-1953). In: ANPUH: Simpósio Nacional De História, 23., 2005. **Anais [...].** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0687.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018. p. 1-13.

CARNEIRO, Alan. **PONCE, Generoso.** 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PONCE,%20Generoso.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018).

CENTENO, Carla V. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950).** Campinas: FE/Unicamp, 2007. (Tese Doutorado).

- CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 7-25.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>
- CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertand, 1990.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras.** Cuiabá, vol. 7, n. 2, p. 218-234, jul.-dez., 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4948006.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia.** Bauru: Edusc, 2003.
- COONEY, Jerry, W. Los yerbales Del norte: la explotación de frontera del Paraguay: 1776-1810. In: WHIGHAM, Thomas L.; COONEY, Jerry W. (Orgs.). **Campo y frontera:** el Paraguay al fin de la era colonial. Asunción: Servilibro, 2006. p. 35-62.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **As raías de Mato Grosso:** fronteira meridional. São Paulo: Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925. v. 3.
- CORRÊA, Línive de Albuquerque. História, imprensa e política: a divisão do estado do Mato Grosso nas páginas da Folha de S. Paulo. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: cultura, sociedade e poder. 2014. **Anais [...].** Jataí: UFG. 2014. p. 1-14. Disponível em: <www.congressohistoriajatai.org>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- CORRÊA, Lucia Salsa. **História da fronteira:** o Sul de Mato Grosso (1870-1920). 2 ed. Campo Grande: UFMS, 2012.
- CORRÊA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943).** Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995
- DIEHL, Astor Antônio. **Passo fundo:** uma história várias questões. Passo Fundo: Ed.UPF, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Trad. M^a Luísa R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios:** Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. v. 1.
- Elias, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sússekind; Prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- ELIAS, Norbert. Idea and individual. In: GOUDSBLOM, Johan; MENNELL, Stephen (Orgs). **The Norbert Elias reader:** a biographical selection. Oxford: Blackwell, 1998. p. 5-7.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Trad.: Ruy Jungman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. v. 1.

ELIAS, Norbert. *Civilización y violencia.* Trad. Christine Löffler e Francisco J. Noya. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas.** Madrid. n. 65, p. 141-151, 1994c. Disponível em: < <http://www.reis.cis.es>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Trad.: Ruy Jungman. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2

ELIAS, Norbert; SCOTSON John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANAINA, João E. **Coelho, Antônio Maria.** 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO,%20Antônio%20Maria.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018).

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. *Educação em áreas de fronteira: o estado da arte no Brasil (1990-2000) em foco o Mato Grosso do Sul.* In: VI Encontro de Pesquisa da Região Centro-Oeste, 2003, Campo Grande. **Anais [...].** Campo Grande: UCDB/UFMS, 2003.

FEDATTO, Nilce A. Freitas. **Educação/cultura/fronteira: um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai.** São Paulo : PUC, 1995. Tese (Doutorado em Educação).

FERREIRA, André S. *Fronteira e civilização: reflexões sobre o Sul de Mato Grosso no contexto de 1937-1944.* In: GEBARA, A.; FERREIRA, A. S. **Leituras de fronteiras: novas achegas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 73-96.

FERREIRA, André S. SUTTANA, Renato. *O sujeito fronteiriço: identidade ou diferença?* In: BRUNO, Marilda M. G.; SUTTANA, Renato (Orgs.). **Educação, diversidade e fronteiras da in/exclusão.** Dourados: UFGD, 2012. p. 45-62.

FLORENTÍN, Flávio. **Historia de la educación em el Paraguay de postguerra (1870-1920).** Asunción: El Lector, 2009.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A ordem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas (1889-1917).** Franca: Unesp, 2014. Tese (Doutorado em História)

FRANCO, Gilmar Y. **O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana (1920-1940).** Dourados, Editora UFGD: 2009.

FRANCO, Mara Y. **Construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho: 1920-1940.** Dourados, PPGH, 2007. Dissertação (Mestrado em História)

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo Oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Franca: UNESP, 2007. Tese (Doutorado em História).

GALETTI, Lylia Da Silva. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado em História)

GEBARA, Ademir. (Org.) **Leituras de fronteiras**. Jundiaí: Paco, 2016.

GEBARA, Ademir. Fronteiras e civilização em José Bonifácio. In: GEBARA, Ademir. (Org.) **Leituras de fronteiras**. Jundiaí: Paco, 2016. p. 17-39.

GEBARA, Ademir. Educação, civilização e fronteira. In: FURTADO, Alessandra Cistina; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **História da educação do centro-oeste: instituições educativas e fronteiras**. Cuiabá, EdUFMT, 2015. p. 139-156.

GEBARA, Ademir. **O balanço de Goya e Fragonard**. [S. l.: s. n.], [201-?].

GEBARA, Ademir *et al.* **História regional: uma discussão**. Campinas: Unicamp, 1987.

GEBARA, Ademir; CAMPOS, Herib Caballero; BALLER, Leandro; **Leituras de Fronteiras: trajetórias, histórias e territórios**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018

GEBARA, Ademir.; FERREIRA, André Soares. **Leituras de fronteiras: novas achegas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola isolada e grupo escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e sociedade**, Porto alegre, p.166-181, n.1 nov. 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: Das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju. In: **Cadernos do CHDD**, Rio de Janeiro, Ano 10, nº 19, 2º Semestre, p. 13-102, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/900-Cadernos_do_CHDD_N_19.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GOUDSBLOM, Johan and MENNELL, Stephen (Orgs.). **The Norbert Elias reader: a biographical selection**. Oxford: Blackwell, 1998.

GOYCOCHÊA, Castilhos. **Fronteiras e Fronteiros**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/fronteiras-e-fronteiros/pagina/8/texto>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. **Rev. Cient.**, Campo Grande, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996.

HEIDEGGER, M. **Construir, habitar, pensar**. 1951. Disponível em: <http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HOBBSAWM Eric. **Nações e nacionalismos: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, Mar. 1988. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000100003>

KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste Americano: Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EdUFF, 2004.

KROTSCH, Lucas f. As lógicas escolares como espaço social: contribuições de Norbert Elias. In: KAPLAN, Carina V.; SARAT, Magda. (Orgs.). **Educação, subjetividade e diversidade: pesquisas no Brasil e na Argentina**. Londrina: UEL, 2014. p. 73-84.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**. São Paulo: PPGS/USP, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia).

LEITE, Eudes. Prefácio. In: GEBARA, Ademir.; FERREIRA, André Soares. **Leituras de fronteiras: novas achegas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 9-14.

LOBO, Yolanda Lima. Memória e educação: a escola normal da Corte. In: Jornadas Argentinas de Historia de la Educación, 12., 2001, Rosario. **Anais [...]**. Rosario: Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2001. p. 1-10. Disponível em: <http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/congr-ed/brasil/ponencias/lima_lobo.doc>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In: Strohaecker, TâniaM. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 2005. p.41-49. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

MAHL, Marcelo Lapuente. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo: a história ambiental e a obra de Pierre Monbeig. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 147-158, jan.-abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100008>.

MANIFESTO: Pela divisão do Estado de Mato Grosso- Representação dos sulistas ao congresso Nacional Constituinte. [S.l.: s.n.], [1934] In: MARTINS, Oclecio Barbosa. **Pela defesa Nacional: estudo sobre a redivisão territorial do Brasil**. [S.l.: s.n.], 1944. p. 97-146.

MARTINS, Herbert T. As propostas de redivisão territorial do Estado nacional brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013. Águas de Lindóia. **Anais[...]** Águas de Lindóia. ANPOCS, 2013. p. 1-31. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st06/8419-as-propostas-de-redivisao-territorial-do-Estado-nacional-brasileiro/file>>. Acesso em 27 jan. 2018.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, Oclecio Barbosa. **Pela defesa Nacional: estudo sobre a redivisão territorial do Brasil**. [S.l.: s.n.], 1944.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2015**. Campo Grande: SEMADE, 2015. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/12/Perfil-Estatistico-de-MS-2015-revisao.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1942**. APMT, 1942. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98964/browse?type=dateissued>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MATO GROSSO. Governo. **Relatório do Interventor de Mato Grosso Julio Strübing Müller para o Presidente da República**. APMT, 1940.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Annibal Toledo**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1930. APMT, 1930. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1102%2C-137%2C3866%2C2727>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927**. APMT, 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98964/browse?type=dateissued>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Francisco de Aquino Correa**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1920. APMT, 1920. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1102%2C-137%2C3866%2C2727>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Francisco de Aquino Correa**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1919. APMT, 1919. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1102%2C-137%2C3866%2C2727>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa**, pelo Interventor federal Camillo Soares de Moura em 1918. APMT, 1918. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1319%2C-7%2C5046%2C3559>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Gen. Caetano Manoel de faria Albuquerque**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1916. APMT, 1916. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1102%2C-137%2C3866%2C2727>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do 1º Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa**, dirigida a Assembleia Legislativa em 1911. APMT, 1911. <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1102%2C-137%2C3866%2C2727>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910**. APMT, 1910. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98964/browse?type=dateissued>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Alves de Barros**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1902. APMT, 1902. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=74&s=0&cv=0&r=0&xywh=-422%2C-249%2C4249%2C2997>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Antonio Pedro Alves de Barros**, dirigida à Assembleia Legislativa em 1901. APMT, 1901. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=0&m=73&s=0&cv=0&r=0&xywh=-22%2C33%2C3448%2C2432>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATO GROSSO. Governo **Regulamento Geral da instrução pública de 1896**. APMT, 1896. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98964/browse?type=dateissued>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MELO E SILVA, José de. **Fronteiras guaranis: a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil Paraguai**. 2 ed. Campo Grande: IHGMS, 2003

MELO E SILVA, José de. **Canaã do Oeste: Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: TJMS, 1989.

MENDONÇA, Estevão de. **Quadro Chorographico de Matto-Grosso**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1906.

MIRANDA, Luiz Francisco A. de. Controle do corpo e das emoções na proposta educacional de Ribeiro Sanches. In: Simpósio Internacional Processos Civilizadores. 17., 2018. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 237-247.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONDARDO, Marcos. **Territórios de transito: dos conflitos entre Guarani e kaiowá, paraguaios e gaúchos à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MONDARDO, Marcos. Zonas pioneiras do Brasil: a multiplicidade de leituras de fronteira em Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil de Leo Weibel. In: GEBARA, Ademir. (Org.) **Leituras de fronteiras**. Jundiá: Paco, 2016. p. 63-89.

NICKSON, R. Andrew. Colonización brasileira en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. (Orgs.) **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005. p. 228-255. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/paraguay/ceri/fogel2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

NOGUEIRA, Carlo E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. São Paulo: FFFLCH/USP, 2013. Tese (Doutorado em Geografia)

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

OLIVEIRA, Benícia C. de. Desdobramentos da Marcha para Oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: OLIVEIRA, Benícia C. de (org). **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. p. 13-28.

PALAU, Tomás. El marco expulsivo de la migración paraguaya: migración interna y migración externa. In: HALPERN, Gerardo. **Migrantes: Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay**. Asunción: Ápe, 2011. p. 40-59.

PARAGUAY. **Ley nº 2.532/05**. Establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay. Assuncion. 2005.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Educação e Fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias**. São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado em Educação).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007. Formato PDF. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-historia-historia-cultural-sandra-jatahy-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso: 23 mai. 2017.

PNUD. **Ampliando horizontes: Emigración internacional paraguaya**. Asunción: PNUD, UNIFEM, UNICEF, IOM/OIM, UNFPA, Desarrollo Humano Paraguay. 2010.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado em Educação).

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle. (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço. In: GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 167-184.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murтинho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862010000100006>.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora da UFGD, 2008. p. 15-75. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/transportes-e-politicas-publicas-em-mato-grosso-do-sul.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo Sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: MARIN, Jérry R.; VASCONCELOS, Claudio A. de. **História, região e identidades**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. P. 19-46.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru/Campo Grande: EDUSC/UFMS, 2004
- RAJA GABAGLIA, F. Antônio. **As fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916. Disponível em:
<<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18599>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994. v. 1.
- SANTOS, César S. Pierre Monbeig e o vacilo de uma tradição nos trópicos. **Confins: Revue franco-brésilienne de géographie**. On-line, n. 26, 2016, fev.2016. Disponível em:
<<http://journals.openedition.org/confins/10724>>. Acesso em: 06 ago. 2018.
<http://dx.doi.org/10.4000/confins.10724>
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Aparecido Borges da. **Mato Grosso nos livros didáticos de história (1889-1930): imaginários e representações**. Cuiabá: UFMT, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação)
- SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.
- SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1975.
- SOUZA, Fernando dos Anjos. **Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX**. Dourados: PPGH/UFGD, 2018. Tese (Doutorado em História).
- SPRANDEL, M. A. . Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto C de; BAINES, Stephen (orgs.). **Nacionalidade, etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB. 2006. p. 153-204.
- TELESCA, Ignacio. Identidad y territorio en Paraguay antes de la independência. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 47-82, jan./jun. 2009.
- TODOROV, Tezvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- TURNER, Frederick J. El significado de la frontera en la historia americana. **Secuencia**, [S.l.], n. 07, p. 187, ene./abr 1987. ISSN 2395-8464. Disponible en:
<<http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/170/157>>. Fecha de acceso: 12 nov. 2017. Doi:<<https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i07.170>>.

TURNER, Frederick J. **The frontier in American history**. New York, Henry Holt and Company. 1921.

VANGELISTA, Chiara. Frontera y fronteras en la historia y en la cultura brasileñas. In: ISRAEL, Jonathan I. (et al.). **Acuarela de Brasil 500 años después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): questões teóricas e conceituais. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 25, nº. 1, p. 135-148, jan./jun., 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. In: OLIVEIRA, Lindamir e SARAT, Magda (orgs.) **Educação infantil: história e gestão educacional**. Dourados: UFGD, 2009. p. 15-41.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre sociologia e história da educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **Pensadores sociais e história da educação**. Belo horizonte: autentica, 2008. p. 145-172.

VICENTE, Laíssa T.; OLIVEIRA, Vitor W. N. de. Entrevista com Valmir Batista Corrêa. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.5, n. 9, jul.-dez., 2015. p.142-148.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, July 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 fev. 2019.

WIESER, Hans P. **A produção discursiva da moral no gênero fofoca: elementos para uma descrição micro e macrosocial da conversação cotidiana**. Fortaleza: PPGL/UFCE, 2009. Tese (Doutorado em Linguística).

WILCOX, Robert W. Os paraguaios na construção do extremo oeste do Brasil, 1870-1935. Trad. Adilson Crepalde; Paulo R. C. Queiroz; Eudes F. Leite. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 11-54, jan./jun. 2008.

XAVIER, Ana Paula da Silva.; SÁ, Nicanor Palhares. A escola normal de Mato Grosso no século XIX. **Série-Estudos**. Campo Grande: UCDB, n. 25, p. 123-132, jan./jun. 2008.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Ano 161, n. 408, p. 419-436, jul./set. 2000.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. São Paulo, FFLCH/USP: 1998. Tese (Doutorado em História).

ZUSMAN, Perla. Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras: reflexiones a partir del debate hevilla-escamilla. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 149, 25 de mar. 1999. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-149.htm>>. Acesso em: 20 out. 2017.